



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO LXXXIII - Nº 775

JAN/FEV/MAR 97



**A NOVA CHINA,
PARCEIRA
ESTRATÉGICA
PARA O BRASIL?**

ISSN 0011-7641

Governo ruim custa caro para o cidadão. A sociedade requer quadros técnicos e políticos mais preparados, intelectual e moralmente, para se dedicar à função-Governo. Sensível a essas preocupações, a UFRJ decidiu criar a ESCOLA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNO voltada exatamente para o aperfeiçoamento daqueles que formulam, gerem e interpretam políticas públicas - em nível federal, estadual e municipal - relacionadas aos três poderes da República.

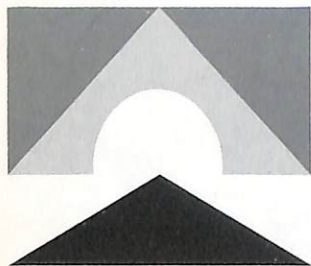
Título: A Defesa Nacional : revista de
assuntos militares e estu



v.83, n.775, jan./mar. 1997 BFD

324306

290637



Escola de Políticas Públicas e Governo
Universidade Federal do Rio de Janeiro

A sala de aula dos líderes brasileiros

A ITAIPU

O aproveitamento em parceria do potencial hidrelétrico de cursos de água limítrofes de dois ou mais países é idéia que vem de longa data. No que diz respeito ao Rio Paraná, a idéia ganhou força a partir dos anos 50, que marcaram o início do efetivo processo de industrialização do País. Brasil e Paraguai, o primeiro, para responder ao crescimento da demanda em eletricidade do seu parque industrial na Grande São Paulo e, o segundo, para atender ao consumo crescente de energia elétrica de sua população e promover as bases de infra-estrutura energética que lhe abrissem caminho para a industrialização, iniciaram conversações para o aproveitamento do alto potencial hidrelétrico desse rio, entre o Salto das Sete Quedas ou Salto del Guaira, inclusive, e a foz do Rio Iguaçu.

Não obstante, só a partir da assinatura, em 22 de junho de 1966, do acordo de princípios entre os dois países, consubstanciado na "Ata de Iguaçu", o empreendimento pôde passar para a prancheta, à proporção que os entendimentos diplomáticos entre os três condôminos do Paraná – Argentina, Brasil e Paraguai – se concretizavam. Iniciada a construção, em 1976, oito anos após foi posta em operação a primeira de suas dezoito unidades geradoras e, em 1990, a décima oitava.

Hoje, com capacidade instalada de 12.600 MW, a Itaipu se classifica como o maior empreendimento hidrelétrico em operação no mundo. Gera cerca de 57 milhões de MW/h, contribuindo com pouco menos de 30% de toda a energia consumida nas regiões sul e sudeste, onde se concentram perto de 80% do potencial sócio-econômico do Brasil.

Com índices de nacionalização de 100%, no domínio da construção civil, e de nada inferior a 85%, na área de fabricação e montagem de equipamentos, antecipou-se, em vinte e cinco anos, às recomendações da conferência internacional promovida pela ONU, em 1992, no Rio de Janeiro, a "ECO-92", sobre a interdependência entre a conservação do meio-ambiente e o desenvolvimento econômico.

Graças a Itaipu, tem sido possível evitar-se, hoje, o colapso do fornecimento de energia elétrica à região mais desenvolvida do País, durante os picos do consumo e as estiagens prolongadas. Sem ela não se poderia pensar na retomada do crescimento econômico, tão necessária e desejada.

A Itaipu é produto da vontade política marcante dos períodos de governo que abarcaram a decisão de construí-la e a entrada em operação da primeira turbina. Foi em função dessa vontade que puderam ser vencidos os obstáculos de toda a ordem – políticos, econômicos, diplomáticos, técnicos, tecnológicos – que se antepuseram ao andamento do projeto, e que não foram poucos nem de pequenas dimensões.

Pejorativamente chamada "faraônica", alusão ao seu gigantismo, pelos que se opuseram politicamente à sua construção, ela é obra para inflamar o orgulho nacional de qualquer país. Pena é que feitos de tal magnitude vão perdendo a força que tiveram no passado para motivar esse tipo de sentimento, face aos modismos que a mídia consagra, pondo em xeque convicções e valores outrora tidos como definitivos.

A DEFESA NACIONAL

Diretor

Gen Bda Sérgio Roberto Dentino Morgado

Editor

Cel Art EM Luiz Paulo Macedo Carvalho

Redator

Cel Eng EM Virgílio da Veiga

ADMINISTRAÇÃO E REDAÇÃO

Palácio Duque de Caxias
Praça Duque de Caxias, 25 - 3º andar
Rio de Janeiro, RJ - BRASIL
Tel.: (021) 516-2366
(0800)23-8365
Fax: (021) 519-5569
E-mail: bibliex@aquarius.ime.ub.br

DISTRIBUIÇÃO

Biblioteca do Exército
Palácio Duque de Caxias
Praça Duque de Caxias, 25 - 3º andar
Ala Marçilio Dias
Rio de Janeiro, RJ - BRASIL - 20221-260
Tel.: (021) 519-5569

Conselho Editorial

Cel Art OEMA Arthur P. Tapajõe de Souza
Cel Inf OEMA Hélio Ribeiro Alves
Ten Cel Cav OEMA Celso Krause Schramm
Ten Cel Com OEMA Lineu Rohde Rachevsky
Ten Cel Cav OEMA Roberto Fantoni Saurin
Ten Cel Inf OEMA Paulo Valério Diniz
Ten Cel Eng OEMA Enio Roberto dos Santos Bênia
Ten Cel Cav OEMA Celso Leite Rodrigues
Ten Cel QMB OEMA Wagner Rogério de Assunção
Borbas

Maj Art OEMA Julio Cesar Spindola Caldas

EDITORAÇÃO e PRODUÇÃO GRÁFICA

PENELUC Prod. Gráf. e Publicidade Ltda.
Tel.: (021) 533-0625 - Fax (021) 220-1782

REVISÃO

Renato di Stasio

PROJETO GRÁFICO

Teixeira Leite Designers Associados
Telefax: (021) 553-1979

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

JMesquita
Telefax: (021)351-4976

PUBLICIDADE E IMPRESSÃO

Marques Saraiva Gráficos e Editores Ltda.
Tel.: (021) 502-9498 / Fax: (021) 293-5580

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da ECEN e do Exército Brasileiro.

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Accepta-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser produzidos em formato A4 (210 x 297), com margens de 2,5cm (usar apenas um lado de cada folha A4, com letras de 12 pontos e entrelinhamento duplo), acompanhados de uma síntese do currículo.

Os originais encaminhados à redação não serão devolvidos.

As referências bibliográficas devem ser feitas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Por imposição de espaço a redação, sem alterar o sentido e o conteúdo, pode fazer pequenas alterações no texto original.

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

ASSINATURAS e VENDAS de NÚMEROS AVULSOS
A assinatura anual e a venda de números avulsos são feitas na Administração - Tel.: (021) 253-4628, as importâncias correspondentes podem ser enviadas por cheque ou vale postal, em nome de "A Defesa Nacional".

Assinatura Anual:
Brasil - R\$15,00
Exterior - US\$30,00

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

Endereços: - Principais Transportes: BERTUCCI & LINSER, ESTRELA LÉVIO DE CARVALHO e J. DE SOUZA REIS

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Ano I.

Grupo mantenedor: Bertholdo Klingner, Estevão Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis (redutores); Francisco de Paula Cidade, Mario Clementino, Lima e Silva, Paris Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompílio Cavalcante, Euclides Figueiredo, Taborda, Amaro Villa Nova, Maciel da Costa.

Fac-símile da portada do N.º 1, Ano 1 - 10/10/1913 de A DEFESA NACIONAL

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual

"A DEFESA NACIONAL"

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Diretor-Presidente

Gen Bda Sérgio Roberto Dentino Morgado

Diretor-Secretário

Cel Art EM Luiz Paulo Macedo Carvalho

Diretor-Administrativo

Ten Cel Eng Luiz Eugênio Duarte Peixoto

Diretor-Tesoureiro

Cap QAO Francisco Luiz de Siqueira Bittencourt

Conselheiros

Cel Art EM Luiz de Alencar Arapeiro

Cel Art EM Amerino Raposo Filho

Conselho Fiscal

Cel Celso José Pires

Cel Nilson Vieira Ferreira de Melo

Cel Enr dos Santos Araújo

Suplentes

Cel Zenóbio Cid de Aguiar Borges

2º Ten João Marcelo Devidé Serafim



Nossa Capa:
Vista Panorâmica
da barragem da Hidrelétrica
de Itaipu-binacional –
principal fonte geradora
de energia elétrica
das nações brasileira
e paraguaia.

EDITORIAL	01
REPENSANDO AS LICENCIATURAS – UM NOVO ENFOQUE PARA A PRÓXIMA DÉCADA	05
por César Augusto Nicodemus de Souza	
A NOVA CHINA, PARCEIRA ESTRATÉGICA DO BRASIL?	17
Vasco Mariz	
COMUNIDADE LUSÓFONA	51
Therezinha de Castro	
NOVA ROTA APROXIMA O BRASIL DO PACÍFICO	71
Marcos Roberto Dantas	
UM NAVIO BRITÂNICO NA GUERRA DO PARAGUAI	83
Jean Michel Agnauer	
A REAPROXIMAÇÃO DO BRASIL COM ANGOLA NO CONTEXTO DA NOVA ORDEM MUNDIAL	93
Humberto Francisco Madeira Mascarenhas	
POLEMOLOGIA — 5WH	105
Gil Cordeiro Dias Ferreira	
OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO DO EXÉRCITO EM RESENDE NA REVOLUÇÃO DE 1932	115
Cláudio Moreira Bento	
COMENTÁRIOS	
Médice — O General e O Presidente	121
Ney Salles	
Geopolítica e Globalização	125
Carlos de Meira Mattos	
O Sistema Nacional de Mobilização	127
Pedro Carlos Neto	
Tasso Fragoso e a História Militar	130
Sebastião José Ramos de Castro	
Repensando o Judiciário	132
Reis Friede	
INFORMAÇÕES	
Aniversário da Biblioteca do Exército	135
A “Fábrica Presidente Vargas” Em Piquete	137
Doli de Castro Ferreira	
Registro Nacional de Armas	140
Clovis Eduardo Godoy Ilha	
DESTAQUES DA IMPRENSA	143
ÍNDICE REMISSIVO (Ano LXXXII — Out 1995 a Set 1996)	158

Pelo mesmo preço e superando a qualidade do programa editorial de 1996, a BIBLIX lança seu programa para 1997. São onze excelentes obras, entregues a domicílio e de preço baixíssimo, além da vantagem do pagamento parcelado.

COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO

Por Um Exército Profissional - Charles de Gaulle

Obra muito citada e, na verdade, pouco conhecida. O autor, então coronel do Exército Francês, nela propunha, antes da Segunda Guerra Mundial, uma alternativa de organização para o seu Exército - a "qualidade" de uma força profissional, altamente adestrada e bem equipada e a "quantidade" de forças de reserva e oriundas da formação do serviço militar obrigatório, para mobilização.

A Marcha da Insensatez - Barbara W. Tuchman

Uma esclarecida análise histórica que, a partir da Guerra de Tróia, resulta numa síntese irrefutável - o paradoxo de opções políticas absolutamente contrárias aos mais legítimos interesses dos próprios governos que por elas decidiram. Antológico é o capítulo "Uma Lanterna na Popa", uma lição viva de Filosofia da História, onde se aborda o excesso de poder na base da insensatez política.

A Marcha da Coluna - João Alberto Lins de Barros

Livro resultante de um projeto de memórias, é uma narrativa vibrante dos episódios vividos na coluna revolucionária que, partindo do interior do Rio Grande do Sul, percorreu todo o Brasil, na década de 1920 e em decorrência do levante de 5 de julho de 1924, na cidade de São Paulo. João Alberto foi figura de destaque nessa marcha e na política brasileira, depois de 1930. Uma obra onde se entrelaçam aspectos militares, políticos, sociais, humanos, etc., numa leitura muito agradável.

Uma História da Guerra - John Keegan

O que é guerra? Uma resposta há de impor, sempre, uma visão interdisciplinar. Haverá, nela, uma ótica preponderante? Segundo cada analista ou pensador militar, a própria avaliação determina essa perspectiva. Bem conhecida é a concepção de Clausewitz, privilegiando o sentido político da guerra. Outra é a abordagem de Keegan, apreciando o fenômeno social que é a guerra numa amplitude muito mais abrangente - a cultura guerreira! Obra para ler, meditar e, sempre, consultar, o que quer dizer - um clássico da literatura militar.

A Revolta da Armada - Helio Leôncio Martins

Prêmio Tasso Fragoso de 1996, a obra do historiador naval Helio Leôncio Martins nele renova a fidelidade do pesquisador em face das fontes e a capacidade de interpretação objetiva dos fatos ocorridos na chamada "Consolidação da República". Melhor dir-se-ia "Revolta na Armada", aspecto interpretativo de um quadro generalizado de conflagração interna - a "Guerra Civil do Brasil". Riquíssima bibliografia e alienatizantes dão ao livro o caráter de obra indispensável ao estudo da nossa história republicana.

O Cerne da Discórdia - Vitor Izuelo John

Com o subtítulo "A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército Brasileiro", o autor realiza uma bem fundamentada análise da participação da política brasileira na condução do conflito, destacando os conflitos partidários e a superposição deles aos interesses militares. A atuação de Caxias, política e militar, é bem apreciada e as conclusões apontam para a afirmação do Exército no cenário das grandes decisões nacionais.

Psicanálise do Pensamento Neoconservador - Eduardo Mascarenhas

O propósito do autor é "descrever as idéias que obstruem a inteligência política brasileira e estabelecer a conexão entre elas e o neoconservadorismo do atual pensamento politicamente correto". Sendo o autor um psicanalista, para ele próprio "o livro significa um ato psicanalítico ampliado". As vezes polêmica, a obra é de leitura agradável e de um estilo muito claro.

O Militar e o Diplomata - Delano Teixeira Menezes

Política, Estratégia, Relações Internacionais, sua integração, uma síntese segura são os assuntos desta obra. Apreciação teórica, episódica, envolvimento histórico e também psicológico conduzem, na leitura, à apreciação do divórcio que no Brasil existe entre o pensamento político e a ação política, cuja harmonia é indispensável à afirmação nacional. Sem fins determinados, todo o esforço para isso será em vão.

A Farsa de Churchill - Louis C. Kilzer

Eis uma versão jornalística, bem estruturada e apoiada em fontes históricas, de uma trama secreta, que teria sido conduzida por Winston Churchill e pelo Serviço Secreto Inglês, para negociações confidenciais com Hitler (a partir do voo de Rudolph Hess para a Inglaterra) e que excluiriam a Inglaterra do conflito em troca de liberdade de ação da Alemanha no continente europeu. Na verdade, uma manobra inglesa para abortar a crise da invasão e ganhar tempo para manobras políticas.

Instituições em Crise - Dutra e Góes Monteiro: Duas Vidas Paralelas - Nilton Freixinho

Com a serenidade que o tempo permite à análise histórica, eis um perfil de duas vidas paralelas em face de tempos de crises políticas internas e de convulsões internacionais. A obra é, também, um magnífico registro da fidelidade do soldado brasileiro à sua Pátria.

Campanha ao Noroeste da Itália - Willis D. Crittenberger

As diversas referências aos feitos da Força Expedicionária Brasileira farão com que esse relato se constitua num histórico de guerra do qual todos os brasileiros podem orgulhar-se.

COLEÇÃO TAUNAY

Exercício do Comando - A Chefia e a Liderança Militares - Sérgio de Avellar Coutinho

Canudos: Uma Interpretação Histórica (Antologia) - Oliveira Litrento

Cruzes Brancas - Joaquim Xavier da Silveira

ASSINATURAS ANUAIS

Coleção General Benício: R\$ 120,00 (pagáveis em três vezes e cartão de crédito)

Revistas: A Defesa Nacional, Revista do Exército Brasileiro, Revista Militar de Ciência e Tecnologia (no BRASIL) - R\$ 15,00

A Defesa Nacional, Revista do Exército Brasileiro, Revista Militar de Ciência e Tecnologia (EXTERIOR) - US\$ 30,00

Cartões de Crédito Credicard Mastercard e Diners Club International

Ligação gratuita de todo o Brasil: (0800) 23.8365

Biblioteca do Exército Editora - Palácio Duque de Caxias - Praça Duque de Caxias, 25 - Centro

Rio de Janeiro - RJ - CEP 20221-260 - (021) 519.5707 / Telefax: (021) 519.5569 - E-mail: biblix@ism.com.br

Repensando as Licenciaturas - um Novo Enfoque para a Próxima Década

César Augusto Nicodemus de Souza*

Diretor do Ensino Preparatório e Assistencial do Exército, o autor examina as bases do "Sistema Colégios Militares", idealizado para responder às necessidades educacionais resultantes das exigências do progresso no próximo século, ressalta a necessidade de mestres de alto padrão e, conseqüentemente, de repensarem-se as licenciaturas.

Os Colégios Militares (CM) estão presentes em 12 cidades de expressão (sendo dez capitais): Porto Alegre (RS); Santa Maria (RS), o mais novo e menor; Curitiba (PR); Rio de Janeiro (RJ), com mais de 107 anos de funcionamento ininterrupto; Brasília (DF), com mais de 3.200 alunos; Belo Horizonte (MG); Juiz de Fora (MG); Salvador (BA); Recife (PE); Fortaleza (CE); Manaus (AM), recebendo jovens de toda a Amazônia, e Campo Grande (MS). Estes estabelecimentos estão integrados em um *Sistema de Ensino*,

gerenciado, coordenado e controlado pela *Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA)*, que segue, em tudo que pode ser aplicado, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Seus cursos vão da 5ª Série do 1º à 3ª do 2º Grau. No momento, com alguns CM ainda em expansão, os alunos são 11.974 e os professores, militares e civis (expressiva maioria), ultrapassam os 650.

O quadro acima, apenas esboçado, é suficiente para evidenciar o vulto dos trabalhos em andamento e a expressiva diversidade do alunado, do professorado e demais técnicos em educação com que lidamos, os quais nos proporcionam, em contrapartida, uma perfeita

amostragem do que se passa no Brasil, de leste a oeste, de norte a sul.

A formação dos docentes, ainda que em Universidades Federais, considerada uma única disciplina, é extremamente diversificada e distante das reais necessidades nacionais, quando não negligenciada. Os currículos, de uma maneira geral, valorizam o *conhecimento* e uma pretensa *modernidade*, mas pecam por não explorar os aspectos formativos da Educação.

Como tentaremos explicitar, a seguir, o objetivo central de um Sistema Educacional é preparar o aluno para a vida. É elevar cada um, dentro das suas potencialidades, a um patamar que lhe faculte, a cada instante,

* General-de-Brigada, Diretor de Ensino Preparatório e Assistencial do Exército.

¹ Selecionado pelo PADECEME.

no futuro, “aprender a aprender”, de molde a enfrentar os desafios que a vida vier a lhe proporcionar.

DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS

Ao percorrermos, pela primeira vez, nossos CM (à época somente cinco), reunindo-nos, separadamente, com os professores de cada disciplina – todas regidas por um Plano de Matérias comum à rede de CM – preocupou-nos o desconhecimento, por boa parte dos lentes, dos objetivos a serem alcançados por seus discípulos. A esse questionamento, em inúmeras oportunidades, independente da série, respondiam-me que era “preparar para o vestibular” (!).

Tecnicamente, o problema da Educação, no Brasil ou em qualquer parte, começa, e praticamente se encerra, na definição dos objetivos a atingir. “Com que objetivo recebemos esta criança no Corpo de Alunos (CA)?” “Com que objetivo ensinamos Matemática? ou a Matemática desta série?” “Com que objetivo conduzimos a Educação Artística?”

O professor, o educador, que não souber responder a questões desse tipo, especialmente no que se refere à sua disciplina, poderá, até, desenvolver todos os procedimentos normais em uma sala de aula, mas não cumprirá a sua missão. *(Talvez, mui certamente, porque seus próprios professores na Licenciatura nunca souberam definir*

Temos que olhar para os nossos jovens, em sala de aula, não como meninos e meninas, rapazes e moças, mas como *homens e mulheres* que estarão no mercado de trabalho no próximo século e, principalmente, como dirigentes que têm de ser necessariamente competentes nos anos 2020/2030.

“com que objetivo eles estavam na Faculdade”).

Parece-nos fundamental ressaltar, no primeiro dia de aula – e, após, sempre que for o caso – com que objetivo vamos seguir aquele currículo; onde ele tangencia ou se entrelaça com outras matérias; onde aqueles conhecimentos estão ou estarão presentes na vida. Afinal, o conhecimento é um só; as diversas *disciplinas* são um

mero expediente para facilitar a transmissão dos conteúdos de forma ordenada; o estudo é *seriado* para efeito de atender à progressividade de sua complexidade e ao paulatino amadurecimento do ser humano.

OS USUÁRIOS DO SISTEMA

Temos que olhar para os nossos jovens, em sala de aula, não como meninos e meninas, rapazes e moças, mas como *homens e mulheres* que estarão no mercado de trabalho no próximo século e, principalmente, como dirigentes que têm de ser necessariamente competentes nos anos 2020/2030. É indispensável formar um sólido núcleo de competências.

O Homem moderno não pode mais ser formado segundo aquele modelo “repetitivo” que nos impuseram e vem sendo reiterado, mesmo nas principais universidades, de onde os jovens estão saindo com diploma defasado de 10 a 15 anos das necessidades dos dias de hoje. O que dizer, então, quando os queremos competentes para o futuro?

Na atualidade, já é comum o indivíduo, durante a sua vida útil, passar por mais de uma atividade profissional. Estudos prospectivos consistentes concluíram que o brasileiro deverá alcançar uma vida média em torno dos 120 anos aí por 2020/2030 – o que lhe dará condições de percorrer da ordem de quatro ocupações distintas, em decorrência da ampliação de seu período ativo – razão mais do que suficiente para a absorção dos postulados defendidos pela linha do “*aprender a aprender*”.

Há que deixar, em cada um, *sólidos pilares* sobre os quais o conhecimento necessário, no futuro, possa ser acrescentado, ampliado ou redirecionado:

- **Base Lingüística** – É indispensável o pleno domínio da língua pátria; quem não sabe *ler*, não tem como informar-se corretamente; quem não sabe *escrever*, sofre sérias restrições para expor suas idéias.

Além do seu idioma, cada vez mais, o homem precisa, no mínimo, dominar *um segundo*. O “Latim” de hoje é o Inglês, facilitador de contatos, negócios, negociações e transferência de conhecimentos em qualquer

parte do globo, independentemente da nacionalidade dos participantes. Se algo de importante é publicado – sem qualquer consideração quanto ao efetivo populacional ou projeção internacional do povo que fala aquele idioma – *se é realmente significativo*, é vertido para o Inglês. Por essa razão adotamo-lo, nos Colégios Militares, como a “Língua Estrangeira Moderna” a que se refere a LDB. Só que a obrigatoriedade é desde a 5ª Série. Oferecemos, como opcional, extraclasse, o Francês e, talvez, a partir de 1998, já possamos acrescentar o Espanhol.

- **Base Matemática** – Todos entendemos que a Matemática e a Geometria são “ferramentas” imprescindíveis para a vida, presentes em todas as atividades humanas. Alguns, contudo, não se apercebem de sua importância no desenvolvimento da coerência de raciocínio, do ordenamento das idéias em qualquer ramo do conhecimento. Em síntese, o conhecimento da linguagem matemática ajuda na estruturação das operações do pensamento, no desenvolvimento da *Lógica*.

- **Base Científico-Tecnológica** – O acelerado de-

envolvimento dos dias atuais – e a previsão é de que se acentue cada vez mais – deve-se, indiscutivelmente, aos avanços decorrentes do domínio de conhecimentos nas áreas de tecnologia de ponta. A Eletrônica, a Química, a Biologia estão levando ao público em geral, em prazos cada vez menores, criações com que temos de conviver com naturalidade, sob risco de ficarmos isolados do restante da sociedade. Mais do que *conviver com*, devemos ter condições de bem *desfrutar*, de reconhecer a importância para as nossas atividades, conforto ou lazer de um novo composto ou invento que surja. Para tal, é imprescindível uma certa “intimidade” com esse segmento do conhecimento.

- **Base de Informática** – É de tal forma óbvia a sua importância, que julgamos nem ser o caso de ressaltá-la. Hoje, para trabalhar em um balcão comercial, ainda que com escolaridade limitada, a pessoa tem que apresentar uma certa familiaridade com a “máquina” – consulta a estoques e preços, emissão de faturas, etc. Naturalmente, queremos mais para o Homem do futuro e... para o seu professor *de hoje!*

O jovem está convencido e ávido em aprender, mas o professor de mais idade reage, demonstra receio em – o que ele considera – “competir com seus alunos”.

• **Base Humanística** – O conhecimento que o jovem está adquirindo, de uma forma ou de outra, está sendo pago pela sociedade – sociedade para a qual ele passará a contribuir, dentro em breve. Mesmo o profissional liberal, aquele “sem patrão”, tem de ser formado com o sentido ético de que ele terá sempre uma *responsabilidade social, pois que o grupo nacional depende do trabalho de todos e de cada um em seu proveito*. Para tal, é indispensável conhecer muito bem a sociedade em que vive, sua história, seus anseios, seus valores morais. Os acontecimentos se passam sobre uma base física, o que nos remete à Geografia – que nos delimita os espaços, descrevendo-os, demonstrando como melhor aproveitá-los, em função dos solos, dos recursos hídricos ou minerais, do clima, da vegetação, da circulação, do ecúmeno.

Dentro da formação do espírito equilibrado do homem, não podem estar au-

sententes uma apresentação às artes, ao belo, e outra à religiosidade, como forma de entender melhor e reforçar a sua própria e, sobretudo, de respeitar a escolha dos demais.

• **Higidez** – Naturalmente, se nos é assegurado um período de vida sensivelmente maior, a saúde vai depender – e muito – de um condicionamento físico que deve começar desde agora.

***“O importante não é saber;
o importante é ter sabido!”
Quem já soube, sabe onde
procurar no futuro,
e em pouco tempo
recorda o essencial
sobre o qual assentará
novo conhecimento.***

O treinamento físico é tão mais eficaz quanto ele decorre de uma atividade cientificamente conduzida por pessoal competente, sob forma agradável, lúdica. Cada um tem de ser levado a descobrir em que atividade física ele se sente mais à vontade, realizando algo que lhe dá prazer, de molde a que possa manter-se bem de corpo e espírito. Paralelamente poderemos estar desenvol-

vendo atletas melhores para um País tão pobre deles no plano internacional.

Observem que, ao listar os *pilares*, as *bases*, que devemos preparar em cada jovem, para que sobre elas possam desenvolver as “construções” que o futuro vier a requerer, encontramos como “materiais” necessários ao seu preparo todas as Disciplinas. Daí por que podemos, agora, com convicção plena, afiançar que todas são importantes. O enfoque e os objetivos a serem alcançados em cada etapa é que diferem. Aí entram, necessariamente, a competência, a técnica e a sensibilidade do professor.

Quando me via preocupado por não estar conseguindo absorver a integralidade de todos os conteúdos de uma Disciplina, preparando-me para as indefectíveis perguntas de algibeira de alguns mestres, meu pai dizia uma frase que levei alguns anos para entender em sua profundidade: – “O importante não é saber; o importante é ter sabido!”

Realmente, não há como ir-se mantendo permanentemente disponível todo o estoque de conhecimentos que

nos vai sendo passado. Por esta razão, o professor deve ressaltar o significativo (que, naturalmente, é o que ele deve privilegiar nas verificações); isto é que é importante saber. Pois quem já soube, sabe onde procurar no futuro, e em pouco tempo recorda o essencial sobre o qual assentará novo conhecimento.

O USUÁRIO “COLÉGIO MILITAR”

As considerações acima influenciaram decisivamente a reformulação recente do “*Sistema Colégios Militares*”, que tem mantido, ainda, ao longo de seus 107 anos, a componente *disciplin*ina como apanágio. No decorrer desse período, psicólogos e pedagogos muito discutiram, avançaram e retrocederam quanto ao tema “liberdade total para os educandos”. Parece não haver mais dúvida, após tantas propostas, de que *há que haver disciplina nas salas de aula* – pelo menos é o que se constata na leitura dos pareceres das maiores autoridades mundiais em Educação. O Colégio, felizmente, nunca se afastou dessa posição à qual, agora, a comunidade internacional retorna.

O nosso professor recebe a apresentação da turma, de pé, ao início da aula, o mesmo ocorrendo quando vai se retirar. Não precisa ser um “disciplinador”, justamente porque os nossos jovens conhecem e exercitam as regras da boa educação. Basta que o mestre não negligencie o seu cumprimento e tenha o domínio de classe normal.

PROJETOS ESPECIAIS

Visando a preparar nossos jovens segundo os requisitos acima levantados, introduzimos algumas modificações nos currículos e na didática, além de reformulações de cunho pedagógico, como os que passamos a arrolar – e para os quais precisaremos sempre, e cada vez mais, de mestres de alto padrão:

- **na Cadeira de Português** (como na maioria dos educandários, hoje em dia, distinta da de “Literatura”) – Ênfase para leitura e interpretação e produção de textos em sala. Nas 5ª e 6ª Séries, praticamente, não há mais aulas formais de gramática – só quando, ao corrigir os trabalhos, percebe-se que existe uma deficiência pronunciada em um gru-

po significativo de jovens. O objetivo é resgatar o grande número de “analfabetos funcionais”, neles despertar o prazer pela leitura e romper o “medo” de escrever. A modificação no grau de compreensão sobre os textos lidos, naturalmente, refletiu-se em melhor aproveitamento em *todas as outras disciplinas*. Baixamos diretriz para os docentes das demais matérias para que aumentassem os pedidos de trabalhos escritos e a percentagem de questões dissertativas. Paralelamente, estamos realizando, anualmente, um concurso literário, a nível nacional, que vem apresentando resultados melhores e, mesmo, surpreendentes a cada nova etapa. Os Colégios, por iniciativa própria, promovem a cada data significativa outros concursos, de molde a que se mantenha o incentivo à escrita. Esperamos, este ano, editar a primeira “Antologia dos Alunos dos Colégios Militares”, com os melhores trabalhos de todas as séries.

Como notícia, professores de nossos CM organizaram uma excelente Antologia Escolar, em dois volumes, e mais um livro de leitura referencial, denominado “Língua, Instrumento de

Comunicação” – coleção considerada, por todos que tiveram a chance de consultá-la, como do mais alto padrão e que bem poderá provocar o ressurgimento das coletâneas de textos clássicos – antigos e modernos – realmente selecionados, com exemplos e mensagens de decência, honradez, bondade, patriotismo e tantos outros valores positivos em falta em nossos livros de texto ou “paradidáticos”.

• **Ensino de Idiomas Modernos, por Níveis** – Os CM vêm conduzindo, com excelente resultado, o “Sistema de Ensino-Aprendizagem por Níveis – SEAN” – atualmente só para o idioma obrigatório, o Inglês. As turmas são divididas, segundo os níveis de conhecimento dos alunos, e não suas séries, com efetivo máximo, por sala, de 15 alunos. Pode-se, então, desenvolver plenamente as quatro componentes do domínio de um idioma: *compreensão* oral e escrita e *expressão*, também, oral e escrita. Uma série de meios-auxiliares enriquecem as aulas: fitas k-7, quadros, cartazes, fitas de vídeo, CD multimídia, além de atividades complementares no laboratório de informática, clubes de Inglês, jogos, dra-

matizações e reuniões extra-classe.

Percebe-se que é indispensável professores fluentes, o que, infelizmente, não é corrente entre a maioria dos formados em nossas universidades.

• **Novo Currículo de História** – Estudamos História segundo a ótica que nos foi legada pelos europeus – em particular a francesa. Mesmo a nossa História. Há muito o que repensar na definição dos objetivos (presente aí, novamente, e sempre...). Não se trata de “reescrevê-la”, como alguns têm feito nos últimos anos, procurando denegrir nossos vultos maiores, estabelecer versões ideológicas para fatos até anteriores à ideologia, ou “descobrir” versões que nunca encontraram apoio nos fatos.

Nosso escopo é, tão-somente, que cada um compreenda *de onde* viemos, *porque* nossa estrutura social ou econômica é de tal ordem, *qual a ligação do que estava ocorrendo entre nós e o que se passava na Europa ou na América*, e assim por diante. Em resumo: entender a evolução de nossa Sociedade, criando condições para estimar o que pode decorrer em função de deter-

minados comportamentos ou fatos, à luz de nossos padrões de reação, de nossa cultura, de nossa tradição política, etc.

Da mesma forma com a História Geral ou da América. Para nós, a partir da 7ª Série, a distinção desaparece (até as 5ª e 6ª, completaremos a grande introdução à História do Brasil). Estudaremos “História”, de forma progressiva e integrada, segundo os episódios e fatos significativos para a evolução da sociedade humana, em geral, e a brasileira, em particular. Destarte, o jovem de 17, 18 anos, chegará à 3ª Série do 2º Grau discutindo a civilização contemporânea, de forma global, da Segunda Guerra Mundial aos nossos dias, tendo condições de melhor compreender o mundo em que vive e, mais ainda, antever o que pode vir a ocorrer nos anos futuros, segundo um ou outro cenário que se lhe apresente.

Com o deslocamento do “eixo de importância” do Mundo, do Atlântico Norte para o Pacífico, com a crescente presença dos islâmicos no cenário global, percebemos que, *se é nossa intenção que os nossos dirigentes, empresários, negociadores, cientistas, diplomatas*

e militares dos anos 2020 estejam em condições de dialogar e negociar em qualquer parte do planeta, precisamos prepará-los desde já. Há que se conhecer as civilizações que surgiram e se consolidaram na China, Japão, Tigres Asiáticos e Índia – pólos industriais e financeiros pulsantes, universos emergentes que não podemos ignorar se com eles quisermos estabelecer vínculos a níveis de importância recíproca. E não meramente lembrar, como fizemos até agora, episódios vivenciados pelos europeus naquelas paragens.

É imperioso entender as origens e o que representa o Islã, não apenas pelo fato de importarmos mais de 50% de nossas necessidades em petróleo de países sob essa influência, mas pelo que ele representa, especialmente na Ásia, África, Oriente Médio e para expressivas minorias européias.

A rigor, pouco sabemos sobre nossos vizinhos hispânicos; os contínuos e cada dia mais acentuados movimentos nacionalistas na Europa e África, particularmente, têm que ser compreendidos em suas origens mais remotas, para um melhor convívio cultu-

ral, comercial e diplomático.

A estrutura básica do estudo da História, portanto, não será mutilada. Será, simplesmente, redimensionada para atender às necessidades do brasileiro no limiar do século XXI. Ela haverá de ser calcada em uma dinâmica holística, de molde a que se *apontem, esclareçam e sublinhem, pragmática e humanisticamente, os ensinamentos da História.*

Para tal, mais uma vez, necessitaremos de professores competentes e entusiasmados, pois que, reconhecemos, por não termos tido formação segundo a ótica pretendida, será muito difícil contar com os acomodados, desmotivados ou de baixo gabarito. Uma reciclagem de tal monta implica competência, sim, mas muito mais de desprendimento e coragem para mudar.

• **Reformulação do Estudo de Geografia** – Ao reformularmos o ensino de História, naturalmente, o de Geografia deverá seguir a reboque – *não que ela seja de importância secundária, mas pela necessidade de que o aluno possa conhecer o espaço físico e sua influência sobre os episódios e as civilizações passadas.* A

rigor, nos dias de hoje já detectamos uma série de desajustamentos entre as duas disciplinas. Esperamos poder “queimar etapas”, compatibilizando os currículos de uma só vez, mas o enfoque pragmático de integração entre as duas matérias já está em prática em nossos CM.

• **Nova Sistemática de Verificação da Aprendizagem** – É fato notório que nossos alunos vivem em função do grau. Desde a mais tenra idade. Chegamos ao ponto, no auge dos “vestibulares unificados”, de começar a treiná-los “pavlovianamente”, desde as classes de alfabetização, para responder a questões “tipo vestibular”. Daí o bom aluno passou a preocupar-se com o “como vou responder a uma questão sobre esse assunto em prova”, enquanto o relapso encarava de outra forma, não mais brilhante: “qual o ‘macete’ para eu sair bem dessa prova”. A “prova”, sempre a ‘prova’ – e não a fixação, o entendimento do conhecimento. Muitos professores, também formados no mesmo esquema, têm, até hoje, como objetivo de suas aulas... A Prova! Os alunos vivem, então, em função de verificações

formais que se sucedem, descuidando-se das aulas normais em andamento, preocupando-se somente com a próxima cobrança.

A verificação do Ensino, nesta fórmula atual, praticamente desaparece. Os alunos, como lembramos acima, não se ocupam devidamente de todas as aulas ministradas e o resultado prático delas só é medido de tempos em tempos, à proporção que o calendário cria oportunidade àquela disciplina para ser formalmente verificada. Quando se constata os fracassos, um ou mais meses são passados; não dá mais para retificar o ensino. Só resta batalhar em uma trabalhosa e pouco eficiente recuperação obrigatória, simultaneamente com os novos conteúdos que estão sendo passados... aos mesmos alunos (*aqueles que estão novamente, mais uma vez, preocupados somente com a prova do dia seguinte...*).

Em nossos Colégios, a partir de 1997, reduziremos as verificações formais a somente quatro por disciplina, mais uma verificação final, cobrindo toda a matéria, se a conta “de ano” não tiver atingido 6,0 (seis). É preciso lembrar que o

nosso último bimestre tem um “peso” 2,0 (dois), de molde a forçar *os bons* a manterem a impulsão até o final e a dar, ainda, oportunidade aos *mais fracos* para batalhar por suas aprovações.

Em princípio, ao término de cada assunto, o professor apresentará um pequeno teste, com um mínimo de *questões significativas*. A média desses testes representará o grau hoje denominado “Verificação de Estudo – VE” (hoje uma prova específica, a cada bimestre), que se compõe com a “Verificação Corrente – VC” (que será mantida) para o estabelecimento da Nota de Período (bimestral).

Além de dispensar os formalismos de hoje, a prática desses testes acabará com a necessidade de “Segundas Chamadas” de VE.

Mas, seguramente, duas são as grandes vantagens: 1ª) o aluno terá que prestar atenção a cada aula, integralmente, pois ela poderá estar sendo encerrada com um teste sobre o significativo do que foi passado (*verificação do Aprendizado*); 2ª) a verificação do Ensino será imediata, e não um a dois meses após. As corre-

ções de rumo podem – e *devem* – ser imediatas.

A modificação foi testada, no decorrer do corrente ano, no Colégio Militar de Porto Alegre, com excelentes resultados, que ainda deverão ser melhorados, em função, justamente, das sugestões dos professores e técnicos em ensino envolvidos na experimentação.

• **Programa “Centros de Informações”** – De algum tempo para cá temos conseguido fazer evoluir nossas bibliotecas para o conceito de “centro de informação” e não mais de um mero “depósito de livros”, ao qual a frequência era inexpressiva e assistemática. Orientado por um microcomputador, o usuário será levado a escolher suas fontes de *informações* em livros, fitas de vídeo ou K-7, CD Roms, discos, coleções de ‘slides’ ou e um outro micro, ligado à “Internet”. Alguns Colégios já alcançaram plenamente esse estágio, mas é importante que todos os professores estejam preparados para orientar seus alunos nesta nova realidade – ou serão ultrapassados. É certo que não conseguirão reprimir a ânsia de conhecimentos “via eletrônica” de que estão possuídos!

• **Estímulo à Pesquisa** – O estímulo a “Feiras de Ciências” criativas e não meramente reprodutivas, ou meramente descritivas de processos didáticos (ou em plena utilização), aliado ao esforço de aperfeiçoamento de nossos laboratórios, dotando-os de equipamentos de última geração (minicâmeras de vídeo, que se pode acoplar à objetiva de microscópios, possibilitando a projeção da lâmina ou a gravação da experiência em VT, projetores de vídeo e outros equipamentos eletrônicos) visa ao despertar de vocações de pesquisadores e a conscientizar os alunos da importância da base científico-tecnológica.

• **Laboratórios de Informática** – Cada CM já dispõe de, no mínimo, um laboratório de Informática, comportando a condução de aula para uma turma completa (21 máquinas). Alguns possuem dois, e os do Rio de Janeiro (CMRJ) e de Brasília (CMB) já estão com três, ainda que de modelos diferentes.

A Informática não é formalmente ministrada, pois que é encarada como “*ferramenta*”, o que não tem impedido aulas extraclasse para aqueles que não possu-

íam experiência anterior (alunos, professores e funcionários da administração).

Também está claro que nada substitui a presença e a condução pelo professor, centro e figura principal do processo.

• **Programa de Desenvolvimento de Potencialidades** – Conhecido por sua sigla – PRODEP – este programa, já em seu terceiro ano de funcionamento, proporciona atendimento aos alunos “*altamente habilitados*” (vulgarmente chamados de “superdotados”), a partir da 6ª Série, no CMRJ. Os jovens permanecem em suas turmas de aula normais e, uma vez por semana, são reunidos em dois subgrupos, por série, para aplicar a metodologia desenvolvida pela Associação Brasileira para Superdotados (ABSD), a partir dos trabalhos e orientação de Ranzulli e Edward de Bonnu (em especial, suas “Ferramentas para Pensar”). A partir do próximo ano, estaremos introduzindo o atendimento nos Colégios de Juiz de Fora (CMJF), Curitiba (CMC) e Porto Alegre (CMPA), inicialmente com as técnicas de “*enriquecimento*” para, posteriormente, como já ocorre no Rio de Janeiro,

chegarmos ao “*aprofundamento*”. O grupo pioneiro, no momento, desenvolve adequadamente o estágio de monitoria.

Seria importantíssima a participação da maioria dos professores no Projeto, mas ainda é perceptível uma certa desconfiança quanto a “essas crianças” que poderiam, no critério dos mal-informados, transformarem-se em “problemas para a condução das aulas pelos mestres”. Sabemos que, bem ao contrário, o atendimento reorienta, “acalma” e disciplina o altamente habilitado para os trabalhos normais de sala de aula.

BREVE NOTÍCIA SOBRE OS PROFESSORES NOS COLÉGIOS MILITARES

É bem diversa a origem de nossos professores. De uma maneira geral, podemos dizer que há os concursados (militares e civis, integrantes do Magistério do Exército) e aqueles não concursados. Mesmo estes são extremamente selecionados por seus títulos, experiências anteriores, entrevistas e prova prática de condução de sala.

De três anos a esta data, o Exército começou a rece-

ber excelentes professores (homens e mulheres), provenientes da seleção para o Quadro Complementar de Oficiais (QCO), praticamente todos da mais alta habilitação em didática e conhecimentos específicos de sua matéria.

Ainda que as exigências das provas do concurso de seleção sejam reconhecidamente severas, preocupam-nos, por exemplo, o fato de muitos candidatos à cadeira de Português, no concurso público, serem reprovados logo na parte de conhecimentos de nossa Língua, comum e obrigatória para os professores de todas as disciplinas. Para Desenho e Educação Física tem sido muito baixo o índice de aproveitamento, restando muitas vagas sem preenchimento.

De qualquer forma, todos os anos, uma semana antes do início das aulas, tem início o *Estágio de Adaptação Pedagógica* (ESTAPAE), obrigatório para todos os docentes e pessoal que lida diretamente com o ensino – em especial para aqueles novos no CM.

É a oportunidade de apresentar a Instituição sua metodologia e princípios

pedagógicos, normas gerais, etc., aos que chegam e as novidades, para o conjunto já experiente, nos programas, normas e/ou procedimentos para o ano que vai se iniciar. É, também, quando se é apresentado a um novo equipamento ou meio auxiliar de instrução – em que consiste, potencialidades, quando e como utilizá-lo, etc.

Fica claro que o ESTAPAE é fundamental para a manutenção do padrão de alta qualidade dos CM. Todos, antigos e novos, lhe devem atenção e dedicação. Em contrapartida, a Direção do CM não lhe pode imprimir conduta rotineira, repetitiva, sob risco de levá-lo ao desmotivador descrédito.

A Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA) vem procurando reciclar seus professores em Centros, como o “de Aperfeiçoamento de Professores” (CAP) do Governo do Estado da Bahia (uma vez por ano, com professores de todos os CM, segundo planejamento especialmente produzido para nós), seminários e estágios – estes últimos sempre sem ônus para o Exército, mediante dispensa de ponto para os lentes.

No momento, temos um professor seguindo dois anos de mestrado no IME, no Rio. A falta de um número adequado de docentes tem impedido que incentivemos mais os cursos de pós-graduação, seguidos por uns poucos.

A cada dois anos, em princípio, representantes de professores de determinada disciplina, um por CM, reúnem-se na cidade sede da DEPA (no momento o Rio de Janeiro), para debater os problemas da Disciplina, seus Programas, livros de texto a adotar e novas técnicas, enfoques, meios auxiliares ou metodologias mais adequadas. Inegavelmente, essas reuniões são o ponto alto da integração profissional e social de nossos professores, responsáveis pela padronização, no mais alto nível, de nosso ensino.

Nossa preocupação, portanto, não se prende aos professores que estão ministrando aulas nos Colégios Militares, mas sim à dificuldade em obter novos homens e mulheres para lecionar em nossos estabelecimentos. E que sejam mestres para o futuro, e não repetidores do passado, pois que destes ainda temos alguns entre nós.

CONCLUSÕES

É inegável que existe uma crise nas licenciaturas, já há algum tempo. Não adianta o consolo de sabê-la *mundial*, porque o problema brasileiro tem peculiaridades que compete exclusivamente a nós interferir para resolver, a começar pelos baixíssimos salários que já não motivam cidadãos de qualidade a abraçar a carreira. O devotado desgasta-se em dois, três, e até quatro empregos para sobreviver condignamente – o que, naturalmente consome-lhe a eficiência, o vigor, a impulsão;

A eficiência de um professor decorre, incontestavelmente, de sua competência e domínio de classe. Portanto, conhecimento e saber específico sobre a disciplina que se propõe a ensinar, domínio das habilidades que caracterizam o exercício da profissão e capacidade de interação com o alunado. Parafraseando o filósofo, *“ele não precisa se tornar um sábio; ele tem que saber fazer brotar o sábio que há em cada aluno”*.

Nós temos que formar professores conscientes de que:

– não estão (e nunca es-

tarão) formados, de que precisam continuar estudando e aprendendo com seus discípulos;

– de que lecionar, como qualquer processo de comunicação, requer transmissor e receptor sintonizados na mesma frequência – ou seja, o aluno deve estar “ligado”, motivado, na mensagem que lhe é passada pelo mestre. Não basta só “emitir”; é preciso verificar, constantemente, se o aluno está “recebendo”;

– a sua formação de docente não é restritiva, limitadora, mas sim uma base de partida para vôos mais altos, para criações inimagináveis à época da diplomação; improvisações criativas, adaptações nos meios auxiliares disponíveis, trabalhos com materiais alternativos, novos enfoques ou abordagens, reavaliações de métodos – que incrível caleidoscópio de novidades e criações, quantas e quantas vezes voando nas asas da imaginação de seus alunos.

Por tudo que arrolamos neste estudo sucinto, entendemos que é indispensável:

Quanto aos aspectos *informativos*:

• continuar atuando na transmissão atualizada dos

conhecimentos sobre a Disciplina, que não deverão se encerrar com a diplomação;

• *reforçar o nível da didática aplicada e do manejo de classe;*

• *tornar bem mais consistentes os conhecimentos pedagógicos, em particular aqueles sobre as teorias da aprendizagem, evitando-se o modismo que leva alguns profissionais a assumirem, sem o devido respaldo acadêmico, teorias de aprendizagem sobre as quais não possuem os indicadores corretos sobre suas vantagens e desvantagens;*

• *informar adequadamente sobre a supervisão escolar, impedindo que o individualismo de alguns tolde a visão de que nossa atividade exige uma participação integrada. Não deve existir, entre a direção do Estabelecimento de Ensino e o Corpo Docente, discrepâncias entre o acompanhamento, retificação do planejamento, avaliação e validação do processo ensino-aprendizagem.*

Quanto aos aspectos *formativos*:

• *Nosso objetivo, que tem de estar presente em todas as oportunidades, é “Preparar para a Vida”;*

• *destarte, os currículos universitários devem aprofundar os aspectos formativos da Educação: formação do caráter e da personalidade de seus alunos; e aguçá-lhes a curiosidade intelectual, de modo siste-*

mático e perseverante, enquanto são repassadas as informações sobre os conteúdos da matéria.

Esta a nossa contribuição para o que entendemos ser o primordial:

“Educar para o signifi-

cativo, para ajustar-se às mudanças que o progresso impõe – e imporá; para o, hoje, ainda, só perceptível em exercícios de perspectiva, privilegiando o referencial Rogeriano do ‘aprender a aprender’”.

Estes foram os números editados em 1996



Faça agora o seu pedido de assinatura e receba em seu endereço os quatro números anuais da Revista A Defesa Nacional para 1997

1 9 9 7
Valor da Assinatura Anual: R\$ 15,00

Remeta um cheque no valor da assinatura anual em favor da Biblioteca do Exército, constando no verso do mesmo sua finalidade

NOME

MILITAR

☐ Ativa

☐ Reserva

Organização Militar (OM)

CIVIL

Profissão

ENDEREÇO

CIDADE

UF

PAÍS

CEP

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Palácio Duque de Caxias - Praça Duque de Caxias, 25 - Ala Marçílio Dias - 3º andar - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20221-260

Ligação Gratuita de todo o Brasil: (0800) 23.8365

Telefax: (021) 519.5569 - E-mail: biblex@ism.com.br

A Nova China, Parceira Estratégica do Brasil?¹

Vasco Mariz*

Matéria extraída de conferência proferida pelo autor, em 9 de maio de 1996, na Confederação Nacional do Comércio, e publicada na revista "Carta Mensal" dessa entidade nº 42(495): 27-65, de junho de 1996.

Creio que a maioria dos leitores sempre sentiu curiosidade pela China. Em nossa geração, os professores de História davam bastante ênfase ao maravilhoso conto de fadas que foi a civilização chinesa. Por isso, quando, em dezembro último, por ocasião da visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Beijing, nosso ilustre colega Ernane Galveas me sugeriu uma palestra sobre a China moderna, não hesitei em aceitar.

Na verdade, estou longe de ser um sinólogo, mas quase cheguei a sê-lo. No início de 1967, ao ser pro-

movido a Ministro plenipotenciário, o Embaixador Meira Penna, então subsecretário do Itamaraty para assuntos da Ásia, convidou-me para ser Cônsul-geral em Hong Kong, com a especial incumbência de organizar um serviço de informações políticas e econômicas sobre a China vermelha. Isso fazia muita falta, pelo fato de não mantermos relações diplomáticas desde 1949, ao ser instalada a República Popular da China (RPC).

No entanto, os ventos da fortuna levaram-me para Washington, o que sem dúvida favoreceu minha carreira. Mas, nas poucas semanas em que me sentia destinado a Hong Kong, aproveitei para ler muita coisa sobre a China e recordo-me que me

interessou bastante uma biografia de Xu En-Iai, uma das figuras mais interessantes da China moderna. Depois disso, sempre segui com atenção os acontecimentos na China e, muito mais tarde, no final de 1973, pouco antes da posse de Ernesto Geisel como Presidente, conversamos muito sobre política externa. Daí resultou um "paper", no qual, entre outros itens, instava eu que o Brasil reconhecesse prontamente a RPC, tantas possibilidades comerciais havia para o Brasil. Logo no primeiro ano de governo, em 1974, Geisel reconheceu Beijing.

Na Confederação Nacional do Comércio (CNC) duas missões especiais foram confiadas ao empresá-

* Diplomata.

¹ Selecionado pelo PADECEME.

rio paulista Horácio Coimbra, em 1971, e, no ano seguinte, a Giulite Coutinho. Outros empresários brasileiros que foram pioneiros na aproximação com a RPC foram Luiz Octavio Themudo e Eury Luna, com todo o apoio de nossa entidade. Por sua vez a China enviou mais de trinta missões comerciais ao Brasil, uma das quais acabou ingloriamente na cadeia, em nosso país. E diversas personalidades políticas brasileiras foram convidadas a visitar a China, entre elas o Vice-Presidente João Goulart, que lá se encontrava quando teve de regressar às pressas para assumir o governo, por ocasião da renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961. O livro de Carlos Tavares de Oliveira, da CNC, intitulado *O Despertar da China*, relata, com pormenores interessantes, as primeiras visitas das missões brasileiras à China vermelha nos anos setenta e oitenta.

Depois do estabelecimento formal de relações diplomáticas, em 1975, as visitas foram muitas de parte a parte. Os presidentes Figueiredo (1984) e Sarney (1988) visitaram oficialmente a China antes de Fernando Henrique Cardoso. Já

o chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro foi o primeiro Ministro das Relações Exteriores a visitar Beijing, em 1982, e recebeu a especial honra de ter entrevista com Deng Xiaoping, que lhe explicou, pessoalmente, seu plano das quatro modernizações do país. Guerreiro voltou à China com Figueiredo e contou-me haver ficado bem impressionado com as autoridades chinesas, que haviam cumprido tudo o que com ele acordaram dois anos antes. Abreu Sodré lá esteve, em 1988, com Sarney, Francisco Rezek visitou Beijing, em 1991, e Celso Amorim, em 1994. Outras visitas ministeriais brasileiras ocorreram, entre elas do economista Ernane Galveas, em 1984, então Ministro da Fazenda. Do lado chinês estiveram no Brasil os presidentes Yang Shang Kun (1990) e Jiang Zemin (1993), e os primeiros-ministros Wu Xueqian (1984) e Li Peng, em 1992. Vários ministros chineses vieram também a nosso país, entre eles o hoje famoso Vice-Primeiro Ministro Zhu Rongyi, responsável pelo milagre econômico e comercial da China moderna.

Mas o interesse que a China está hoje despertando

aumentou muito e se diversificou. Essa curiosidade é como uma moeda de ouro, com cara e coroa, verso e reverso. O crescimento industrial e comercial espetacular da China nos últimos anos, sobretudo depois da criação e funcionamento das zonas especiais econômicas, deixou o mundo estupefato, alarmado e cobiçoso também. As oportunidades de comércio e de investimentos lucrativos são notáveis, mas as consequências dos métodos de exportação e das condições especialíssimas de produção na China de hoje estão causando apreensão e até revolta nos quatro cantos do mundo, dos EUA ao Brasil. Só para que o leitor avalie a magnitude dos problemas, direi apenas que, a 17 de dezembro último, a Organização Mundial do Comércio (OMC), que vem de substituir o GATT, divulgou seu relatório anual sobre as condições do comércio internacional, informando que a China é o país do mundo que mais acusações sofre de cometer sistematicamente o *dumping*, isto é, a venda de mercadorias abaixo do custo médio de produção, com o objetivo desleal de afastar concorrentes nos mercados comprado-

res. Segundo informava a OMC, em dezembro findo, havia, na época, nada menos de 87 processos oficiais movidos contra a China, o dobro das reclamações semelhantes contra a Coréia do Sul, o segundo país mais acusado de adotar procedimentos desleais no seu comércio exterior. A União Européia está na liderança das acusações de *dumping* contra a China, com 37 processos movidos na OMC, seguindo-se os EUA com 30 e o México com 18. De acordo com técnicos da Organização, outro tipo de acusação deve ganhar espaço daqui para a frente. Os países desenvolvidos tendem a montar, também, processos sobre as condições de trabalho, acusando os países asiáticos de cometerem abusos para manter seus custos de produção extremamente baixos (e portanto seus preços de exportação). Entre esses abusos, estaria a exploração de trabalho com salários vis, ou de penitenciários, e a utilização de mão-de-obra infantil até doze horas diárias, sem direitos trabalhistas.

A crescente significação comercial da China e dos chamados Tigres Asiáticos está se configurando nitidamente nos últimos anos, o

que tem levado o Itamaraty a realizar estudos pormenorizados das relações bilaterais com esses países. O chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro foi o primeiro Ministro das Relações Exteriores brasileiro a visitar a China, em 1982. Uma década depois, outro chanceler, Celso Amorim, que havia servido como conselheiro de nossa embaixada em Beijing e conhecia bem as novas realidades da região, visitou novamente a capital chinesa e os Tigres Asiáticos. Desde então, nossa diplomacia tem redirecionado sua atenção para o Extremo Oriente. Aliás, observa-se claramente que, no exterior, os noticiários de televisão e rádio, e os espaços nos jornais e revistas internacionais, devotam agora uma atenção muito especial, e talvez até demasiado ampla, a toda a região, sobretudo à China.

Et pour cause, segundo escreveu Joelmir Beting em sua coluna diária de O Globo (13/03/1996): “*Em mais dez anos, a China estará hospedando uma classe média de 150 milhões de consumidores do padrão coreano. E, no topo dela, mais de 30 milhões de chineses ricos com padrão de consumo*

texano. Eis a China de primeira classe que desperta a cobiça de meio mundo.” E Paulo Francis, a 25 de abril, em sua página em O Globo, também informou que, só no primeiro trimestre de 1996, a China recebeu US\$ 27 bilhões, isto é, mais de 85% do que lá foi investido no mesmo período de 1995. No entanto, examinando mais de perto a problemática chinesa, veremos que o quadro geral não é tão brilhante assim.

INFORMAÇÕES GERAIS

A China atual é um país com 9.600.000 km², maior do que o Brasil. Sua população é quase 1.200.000.000 habitantes, com grandes concentrações na costa. De cada cinco habitantes da Terra, um é chinês, embora a densidade demográfica seja razoável: 122 habitantes por km², o equivalente à densidade da França. No entanto, só 15% do território abriga 90% da população e quase 70% dessa população está nas zonas rurais. No entanto, cerca de 120 milhões de chineses emigraram de suas aldeias para as cidades industriais em busca de melhores empregos. Isso causou perigosa superpopu-

lação nas cidades e o aumento sensível na criminalidade.

Beijing já está com cerca de onze milhões de habitantes e Xangai é a maior cidade do país, com 13,5 milhões de habitantes. O país é governado pelo Partido Comunista Chinês, o PCC, e tem, por oposição simbólica, oito pequenos partidos de modesta influência. Esse era o modelo da antiga Alemanha Oriental. A expectativa de vida é elevada para um país de baixa qualidade de vida: 69 anos. A força de trabalho é superior a 700 milhões de pessoas, sendo 60% na agricultura, 35% na indústria e comércio e 5% na construção e mineração. A moeda é o *yuan* ou *renminbi*. O carvão e o petróleo representam 93% da produção elétrica e as centrais hidroelétricas, apenas 5%. Há um telefone para cada cem chineses.

Apesar desses fortes desequilíbrios, os bancos suíços avaliam a China como A-2 a médio prazo e BBB a longo prazo, o que pode ser considerado como relativamente confiável para um investidor. O maior problema estrutural da China continua a ser a reforma das empresas estatais, em sua maioria deficitárias. Em 1995, a dí-

vida externa era de US\$ 100 bilhões, um pouco menor do que a nossa, e o PIB seria de US\$ 700 bilhões. A renda *per capita* ainda é de US\$ 500.00. Embora as estatísticas chinesas não sejam muito confiáveis, o PIB, em 1994, teria crescido 12% (15% nas províncias e 10.6 no interior). Em 1995, o crescimento das províncias costeiras, as ZEEs (Zonas Econômicas Especiais) de um modo geral, pode ter chegado a 20%, número que causa calafrios aos economistas ocidentais.

A agricultura fez progressos consideráveis, mas com a espetacular migração para as ZEEs a área de plantio diminuiu bastante. A China ainda é o primeiro produtor mundial de trigo e arroz, e está entre os primeiros na produção de algodão, milho, tabaco, chá, açúcar, oleaginosos e pesca. A siderurgia teve progresso notável, bem como a produção de carvão e petróleo, sem esquecer a química e a metalurgia. Se o Brasil produziu, em 1995, cerca de 1.580.000 veículos, a China já chegou a 1.230.000 e, provavelmente, vai nos passar em breve. Com o crescimento sensacional das exportações para 150 bilhões, em

1995, mais do que três vezes a nossa, recorro a velha frase de Napoleão Bonaparte: "*Quando a China despertar, o mundo tremerá*". Bem, nós já estamos tremendo, pelo menos em Franca, Americana, os agricultores de algodão em São Paulo, em Novo Hamburgo e até no Espírito Santo. Nossa mais importante fábrica de brinquedos, a Estrela, foi vendida, e seu antigo dono deu entrevista, dizendo que vai dedicar-se a importar brinquedos da China. No dia 16 de fevereiro, o Secretário da Agricultura de São Paulo, Antonio Cabrera (ex-ministro de Collor), fez um protesto formal junto às autoridades econômicas do País, porque os agricultores paulistas, produtores de algodão, estão sofrendo grandes prejuízos, com a importação de tecidos da China, e resolveram reduzir em 30% a área plantada com algodão. Outros estados deverão ter problemas semelhantes. Após muita demora, nosso atual governo finalmente decidiu impor quotas de importação, tal como fizeram outros membros da OMC.

Mas, só em 1978, começou realmente a organizar-se a nova China que nos interessa diretamente. Com

base nas propostas de abertura para o Ocidente, de Xu En-Iai, o intelectual do regime, Deng Xiao-ping decidiu organizar as hoje famosas Zonas Econômicas Especiais, que começaram a funcionar, em 1980, com surpreendente sucesso. Xu En-Iai sabia que, só com o auxílio do capital estrangeiro e de um bom *know how* técnico, o país poderia afinal deslancar e ocupar seu verdadeiro espaço na economia mundial. Entretanto, a teoria de um regime interno duro, com abertura para o Ocidente, encontraria forte oposição nos estudantes, que passaram a exigir liberdade e democracia. Em 1989, a repressão foi violenta na praça Tiananmen: três mil mortos. Em 1992, o PCC reafirmou seu apoio à chamada "economia de mercado socialista", cujas diretrizes jamais foram claramente definidas. Em 1993, Jiang Zemin assumiu a presidência do país, reiterando as teorias de Xu En-Iai, já desaparecido, e de Deng Xiao-ping, enfermo e demasiado idoso. Em 1995, o Comitê Central do PCC aprovou o novo plano quinquenal, hoje batizado, no Ocidente, como projeto Robin Hood, que visa a estimular o desenvol-

vimento do interior do país, reestruturar as empresas estatais e combater a corrupção. Com essa mudança ainda em prova, o futuro das ZEEs pode ser posto em dúvida, como veremos mais adiante. Em dezembro de 1995, chegou a Beijing o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, habilmente, evitou as questões de direitos humanos, considerando-as como tema de política interna, e concentrou-se na cooperação bilateral, como examinaremos ao final deste ensaio.

AS ZONAS ECONÔMICAS ESPECIAIS

As Zonas Econômicas Especiais merecem informações mais pormenorizadas. Foram criadas, em 1978, pelo Comitê Central do PCC, objetivando uma abertura gradual da economia. Visando a uma modernização geral, os chineses se anteciparam em sete anos à "perestroika" e, certamente, estão se saindo muito melhor do que os russos. Em 1980, surgiram as ZEEs de Shenzhen, Zhuhai e Shantou, na importante província de Guangdong, ao sul do país, perto de Hong Kong. Em 1981, foi criada a ZEE

de Xiamen, na província de Fujian, defronte a Taiwan e de onde são originários a grande maioria dos taiwaneses. Visaram, essas ZEEs, a atrair o capital estrangeiro para o desenvolvimento industrial, obter transferência de tecnologia avançada, estimular as exportações, aprender os métodos ocidentais de administração comercial e industrial, e encorajar a demanda de bens e serviços produzidos em outras regiões da China. A iniciativa foi, em parte, inspirada em outras zonas de processamento de exportações de outros países asiáticos. Mas as novas ZEEs chinesas são bem mais do que isso. Possuem maior dimensão territorial, atividades diversificadas (indústria, agricultura e serviços) e constituem laboratórios experimentais para reformas econômicas a serem implantadas no restante do país. Beijing está aproveitando as possibilidades de importantes regiões vizinhas – Taiwan, Hong Kong e Macau – como verdadeiros porta-aviões para reexportação de seus produtos.

Entretanto, a implantação dessas ZEEs esteve longe de ser um mar de rosas, pois houve exagerados gas-

tos na infra-estrutura, entraves burocráticos na capital, baixo nível de aproveitamento da mão-de-obra na utilização de tecnologias mais avançadas e, ainda, considerável inflação inicial, sobretudo em Shenzhen. E, por outro lado, houve bastante hesitação dos investidores em cumprir os contratos inaugurais. Em 1984, o governo central ampliou a abertura para mais 14 cidades costeiras na região de Xangai e Cantão. Em 1986, as ZEEs concentraram-se no fomento do setor industrial, combatendo a tendência dos investidores em transformá-las apenas em entrepostos comerciais ou zonas francas privativas, centros de montagem de tecnologia modesta. Em 1987, Beijing procurou atrair capitais para o extremo sul da província de Fujian e para a grande ilha de Hainan, já defronte ao Vietnã, e que acabou se transformando na maior das ZEEs com categoria de província. Nesse caso, parece que houve objetivos político-militares em relação a Taiwan e Vietnã, vizinhos imediatos. Taiwan está a apenas 160 km da costa da China continental. Outras medidas foram aprovadas, estendendo vantagens a ou-

tras regiões vizinhas. Comentaristas abalizados já viram, nessas medidas, tentativa estratégica de imitar as providências tomadas pelo Japão, no pós-guerra, para atrair investimentos para áreas mais suscetíveis de absorvê-los.

Recomendo a leitura de dois livros bastante informativos, do Sr. Carlos Tavares de Oliveira, categorizado funcionário da CNC, dos quais extraí alguns dados deste ensaio, a saber: O Despertar da China, Edições Aduaneiras, São Paulo, 1990, e Estados Unidos e China: o Desafio Econômico, do mesmo editor, mais recente, de 1995. Esclarece o autor que as ZEEs receberam investimentos externos para formar empresas mistas de capital estrangeiro e chinês, ou até empresas inteiramente estrangeiras. Em 1985, as *holdings* foram também autorizadas a operar nas ZEEs. O governo chinês concedeu preferências fiscais, facilidades para ingresso e saída do país, remessas de divisas ao exterior, autonomia administrativa e, até, concessão de créditos, através do Banco da China, cujo desenvolvimento, nos últimos anos, tem sido espetacular, com acer-

vos externos de mais de US\$ 100 bilhões.

A principal ZEE é a de Shenzhen, com a área de 327,5 km² e uma população de 600.000 habitantes. Relata Tavares de Oliveira que, em Shenzhen, tiveram lugar as primeiras experiências de vendas de ações de empresas locais. Em 1987, 60% das exportações foram de produtos manufaturados e, no mesmo ano, foi aprovada a aplicação da lei de falências para empresas estrangeiras em Shenzhen. Um túnel rodoviário liga a ZEE a Hong Kong, fator importante de sucesso. Isenção de impostos por cinco anos relativos ao uso da terra, para empresas que utilizam alta tecnologia, e incentivos especiais, tem sido decisivo fator de progresso. Shenzhen dispõe de um distrito especial, em Shekou, com 11,2 km², exclusivamente destinado à indústria, instalada em área reclamada do mar. Sua população anda por 50.000 habitantes e a área é administrada por uma empresa chinesa. Shenzhen concentra a maior parte da produção industrial e absorveu a 3/4 dos investimentos externos no conjunto das ZEEs. Seu dinamismo é impressionante: a

produção industrial era, antes de 1980, cerca de US\$ 15 milhões apenas e, em 1988, atingiu 2,5 bilhões de dólares.

A maioria sensível dos investidores em Shenzhen veio de Hong Kong e Macau e a ZEE obteve êxito também como centro de compras para os próprios chineses – em 1987, 30 milhões de chineses visitaram Shenzhen, em comparação com apenas 50 mil estrangeiros. Por isso, prosperaram os hotéis, restaurantes e centros comerciais, que a vizinhança de Hong Kong representa encorajamento para construções.

A segunda ZEE é Zhuhai, com área de 15,2 km² e uma população de 60.000 habitantes. A principal fonte de progresso está na venda de produtos agrícolas e da indústria pesqueira, destinados a Macau e Hong Kong. Esta ZEE poderá interessar especialmente ao Brasil, devido à sua proximidade de Macau, com a vantagem de que um porto de águas profundas está sendo terminado.

Shantou, com área de 52,6 km² e população urbana de 800.000 habitantes, é a ZEE que menor progresso alcançou desde a sua cria-

ção. A simplificação de barreiras alfandegárias deverá facilitar seu desenvolvimento, cujo estímulo vem sendo feito por chineses residentes no exterior.

A segunda ZEE, em importância, é Xiamen, com 131 km² e população superior a um milhão de habitantes. Fica situada numa ilha, hoje ligada ao continente por uma ponte, e dispõe de um bom aeroporto internacional. Parece destinar-se, sobretudo, à exploração de petróleo *off-shore*. Única ZEE situada na importante província de Fujian, deve ter sido escolhida por sua proximidade a Taiwan. Entretanto, a deficiência de transportes e a distância relativamente grande de Hong Kong não têm ajudado o seu desenvolvimento.

Hainan é a maior de todas as ZEEs, pois ocupa toda a ilha do mesmo nome, com 34.000 km², com população de 6 milhões de habitantes. O Banco Mundial financiou a construção de importante hidroelétrica em Hainan. A posição de Hainan é estratégica, pela sua proximidade com as Filipinas, Hong Kong, Taiwan e Vietnam. Se as ZEEs não progrediram mais ainda, pode-se atribuir ao fato de

que o governo chinês “*almejava transformar essas zonas em centros exportadores ao estilo dos quatro dragões asiáticos, enquanto os investigadores estrangeiros buscavam essencialmente ter acesso ao mercado doméstico chinês*”, o que só aconteceu em proporção muito inferior ao esperado. No entanto, se os investidores estrangeiros ainda continuam bastante cautelosos, é inegável que, sobretudo os bancos japoneses, têm estado muito ativos nas ZEEs.

O PROJETO “ROBIN HOOD”

Depois que comentamos o espetacular progresso das Zonas Econômicas Especiais, parece-me indispensável apreciar a contramedida que o atual governo chinês acaba de lançar, o já batizado “Projeto Robin Hood”, que está provocando vivas controvérsias entre os analistas econômicos ocidentais. Segundo as Nações Unidas, mais de 300 milhões de chineses vivem abaixo da linha da pobreza, com uma renda média *per capita* de US\$ 50.000 anuais. Embora a produção de alimentos tenha aumentado consideravelmente, a população con-

tinua crescendo cerca de 1,2% por ano, ou perto de 15 milhões de pessoas. É provável que seja possível acelerar a produção agrícola, mas não na proporção do crescimento demográfico e do *deficit* existente. Isso obrigará o governo chinês a importar vultosas quantidades de comida, talvez uns cem milhões de toneladas nos próximos dez anos. O relativo interesse chinês pelo Brasil talvez esteja baseado nessa avaliação.

Justamente pela crescente diferenciação dos níveis de vida nas zonas rurais e nas cidades, o Partido Comunista Chinês aprovou, em setembro último, um plano quinquenal para o desenvolvimento nacional. Curiosamente, o plano não contém diretrizes para o progressivo desmantelamento das grandes empresas estatais e chega até a mencionar a expansão de algumas delas. O "Projeto Robin Hood" promete dar, à agricultura, elevada prioridade e aspira eliminar a pobreza no início do século XXI. Infelizmente, ninguém hoje acredita em milagres e muito menos da parte de entidades estatais. Ora, essa nova política parece ir contra as teorias de Xu En-lai e Deng Xiao-

ping, de que é preciso enriquecer primeiro, antes de entender as benesses da prosperidade às zonas rurais. A decisão governamental de realizar grandes investimentos em projetos contra a pobreza interiorana, já fez um analista ocidental batizar o projeto de "New Deal Chinês". O governo deseja criar 500.000 novos empregos industriais na zona rural até o ano 2000, estimulando estreita cooperação entre as empresas mais bem sucedidas nas Zonas Econômicas Especiais da costa com entidades estatais afins, no interior do país. Isto é, o governo chinês decidiu empurrar a prosperidade para o interior, antes mesmo que o mercado leve naturalmente o progresso para as regiões atrasadas do país. Que consequências terá essa aceleração da prosperidade no desenvolvimento das ZEEs? As primeiras previsões são moderadamente otimistas, mas não faltam as cassandras que antevêm a estagnação ou, até, o retrocesso nas atividades das ZEEs.

A motivação do governo ao aprovar o "Projeto Robin Hood" seria de evitar o crescimento das tensões entre as zonas prósperas costeiras e o interior depauperado. Isto

é, desejam diminuir o *income gap* e fala-se até que alguns líderes já estariam temendo a possibilidade de separatismo regional. Os neo-conservadores ortodoxos parecem determinados em controlar as ZEEs, que consideram laboratórios do capitalismo. Só que elas representam a única maneira segura de elevar a qualidade de vida do povo chinês, mesmo que à custa de algumas distorções injustas. É o mal menor, no entender dos mais esclarecidos. No entanto, os membros mais radicais do partido estão pregando até a abolição das zonas especiais costeiras. Consideram que o tratamento preferencial deve ser reservado aos pobres e pregam a diminuição ou o fim dos subsídios às ricas cidades costeiras. Os adversários das ZEEs têm repetidamente acusado Schenzhen, a mais rica e mais independente zona econômica especial, como um "berço da imoralidade e da corrupção". O debate ficou tão vivo que o governo central viu-se obrigado a esclarecer que a política básica para o funcionamento das ZEEs não foi alterada pelo "Projeto Robin Hood". Mas os dirigentes das ZEEs estão preocupa-

dos, e com razão. Dizem eles: "*Se nós não ficarmos ricos, o desenvolvimento do interior nunca vai acontecer*" (entrevista de Su Shuili, prefeito de Xiamen, à revista norte-americana "Newsweek", em outubro findo). Acrescentou ele: "*Já sofremos muito com políticas igualitárias*". Esclareço que Xiamen já está atingindo hoje níveis de prosperidade semelhantes à Taiwan.

Entretanto, como o governo central chinês continua forte, é provável que o "Projeto Robin Hood" seja implementado sem muitas alterações. O atual Presidente chinês Jiang Zemin, terá, no entanto, que considerar a possibilidade da estagnação das ZEEs, com o desemprego em massa nas grandes cidades costeiras e notável perigo de desestabilização política. Jiang naturalmente não deseja estimular antiquadas fábricas estatais e sim convertê-las em verdadeiros pilares da indústria chinesa. Nisso parece evidente que as autoridades governamentais não estão se inspirando na organização empresarial de Hong Kong, tão eficiente aliás, mas sim no modelo coreano dos *chaebol*, como as grandes firmas estatais Samsung e

Hyundai, que alcançaram níveis mundiais sob direção oficial. Seja como for, o "Projeto Robin Hood" dificilmente vai estreitar o *income gap*, que continuará a ser o grande desafio.

ANÁLISE DA ECONOMIA CHINESA RECENTE E PROJEÇÕES

O dito "Projeto Robin Hood", aprovado pelo governo chinês em setembro de 1995, obrigou importantes organizações de pesquisa econômica mundial a reavaliarem a conjuntura chinesa à luz da nova legislação. Tive acesso aos relatórios de dezembro e janeiro do "Economist Intelligence Unit" e do "Swiss Bank Warburg" sobre a China e tentarei fazer um resumo de suas conclusões. Julgam eles que a estabilidade será a prioridade nº 1 da política interna e externa comercial, devendo ser tolerada a recente apreciação da moeda chinesa, o *renminbi* ou *yuan*, contra o dólar. Um *approach* mais seletivo em relação aos investimentos externos também é previsto. A principal preocupação das autoridades chinesas está voltada para o setor interno, em especial para a agricul-

tura e a reforma das empresas estatais. Na realidade, tem-se discutido muito a situação dessas empresas, em grande parte deficitárias, mas quase nada foi realizado. A participação das estatais na produção industrial global está caindo e deverá continuar a declinar.

Em 1996, a agricultura deverá melhorar de eficiência, embora sem ainda poder atender ao mercado interno. Já a espetacular produção industrial desta vez ficará abaixo dos dois dígitos. No entanto, está surgindo outro setor que se tornará altamente positivo que é o de serviços, cujo crescimento reflete o aumento da renda dos trabalhadores. Infelizmente, o mercado negro vai continuar a se expandir, uma vez que as autoridades chinesas estão estimulando a elevação dos salários urbanos. O aumento do PIB, talvez exagerado em 1994 (11,8%), baixou um pouco, para cerca de 10%, em 1995, e é previsível que continue a declinar, em 1996, para 8,5%, o que ainda deve ser considerado excelente. O câmbio, no 4º trimestre de 1995, esteve em torno de 8.3 por dólar e deve alterar-se muito pouco, talvez para 8.5 em 1996, o que seria tolera-

do, em virtude da necessidade de manter a estabilidade.

No plano quinquenal, 1996-2000, figuram curiosamente algumas proibições para projetos binacionais em áreas como segurança militar, ecologia e saúde pública, persistindo os velhos tabus em relação à mídia (imprensa, rádio e televisão inacessíveis a investidores externos), corridas de cavalos e jogos de azar, especulação nos mercados ditos de “futuros”, e na produção e distribuição de filmes (poucos filmes estrangeiros são admitidos na China). Uma reforma profunda do sistema bancário está sendo realizada, com vistas a financiar melhor as pequenas empresas.

O volume das exportações e importações deverá aumentar, talvez até 20%, em 1996 e a balança de pagamentos tenderá a ser mais favorável à China do que até agora. Prevê-se, porém, que, em 1996, a China deverá perder um pouco em termos de competitividade externa, já que os custos de produção estão subindo depressa demais. As importações deverão crescer menos e espera-se um *superavit* comercial menos alto, entre 7.6 a 8.2 bilhões de dólares. Os cha-

mados “invisíveis” deverão permanecer em torno de US\$1 bilhão e, portanto, a balança comercial de 1996 poderá continuar a representar cerca de 1% do PIB.

A previsão preliminar para a economia da China em 1996, preparada pelo SBC Warburg (que aliás esteve ajudando no reerguimento do nosso Banco Econômico) é de um 1º semestre relativamente apertado, em consequência das novas determinações do “Projeto Robin Hood”, mas o 2º semestre deverá ser mais distendido. O tratamento preferencial para as empresas chinesas em relação aos investidores estrangeiros, motivo de persistente frustração, deverá ser abrandado, criando assim uma atmosfera mais favorável às negociações com os investidores, que receberiam mais garantias operacionais. Essa política certamente deverá facilitar a entrada da China na Organização Mundial do Comércio. Os subsídios vão diminuir e, já a partir de janeiro do ano corrente, o VAT (value added tax) baixou de 14% para 9%, apenas. Isso estimulará as exportações e servirá também para diminuir as fraudes, o que tanto preocupa e irrita as autori-

dades de Beijing. Lembro que, em novembro último, três executivos chineses foram fuzilados em praça pública como corruptos, e suas famílias ainda tiveram de pagar o preço das balas dos fuzis... Foi também assegurado, aos investidores, que não haverá alteração nos impostos, até 1998.

No entanto, não se exclui que os impostos recolhidos nas Zonas Econômicas Especiais, hoje em torno de 15%, poderão passar a 33% já em 1997, medida que os dirigentes das ZEEs estão combatendo vigorosamente em Beijing. A inflação que, em 1994, chegara a 27%, foi enfrentada com decisão e, ao final de 1995, caiu para 12%. O consumo tem crescido, devido à alta dos salários e também pela instituição da semana de trabalho de cinco dias. O controle de preços continua em vigor, mas vai sendo levantado gradualmente.

Considera o SBC Warburg que 1996 será um ano lento, especialmente no 1º semestre, e o crescimento deverá ficar em torno de 9%, comparado com os 10% de 1995. Já as perspectivas de crescimento para 1997 são mais otimistas, e o índice de 10% é considerado aceitá-

vel. A inflação deverá ser mantida entre 10 e 12% anuais, o que é satisfatório numa economia quente como a da China. O único risco previsível é que as facilidades concedidas aos investidores, devido à candidatura da China à OMC, causem um superaquecimento da economia, forçando o governo a pisar nos freios novamente, a partir de meados de 1997. Como vemos, a apreciação do banco suíço coincide em grande parte com a dos técnicos do "Economist". Creio que esse balanço da atual conjuntura chinesa poderá ser de alguma utilidade para os homens de negócios brasileiros que pensam tentar a sorte no mercado chinês.

Beijing continua a decidir as prioridades para os investimentos estrangeiros: auto-estradas, infra-estrutura urbana, linhas de metrô, gasodutos, usinas de tratamento de lixo, produção de automóveis e eletrodomésticos, computadores, remédios, etc. Resta saber se as novas restrições do "Projeto "Robin Hood" vão assustar os investidores. Já a produção de sapatos está mesmo assustando os bons pro-

dutores mundiais, como a Itália e o Brasil. Em 1994, a China produziu 4 bilhões de pares de sapatos, o que corresponde a 40% da produção mundial. A China é hoje o maior exportador de sapatos (cerca de 700 milhões de pares) e seu destino mais freqüente é a Euro-

Em termos de comércio, a China já é o 10º país do mundo e no ano 2000 poderá ser o quarto. Suas reservas de divisas que, em 1993, eram menos de US\$20 bilhões, já atingiram US\$75 bilhões ao final de 1995

pa e os EUA, embora já estejam também criando sérios problemas aos produtores brasileiros. A metade dos sapatos importados pelos EUA provém da China, na sua maioria sapatos de couro e de lona, com boa qualidade e preços irrisórios

Já o Japão está financiando a construção da estrada de ferro Beijing-Xangai e os franceses investem no sistema chinês de telecomunicações. A metade dos investimentos coreanos no exterior está sendo dirigida

à China. A Alemanha tem fechado bons negócios em Beijing, motivo ponderável que levou o Chanceler Helmut Kohl à China recentemente. Ressalto ainda investimentos da Mercedes Benz e da Siemens, que têm nada menos de trinta *joint ventures* na China. Relatórios imparciais informam que o governo chinês tem sido um bom pagador de seus compromissos internacionais. Na realidade, o mercado chinês é de tal vulto que não pode ser ignorado, sobretudo pelas empresas multinacionais.

Recordo, finalmente, que, em termos de comércio, a China já é o 10º país do mundo e no ano 2000 poderá ser o quarto. Suas reservas de divisas que, em 1993, eram menos de US\$ 20 bilhões, já atingiram US\$ 75 bilhões ao final de 1995

(informação da Embaixada da China em Brasília – fevereiro de 1996).

A GUERRA FRIA ENTRE CHINA E TAIWAN

Taiwan é hoje um dos maiores "tigres asiáticos", com reservas em divisas de

quase cem bilhões de dólares. A ilha, que fica a 160 km da costa da China, sempre fez parte do império chinês, mas foi cedida aos japoneses depois da guerra de 1895. A antiga Formosa, assim batizada pelos navegantes portugueses, tem 36.000 km², isto é, maior do que a Bélgica e o equivalente à Holanda. Depois da 2ª guerra mundial, Formosa voltou ao domínio da China e, em 1949, serviu de refúgio ao governo do Kuomintang, de Chang Kai-shek. De 1950 a 1971, Taiwan representou a China no Conselho de Segurança da ONU; entretanto, quando o presidente Nixon afinal reconheceu a China comunista, os EUA romperam relações diplomáticas com Taiwan, com a qual mantém apenas relações comerciais, aliás bastante intensas. A velha Formosa tem hoje cerca de vinte milhões de habitantes e obteve um sucesso industrial e comercial espetacular. A China, no entanto, continua a considerar Taiwan como parte inalienável de seu país.

Apesar de sua evidente prosperidade, a ilha está bastante isolada e mantém relações diplomáticas com apenas 30 países dos 185 que integram a ONU. Antes

chegaram a manter relações com até 90 países, inclusive o Brasil, que reduziu o nível de nossa embaixada em Taipé. O ex-ministro conselheiro da Embaixada em Lima, Jorge Pires do Rio, que servira no Japão e tinha muito interesse pela região, foi nomeado nosso representante comercial em Taipé e instruído a manter atuação discreta. Lembro que em sua recente viagem a Beijing, Fernando Henrique Cardoso reafirmou o princípio da união de Taiwan com a China e o repúdio a qualquer pretensão de o governo de Taipé ganhar um assento separado nas Nações Unidas. Igual posição havia sido declarada, também, no discurso oficial do Brasil na abertura da Assembléia Geral do 50º aniversário da ONU, em Nova York. Aliás nosso comércio com a ilha é bom e já atingiu US\$ 1 bilhão nas duas direções. No meu entender, nosso engajamento com Beijing nesse tema é excessivo. Mais prudente seria manter a neutralidade em assunto tão remoto para o Brasil. A atitude oficial de Taiwan foi enunciada por autoridade daquele país de passagem pelo Rio de Janeiro, em 1995: "*Nós pensamos em Taiwan como parte*

da China, mas não da República Popular da China, que não aceitamos de forma alguma. Estamos divididos como a Alemanha na época do muro de Berlim, ou como as duas Coreias. Queremos nos unir à China quando ela for democrática e pacífica".

Por ocasião das eleições gerais em Taiwan, falou-se muito na independência da ilha. Os chineses, em março último, fizeram exercícios militares de desembarque na costa, com menos de 20.000 homens e modesto apoio aéreo. Analistas norte-americanos estimam que, se a China fala sério em invadir Taiwan, terá de utilizar, pelo menos, 300.000 homens, o que seria a maior mobilização desde o dia D do desembarque na Normandia. Por isso, esses analistas classificaram as manobras chinesas de guerra psicológica para intimidar Taiwan. Aliás, o tiro saiu pela culatra, pois a ameaça acabou por eleger o candidato que defende a independência por uma margem muito mais alta, 64%.

Os citados técnicos norte-americanos consideram que a China tampouco tem navios e submarinos para manter um bloqueio eficaz, seus mísseis têm má pontaria e as minas que seriam

plantadas nos portos de Taiwan seriam levadas para as costas do Japão pelas correntes marítimas e poderiam ampliar a guerra. Enfim, todos parecem blefar, inclusive os taiwaneses que tampouco se decidem a proclamar a independência. Depois das eleições, autoridades de Taiwan convidaram a China a iniciar negociações para a reunificação. Propõem eles eleições livres conjuntas, na ilha e no continente, para dentro de cinco anos. A reunificação, portanto, só seria possível sob regime democrático, o que parece levar uma decisão para futuro remoto.

O curioso é que a recente tensão no mar da China levou Washington a enviar dois porta-aviões para patrulhar a área e a crise reviveu o poderoso "China lobby" junto ao Congresso norte-americano. Taiwan sempre foi muito ativa em Washington e um pormenor significativo é que o presidente Clinton, quando governador de Arkansas, visitou a ilha nada menos de quatro vezes. Também Beijing agora teria formado uma comissão especial para melhor entender o Congresso americano e já contratou importante firma de lobistas para defender

seus pontos de vista. A luta agora vai ser nos corredores e gabinetes do congresso. Melhor assim.

POLÍTICA INTERNA DA CHINA

As projeções de crescimento econômico e comercial da China são as mais favoráveis para as próximas décadas, desde que se mantenha a estabilidade interna do país. Aí está o ponto fraco, pois a maior ameaça para a nova China está dentro dela mesma. A grande extensão do país e o rápido progresso material de certas áreas costeiras, distantes do poder central de Beijing, estão criando terríveis problemas de administração para o governo chinês. A própria ideologia comunista está sendo contaminada pelo desejo de enriquecer a qualquer preço. As ordens da capital nem sempre são obedecidas e os impostos recolhidos nas ZEEs chegam cada vez menos às mãos dos governantes. Os líderes provinciais simplesmente estão operando como lhes parece melhor, sem dar muita atenção ao governo central. Levantam até barreiras comerciais em relação a outras partes da China; dão

facilidades a investidores estrangeiros bem diferentes das prioridades governamentais; tomam iniciativas que cada vez mais se distanciam de Beijing. A corrupção é monumental e atinge até altas personalidades militares. Exemplificando: após assinar acordo com os EUA para impedir a pirataria na produção de discos CD e filmes, o governo central encontrou a maior dificuldade para fechar ou punir as fábricas ilegais, pois muitos dos falsificadores tinham ligações diretas com autoridades importantes e chefes militares locais.

Seja como for, as Forças Armadas representam o melhor poder disciplinador disponível, talvez o único capaz de controlar a crescente anarquia que avassala o país, ao meio dessa prosperidade corruptora. As organizações secretas e os grupos mafiosos atuam abertamente, sem que a polícia tenha condições ou vontade de controlá-los. Na recente crise das eleições em Taiwan ficou evidente que os líderes militares prevaleceram nos centros de decisão, com risco de provocarem graves incidentes internacionais. Como inexiste uma personalidade dominante que assu-

ma nitidamente a direção do país após a morte de Deng Xiao-ping, não se pode excluir que os militares venham a ter papel preponderante no centro de decisão política. No ínterim, os atuais líderes reprimem com rigor qualquer manifestação aberta de rebeldia.

Como a confrontação político-comercial com os EUA ainda vai piorar antes de melhorar, temem-se revoltas populares regionais e, até mesmo, movimentos separatistas das zonas prósperas costeiras, com possível apoio de militares da região. Se amanhã o Grupo dos 7 decidir impor sanções ou barreiras alfandegárias, certamente isso resultará em enorme desemprego na China, com a conseqüente desestabilização política e social. Enfim, como publicou a revista americana "Newsweek", de 1ª de abril último, *"pode-se especular se a China vai se tornar em breve uma superpotência, ou apenas uma supernova, a enorme estrela que brilha intensamente no céu, enquanto se consome e se extingue"*.

No ínterim, os EUA precisam se decidir se desejam a China como um amigo poderoso ou como um inimigo

forte. Os estrategistas americanos já estão trabalhando com a hipótese possível, embora ainda inviável, de que os mísseis chineses poderão um dia atingir a Califórnia. No momento, o alcance e a pontaria desses mísseis são precários, mas mesmo assim causaram estragos e muitas mortes em Israel, em 1991, manejados pelos iraquianos. A revista "Time", de 25.03.1996, informa que a China tem, comprovadamente, 17 ICBMs (Intercontinentalballistic missiles) com alcance de 15.000 km e, em abril último, fez importantes compras de material bélico russo.

James Lilley, ex-embaixador americano em Beijing, procurou explicar as desconfianças chinesas na revista "Newsweek": *"A América está paparicando a Índia, restabeleceu relações com o Vietnã (dois inimigos da China com os quais esteve em guerra não faz muito), vendeu jatos F-16 avançados a Taiwan, está de braços dados com o Japão, quer unificar as Coreias sob a direção de Seul. Afinal, o que significa tudo isso aos olhos de Beijing? Um anel em torno da China."*

O impasse é bem intrincado: a contenção da China

difficilmente funcionará. Em entrevista na CNN, a 25 de abril findo, Henry Kissinger afirmou que, nas atuais circunstâncias comerciais e políticas, Washington não encontrará um só aliado para "conter" a China. Por outro lado, o apaziguamento tampouco produzirá efeitos. No entanto, também a China tem muito a perder, inquietando seus vizinhos e enfrentando os EUA. Afinal, a China precisa de seus mercados para poder continuar seu capitalismo socialista. Por que então a China se arriscaria a pôr em perigo seu desenvolvimento econômico? É verdade também que o capitalismo chinês, hoje o mais selvagem dos capitalismos, estaria perto do seu limite. Apesar disso, o chauvinismo descalabelado dos dirigentes comunistas se alimenta de um antiocidentalismo primário. Chegaram eles a afirmar que *"as potências ocidentais e as pretensões hegemônicas dos EUA transparecem claramente ao recuar em que a China organize as Olimpíadas do ano 2000"...*

HONG KONG, NOVA ZONA ECONÔMICA ESPECIAL

Estamos no último ano em que Hong Kong será co-

lônia inglesa, e as perspectivas para que mantenha suas características especiais, que a fizeram famosa mundialmente, estão ficando cada vez mais remotas. Tudo indica que a ilha será mais uma ZEE, de longe a mais rica de todas. E o que se dirá aqui sobre Hong Kong aplica-se igualmente a Macau, colônia portuguesa que, dentro de dois anos, terá o mesmo triste destino da colônia inglesa. O capitalismo das duas ilhas já está com cara chinesa, e o curioso é que Hong Kong já perdeu a sua áurea mágica como modelo para a própria China. Houve tempo em que se pensava que Hong Kong absorveria a mãe pátria, tanta força de atração possuía, mas a piada hoje é vazia e certamente de mau gosto. Um especialista no assunto resume a conjuntura atual em uma só palavra: controle.

A presença do continente na vida cotidiana de Hong Kong nos dias de hoje é imensa: os jornais estão cheios de declarações de burocratas de Beijing sobre o que deve ser feito ou sobre o que farão na ilha. O curioso é que os executivos chineses em visita a Hong Kong usam elegantes ternos

ocidentais, carregam no bolso telefones celulares e tiram fotografias na frente da imponente torre do Banco da China. A velha e saborosa atmosfera tradicional da ilha está desaparecendo. Até o elegante Hong Kong Club, freqüentado pela nata da colônia, está perdendo para o China Club, que imita os clubes de Xangai dos saudosos anos quarenta. O uso do inglês nos escritórios declina, e todos buscam aperfeiçoar-se no manejo do mandarim.

Em termos administrativos, Beijing está organizando uma entidade legislativa provisória, uma espécie de governo paralelo, que visivelmente está planejando anular as reformas democráticas instauradas pelos ingleses. Os chineses portadores de passaportes estrangeiros, que são milhares, terão de trocá-los por cartões de identidade chineses comuns. O novo governo de Hong Kong será subordinado diretamente a supervisores especiais do gabinete do vice primeiro-ministro em Beijing. O mais provável é que Hong Kong em breve será a cidade mais rica e mais importante do país, mas com as mesmas características políticas das de-

mais cidades, isto é, com funcionários do PCC intrometendo-se em tudo. Está claro que o novo papel da ilha não será melhorar suas instituições locais, e sim contribuir para tornar a China uma potência mundial. Julgam os líderes chineses que a prosperidade crescente deverá servir para refrescar a legitimidade ideológica do PCC, e não para conduzir o país a uma maior liberdade política. Estão apelando para o nacionalismo e a mensagem é simples: o partido comunista é a China e amar o partido é amar o seu país. Queixam-se os burocratas de Beijing que as teorias de Xu En-lai e Deng Xiao-ping sobre o empresariado fizeram os dirigentes provinciais e das ZEEs se tornarem demasiado independentes.

Mas os otimistas afirmam que a China necessita de Hong Kong como a ilha é, ou seja com sua boa reputação mercantil e suas notáveis ligações comerciais com o mundo inteiro. Dizem eles que se Beijing exagerar em suas tentativas de controle da cidade, as melhores cabeças deixarão a ilha. Aliás, muitos descrentes já o fizeram. Entretanto, muita gente ainda acredita que

Beijing vai preservar muito do atual sistema legal. A liberdade de imprensa dificilmente será mantida e as autoridades chinesas já estão apelando para que os jornalistas de Hong Kong sejam “patriotas” em seus artigos. Na ilha existem nada menos de sessenta jornais e os jornalistas estão se contendo, medindo as palavras quando têm de criticar o governo chinês. Consta até que os próprios donos dos jornais já estão fazendo autocritica e advertindo seus repórteres dos riscos que estão começando a correr. Enfim, a grande dúvida parece ser: liberdade ou prosperidade? Os chineses de Hong Kong continuam orgulhosos de sua origem, mas não desejam perder as conquistas das instituições britânicas. No entanto, é preciso entender que, na China, a simples idéia de uma oposição moderada parece inaceitável para os burocratas do PCC. Enfim, todos torcem para que o inevitável não seja tão feio assim. Essas informações representam o resumo feito, por mim, de um excelente artigo publicado na revista norte-americana “Newsweek”, edição de 25 de dezembro de 1995, sob o título de “A sombra do dragão”.

A CHINA E A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

Há cerca de nove anos, a China tentou ser admitida no GATT, e as negociações não progrediram pelas numerosas razões que já foram comentadas neste ensaio. Em novembro de 1995, Jiang Zemin anunciou o corte de tarifas para cerca de quatro mil produtos importados. E as restrições às atividades das empresas estrangeiras na China deverão também ser abrandadas. Tudo isso parece significar que a atitude da China em relação à OMC mudou, isto é, cessou a intransigência que emperrou as negociações com o GATT em 1994. Como diz o “Economist”, afinal a China reconheceu não ter cabimento associar-se a uma organização de livre comércio sem se comprometer a comerciar de maneira mais livre, nem que seja progressivamente. Agora os chineses não estariam mais querendo limitar o direito de exportar para dentro da própria China às empresas que vierem a instalar-se no seu país. Outro problema delicado é dos subsídios. A China continua relutando a abrir seu setor de

serviços aos estrangeiros. Seja como for, o “Economist” já vê naquelas medidas “um grande avanço”, mas, por outro lado, enquanto a China ficar fora da OMC, os países ocidentais (inclusive o Brasil) poderão decidir proteger suas indústrias mais vulneráveis com medidas *anti-dumping*, quotas ou restrições discriminatórias. Mas a prestigiosa revista inglesa resolveu dar um crédito de confiança à China e assim comentou: “*o trajeto da China no caminho para o livre comércio não deve ser tornado mais espinhoso do que normalmente deverá ser*”.

As próximas negociações não vão ser fáceis, pois os membros do G-7 temem que a China, uma vez admitida na OMC, não cumpra seus regulamentos. Exemplificam com os protestos dos editores de música do Ocidente, já que a pirataria continua, apesar de haver sido assinada uma convenção sobre direitos autorais entre a China e os EUA. No entanto, o “*Financial Times*” julga que “*se o mundo decidir esperar até que a China se torne um Estado responsável e moderno, ela poderá ficar longe da OMC por muitos anos, com enor-*

mes prejuízos para o Ocidente. Afinal de contas, a China é um país em desenvolvimento, mas também uma nação radicalmente diferente de qualquer outro país". E o jornal inglês termina dizendo que "o mais importante agora é que a China entre para a OMC. O tratamento que seus parceiros queiram dar-lhe, virá depois".

A verdade é que a RPC está mesmo fazendo de tudo para entrar para a Organização Mundial do Comércio, já que não conseguiu penetrar no GATT. Para esse fim, está prometendo atender a todas as recomendações da Rodada do Uruguai, da nova lei de patentes e da Convenção de Paris sobre propriedade industrial. Até as possibilidades de exploração de petróleo, antes limitadas aos poços *off-shore*, estendem-se agora a jazidas em terra, sobretudo no deserto de Tarim, onde haveria reservas fabulosas. Os trunfos de Beijing se baseiam no fato de que a China, de 1978 a 1995, em 17 anos apenas, saltou do 32º lugar da lista das maiores potências comerciais para o 10º lugar, no ano passado. E ademais é o segundo país maior receptor de investimentos, após

os Estados Unidos da América. Tudo isso fez o prêmio Nobel de economia, Paul Samuelson, acreditar que a China será uma das três potências mais ricas do mundo, já na segunda década do século XXI.

Os debates parlamentares no Congresso americano sobre a renovação da cláusula da nação mais favorecida em favor da China vão começar nos próximos dias. O ambiente, no entanto, está pesado e os republicanos pressionam por uma atitude mais dura em relação a Beijing. Fatos graves estão se sucedendo nos últimos dias e estão elevando a tensão entre os dois governos. Foram muito eloquentes as declarações do primeiro ministro Li Peng, em Paris, a 12 de abril último: *"Se os EUA continuarem a nos excluir da Organização Mundial do Comércio, a China vai desenvolver suas relações bilaterais com os países mais importantes."* Como primeiro passo dessa direção, em vez de comprar da Boeing, Li Peng fechou negócio de US\$1,5 bilhão para aquisição de vários aviões, tipo "Airbus", com a empresa francesa "Aérospatiale". Isso seria um tipo de aviso que os EUA sabem

compreender muito bem.

Por outro lado, a China vendeu recentemente, ao Paquistão, circuitos magnéticos que podem ser utilizados para a fabricação de bombas atômicas. Logo após, em reunião com o chanceler chinês em Haia, o Secretário de Estado Warren Christopher, suspendeu o financiamento prometido pelo EXIMBANK americano para a construção do metrô de Cantão, e divulgou que está estudando aplicar sanções econômicas e comerciais contra a China. Será isso a retaliação americana às declarações de Li Peng em Paris, duas semanas atrás? Seja como for, ainda acredito que o governo americano vai renovar a cláusula da nação mais favorecida e aprovar o ingresso da China na OMC. Em troca, a China daria, às empresas estrangeiras, o acesso ao grande mercado interno e permitiria a repatriação de lucros daí resultantes, o que lhes é proibido, até agora.

Finalmente, esclareço que, em 1994 e 1995, o Brasil sempre demonstrou apoio à entrada da China no GATT e agora na OMC. O Itamaraty acredita que, de outra forma, o sistema multilateral do comércio continuará

prejudicado. Tampouco considera o Itamaraty que se deva exigir da China critérios superiores e especiais aos aplicados a outros países. No entanto, parece-me estar na hora de o Brasil solicitar à sua nova “parceira estratégica” (a expressão é do próprio vice-ministro Zhu Rongyi) concessões específicas que nos beneficiem no contexto global das negociações, o que inexplicavelmente ainda não fizemos.

Os fatos estão se precipitando, à medida que se aproximam as negociações na OMC, no fim do mês de maio corrente. Acrescento que, na semana passada, o 1º Tribunal Popular de Mediação, em Beijing, condenou a Beijing Ju Ran Computer Co., a pagar uma indenização de US\$ 66,000.00, à Microsoft, e confiscou mercadorias pirateadas. Aliás, a China insiste que vem fazendo o máximo para combater a pirataria e proteger a propriedade intelectual. No entanto, essa indenização foi muito pequena, embora tenha efeito simbólico e de ter sido tomada para impressi-

onar a Organização Mundial do Comércio. Há outros processos de pirataria em pauta que, provavelmente, serão acelerados em tempo de influenciar as negociações de Genebra.

Infelizmente, em maio do ano passado, a CNN anunciou que os EUA têm provas agora de que a China também está violando as normas de propriedade industrial em relação a software e vídeos, com prejuízos para empresas norte-americanas, superiores a US\$ 2 bilhões. Em consequência, Washington já impôs sanções comerciais à China, naquele mesmo valor, e publicará uma lista nos próximos dias dos produtos que serão atingidos. Essa escalada de represálias não presagia nada de bom.²

O COMÉRCIO BRASIL-CHINA

As notícias da China parecem uma nova edição das histórias contadas por Marco Polo, no século XIII. As informações dele eram tão mirabolantes que, em breve, Marco Polo estava apelida-

do, na Itália, de “Marco milhões”. Hoje em dia, ouvimos ou lemos comentários altissonantes sobre a China, com projeções espetaculares, mas os investidores, os comerciantes, os homens de negócios, os diplomatas estão cautelosos. Por isso, devemos examinar objetivamente os interesses maiores do Brasil em relação à realidade comercial sino-brasileira. Esse novo enfoque tem vários aspectos importantes e delicados, ao mesmo tempo, que devem merecer extrema atenção. Não esqueçamos as “polonetas” e as “iraquetas”! Nossa dívida externa subiu bastante só para atender ao *lobby* das nossas empreiteiras. Como não há dinheiro para grandes obras no Brasil, elas vão voltar a pressionar o Banco do Brasil e o Banco Central para obter linhas de crédito, a fim de participar vantajosamente em licitações no exterior. E a China parece um prato bem saboroso. No momento, já está em estudos uma linha de crédito de US\$ 100 milhões para facilitar a competição das empreiteiras na China.

Ora, a China é agora o principal país do Terceiro Mundo ou, mais exatamente, a maior potência emer-

² Depois de concluído este ensaio, o Presidente Clinton enviou mensagem ao Congresso americano, recomendando a renovação da cláusula de nação mais favorecida à China. Os debates parlamentares não tinham ainda recomçado.

gente. É preciso muito cuidado e flexibilidade, ao definir como vai o Brasil comportar-se nas próximas reuniões da Organização Mundial do Comércio e da UNCTAD, a grande conferência das Nações Unidas para comércio e desenvolvimento, essa última a ser presidida pelo Brasil, na pessoa de Rubens Ricúpero. China e Brasil já são competidores na exportação de alguns produtos, como, por exemplo, calçados e brinquedos, e será inevitável que, no futuro, venha a haver viva competição em outros setores comerciais. Podemos nos unir à China no que significa lutar por uma maior penetração nos mercados do NAFTA, da União Européia e do Japão. No entanto, devemos ter cautela no grau desse apoio, pois me parece indispensável deixar bem claro que o Brasil desaprova várias medidas autoritárias, desleais e até arrogantes do governo chinês ao se recusar a respeitar as leis básicas do comércio internacional. Essa *nuance* me parece essencial, pois afinal de contas dez Chinas não valem o mercado dos G-7 para o Brasil.

O "Time Magazine", de 18 de dezembro de 1995, traz uma frase expressiva do Sr. Mark Hogan, presidente da General Motors do Brasil. Afirmou ele: *"A longo prazo o grande mercado será o Extremo Oriente, mas o Brasil é hoje o que a China será amanhã."* Por isso, nosso País está atraindo tantos investidores, porque, apesar das oscilações de

**De um modo geral,
os contratos assinados
valem pouco na China
e a legislação local
é omissa.
Não há garantias
judiciárias.**

nossos governantes e de nossos legisladores, o Brasil agora é um país confiável. A China, por ora, é muito atraente a médio prazo, mas ainda não é confiável para os investidores. A maioria dos países da Europa Oriental tampouco é confiável. O comportamento comercial chinês em relação às grandes empresas estrangeiras, de um modo geral, tem sido brutal e até assustador, dando a impressão de que a Chi-

na deseja o capital e o *know-how*, mas maltrata as firmas estrangeiras como se estivesse se vingando de todas as humilhações que europeus, americanos e japoneses lhes impuseram no passado. Os executivos ocidentais, em especial os das multinacionais, ficam atormentados com as exigências descabidas e a inconstância dos negociadores chineses. De um modo geral, os contratos assinados valem pouco na China e a legislação local é omissa. Não há garantias judiciárias.

A célebre briga entre a "Chrysler" americana e a "Mercedes Benz" alemã fornece ângulos de negociação do maior interesse para um investidor na China. Os chineses, na última hora, exigiram eliminar todas as cláusulas de proteção à propriedade industrial e intelectual do contrato, o que permitiria aos desenhistas locais copiar os componentes da "Chrysler" impunemente. Para surpresa geral, a empresa americana refugou e desistiu no último momento. Já a "Mercedes" cedeu em quase todas as exigências chinesas, porque a perua que lá pretendem fabricar

não é importante para os alemães. Ao fechar o negócio, os alemães se justificaram: *"é preciso correr riscos para obter resultados"*. Enfim, o tempo dirá quem estava com a razão.

Aliás, o comportamento comercial da RPC lembra as violências que o próprio Brasil sofreu no passado, e até recentemente, nos anos setenta e oitenta, em nossas lamentáveis aventuras no Iraque e na Polônia, que custaram ao contribuinte brasileiro bilhões de dólares irrecuperáveis. Investimentos e contratos para grandes obras em países não-democráticos, sem garantias judiciais, com regimes socialistas autoritários, como então a Polônia, ou contratos com ditadores direitistas como Sadam Hussein, serão sempre muito arriscados. As atitudes de governos desse gênero (e a China é um deles) são sempre imprevisíveis.

Um dos fatores negativos (o que se estende à China) era a enorme distância entre o Brasil e a Polônia e o Iraque. Que poder de barganha política tem o Brasil em relação a devedores tão remotos? Na América do Sul, podemos cobrar com vigor porque somos vizinhos. De-

vemos, portanto, ser muito cautelosos ao estender eventuais linhas de crédito para obras na China, mesmo que associados a outras empresas estrangeiras. Nosso poder de barganha é mínimo e as experiências que norteamericanos e europeus estão tendo agora na China são talvez piores do que vem ocorrendo na Europa Oriental, depois da queda do muro de Berlim.

Na realidade, os investidores na China estão descobrindo, claramente, que o governo chinês pressiona cada vez mais pela rápida transferência de tecnologia. Ao cederem a essas exigências estarão fortalecendo seus futuros competidores no mercado mundial, a breve prazo. Outras queixas de interessados está no fato de que imensas quantidades de têxteis estão sendo produzidas nas ZEEs e sendo transferidas para Hong Kong. Lá, esses têxteis são etiquetados como se houvessem sido fabricados na ilha inglesa e, com isso, contornam as tarifas sobre têxteis de vários países da União Européia. Como vemos, estão surgindo todos os ingredientes para uma verdadeira guerra comercial, a qual deverá ser mais acirrada do

que aquela que ocorreu, nos últimos quarenta anos, para conter a ofensiva comercial do Japão. Aliás, a China já está utilizando a palavra "contenção" (*containment*) em sua guerra de palavras com os EUA.

Tenho comentado os problemas bilaterais que os EUA estão tendo com a China só para ilustrar o que poderá acontecer a nós mesmos ao encetarmos uma parceria, talvez descuidada, com aquele país. Ora, se Beijing procede assim com a maior potência militar mundial e também seu melhor mercado de exportação, por que agiriam mais corretamente em relação ao Brasil? A mesma revista "Business Week" relata que a China é hoje a maior dor-de-cabeça dos EUA em matéria de comércio internacional, porque ela opera com o maior desdém pelas regras do jogo comercial. No ano 2000, os EUA deverão ter um déficit comercial com a China maior do que o déficit com o Japão, possivelmente na ordem dos US\$ 70 bilhões anuais. Recordo que esse déficit já é hoje de US\$ 33 bilhões. Está comprovado, informa aquela prestigiosa revista, que muitas fábricas de brinquedos, de reló-

gios e roupas de Hong Kong já se mudaram para a China. Os produtores de calçados "Nike" e "Adidas" de Taiwan já lá estão. Outras fábricas de aparelhos de som, rádios e computadores pessoais estão se transferindo para as ZEEs. Aponta "Business Week" que só está melhorando o equilíbrio comercial dos EUA com os "Tigres Asiáticos" porque muitíssimas fábricas sediadas nesses países estão se transferindo para a China.

Se ao negociar com a China devemos sempre ter em mente as conseqüências de eventuais concessões a ela com relação aos países do NAFTA, da União Européia, do G-7 e, sobretudo, do MERCOSUL, o que dizer dos aspectos políticos? A Organização Mundial do Comércio pode ser uma arma de dois gumes: não nos esqueçamos de que uma das primeiras punições da OMC foi contra o Brasil, no início de 1995, porque elevamos unilateralmente as tarifas para os carros importados. Já no campo da propriedade intelectual, o Brasil tem sido um infrator renitente, pois, até agora, o Congresso Nacional ainda não aprovou a Lei de Patentes, embora isso pareça iminen-

te. Pior ainda: as acusações de *dumping* também associam indiretamente a China ao Brasil aos olhos de muitos economistas do primeiro mundo. Ambos os países estão ao corrente do risco de que o G-7 nos aplique a já famosa "cláusula social", que elevaria barreiras alfandegárias contra os produtos dos países que utilizam mão-de-obra infantil, trabalho escravo ou de penitenciários. Ora, segundo informou "O Globo" de 19.01.1996, o IBGE acredita que existam, no Brasil, 7,5 milhões de crianças de 10 a 17 anos que trabalham até doze horas por dia. Dentre elas, haveria mais de três milhões com menos de 14 anos. A revista mensal "Atenção" relatou que as crianças representam cerca de 11,6% da força de trabalho brasileira e, em média, 70% delas recebem apenas meio salário mínimo, ou seja, US\$ 56.00 mensais.³

Por gentileza da Embaixada da China em Brasília, recebi os dois discursos proferidos, em 1993, em São Paulo e Brasília, respectivamente pelo vice primeiro-

ministro Zhu Rongyi e pelo presidente Jiang Zemin, em suas visitas oficiais ao Brasil. O texto do primeiro discurso tem bastante interesse, já que Zhu é o líder da reforma econômica chinesa. O ex-prefeito de Xangai, cidade-irmã de São Paulo, mencionou diretamente projetos bilaterais e dados estatísticos. Incluo, em anexo a este ensaio, o seu discurso, bem como a lista⁴, surpreendentemente longa, das empresas chinesas já sediadas e operando ativamente no Brasil. Elas já são 24.

Se analisarmos de perto o comércio bilateral com a China, veremos que ele cresceu bastante desde as visitas oficiais de 1993 que acabo de citar. A China passou a comprar muito mais do Brasil, pois as exportações brasileiras ultrapassaram, em 1995, o índice de US\$ 1 bilhão. Ora, se as recentes aquisições chinesas no Brasil fizeram da China nosso 11º cliente, acima da França, da Espanha e outros países importantes, parece-me ainda cedo para avaliar se essa procura crescente pelos produtos brasileiros conti-

³ Pouco depois de concluído este ensaio, o Congresso Nacional aprovou a Lei de Patentes, que foi promulgada pelo Presidente da República.

⁴ Omitida.

nuará elevada, ou será ela apenas oportunista, interesseira, episódica.

Até há pouco, o comércio bilateral se limitava, em grande parte, à fórmula ORE/OIL, isto é, nossos navios levavam minério de ferro para a siderúrgica de Xangai e voltavam com petróleo. Conforme o exposto ao final deste ensaio, nos últimos anos a exportação brasileira de óleo de soja tomou grande vulto e até a dianteira. Nos anos sessenta, quando eu estava designado para Hong Kong, um grande empecilho dificultava nosso comércio bilateral: a falta de portos de águas profundas na China, o que permitiria aos navios brasileiros de lá regressarem com o carvão chinês, que nos interessa bastante. Agora esse inconveniente está sendo superado, pois quatro novos grandes portos em breve estarão disponíveis. Lembro que Cantão e Xangai, embora tenham elevadíssima manipulação de cargas, são portos situados na foz de rios e habilitados apenas para navios de médio calado.

O conceito de "parceria estratégica" não foi inventado por nós brasileiros e sim pelo poderoso ministro do desenvolvimento Zhu Ron-

gyi, por ocasião de sua visita ao Brasil, em 1993. Em verdade, embora as relações sino-brasileiras ainda não estejam muito densas, já avançamos bastante, talvez até demasiado. Nada menos de trinta acordos, ajustes e memorando de intenções já foram assinados e estão aparentemente em vigor. Existem e funcionam duas comissões mistas e estão sendo apurados mecanismos de consulta e planejamento conjunto. O projeto CBERS (*Chinese-Brazilian Earth Resources Satellites*) é hoje o único tipo de cooperação em alta tecnologia entre países em desenvolvimento.

Para orientação das empresas brasileiras interessadas em operar na China direi que há boas perspectivas de formação de *joint ventures* nos setores de tecnologia de ponta; automação bancária; produção de fármacos; siderurgia; telecomunicações; aviação civil; construção civil em geral e grandes obras de infra-estrutura em particular; agricultura, etc. Alguns pequenos contratos já foram obtidos por empresas brasileiras, mas nada de substancial. Exemplificando: a empreiteira Andrade Gutierrez está construindo um trecho de 28 km de es-

trada de ferro no noroeste da China, em projeto financiado pelo Banco Mundial. A mesma empresa está construindo e vai operar, por trinta anos, uma rodovia de 68 km na província de Cantão. A empreiteira Mendes Júnior, que tem bastante experiência no exterior, nem sempre bem sucedida aliás, está participando da construção de uma usina hidrelétrica em Tian-sheng-hiao. Lá trabalharão, por cinco anos, 42 engenheiros brasileiros, encarregados do gerenciamento e transferência de tecnologia na construção de uma barragem de enrocamento com face de concreto. Mais importante será nossa eventual participação no grande projeto das Três Gargantas, que, no entanto, teve financiamento negado pelo Banco Mundial e pelo Eximbank, por provável influência norte-americana, calcada em problemas de meio-ambiente. O Brasil já está presente na 1ª fase desse projeto de US\$ 26 bilhões, com o consórcio UNICOM, responsável pela construção de Itaipu. Três engenheiros experientes estão prestando assessoria aos chineses. Aliás, os chineses são fascinados por Itaipu e toda personalidade

que aqui aporta insiste em visitá-la.

Há também boas possibilidades para projetos menores no setor de energia nuclear e, nesse sentido, já foi assinado, em 1995, um memorando de entendimento entre a nossa NUCLEP e a corporação chinesa para energia nuclear para fins pacíficos. Igualmente, as microempresas brasileiras de informática estão aprimorando o programa SOFITEX 2000, sob coordenação do CNPq, em busca de parceria na China, através da comissão mista de ciência e tecnologia. Outra alternativa promissora seria a cooperação em matéria industrial militar. O General Leônidas Pires Gonçalves esteve na China, em 1988, e continua em estudos um protocolo entre os dois governos, que ainda não amadureceu suficientemente.

Por outro lado, FURNAS está interessada na cooperação para a implantação de pequenas centrais elétricas na Amazônia. Essas chamadas PCH (pequenas centrais hidroelétricas) são simples, baratas e funcionam bem. Vamos comprá-las e pagá-las com serviços. O leque de colaboração bilateral se amplifica com itens de impor-

tância mirim, mas que, mesmo assim, merecem citação, como por exemplo o projeto de sericultura, intitulado “projeto bicho-da-seda da mamona”, que está sendo desenvolvido no Rio Grande do Norte com técnicos chineses. E a Universidade de Brasília, e mais três outras em nosso País estão oferecendo cursos, em 1996, de medicina tradicional chinesa, ministrados por professores chineses.

Como se vê, a parceria com a China, se ainda não é estratégica nem especial, já apresenta alguns resultados promissores. Além disso, a China aumentou bastante suas importações do Brasil. Em 1994, nossas exportações para aquele país superaram US\$ 800 milhões e, em 1995, teriam se elevado a mais de US\$ 1 bilhão. Infelizmente, o reverso da medalha é bem menos risinho. O economista Joelmir Beting, em “O Globo” de 30 de março de 1996, dedicou seu artigo inteiro ao que chamou de “Chacina industrial”. Referindo-se ao *dumping* chinês e coreano, afirmou que o Brasil “abriu-se para a competição externa sem uma política industrial adequada e sem exigir nada em troca da parceria exter-

na (...) Nos têxteis, nos brinquedos, nos calçados, nos eletrônicos populares, nas ferramentas leves, nos guarda-chuvas – uma devastação industrial. Claro, os consumidores assanhadamente agradecem. Havia proteção excessiva, baixa eficiência e margens elevadas. Vestir-se no Brasil ficou mais caro que no primeiro mundo. (...) A situação é de calamidade industrial. A cidade paulista de Americana, região de Campinas, era o maior pólo fabril de fibras sintéticas da América Latina. Em tecidos e confecções, contava com 1.375 fábricas de todos os portes, por volta de 1990. Hoje não passam de 700. Ineficiência? Entre as fábricas desativadas há uma unidade robotizada do Grupo Vicunha – fábrica do terceiro milênio. Também ela sucumbiu ao made in China. As importações de tecidos e confecções totalizaram, no ano passado, 61.230 toneladas. Em 1990 nossas compras externas não passavam de 2.200 toneladas por ano.” E prossegue Joelmir Beting: “Os EUA e a União Européia, com mercados muito maiores do que o nosso, estabeleceram quotas.” O mesmo jornal “O Globo”, da

2ª feira, 06.05.1996, publicou uma página inteira sobre a crise que atravessa o Vale dos Sinos, no RS, onde fecharam 3.000 das 4.000 fábricas de calçados, devido à concorrência chinesa. Também a maior fábrica de brinquedos brasileira, a “Estrela”, acaba de fechar, e seu dono anunciou que vai se dedicar à importação.

No entanto, o Secretário de Política Econômica, Mendonça Barros, afirma que nem todas as indústrias têxteis precisam de proteção: *“Algumas investiram em qualidade e produtividade ao longo dos anos e hoje estão preparadas para a concorrência. Outras, porém, não realizaram investimentos, apostando que o Governo não deixará sucumbir um setor tão intensivo de mão-de-obra.”*

Por sua vez, o Ministro Malan (11.03.1996) declarou que *“a abertura comercial começou de forma planejada ainda em 1990, no governo Collor. Foi administrada uma exposição gradual à competição externa a cada ano. Ninguém pode reclamar de ter sido surpreendido”*. Seja como for, os desempregados vítimas dessa abertura, talvez precipitada, já são mais de cem mil.

Com o fim da chamada “lista Dallari”, em abril próximo passado, o governo brasileiro parece estar despertando para esse grave problema. Como as tarifas têxteis vão baixar, de 70, para 20%, a situação ficaria insustentável. Por isso, aproveitando o “Acordo sobre tarifas e vestuário” (ATV) da Organização Mundial do Comércio, que vigorará até o ano 2005, o Brasil vai criar quotas com o objetivo de limitar as importações de produtos têxteis, a partir de maio de 1996. Trata-se de uma salvaguarda transitória, adotada no caso de prejuízos às empresas nacionais. A balança comercial do setor têxtil mudou completamente nos últimos anos: de um superavit de quase US\$ 800 milhões, passamos para um deficit, em 1995, de quase US\$ 900 milhões. As quotas não deverão ser inferiores à média das importações nos últimos três anos. Parece-me indispensável tal medida, ou a quebradeira no setor pode ser total. Exemplificando: as sedas chinesas e coreanas chegam ao Brasil pelo preço de US\$ 3.00 o metro, enquanto produtos similares brasileiros custam quatro vezes mais. O Itamaraty já deve estar consultan-

do a OMC sobre nossa oportuna decisão, que já chega tarde aliás, pois poderíamos ter evitado muitas quebras e desempregados. Medida semelhante deveria ser considerada, também, para o setor dos calçados e brinquedos, igualmente atingidos pela concorrência desleal da China, Taiwan, Coréia do Sul e Panamá.

Para terminar, é indispensável lembrar pormenores da visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Beijing e alguns fatos a ela alusivos. Valho-me das informações do jornal paulista “Gazeta Mercantil”, cujo correspondente transmitiu novidades nada risonhas em seu artigo de 10.12.95. Cito: *“Ao se instalarem na China a partir de 1992, três das maiores empreiteiras brasileiras: a CBPO (Odebrecht), a Andrade Gutierrez e a Mendes Júnior tinham a certeza de fazer bons negócios. Passados três anos, os bons negócios ainda não vieram e o otimismo parece ter ido embora.”* Mais adiante acrescenta: *“Não há leis sobre contratos e licitações na China e o governo de Beijing tem habilmente tirado, das construtoras internacionais, o filet mignon da reconstrução nacional, sem que elas*

deixem de prestar, às vezes de graça, serviços técnicos aos chineses. Sobraram para os estrangeiros apenas pequenas obras ou ainda pequenas participações em grandes obras."

Seja como for, nosso chanceler Luiz Felipe Lampreia assinou um memorando de entendimento para transferência de tecnologia na área de energia elétrica. Os chineses vão fornecer tecnologia de pequenas hidroelétricas e o Brasil vai retribuir com o *know-how* das grandes usinas, como Itaipu. Ademais, nosso presidente inaugurou uma feira de produtos brasileiros em Xangai, batizada de "Brasil-China, uma parceria estratégica.

Entre outros fatos promissores, figura a cooperação bilateral do projeto CBERS, já em andamento. Oito engenheiros do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), de São José dos Campos, SP, estão há mais de um ano trabalhando na China em um projeto binacional para a instalação de satélites de comunicação. Esses técnicos brasileiros moram em Beijing em um hotel com suas famílias. A "Gazeta Mercantil" de 27.11.95 co-

menta a idéia de criar uma empresa para comercializar imagens de sensoriamento remoto. Desde 1988, dois satélites vêm sendo construídos, em regime de *joint venture*, e o primeiro deles deverá ser lançado em outubro de 1997 na base chinesa de Shan-Xi. Já em julho do ano próximo, relata o jornal, o satélite começará a ser instalado e montado na China, e esses satélites serão usados para obter informações úteis ao meio ambiente, agricultura e geologia.

O governo brasileiro propôs, recentemente, aos chineses, a ampliação do programa para fabricação de outros dois satélites do mesmo porte, com 1.400 quilos cada, porém mais sofisticados. Com esses satélites, poderemos competir com os norte-americanos (Landsat) e os franceses (Spot), e poderemos ser o terceiro país do mundo a usar essa tecnologia. Tal projeto já recebeu US\$ 50 milhões do nosso Ministério da Ciência e Tecnologia, e parte dos componentes do satélite está sendo feita no Brasil. Nossos eventuais clientes serão empresas agrícolas, de mineração e de planejamento em geral.

Lampreia assinou também memorando de entendimentos sobre cooperação nas áreas do rádio e da televisão. Recordo aqui o imenso sucesso que teve na China a novela "Escrava Isaura", anos atrás. Mas a 14.12.1995 a "Gazeta Mercantil" informava ainda que Fernando Henrique Cardoso decidiu ajudar as empreiteiras brasileiras a conseguir participar do projeto da grande usina hidroelétrica das Três Gargantas, cujo financiamento foi negado pelo Banco Mundial. Seu custo total vai andar pelos US\$ 26 bilhões, o dobro de Itaipu. E agora pergunto: será que o Brasil vai oferecer vultosas linhas de crédito às empreiteiras brasileiras para operarem na China? Com a minha experiência no Equador, no Peru e na Europa Oriental, não posso deixar de ficar apreensivo.

Outras notícias transpiraram: a China teria prometido apoiar a candidatura brasileira ao Conselho de Segurança da ONU, como novo membro permanente. Ora, não se sabe ainda quantas vagas vão ser abertas, nem quando será a eleição, e só é certa a admissão da Alemanha e do Japão. Nessas condições, a promessa chinesa não vale muito. Outra notí-

cia, essa sim importante, foi estampada na "Gazeta Mercantil" de 14.12.1995: "*Cardoso anunciou ontem em Beijing o apoio do Brasil ao ingresso da China na Organização Mundial do Comércio.*" Embora eu acredite que os EUA vão acabar também por tomar a mesma decisão, a promessa me parece um pouco prematura. Ou foi apenas *lip service* para retribuir à promessa semivazia de Jiang Zemin?

Resumindo: o tempo dirá se os gestos de amizade e interesse da China pelo Brasil são oportunistas ou não. A China precisa de nós no comitê da OMC que está

avaliando sua admissão e, além disso, a China poderá precisar do Brasil, que vai presidir a próxima UNCTAD na pessoa de Rubens Ricúpero. Por isso, reservo minha opinião sobre essa anunciada parceria estratégica e especial para depois dessas duas importantíssimas ocasiões. Se a China continuar a comprar mais de um bilhão de dólares de nossos produtos anualmente, isso representará uma compensação pelos estragos que tem causado a nossas indústrias de têxteis, calçados e brinquedos. Se assim ocorrer, então passarei a considerar significativa essa par-

ceria. Seja como for, é provável que continuaremos a fazer alguns bons negócios com óleo de soja, minério de ferro, açúcar, suco de laranja, café solúvel, conservas, carne de boi e frango, etc. Há também boas possibilidades para consultorias pontuais, isto é, para assuntos específicos, como está fazendo a COPEL (Companhia Paranaense de Energia) no terreno da eletrificação rural. Algum pequeno projeto para empreiteira brasileira, por nós financiado, poderá surgir, mas a realidade pára aí mesmo, pelo menos a médio prazo. Não me parece realista esperar mais.

DADOS PRINCIPAIS SOBRE A ECONOMIA CHINESA (1995)

PIB: US\$ 700 bilhões

Inflação: 14,55

Exportação: US\$ 150 bilhões

Importação: US\$ 130 bilhões

Reservas de moedas fortes: US\$ 70 bilhões

Taxa de desemprego: 2,9%

Dívida Externa: US\$ 100 bilhões

Fonte: Embaixada da RPC em Brasília (17/02/96)

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-CHINA (US\$ MILHÕES)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Exportações brasileiras	382	226	460	779	822	1.086
Importações brasileiras da China	169	129	117	305	463	525
Balança comercial	+213	+97	+343	+474	+359	+562
Corrente de comércio	551	355	577	1.084	1.285	1.610

Fonte: Ministério da Indústria e do Comércio

DÍVIDA EXTERNA DA CHINA COM O BRASIL

Em outubro de 1995 não constava no Banco Central débito chinês para com o Brasil.

PRINCIPAIS PRODUTOS BRASILEIROS EXPORTADOS PARA A CHINA (1995)

Óleo de soja (42,1%), minérios de ferro e seus concentrados (16,8%), açúcar de cana (15%), máquinas (4,4%), ferro fundido e aço (3,5%), etc.

IDEM IMPORTADOS DA CHINA (1995)

Máquinas, aparelhos e material elétricos (18,8%), produtos químicos orgânicos (9,7%), brinquedos e jogos (8,5%), peças de vestuário e acessórios (7%), calçados (6,4%), caldeiras e aparelhos mecânicos (6,9%), carvão (5,1%), etc.

INVESTIMENTOS DIRETOS NA CHINA (US\$ MILHÕES)

País	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Hong Kong	3.943	7.507	41.531	76.753	48.692	33.583
Japão	457	812	2.173	2.960	4.440	6.840
EUA	358	548	3.121	6.813	6.010	5.435
Taiwan	1.000	3.430	5.543	9.965	5.395	3.731
Outros países	1.838	3.213	11.297	24.910	23.538	21.480
Total de invest. Recebidos	7.596	15.510	63.665	121.401	88.075	71.069

Fonte: US/China Business Council, citado por "Newsweek" de 01/04/96, pg. 23.

**DISCURSO DO VICE-PRIMEIRO MINISTRO DA CHINA, ZHU RONJI,
POR OCASIÃO DE SUA VISITA À FIESP, EM SÃO PAULO,
A 31 DE MAIO DE 1993.**

Sendo o maior centro industrial e o enlace econômico do Brasil, e também de todo o continente da América do Sul, São Paulo desempenha um papel preponderante na economia nacional brasileira. São Paulo é também qualificado vivamente como a "locomotiva da economia do Brasil". Quando

eu era Prefeito de Shanghai, foi estabelecido o relacionamento de irmandade entre Shanghai e São Paulo, recebi o convite de visitar São Paulo, que não foi concretizado. Estou, hoje, muito contente de ter a oportunidade de me encontrar com os senhores em São Paulo e fazer uma breve introdução

sobre a situação do desenvolvimento da economia chinesa e as relações entre a China e a América Latina.

A Reforma e Abertura da China têm ocorrido há 14 anos. Nesse curso, sob a orientação da teoria de construir o socialismo com peculiaridades chinesas, formu-

lada pelo senhor Deng Xiaoping, a reforma percorreu um processo progressivo de se realizar primeiro em zonas rurais e depois nas urbanas, primeiro na economia e depois na política, e da combinação de baixo para cima e vice-versa. A reforma chinesa, no seu sentido essencial, é um auto-aperfeiçoamento e desenvolvimento do regime socialista; entretanto, no termo de transformação fundamental da estrutura e mecanismos da economia, ela é também uma segunda revolução chinesa. Recordando o percurso da reforma nos 14 anos, a reforma de estrutura econômica tem-se desenvolvido sempre em volta de como se tratava corretamente da relação entre a planificação e o mercado. O caminho percorrido pela reforma da estrutura econômica durante os 14 anos foi de aumentar gradualmente a regulação do mercado e reforçar a função dos mecanismos de mercado, o que se chama habitualmente uma reforma "orientada ao mercado".

Em suma, os principais trabalhos feitos nos 14 anos da reforma e abertura da China são seguintes:

– Modificando a estrutura unitária do sistema de

prosperidade, formou-se progressivamente uma disposição de predominância de propriedade pública e de coexistência e desenvolvimento conjunto das diversas formas econômicas, tais como da prosperidade de todo o povo e das propriedades coletiva, individual e privada. Atualmente, no valor de produção industrial, 53% vêm das indústrias de todo o povo, 35% das coletivas e 12% das individuais, privadas e das empresas de capital misto, exclusivamente estrangeiro e em corporação: no valor global das vendas de mercadoria a retalho em toda a sociedade, 40% são empresas de comércio de propriedade de todo o povo, 30% das coletivas e 30% das individuais privadas e da corporação.

– Partindo da harmonização das relações entre o Estado e as empresas, realizou-se a reforma das empresas na ampliação gradual da autodeterminação de produção e de gestão. Segundo o princípio de divisão das funções entre o governo e as empresas e de separação dos direitos da propriedade e da gestão, em 93% das empresas industriais e comerciais da prosperidade de todo o povo efe-

tuaram-se diferentes formas de sistema de responsabilidade de gestão pelo contrato, e ao mesmo tempo, estabeleceu-se um grupo de consórcios de empresas de novo tipo. Fizeram-se, de diversas maneiras, ensaios de sistema acionário para procurar efetivas formas de realização da propriedade pública. Até o fim do ano 1992, surgiram em todo o país, mais de 3.700 empresas de sistema acionário, e 69 tipos de ações foram publicamente negociadas na bolsa de Shengzhen e Shanghai.

– Tendo posto em jogo o mecanismo de mercado e de criação do sistema de mercado como o seu conteúdo, fez-se a reforma do sistema de circulação mercantil. No momento em que se esforçou por desenvolver o mercado de mercadorias de diferentes tipos de bens de consumo e de meios de produção, estabeleceram-se e cultivaram-se ativamente mercados de diversos tipos de fatores de produção, e já se formou de maneira preliminar o seu sistema. Através da reforma de preços, a maioria dos preços da mercadoria já estão liberados e o papel regulador do mercado se aumenta cada vez

mais. Segundo as estatísticas, já é menos de 20% a proporção dos preços fixados pelo Estado no valor global de compra dos produtos agrícolas; e de 10% e 30% respectivamente no valor global de venda dos produtos industriais de consumo e dos meios de produção a preço de fábrica.

– Realizou-se a reforma do sistema de regulação e controle macroeconômicos. O sistema de regulação e controle macroeconômicos do governo está começando a passar do controle de administração direta como o principal para a regulação e controle indiretos como o principal através do uso integral de meios econômicos e legais. Os planos obrigatórios estatais estão reduzidos visivelmente na produção industrial. Antes de 1979, os planos obrigatórios ocupavam mais de 95% no valor global da produção industrial, enquanto agora a ocupação dos planos obrigatórios traçados pela Comissão Estatal de Planejamento se diminuiu ao nível de 7%. Os meios de produção unificadamente distribuídos e o número dos produtos de tipo A planificadamente comprados pelo Estado também se reduzi-

ram relativamente. À medida que se sucede a reforma na estrutura de planejamento, investimento, fazenda e finança, as taxas de imposto e de câmbio e o volume de abastecimento monetário transformaram-se em importantes métodos de regulação e controle de macroeconomia.

– Efetuou-se a reforma estrutural de distribuição destinada à manifestação do princípio de combinação entre competência, justiça e eficácia. Está aparecendo a estrutura de distribuição social de ter o princípio de a cada um segundo o seu trabalho como o principal e de coexistência de várias formas de distribuição, e está em andamento uma nova reforma do sistema de seguros sociais. Nas empresas estatais de indústria e comércio, aplicou-se universalmente o método de vincular o valor global de salários da empresa a sua eficácia econômica. Nos últimos dois anos, deram-se também novos passos na reforma dos seguros de aposentados e de velhice, de aspirantes ao emprego, de assistência médica, e do sistema de habitação.

– Foi nos campos rurais onde se fez primeiro a refor-

ma. Aplicou-se geralmente nos campos rurais o sistema de responsabilidade essencialmente consistente no contrato baseado na família com receitas em função de rendimento, e tem-se estabelecido passo a passo o sistema de integração de centralização com separação numa dupla modalidade de gestão, pondo-se em jogo a superioridade da gestão coletiva unificada e a iniciativa de gestão de responsabilidade pelo contrato da família camponesa; reajustaram-se os preços dos produtos agrícolas e as políticas de compra e venda, e desenvolveu-se a circulação de múltiplos canais; a agricultura, a silvicultura, a pecuária, a pescaria e as ocupações auxiliares têm-se desenvolvido enormemente; as empresas de cantões e vilas, surgidas como uma flamante força, absorveram mais de 90 milhões de mão-de-obra rural, promovendo o desenvolvimento da economia mercantil.

– Enquanto impulsamos a reforma, aplicamos resolutamente a política de abertura ao exterior. A abertura ao exterior já se tornou, em múltiplos planos e diversas formas, numa nova configuração de "zo-

nas econômicas especiais, cidades e regiões abertas litorais e fronteiriças e regiões do interior". Desde o ano passado, os investimentos dos comerciantes estrangeiros no nosso país atingiram um novo auge. Até o final do ano 1992, foram registradas na China mais de 84 mil empresas de capital misto, estrangeiro e em cooperação, o valor dos investimentos contratados atingiram cerca de 100 bilhões de dólares americanos e os investimentos em efetivo chegaram a 33 bilhões de dólares americanos. Através da reforma estrutural do comércio exterior, expandiram-se aceleradamente o comércio exterior e o intercâmbio e a cooperação econômica e tecnológica com o exterior. O valor global de importação e exportação do nosso país em 1992 chegou a 165 bilhões de dólares americanos, equivalente a 4,3 vezes do de 1980, ocupando já o décimo-primeiro lugar na ordem mundial. Na China, a abertura ao exterior não se manifesta apenas no aspecto de atrair investimentos estrangeiros, o mais importante é aprender com audácia as experiências avançadas de administração do exterior, aprovei-

tar os seus sistemas, transplantar as leis internacionalmente usadas e aplicáveis na economia de mercado e esforça-se por fazer operações de acordo com os costumes internacionais, de modo que a China se transforme numa competidora qualificada na cena econômica internacional.

Durante o processo da reforma de 14 anos, encontramos passo a passo o caminho de reforma com nossas próprias peculiaridades. Na reforma, prestamos muita atenção à combinação da reforma com o desenvolvimento, à resolução dos problemas surgidos no desenvolvimento econômico pelas medidas de reforma; damos grande importância à combinação da reforma com a manutenção da estabilidade social. Quando se promulga qualquer medida de reforma, temos que tomar em plena consideração a capacidade de aceitação social e seguimos sempre o princípio de experimentá-la em primeiro e generalizá-la depois. Foi precisamente por persistir desde sempre nesses princípios e métodos no curso da reforma, fazendo com que a China tenha mantido sempre um contínuo incremento econômico e uma

estabilidade social no processo da reforma.

Chamam atenção de todo o mundo os êxitos alcançados na China nos últimos 14 anos da reforma e abertura. Os 14 anos da reforma e abertura constituem uma fase do crescimento mais rápido da economia nacional, do aumento evidente do poderio integral do país e da melhoria óbvia das condições de vida do povo.

Ao constatar os sucessos alcançados na reforma e abertura, temos, também, a clara consciência de que existem ainda algumas dificuldades e problemas no desenvolvimento econômico do nosso país. Por exemplo, ainda não é elevada a rentabilidade econômica no setor de produção, construção e circulação, e a irrazoável correlação entre os ramos da economia ainda não se tem modificado; os setores engarrafados, tais como transporte, energia, importantes matérias-primas etc., estão restringindo um maior desenvolvimento da economia; a agricultura que é a base da economia, ainda permanece relativamente débil; as infra-estruturas, as indústrias básicas e o desenvolvimento do setor terciário da economia estão rela-

tivamente atrasadas. As relações de distribuição ainda não se têm posto em ordem; as finanças do Estado ainda se encontram com dificuldades. Sabemos com toda a clareza que não se cumpriu ainda a tarefa da reforma da estrutura econômica da China e alguns problemas de plano profundo de estrutura econômica ainda não foram resolvidos radicalmente. Por isso, precisamos de acelerar ainda mais os passos da reforma e abertura, respondendo às exigências dos mecanismos de economia de mercado socialista. No início do ano passado, o Sr. Deng Xiaoping fez, na sua inspeção pelo sul da China, importantes observações referentes ao aprofundamento da reforma, à ampliação da abertura e à aceleração do desenvolvimento econômico. O décimo-quarto Congresso Nacional do Partido Comunista da China, efetuado em outubro passado, definiu que o objetivo da reforma da estrutura econômica da China é implementar os mecanismos da economia de mercado socialista. O projeto da revisão da Constituição aprovado na primeira sessão da oitava Assembléia Popular Nacio-

nal da China, efetuada em março passado inscreveu a meta de estabelecer os mecanismos de economia de mercado socialista na lei fundamental do Estado, o que simboliza que a reforma e abertura da China já entraram numa nova fase histórica.

Atendendo às exigências da economia de mercado socialista, a reforma da estrutura econômica da China deverá, no futuro, dar novos e espetaculares avanços, baseando-se na sucessão e consolidação dos êxitos alcançados nos últimos 14 anos.

Agora, a China está caminhando com passos firmes rumo à economia de mercado socialista. Estamos profundamente convencidos de que, sob a orientação teórica de construção do socialismo com características chinesas, na base das experiências e êxitos obtidos no curso da reforma dos 14 anos e com a compreensão e apoio das centenas de milhões de massas populares à reforma, a meta do estabelecimento dos mecanismos da economia de mercado socialista concretizar-se-á certamente num futuro não muito distante na China.

Senhoras e senhores:

A América Latina, espacosa em dimensão, rica em recursos naturais e produtos e com um povo sábio e inteligente, é um continente pleno de vitalidade. A China dá muita importância a estabelecer e desenvolver relações de cooperação e amizade com os países latino-americanos. Embora a China e os países latino-americanos estejam separados por um imenso oceano e tenham diferentes tradições culturais e sistemas sociais, são de longa data os intercâmbios amistosos sino-latino-americanos. Entre a China e a América Latina não existem conflitos de interesses fundamentais, mas sim muitos pontos comuns. Nos últimos anos, as relações entre a China e os países latino-americanos têm conhecido um novo desenvolvimento nos domínios político, econômico-comercial, científico-tecnológico e cultural. Mais de vinte Presidentes e Vice-Presidentes e mais de dez Primeiros-Ministros e Vice-Primeiros-Ministros dos países latino-americanos já visitaram a China. E os dirigentes do nosso país fizeram, também, visitas aos países latino-americanos em várias oca-

siões. A troca das visitas de alto nível como essas entre as duas partes desempenha um importante papel em aprofundar o conhecimento mútuo e desenvolver a amizade, e promover a cooperação econômico-comercial e de outros setores. A China e os países latino-americanos têm ampla unanimidade em importantes questões internacionais, apoiam-se uns aos outros, coordenam-se mutuamente em muitos aspectos e fazem esforços conjuntos pelo estabelecimento de uma nova ordem política e econômica internacional, e pela paz e pelo desenvolvimento da humanidade. Atualmente, a China tem intercâmbios comerciais com todos os países e regiões da América Latina. Em 1992, o valor de trocas comerciais entre a China e a América Latina chegou a 3 bilhões de dólares americanos. A China e a América Latina têm desenvolvido ainda uma frutífera cooperação econômica e técnica de formas diversificadas. Nos últimos anos, a economia latino-americana tem manifestado uma boa tendência de crescimento, por sua vez, o desenvolvimento econômico da região da Ásia oriental, inclusive a

China, está demonstrando, também, uma enorme vitalidade. Esta situação fornece melhores oportunidades e perspectivas para o desenvolvimento das relações de cooperação e amizade entre a China e a América Latina.

A China e o Brasil são os dois grandes países em desenvolvimento, cujos poderes integrais nacionais ocupam os primeiros lugares entre os países em desenvolvimento: Não se pode falar na chegada da Era do Pacífico sem o desenvolvimento da China, e igualmente, não se pode falar sobre a vinda da Era da América Latina sem o desenvolvimento do Brasil. A emergência do rápido desenvolvimento da China e do Brasil dará contribuição ainda maior para a paz e o desenvolvimento da humanidade. Em 19 anos desde o estabelecimento das relações diplomáticas entre a China e o Brasil, a cooperação amistosa entre os dois países nos diferentes setores obteve resultados satisfatórios. O Brasil é sempre um dos importantes parceiros comerciais da China na América Latina. Em 1985, o valor do comércio sino-brasileiro chegou a 1,4 bilhão

de dólares americanos, ocupando 55 por cento do valor global do comércio da China com a América Latina. Nos últimos anos, devido à influência de vários fatores, tanto internos como externos, o valor do comércio entre as duas partes registrou uma diminuição e foi, em 1992, apenas 580 milhões de dólares. No entanto, desde o início do ano corrente, o comércio entre os nossos dois países ganhou uma recuperação, só nos dois primeiros meses a importação da China pelo Brasil chegou a 80 milhões de dólares. Estamos completamente convencidos de que sempre que ambas as partes tomem atitudes ativas e realistas, e a medida da maior abertura do mercado do Brasil e do estável desenvolvimento da economia da China, o comércio sino-brasileiro poderá ter sem falta um maior aumento partindo da base atual. Atualmente, a cooperação econômica e tecnológica entre a China e o Brasil está progredindo estavelmente e começou a ter um bom contorno. São mais de 20 representações e escritórios de corporações e empresas de capital em joint-venture ou isolado instalados pela China no Bra-

sil, e algumas companhias brasileiras estabeleceram, também, seus escritórios na China. O intercâmbio e a cooperação científica e tecnológica entre os dois países já tem produzido efeitos rentáveis em mais de 20 áreas, tais como astronáutica, tecnologia, biologia, exploração geológica e outros. O programa de alta tecnologia de estudar e construir em conjunto os satélites CBERS fez com que a cooperação sino-brasileira de ciência e tecnologia chegasse a um nível mais elevado. Durante a minha estada, eu já visitei em pessoa alguns importantes projetos da construção do vosso país, que estão bem conhecidos no mundo, aprendi não poucas experiências valiosas e tenho, também, um novo e profundo conhecimento sobre a potencialidade e a perspectiva da futura cooperação entre os nossos dois países. Além disso, farei significativas discussões com os dirigentes e as autoridades econô-

micas do vosso país sobre a cooperação entre os dois países na exploração de minério de ferro e na construção de obras hidroelétricas. Temos razão de acreditar que o grande projeto de desenvolvimento da China, para o período, desde o fim do presente século até meados do próximo século, e o plano de vitalização da economia do Brasil poderão abrir um terreno mais amplo da cooperação econômico-tecnológica entre os dois países. Merece referir que, nestes últimos anos, as relações de cooperação e amizade entre as regiões e os povos dos dois países, também se desenvolveram rapidamente, o que injetou novo vigor na promoção das relações entre os dois países. Até agora, dois estados e duas cidades do Brasil já estabeleceram relações de irmandade com duas províncias e duas cidades da China. Nos últimos dois anos, o intercâmbio entre Shanghai e São Paulo, que fizeram valiosas explora-

ções para a realização de cooperação de múltiplas formas, vem crescendo constantemente. Estou certo de que, com os esforços conjuntos das duas partes, a cooperação entre as duas grandes e famosas cidades do mundo chegará a um nível mais alto.

Em 1988, no seu encontro com alguns Chefes de Estado da América Latina, o senhor Deng Xiaoping disse: "as pessoas dizem que o século 21 será a Era do Pacífico,... eu tenho a plena certeza de que surgirá nessa altura, também, a Era da América Latina. Espero que apareçam simultaneamente a Era do Pacífico, a do Atlântico e a da América Latina". "A política da China é de estabelecer e desenvolver boas relações com os países latino-americanos e fazer com que as relações sino-latino-americanas sejam um belo exemplo de cooperação sul-sul." Amigos brasileiros, esforcemo-nos juntos para acelerar a chegada dessa maravilhosa Era.

SEGURO É PROTEÇÃO. APRENDA COM QUEM SABE.



FUNENSEG

FUNDAÇÃO ESCOLA
NACIONAL DE SEGUROS

Rua Senador Dantas, 74-Térreo, 4º, 5º, 6º e 11º andares
Centro-RJ-CEP: 20031-201-Tel.: (021) 532-3322 . 532-3699
262-3422 . 533-6334 - Fax: 262-3248
http: www.embratel.net.br/infoserv.funenseg
Biblioteca: [http...www.funenseg.org.br](http://www.funenseg.org.br)
e-mail: funenseg@embratel.net.br

Comunidade Lusófona¹

Therezinha de Castro*

Estudo crítico sobre a criação da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa – suas dificuldades e contradições.

“A arte de origem portuguesa, na América como na África, na Ásia e nas ilhas, está cheia dos riscos de tão esplêndida aventura de dissolução. Portugal seguiu em sua política colonizadora aquelas palavras misteriosas das Escrituras: ganhou a vida, perdendo-a. Dissolvendo-se.”

Gilberto Freyre

Em fins do século XIX, afirmava Ratzel: *“os meios revolucionários de comunicação e transporte mudaram definitivamente o papel das grandes potências continentais na política internacional”*. Analisando a questão dentro do enfoque geopolítico, Ratzel estudava a fase de transição, por que passava o mundo, procurando atingir o que se convencionara chamar de idade imperial, quando as grandes potências se apressavam a dominar vastos espaços instalando suas colônias.

* Professora conferencista de Geopolítica na ECEME e na ECEMAR.

¹ Selecionado pelo PADECEME.

Do século XVI ao XIX, processou-se, com a expansão marítima oceânica, a Revolução Comercial, adstrita ao sistema do monopólio. As colônias só comerciavam com suas respectivas metrópoles européias, conservando-se como simples entrepostos de matérias-primas.

Essa expansão comercial sustentaria a Revolução Industrial, começada em fins do século XVIII. Esta ficou devendo, não apenas aos maquinismos inventados, mas também à abertura de novos mercados, transformados em compradores dos produtos industrializados e fornecedores de matérias-primas.

No século XIX, quando as metrópoles européias es-

tavam no auge das Revoluções Comercial/Industrial, seus domínios coloniais na América começam a se emancipar (1810-25). Passam então a se interessar mais pela África, desconhecida no seu conjunto, e pela ocupação simplesmente periférica, considerada como o *“lugar vago”*.

Missionários católicos e protestantes, em busca de novas almas para seus credos, se instalaram na África e na Ásia, ao lado de comerciantes desejosos em garantir seus mercados e investir capitais. Os desentendimentos entre esses elementos, pertencentes a diferentes países, levaram-nos a reclamar, junto aos respectivos governos, enquanto os exploradores cientistas, a ser-

viço de sociedades geográficas, proporcionavam a seus governos o desejo de pôr a mão sobre riquezas ainda inexploradas.

A partir das duas últimas décadas do século XIX, as potências européias, não tendo mais esperanças de entendimento no continente, se reúnem no Congresso de Berlim (1883/84) repartindo a África. Ocupado, por sua vez, o sudeste asiático, eram abertos, aos mercados estrangeiros, os portos do Japão e da China.

O desenvolvimento do comércio oceânico daria maior importância aos impérios coloniais. Muito embora Portugal, Espanha e Holanda tenham sido os primeiros a criá-los, a bipolaridade já então exercida pela França/Inglaterra, levaria esses dois a ocuparem os mais vastos espaços.

DERROCADA DO COLONIALISMO

Terminada a Primeira Guerra Mundial, ficava patente que não duraria ainda por muito tempo o sistema colonial. Durante o conflito, fortes contingentes africanos, tanto militares como de trabalhadores individuais, haviam servido na Eu-

ropa. Daí voltaram a seus respectivos países com novas idéias e experiências, passando a participar dos problemas que surgiam na África. Esses problemas eram as reivindicações políticas, iniciadas no Egito que conseguia, da Inglaterra, sua independência nominal (1922).

A Segunda Guerra Mundial intensificaria o movimento da descolonização. As metrópoles detentoras dos maiores impérios ultramarinos, França e Inglaterra, entravam no ocaso do poder mundial bipolar e, pelos prognósticos, entregariam os postos à URSS e aos Estados Unidos, nações com amplo espaço vital, declaradamente anticolonialistas.

França

A primeira fase da descolonização é marcada pela Conferência de Brazzaville, capital da então África Equatorial Francesa, às margens do rio Congo. Aí, em 1944, reuniram-se governadores das colônias francesas, em sessão aberta pelo General Charles De

Gaulle, para, reforçando as instituições tradicionais, conceder aos nativos o acesso mais rápido às responsabilidades políticas. Procurava, o governo de Paris, conservar seus territórios africanos e asiáticos, por meio de um novo regime de comunidade, que seria consagrado pela Constituição de 1946, criando a União Francesa. Nascia, assim, a Comunidade Francesa, concedendo independência, ou autonomia, às antigas colônias. A não ser a República da Guiné, liderada por Seku Turê, os demais territórios tornaram-se repúblicas independentes dentro da Comunidade.

Eram 14 Estados negros² de colonização francesa, beneficiando-se das vantagens econômicas na mais estreita cooperação com a antiga metrópole.

A Tunísia pretendia uma independência completa, iniciando-se sob a liderança de Habib Bourguiba a resistência armada, visto que a França não quis renunciar a co-soberania em área de suma importância geoestratégica na rota Gibraltar/

² Madagascar, Senegal, Togo, Costa do Marfim, Dahomé, Congo (Libreville), Gabão, Camerum, República Voltaica, República Centro-Africana, República Sudanesa, Tchad, Niger e Mauritânia.

Suez. Fato idêntico de resistência ocorreu no Marrocos, e a França acabou por conceder, a essas duas ex-colônias (março de 1956), a *independência*.

Tendo conseguido a independência, representantes tunisinos e marroquinos reuniram-se com argelinos, na Conferência de Tânger (1958), para a unificação do Mahgreb Árabe³. Aí, cerca de 800.000 franceses haviam adquirido terras e faziam valer os seus direitos, com lutas que prosseguiram até 1961, quando o General De Gaulle cuidou de realizar um plebiscito, no qual apenas 5 milhões se opuseram aos 18 milhões que optaram pela separação, acordada pela independência em 1962.

Inglaterra

O problema colonial inglês foi diferente, já que a Inglaterra, bem antes da França, concedera certa autonomia, respeitando as autoridades, as leis e os costumes locais, mantendo sempre a simbólica coroa como traço de união, representando o Império Britânico.

O caso mais característico foi a transformação da Costa do Ouro na República de Ghana, graças ao rápido enriquecimento com a produção do cacau, que lhe deu o 1º lugar no mundo, ensejando a ascensão da burguesia negra, que a Inglaterra cuidou logo de associar à administração local. Tendo à frente o líder negro Kwane Krumah, a República de Ghana tornava-se independente como membro da Comunidade Britânica.

Com exceção da África do Sul, as demais colônias inglesas seguiram o exemplo. Autônoma desde 1910, a União Sul-Africana estava envolvida no grave problema social da segregação classificada por apartheidismo, significando desenvolvimento em separado tanto para os brancos (afrikaners), quanto para a maioria negra segregada em tribos. Contrária a Inglaterra à política do apartheid, em 1960 os brancos da África do Sul rompiam com a Coroa e deixavam de pertencer à Comunidade para proclamar, logo em seguida, a República (1961). Mudanças profundas só ocorrem no regime a partir de 1989, com a libertação, no ano seguinte, do líder negro Nelson Mandela.

PORTUGAL ULTRAMARINO

A posição de Portugal, de forma retangular, no sudoeste da Europa, de linha costeira no cruzamento Atlântico/Mediterrâneo, levou-o à expansão marítima. Assim, no século XVI, os portugueses haviam formado o mais vasto império colonial do mundo. Ocupou na América e na África, suas mais extensas áreas (Brasil, Angola e Moçambique). País dedicado ao comércio, sua expansão atingia pontos de apoio no Índico (Goa, Diu e Damão) e, para manter o controle do monopólio das especiarias, implantou pontos de apoio para suas escalas marítimas no Arquipélago dos Bijagoz (Guiné Bissau), nas Ilhas S. Tomé e Príncipe e no Arquipélago de Cabo Verde, chegando, no Extremo Oriente, a Macau e Timor.

País pequeno e ainda pouco povoado, não lhe seria fácil manter todo o conjunto ultramarino. Por isso, enquanto as especiarias deram-lhe vantagem econômica, não iniciaram a colonização dos territórios que lhes cabiam por direito de descoberta. Quando porém, o governo português viu

³ Forma um conjunto geográfico pelo seu relevo, clima, recursos naturais e, até certo ponto, por sua população árabe-bérbere.

ameaçado o território americano, onde o pau-brasil era alvo da cobiça de entrelopas e piratas, iniciou nele a colonização, até então entregue à iniciativa privada das donatárias. Na África e na Ásia, os portugueses eram apenas comerciantes. No Brasil, tiveram que se fixar em sociedades agrícolas, já que o pau-brasil, embora vendável, não lhes proporcionava os lucros das especiarias orientais. Teriam, portanto, que trazer para a América as experiências adquiridas nos arquipélagos e ilhas do Atlântico.

O Brasil foi, assim, o grande campo de prática da ação colonizadora de Portugal, e os portugueses que voltavam da Ásia opulentos, na América tinham que ficar fixados pelo latifúndio.

Assim, trazendo, na mobilidade, a transferência da experiência econômica agrícola, teriam, na miscibilidade, ou seja, na mestiçagem com o índio e o negro, que poriam em prática no Brasil, o segundo fator de grande sucesso na colonização.

Independente o Brasil, no século XIX, teria Portugal que voltar sua atenção em especial para a África, já que para esse continente se

dirigiam os interesses de vários países europeus.

Já então, o contato de pouco mais de três séculos com o Brasil havia proporcionado aos portugueses grandes experiências. Na América, a política consistia em procurar instalar, na embocadura das duas grandes bacias – a do Prata e Amazônica, caminhos naturais para a penetração, já que a colonização não seria apenas periférica como na Ásia.

A importância do Prata ficaria logo patenteada, por se constituir na via de entrada e saída das riquezas espanholas. Daí os choques sucessivos entre os dois povos ibéricos. E, só com muita tenacidade, conseguiram os portugueses manter o setor da embocadura (Colônia do Sacramento) e criar aí a Província Cisplatina, que o Brasil perderia pouco depois de sua independência (1828).

Já a Bacia Amazônica, fracamente povoada, encerrada na vasta floresta equatorial, pouca atenção atrairia. Foi, no entanto, durante a união das Monarquias Ibéricas que, para livrá-la das incursões estrangeiras de ingleses, holandeses e franceses, inimigos do governo de Madrid, que a Bandeira Militar de Pedro Teixeira

(1637) tomou posse de mais da metade dela, posse consagrada a Portugal pelo *uti possidetis* adotado pelo Tratado de Madrid (1750). Independente, tornava-se o Brasil herdeiro dessa vasta área de *hinterland* na faixa equatorial.

Dentro da mesma estratégia americana, em Moçambique os portugueses, ainda em sua colonização costeira, se instalariam na foz dos rios Zambeze e Limpopo. Seus rivais seriam os alemães, no Rio Rovuma.

Em Angola, anexariam a Bacia do Cuanza, com o Cunene a separá-los dos alemães e o Congo se transformando numa espécie de “Prata Africano”. Nesse setor, os portugueses iriam se defrontar com belgas e franceses, procurando, na tradicional aliada, a Inglaterra, o apoio de que necessitavam. Assim, pelo Tratado de 26 de fevereiro de 1884, os ingleses reconheciam os direitos portugueses sobre as duas margens do Congo ou Zaire.

Havia renascido a atividade colonial na África, atraindo várias nações européias. Daí a convocação da Conferência de Berlim (1884-85) para a revisão dos Tratados Bilaterais, onde o

uti possidetis ou ocupação efetiva levava Portugal a perder o domínio absoluto da foz do Congo. Iria dividi-lo com os belgas, consagrando-se aí o direito de ocupação em detrimento do histórico, descobrimento ou colonização.

A despeito do grande recuo da linha de fronteira de Tordesilhas para o interior, o Brasil não se transformou num espaço bioceânico, contrastando com o ideal português de ligar Angola a Moçambique, numa linha leste/oeste, Índico/Atlântico. Desta feita, ante a estratégia inglesa de unir, numa linha norte/sul, o Cabo e Cairo, procuraram os portugueses o apoio da Alemanha que, pelo Tratado de dezembro de 1886, reconhecia as ambições do governo de Lisboa.

Vários mapas publicados em Lisboa delimitavam a África Portuguesa indo de Angola à Zambesia. Finalmente, era editado o famoso mapa cor-de-rosa, apresentado por Barros Gomes à Câmara, estendendo o domínio português de costa a costa, enquanto as expedições exploradoras de Serpa Pinto e Paiva Couceiro partiam, em princípio de 1889 para, no terreno, colocarem

em execução o referido mapa.

Defrontam-se os interesses portugueses com os da *British South African Company*, chefiada por Cecil Rhodes que, ante a política dúbia de Berlim, havia obtido uma carta de proteção, atribuindo-lhe direitos soberanos nesse *hinterland* (15 de outubro de 1889).

Transformando-se em questão governamental, Londres, em janeiro de 1890, envia um ultimato a Lisboa para que, imediatamente, retirasse suas tropas da Rota do Chiré que era a de melhor acesso ao planalto. Assim, pelo Tratado de agosto de 1890, jamais ratificado pelo Parlamento português, o planalto do Chiré e parte do Zambeze (entre as quedas de Vitória e Zumbo) tornavam-se território inglês. Portugal obtinha apenas o direito de estabelecer ferrovias e telegrafo nesse *hinterland*, que separaria, definitivamente, Angola de Moçambique.

Foi para manter esses territórios africanos, já amea-

çados pela cobiça de nações européias⁴, que Portugal participou da Primeira Guerra Mundial ao lado dos aliados.

Internamente, após um período de instabilidade por agitação política surgida com a proclamação da república, em 1910, se estabelece, a partir de 1926, um governo forte em Portugal, levando, dois anos depois, Antonio de Oliveira Salazar a dirigir os rumos do país.

A Constituição outorgada de 1933 transformava Portugal numa república unitária e corporativa dividida em Distritos, "*sem prejuízo da designação regional província*", segundo o artigo 125. Confirmava, no artigo 135, para seus territórios ultramarinos extra-europeus, a categoria de províncias ultramarinas que, "*como parte integrante do Estado Português, são solidárias entre si com a metrópole*". Garantia, o artigo 148, às "*províncias ultramarinas, a descentralização administrativa e a autonomia financeira*". Mas a Re-

⁴ É sabido que pouco antes de estourar o conflito mundial, um tratado secreto anglo-alemão, que não chegou a ser assinado (1913), dividia a África Portuguesa pelo meridiano de 20º em duas partes. Por ele, a Alemanha ficava com Angola atlântica e Ilhas de S. Tomé/Príncipe; para a Inglaterra ficava a parte oriental de Angola e Moçambique.

solução 742 (VIII), de 27 de novembro de 1953, aprovava a lista de fatores a serem levados em conta para se determinar se um território estava ou não abrangido no âmbito do Capítulo XI da Carta das Nações Unidas. Em consequência, a Resolução 142 (XV), de 15 de dezembro de 1963, entendia que os territórios⁵ sob administração de Portugal não eram autônomos.

A 22 de novembro de 1963, haviam sido elaborados estatutos político-administrativos para as províncias ultramarinas, conferindo-lhes autonomia local, em concordância com a Constituição, enquanto, num esboço de Comunidade, eram firmados (1968) tratados procurando entrosar econômico-culturalmente o triângulo Brasil-Portugal-Províncias Ultramarinas, que, na prática, não vingaria.

DESMEMBRAMENTO DO ULTRAMAR PORTUGUÊS

Haviam-se ampliado, no mundo, os conceitos de independência política, autodeterminação dos povos e de governo próprio. Assim, enquanto a Liga das Nações

havia consagrado o fenômeno do colonialismo, dando-lhe tipicidade própria, ao institucionalizá-lo sob sistema de mandatos, a ONU, tendo o apoio de países colonizadores, entre os quais a França e a Inglaterra, encetava a campanha do anticolonialismo, tão a gosto da URSS e dos Estados Unidos.

Em 1968, quando entra-

No período que se sucedeu ao término da Segunda Guerra Mundial e que se intensificou o confronto da Guerra Fria (1956-70), conseguiram a independência cerca de 240 milhões de africanos, ocupando uma área de 22 milhões de km²

va em colapso o regime Salazarista, já se delineava o desmembramento do ultramar português. Com a anexação do enclave de Goa (1960), se acentuaram os movimentos pró-independência nos territórios africanos. Na fase transicional de Marcello Caetano, que se

estendeu até 25 de abril de 1974, conseguiam se separar as Províncias Ultramarinas da África.

Para se compreender melhor o esfacelamento do ultramar português, se impõe a situação política do após Segunda Guerra Mundial. Para ocupar o posicionamento bipolar das metrópoles ultramarinas da França e da Inglaterra, havia funcionado o *slogan* do anticolonialismo, defendido pela URSS e pelos Estados Unidos.

A evolução política na África era inevitável e, sustentada pelas contingências internacionais vigentes durante a Guerra Fria, seria operada numa velocidade quase que fulminante, criando países que ainda não haviam se transformado em nações.

A crescente importância político-militar do continente africano, a que Hélio Felgas acrescenta a inegável riqueza econômica, *"difícilmente poderia continuar na posse de três ou quatro nações européias, debilitadas"*

⁵ Os territórios citados eram: Arquipélago de Cabo Verde, Guiné Portuguesa, S. Tomé e Príncipe e Dependências, S. João Baptista de Ajuda; Angola, incluindo o enclave de Cabinda, Moçambique, Goa e Dependências chamado o "Estado da Índia", Macau e dependências, Timor e dependências.

pela guerra, minimizadas pelo engrandecimento dos Estados Unidos e da Rússia (que nada tinham anteriormente na África) e desprestigiadas pela vaga de racismo e de ódio ao branco que varrerá a Ásia, desde o Extremo Oriente, e penetrará na África pelo Canal de Suez”.

Em consequência, no período que se sucedeu ao término da Segunda Guerra Mundial e que se intensificou o confronto da Guerra Fria (1956-70), conseguiram a independência cerca de 240 milhões de africanos, ocupando uma área de 22 milhões de km². Destaque-se que, só em 1960, conhecido como o “Ano da África”, 18 territórios foram descolonizados, ensejando que, em 1963, fosse criada a OUA (Organização da Unidade Africana). Essa Organização, no entanto, não mostraria segurança nem eficácia de que o continente necessitava em seu despertar geopolítico. Livre das antigas metrópoles, mas sem a experiência que o mundo exigiria delas, os nascidos países africanos sentados no anfiteatro da ONU tiveram esperança de que as grandes potências poderiam lhes oferecer capitais e técnicos, em troca de votos que

concederiam a quem se mostrasse mais generoso. E foi assim que, necessitando do auxílio de ambos, passaram a girar na órbita dos grandes blocos mundiais.

Uma vez constituída a nova bipolaridade URSS-Estados Unidos, com a implantação do Eixo Leste/Oeste, que sustentou a Guerra Fria, impunha-se a Tese das Fímbrias, de Spykman. E seria nos espaços vitais dessas fímbrias de continentes mais envolvidos no hemisfério meridional e oceânicos, que o Kremlin e o Pentágono ocupariam pontos de apoio ou “glacis defensivos” para realizarem o jogo do confronto. O equilíbrio OTAN/Pacto de Varsóvia havia, sobremodo, estabilizado o hemisfério norte, ou continental.

Estava nas fímbrias o ultramar português que ainda se mantinha, sobretudo, em dois vastos espaços, Angola e Moçambique, que, com vértice na África do Sul, iriam se envolver na ofensiva do poder continental da URSS, e defensiva do po-

der marítimo dos Estados Unidos.

Eis aí, pois, o cerne da desagregação do ultramar de Portugal, que fora membro fundador da OTAN mas só admitido na ONU em 1955, por se recusar a conceder a independência a suas colônias.

No entanto, a onda de independências envolveria, em 1960, as províncias ultramarinas, levando Portugal a manter uma guerra custosa, que se estendeu através de 14 anos.

O centro da resistência instalava-se em Argel, no bairro residencial de Hydra, onde o Coronel Boumediene punha uma casa à disposição da CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas). Além do MPLA (Movimento Popular da Libertação de Angola), dirigido por Agostinho Neto, também presidente da CONCP, esta e a OUA (Organização da Unidade Africana)⁶ reconheciam o FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e o PAIGC (Partido Africano

⁶ Formulada em Adis Abeba em maio de 1963 a Carta da OUA é um documento bem mais defensivo do que proponente. Não explicita o que significa a Unidade africana, mas simplesmente um dar de mãos para fronteirar o continente.

da Independência da Guiné e Cabo Verde).

A Guerra de libertação envolvia tipicamente três formas distintas de assistência externa – a política, a militar e a territorial. Tornava-se sumamente necessário, para a guerrilha, um território adjacente amigo ou acolhedor. Transformavam-se, esses, em bases de operações, garantindo um mínimo de linhas de abastecimento e comunicações com as forças guerrilheiras. As Repúblicas do Congo e da Guiné iriam oferecer essa prévia e vital condição para a rebelião, em Angola e na Guiné Portuguesa, enquanto a Argélia fornecia a esses territórios, ainda portugueses, as armas necessárias.

Contavam esses movimentos com o apoio maior do mundo comunista, que mandava adestrar seus guerrilheiros no exterior, sendo a literatura separatista impressa em Moscou. No entanto, o tribalismo iria gerar o pluralismo “partidário”, demonstrando que o processo de emancipação nos territórios portugueses não fugia à regra na conjuntura continental.

Assim, em Moçambique, além da FRELIMO, atuava o COREMO (Comando Re-

volucionário de Moçambique), ao lado de colonos portugueses dirigidos por Jorge Jardim, favorável à independência sob tutela de um governo branco, para posterior integração com a África do Sul.

Em 1975, Moçambique conseguia sua independência, mantendo o português como língua oficial, num território onde conviviam sete grupos étnicos: tsonga e changonês, no sul, sena e manica, no centro, nianja no noroeste, macua no norte e makondo no nordeste.

Procurando fugir das origens portuguesas, mudava-se o nome da capital, Lourenço Marques, para Can-Phumo. A queda da popularidade da China, que se pusera contra a União Soviética nas guerrilhas em Angola, levava a capital moçambicana a tomar outro nome, Maputo, este bem africano.

A despeito da adoção do regime marxista-leninista, Moçambique nunca deveu aos russos os mesmos favores que Angola, em sua guerra de libertação. Justifica-se, com isso, o tempero e o fervor “nacionalista” que implantou, no país, um comunismo “made in África”, ou um afro-comunismo.

Em Angola, o problema separatista foi bem mais difícil, face ao confronto entre o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), apoiado pela União Soviética, e a UNITA (União Nacional de Independência Total de Angola), alimentado pelos Estados Unidos, a China e a África do Sul.

Destaca-se que, antes de aliar-se à China no auxílio a Jonas Savimbi, líder da UNITA, os Estados Unidos apoiavam um terceiro personagem na luta pela independência de Angola. Era Holden Roberto, que se aliou ao esquerdismo, conforme declara em entrevistas concedidas ao “Jeune Afrique” (20 a 26 de janeiro de 1964), citadas por Perry Anderson. São dele as seguintes palavras: “*O Ocidente não pode proclamar sua posição anticolonialista aos domingos e depois servir de banqueiro e arsenal de armas à administração portuguesa... Os comunistas garantiram-me que posso ter as armas e o dinheiro de que necessite*”.

Deve-se, no caso, ressaltar a posição dos Estados Unidos, que tinham Portugal como aliado na OTAN e serviam-se de base nos Açores.

E, nesse posicionamento estratégico, preferiram o bloco do “*trunfo chinês*” na África, se opondo aos cubanos-soviéticos, aliados de Agostinho Neto.

Refletindo as duas tendências mundiais dentro do esquema comunista, Angola tornava-se independente, também, em 1975, cinco meses depois de Moçambique. Marcava, porém, o seu despertar geopolítico, dentro do divisionismo, que, apesar de desfeito o Eixo Leste/Oeste, se mantém ainda no impasse. O MPLA se mantém no poder e, embora os Estados Unidos tenham retirado seu apoio à UNITA, este continua alimentando com guerrilhas a instabilidade em Angola.

O tribalismo em Angola é representado por muitos grupos bantus (bakongo, kimbundo, ovimbundo e chakuê) que, reunidos, perfazem 78% dos negros do país. Embora seja fato original no continente, esse mesmo povo não consegue formar uma mesma nação.

A pretensão de estabelecer um outro país no sul do Cuanga, no paralelo de 11º, que liga Novo Redondo, no litoral, a Teixeira de Souza, no interior, é separatismo

que se opõe ao nacionalismo em Angola.

Foi esse separatismo que se impôs entre a Guiné Bissau e Cabo Verde. Aí caberia ao PAIG conseguir a independência ainda em 1974, poucos meses antes das de Moçambique e Angola, onde assumia um governo de orientação marxista. Em 1980, separam-se Guiné Bissau e Cabo Verde; um golpe-de-estado havia ocorrido na Guiné Bissau, face à má vontade dos felás, cujos chefes, ao lado de seus pares nigerianos, haviam visto, na independência desse pequeno território com cerca de 40 tribos, um atentado real a seu poderio.

Mas, conseguiram se unir às Ilhas de S. Tomé e Príncipe, graças ao MLSTP (Movimento de Libertação São Tomé e Príncipe), que chegaria à independência em 1975.

A posse política indireta desses países independentes dentro do processo tribalista, daria grande impulso à Doutrina Gorshkov. Era o envolvimento pelo sul, via mares quentes, na ausência do poder da antiga metrópole, no caso Portugal, aliado ao mundo ocidental.

Com o marxismo instalado em Angola e Moçam-

bique, a África do Sul, a despeito do condenado apartheidismo, passava a ser o bastião protetor do bloco ocidental. Conclui-se assim que, ao lado do nacionalismo, o apartheidismo seria uma das grandes brechas produzidas no continente africano, em seu setor meridional, para facilitar o envolvimento do comunismo.

A Revolução dos Cravos (25 de abril de 1974), de tendência esquerdista radical, acabaria por lançar, até 1979, Portugal numa vivência tumultuada. Suas dependências ultramarinas viram, então, que as forças dominantes da política mundial não estavam mais na Europa, e sim nos dois países que se opunham ao sistema colonial: URSS e Estados Unidos. Assim, em seu despertar geopolítico, o ultramar português se colocou sob a proteção da bandeira comunista. No entanto, a alavanca de que se serviram não conseguiu, nem de leve, levá-los à destribalização, conduzindo os novos países para a chamada fase da “Guerra Tépidia”.

COMUNIDADE

Portugal foi o último país a deixar suas colônias e o úl-

timo também a se ligar às mesmas através de uma Comunidade.

O ideal da Comunidade Luso-Brasileira, em 1968, foi prematuro, pois não havia ainda se realizado o processo da descolonização. Por outro lado, uma Comunidade Lusófona, tentada até 1989, mesmo após o processo da descolonização, teria que se confrontar com os interesses das potências bipolares, com os cubanos, e ainda com sul-africanos, às voltas com o apartheid.

Desfeita a bipolaridade URSS/Estados Unidos, em 1994 iniciaram-se as negociações sob a égide do nosso Embaixador em Lisboa, José Aparecido de Oliveira. Depois de muitos atropelos e adiamentos, a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), nascia em 17 de julho de 1996, no Centro Cultural de Belém, diante do Tejo, no local de onde partiram as caravelas portuguesas para criar o império ultramarino.

O seu nascimento foi, no entanto, trabalhoso, e o cerne pode ser localizado no primeiro encontro dos Chefes de Estado de sete países de língua portuguesa.⁷ O local do encontro, S. Luís do Maranhão, bem demonstra o empenho do

Senador José Sarney, interessado na Comunidade como complemento ao regionalismo que conseguiu quando Presidente do Brasil, ao tornar realidade a ZCPAS, congregando o Atlântico Sul (Vide LS – Atlântico Sul).

Na cidade natal de José Sarney, em novembro de 1989, criava-se o Instituto Internacional de Língua Portuguesa. E, quanto a esse primeiro passo, concordamos com Antonio Monteiro, denota *“uma boa intenção, uma proposta saudada como da maior importância, mas que na prática não teve expressão”*.

Em Nova York (setembro de 1993), aproveitando a Assembléia Geral da ONU, os representantes das nações de língua portuguesa marcam novo encontro

para Brasília (fevereiro de 1994), onde, de concreto, se decidiu pela criação de um Grupo de Trabalho de Concertação Permanente, sediado em Lisboa, a única capital lusófona onde os seis países estão representados.

Os dois anos que antecederam a implantação da Comunidade foram marcados por marchas e contramarchas, merecendo tratamento especial a participação de representantes de Timor-Leste⁸, no momento invadida por tropas da Indonésia.

Por sua vez, Portugal seria alvo de denúncias, por parte dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), apoiados pelo Brasil. Apoiados, sobretudo, quando a Guiné Bissau destacou a atitude discriminatória do Governo

⁷ Angola às voltas com a guerra civil se fez representar a alto nível, por não ter podido comparecer o seu presidente.

⁸ Timor-Leste como parte integrante do ultramar português compreendia os territórios constituídos pela parte oriental da ilha, pelo território de Ocusse e Ambeno, pela ilha de Atauro e pelo ilhéu Jaco, tendo por limites o Índico e as fronteiras terrestres designadas na Convenção Luso-Holandesa de 1º de outubro de 1904 e sentença arbitral de 25 de junho de 1914. Sua superfície total é de 18.990 km².

Em 1975, ante a indefinição gerada pela retirada de Portugal, é invadida pelas tropas indonésias. A invasão foi levada a efeito no momento em que a FRETILIN (Frente Revolucionária do Timor Leste) derrotava as forças conservadoras locais desejosas da integração com a Indonésia.

A FRETILIN chega, em novembro de 1975 a proclamar a independência, mas sob forte bombardeio da aviação indonésia, seus líderes são obrigados a abandonar Dili, a capital.

A despeito da oposição dos separatistas, das sucessivas Resoluções da ONU pela retirada dos invasores, Timor foi anexado em julho de 1976, como província indonésia, onde a FRETILIN continua a resistir por meio de guerrilha.

Cavaco Silva contra comunidades emigradas, entre as quais se inseria a questão dos dentistas brasileiros impedidos de exercer a profissão em Portugal.

Aproveitava-se, então, o Brasil, para divulgar sua decisão de suprimir visto nos passaportes diplomáticos e de serviços para todos os membros da CPLP. Mais uma vez, Portugal se viu ante as limitações impostas pelos Tratados de Maastricht e Schengen, como membro da União Européia, que fecha suas fronteiras à emigração do "Sul".

Rejeitada a sugestão para a criação de um Parlamento dos Sete, resolveu-se que, sem esse Parlamento de Bruxelas, tudo poderia ser feito através do desenvolvimento de ações de cooperação parlamentar entre os Congressos dos países lusófonos. Contrários também a uma Universidade dos Sete, optou-se pela dinamização da cooperação do ensino superior via AULP (Associação das Universidades de Língua Portuguesa), podendo-se ainda aproveitar o Instituto Camões como *pivot* do Ins-

tituto Internacional da Língua Portuguesa.

Para melhor funcionamento da CPLP, acatou-se a existência de um Secretariado Executivo, com sede em Lisboa, enquanto se elaboravam os Estatutos Provisórios da CPLP, bem como o texto da Declaração Constitutiva, que ainda podem ser modificados.

Além do Brasil e Portugal, integram a CPLP, Angola e Moçambique, ao lado de minúsculos países – Guiné Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, conforme exposto no quadro abaixo:

País	Área Km²	População (1994)	Densidade Demográfica (Hab./km²)	Capital	Nome Oficial
Brasil	8.546.403,5	151.523.449	17,26	Brasília	República Federativa do Brasil
Portugal	92.389	9,9 milhões	107,25	Lisboa	República Portuguesa
Angola	1.246.700	10,3 milhões	8,2	Luanda	República de Angola
Moçambique	799.380	15,3 milhões	19,1	Maputo	República de Moçambique
Guiné Bissau	36.125	1 milhão	27,6	Bissau	República da Guiné Bissau
Cabo Verde	4.033	346 mil	85,8	Praia	República do Cabo Verde
S. Tomé e Príncipe	964	126 mil	125,9	S. Tomé	República Democrática de S. Tomé e Príncipe

Vista, por alguns, como alavanca para parcerias estratégicas, culturais e econômicas, a CPLP pode vir a ser uma segunda edição da “abertura dos portos a nações amigas”.

Sua sede será em Lisboa e, embora a Comunidade não tenha o caráter assistencialista, ao contrário do *Commonwealth* e da União Francesa, Portugal não lidera suas ex-colônias, entrando todos em pé de igualdade na História do ano 2000.

Para a escolha do primeiro Secretário Geral da Organização, o Chanceler brasileiro Luis Felipe Lampreia propôs um sistema de rodízio por ordem alfabética; daí o cargo ter sido concedido ao ex-Primeiro Ministro angolano Marcolino Moco.

Para o ex-Presidente de Portugal, Mário Soares, em entrevista concedida ao *Jornal do Brasil* (14/07/96) o Brasil será o grande motor dessa Comunidade. Justifica-se o pensamento de Mário Soares pela atuação inicial de José Sarney, como a de nosso Embaixador em Portugal José Aparecido de Oliveira, durante o Governo Itamar Franco, bem como da nomeação deste último para a Embaixada do Brasil em Lisboa, assim que deixou a

Presidência em Brasília, para darem seqüência ao movimento. Na realidade, porém, dada a heterogeneidade geopolítica, trata-se, para o Governo de Brasília, de um investimento não só de risco como de longo prazo, uma aposta paciente, na qual se propõe ganhar fôlego e lançar pontes para que o Bloco possa competir internacionalmente. Empunhada a bandeira da CPLP pelo Brasil, conclui Antonio Monteiro: *“o voluntarismo inicial parece ter sido substituído, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, por uma atitude mais pragmática, com opção pela não aceleração do processo e por uma avaliação mais cautelosa – embora não menos interessada no momento apropriado para, a sete, levar avante o projeto”*.

A soma dos 7 países torna a CPLP um conjunto de cerca de 200 milhões de habitantes com língua oficial portuguesa, que é o terceiro idioma ocidental depois, do inglês e espanhol.

O Brasil é 100 vezes maior que Portugal e 8 vezes mais extenso que Angola, o segundo maior país da Comunidade. Angola que ainda não se libertou da guerrilha após a indepen-

dência, a despeito de devastada é rica em minérios, diamante e petróleo. Mas, o petróleo que sustenta Angola (540 mil barris diários) se apóia nos 300 mil do enclave de Cabinda, onde o separatismo vem sendo insuflado.

Já Moçambique, com pouco mais de 15 milhões de habitantes, é uma ilha geopolítica imprensada no Índico, isolada do Atlântico, o cenário oceânico dos outros seis países da Comunidade. Estão os moçambicanos cercados por quase 95 milhões de pessoas que falam o inglês. De costas para os demais membros da CPLP, em consequência, tornou-se, em 1995, o 53º Membro da Comunidade Britânica.

A Guiné Bissau tem o valor histórico de haver iniciado a luta pela independência, com o intelectual caboverdiano Amílcar Cabral, o fundador do PAIGC. É um dos países mais pobres do Mundo, cercado por nações francófonas, praticando o animismo e o islamismo, falando o crioulo mas com língua oficial portuguesa, e adotando o catolicismo pelos laços coloniais.

Cabo Verde, país instalado em 10 ilhas e 5 ilhotas de

origem vulcânica, tenta sobreviver à lei seca e do deserto. Aí, os mulatos claros de olhos verdes, demonstrando a miscibilidade, fazem da emigração um meio de sobrevivência, já que a entrada de Portugal na UE atrapalhou sua exportação de bananas para a antiga metrópole, onde formou a maior comunidade estrangeira.

S. Tomé e Príncipe é o menor país da Comunidade, localizado a 300 km da costa africana. Pelo posicionamento, tornou-se o local ideal para o comércio escravagista, tendo sido o berço dos quilombos e redutos guerrilheiros de escravos nas selvas. O cacau se constitui no seu principal produto de exportação.

A derrota nas eleições do eurocentrista Cavaco Silva e a vitória de Jorge Sampaio e Antonio Guterres que, pelo menos nas promessas de campanha, se mostraram mais atlanticistas e mais libertos do "espartilho europeu", propiciaram, sem dúvida, a saída do papel e dos conluios da CPLP.

É esta pois, uma rápida radiografia dos países que, em julho de 1996, se uniram ao Brasil e a Portugal através de uma Comunidade Lusófona.

TIMOR LESTE

Timor Leste, parte do Império Colonial Português desde 1520, teve função marcadamente mercantil como empório das especiarias. Disputada pelos holandeses, que ocuparam vários pontos e praças dos portugueses no Oriente, foi Timor, pelo Tratado de 1899, dividida entre os dois contendores. O oeste (19.000 km²), com capital em Kupang, passava a ser gerenciado pelos holandeses, enquanto o leste (14.925 km²) ficava com os portugueses, tendo Dili como capital. Destaque-se que o território de Timor Leste é descontínuo, pois além das ilhotas de Atauro e Jacó, tem ainda dentro do setor indonésio o enclave de Ocuse-Ambeno (18.890 km²).

Em 1974, com a Revolução dos Cravos, terminava o que restava do Império Colonial Português e, já no ano seguinte, a FRETILIN (Frente do Timor Leste Independente) separava politicamente aquele espaço de língua portuguesa e maioria católica do Governo de Lis-

boa. Sob a liderança de Xanana Gusmão, mas sem o apoio externo, agravado pela retirada precipitada das autoridades portuguesas, as tropas indonésias de Suharto invadiram Timor Leste, em 7 de dezembro de 1975.

A repressão, que resultou no extermínio de 1/3 da população, foi reprovada internacionalmente, mas praticamente só em discursos, já que, durante a crise do petróleo da década de 70, a Indonésia havia se colocado ao lado dos consumidores contra a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) reunindo maioria árabe e islâmica, contribuindo, em grande parte, para que o Ocidente ignorasse a sorte dos cristãos timorenses.

Justificando a invasão, o governo de Djakarta afirmava que tratava de impedir a vitória do regime comunista naquele setor da ilha, muito embora a FRETILIN tivesse se mostrado bem mais nacionalista. Favoreceria, à atividade da Indonésia⁹, o não interesse dos Estados Unidos pela questão, em face do

⁹ Atitude procurando impedir mais um foco de "guerrilha endêmica" no país à semelhança do que ainda ocorre na Nova Guiné dividida entre a Irian Ocidental (Indonésia) e Papuásia independente.

insucesso que haviam sofrido no Vietnam.

Sem abrir mão de Timor, ato considerado ilegal no âmbito internacional, o governo Indonésio continua reprimindo guerrilhas nacionalistas, como a de 12 de novembro de 1991, em Santa Cruz, deixando um saldo de 273 mortos e 255 desaparecidos, e a de 22 de julho de 1993, que capturou 26 nacionalistas. Na lista de presos desde 20 de novembro de 1992, está Xanana Gusmão. Condenado a prisão perpétua, em março de 1993, teria a pena reduzida para 20 anos, em agosto daquele mesmo ano.

Além das Resoluções da ONU, de apoio à autodeterminação dos timorenses, a invasão contou também com a moção de condenação por parte da Comunidade Europeia (março de 1993) e da Comissão de Direitos Humanos reunida em Genebra. Por sua vez, face a população católica de Timor Leste ter sido submetida a islamização, dentro da Real Politik da Indonésia, o Vaticano se mostrou favorável a um simples estatuto de autonomia, semelhante ao de Porto Rico, hoje Estado Associado dos Estados Unidos.

Enquanto Timor Leste procura existir como nação contra o *bahasa* oficial da Indonésia, o tatum, dialeto nativo, e o português continuam sendo falados pela Resistência. Considera-se um passo a favor desse povo o fato de, em outubro de 1996, a Academia Sueca haver concedido o Prêmio Nobel da Paz ao Bispo Carlos Felipe Ximenes Belo e Acadêmico José Ramos Horta "*por seu trabalho em busca de uma solução justa e pacífica para o conflito de Timor Leste*". Continua o texto oficial do Comitê Nobel Norueguês historizando que: "*em 1975 a Indonésia invadiu Timor Leste e sistematicamente começou a oprimir sua população. Nos anos seguintes acredita-se que um terço da população de Timor Leste morreu de fome, epidemias, guerra e terror. Carlos Belo, bispo de Timor Leste, é o mais notável representante de seu povo. Com o risco da própria vida ele tenta protegê-lo dos excessos do dominador. Em seus esforços em busca de um compromisso justo, baseado no direito de seu povo à autodeterminação, tornou-se porta-voz da não violência e do diálogo com as autoridades*

indonésias. Ramos Horta é o principal porta-voz internacional de Timor Leste desde 1975. Recentemente deu uma importante contribuição às conversações para a reconciliação que tentam traçar um plano de paz para a região. Ao conceder o Prêmio Nobel da Paz deste ano a Belo e Ramos Horta, o Comitê norueguês quer honrar as contribuições constantes e desprendidas em favor de um povo pequeno, mas oprimido. O Comitê Nobel espera que este prêmio estimule esforços em prol de uma solução diplomática para o conflito em Timor Leste, baseada no direito de autodeterminação do povo".

Chanceler do primeiro governo independente de Timor Leste, José Ramos Horta é o porta-voz internacional da FRETILIN e de seu braço político, o CNRM (Conselho Nacional da Resistência Maubere, nome indígena do povo timorense). Horta exilou-se nos Estados Unidos, mas encontra-se atualmente na Austrália. Já D. Carlos Felipe Ximenes Belo nasceu em Bacau (1946) sendo ordenado em Lisboa (1980). Desde 1981 em Timor Leste, aproximou-se da vanguarda dissidente

sendo, em 1983, nomeado administrador apostólico de Dili.

O Prêmio Nobel tem tudo para transformar as palavras em ato, muito embora no mês anterior à concessão do Prêmio Nobel, Fernando Henrique Cardoso tenha recebido Ali Alatas, Ministro das Relações Exteriores da Indonésia, sem que tivesse sido feita qualquer petição em favor da autodeterminação de Timor Leste, que subscrevemos no Forum da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Mas, recebeu nosso governo, com satisfação, a designação do Prêmio Nobel, dedicado pelos que o dividiram a Xanana Gusmão, cidadão honorário brasileiro, desde 7 de agosto de 1996, por título concedido pela Câmara Distrital.

No contexto internacional, a transformação de Timor Leste em província indonésia, sob o nome de Timuur, é considerada como invasão indevida tal como a que o Iraque realizou no Kuwait. Guardadas as devidas proporções, não sendo a ilha em questão rica em petróleo ainda explotado, não conseguiu desencadear um conflito, tal como a Guerra

do Golfo envolvendo outros interessados.

Punctum Dolens ainda por se resolver, Timor Leste é 14 vezes maior que o município do Rio de Janeiro. Não é assim tão pequeno em espaço para ser considerado inviável como país, já que o Luxemburgo é 10 vezes menor e as Seychelles duas vezes menos povoada, comparação ainda atinente a 43 outros países-membros da

No contexto internacional, a transformação de Timor Leste em província indonésia, sob o nome de Timuur, é considerada como invasão indevida tal como a que o Iraque realizou no Kuwait.

ONU, muitos dos quais, coincidentemente vizinhos ou localizados em ilhas da Oceania.

CONCLUSÃO

Levando-se em conta ser uma comunidade, no caso da CPLP uma associação de participação comum, há muito ainda por fazer para que possa um dia transformar-se dentro da paridade,

num conjunto com identidade.

Identidade e, até certo ponto, paridade havia, bem mais, na Comunidade Luso-Brasileira, cuja primeira referência se encontrava no Tratado de Amizade e Consulta, assinado no Rio de Janeiro, em 16 de novembro de 1953, e que nem assim conseguiu sustentar-se.

O referido Tratado do Rio de Janeiro estabelecia o dever de consultas mútuas sobre relações internacionais de interesses comuns, no momento em que a África entrava em seu processo de descolonização, e o império ultramarino na Índia iria ser conquistado e anexado por esse país que se tornara independente. Na ocasião, no contexto internacional,

as diretrizes eram comuns, pois os dois países em confronto na Guerra Fria eram coniventes quanto ao epíteto do colonialismo, abraçado também pela ONU. E, naquela conjuntura internacional, Afonso Arinos de Melo Franco, no discurso que faria na Assembléia Geral em 1961, destacava serem também bem claras as divergências no meio da Comunidade recém-acordada, di-

vergências que podem ser ressaltadas neste trecho: *"O Brasil exorta a Portugal a assumir a direção do movimento pela libertação de Angola e pela sua transformação em um país tão amigo de Portugal quanto o é o Brasil."*¹⁰

A Comunidade de 1953 estabelecia a concessão de tratamento especial aos nacionais das partes contratantes, tratamento especial bem mais ligado aos portugueses, numa fase de grande mutação.

Em 1968, com uma po-

pulação estimada em pouco mais de 9 milhões de habitantes, necessitando de elementos para auxiliar no povoamento e melhor aproveitamento de suas províncias ultramarinas, sofria Portugal grande evasão, sobretudo de suas áreas setentrionais, para países estrangeiros.

Essa "sangria populacional" se desviava para a França e para a então República Federal Alemã, pela maior proximidade geográfica, enquanto os habitantes das ilhas portuguesas demons-

travam preferência pelos Estados Unidos e pelo Canadá. Essa situação se acentuava, a despeito do nosso Instituto Nacional de Imigração e Colonização, criado em 1938, haver separado os imigrantes portugueses dos demais estrangeiros, permitindo-lhes a livre entrada no país, por interessarem à nossa colonização.

Assim, o quadro demonstrativo da evolução da corrente imigratória, indicando o total de imigrantes, segundo país de destino era o seguinte:

Ano	Brasil	Províncias Ultramarinas	França	Alemanha	Canadá	Estados Unidos
1940	12.260	13.226	--	--	--	328
1950	14.143	21.892	319	--	--	983
1960	12.451	32.318	3.593	--	4.895	5.679
1968	3.512	80.452	46.515	4.886	6.853	10.814

Fonte: Boletim da Junta de Emigração (Ministério do Exterior) Lisboa 1968.

Conclua-se que de nada valeria a Comunidade procurar se reforçar em 1968, quando criava o seu dia, 22 de abril. Para isso, Decretos haviam sido assinados no ano anterior, no própria dia

22 de abril, data da chegada de Pedro Álvares Cabral no Brasil. Os portugueses já não se interessavam tanto pelo Brasil, como bem o demonstra o quadro que se segue destacando o total de sua imigração, em 1968.

Em 1967, os governos do Brasil e Portugal, procuran-

do ativar a Comunidade, assinaram acordos tendentes à intensificação das relações comerciais com vistas à complementação industrial dos dois países.

O comércio Brasil/Portugal continuaria praticamente inexistente. Figuravam no intercâmbio externo portu-

¹⁰ Revista Brasileira de Política Internacional — nº 17 — pág. 144.

País de Destino	Portugal Continental	Ilhas
Brasil	3.119	393
França	46.499	16
Alemanha	4.822	4
Canadá	2.442	4.391
Venezuela	2.666	8.175
África do Sul	980	—

Fonte: Boletim da Junta de Emigração (Ministério do Interior – 1968).

guês, nos dois primeiros lugares, a Alemanha Ocidental e a Inglaterra, transações que começaram a decair nos anos subseqüentes a 1968, com as províncias ultramarinas contribuindo de modo expressivo para a chamada “área do escudo forte”. Absorvendo cerca de 25% das exportações portuguesas, no setor das vendas conjuntas, Angola e Moçambique atingiam a 60% das exportações totais.

A Comunidade Luso-Brasileira seria, na realidade, bem mais Luso-Africana, com diretrizes voltadas essencialmente para a manutenção da Ata Colonial de 1933, que transformara Portugal em uma nação unitária, embora geograficamente dispersa – uma Comunidade Luso-Africana, pois,

em 1951, Portugal transformaria suas colônias em províncias ultramarinas; assim, admitido na ONU (1954) conseguia o Governo português o reconhecimento jurídico internacional de nação dividida em províncias distantes porém integradas.

Declarando Portugal, ao entrar na ONU, carecer de territórios não-autônomos, iria levar a ONU a redigir o chamado Relatório dos Seis. Este qualificava, como um território não-autônomo, unicamente aqueles que tivessem conseguido completo governo próprio: quer emergindo como um Estado soberano independente, se livremente associado com um Estado independente ou integrado com um Estado independente (Artigo VI). No Artigo seguinte consa-

grava a Comunidade, destacando lícita a associação livre desde que resultasse “*de uma escolha livre e voluntária, feita pela população do território em causa e expressa através de um processo democrático*”. Ainda na seqüência, o território em questão devia “*ter direito de estabelecer a sua própria constituição interna sem interferência exterior, de acordo com um mecanismo constitucional e com os desejos da população livremente manifestado*”.

Observa-se que a tentativa de resgatar o ultramar chegava tarde.

No âmbito das Relações Internacionais prevaleciam outros interesses, donde a conclusão de Virgílio de Carvalho: “*O fim do ultramar português aconteceu no decorrer da Guerra Fria de que foi uma de suas consequências. Guerra Fria essa travada de forma indireta entre as superpotências, portadoras de projetos globais, de tipo messiânico: o da URSS procurando impor o comunismo ao mundo, declaradamente com o objetivo de libertação nacional de todos os trabalhadores do planeta; e o dos EUA, procurando conter a exportação do sistema soviético,*

e batê-la com uma campanha visando à defesa dos Direitos Humanos e a implantação da democracia nesse mesmo mundo, e com apoio político-militar a movimentos anticomunistas em regiões vitais para os seus interesses e dos seus aliados”.

Falharia ainda a tentativa de Comunidade encetada no auge da descolonização. Por um lado, Portugal, bem mais voltado para a defesa do ultramar, integrava a OTAN; o Brasil, dedicado à sua integração dentro do binômio defesa e desenvolvimento, depositava em Brasília a categoria tática da conquista do *hinterland*, compreendendo, por outro lado, que o mundo atlântico só com a OTAN, não estava no seu todo organizado segundo seus imperativos geoestratégicos.

A importância geoestratégica do continente africano havia se evidenciado durante a Segunda Guerra Mundial, servindo de trampolim para a invasão da Itália e evidenciando o valor da rota Natal/Dakar na ligação direta dos aliados. Em nossos dias, com exceção de Moçambique, a porta para o Índico, os demais países da CPLP são atlânticos.

E, nesse vasto Atlântico, enquanto Portugal está envolvido na OTAN, o Brasil, que lançou a idéia da ZCPAS (Zona de Cooperação e Paz do Atlântico Sul), tem em quatro PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), importantes pontos de apoio na geoestratégia regional.

O regionalismo pode, assim, ser uma das grandes molas da Comunidade, bem mais que a língua oficial portuguesa, pela qual muito ainda há por fazer.

O idioma português é, na prática, língua nacional de Portugal e oficial do Brasil, mas nos demais PALOP é falada simplesmente em núcleos urbanos mais importantes. Com maioria de alfabetos, Angola (58,3%), Moçambique (67,1%), Guiné Bissau (63,5%), Cabo Verde (33,5%), e S. Tomé e Príncipe (8%), a realidade está bem mais a favor dos dialetos nessas sociedades caracterizadamente tribais.

Tanto no Brasil quanto em Portugal¹¹, mesmo os não alfabetizados se exprimem em português. O mesmo não se pode dizer de

Cabo Verde e Guiné Bissau, onde chega a ser dialeto nacional o crioulo, como ocorre em Angola com o ovibundo, kimbundo e bakongo e, em Moçambique, com o ronga, shagaan e muchope, com destaque ainda para o inglês.

A dimensão comum dos sete Países Lusófonos, e se quisermos também as *comunidades residuais* em Macau, Goa, Malásia, Sri Lanka e Timor Leste, se fundamenta na História Colonial. No entanto, *lusófonos*, ou seja, a língua é falada por todos só no Brasil e Portugal. Os demais, sobretudo Cabo Verde, Guiné Bissau e S. Tomé/Príncipe, o crioulo, ou língua da liberação, também idioma oficial, é falado, muitas vezes, em reuniões do Conselho de Ministros, divergindo, pois, da lusografia, já que, via de regra, nos cinco outros países se redige em português.

A tradição cultural católica, presente em 95% da população em Portugal, só encontra similar em Cabo Verde, com os mesmos 95% e S. Tomé e Príncipe, com 90% de cristãos, já que a

¹¹ O português foi sempre a língua de Portugal – o latim era a língua dos inimigos, que o digam Viriato e seus partidários celtiberos, Vercingetônix ou Asterix.

doutrina aí é professada também por protestantes.

No Brasil, embora tido como o maior país católico do mundo, o sincretismo religioso está presente em todo seu território, não só pela mistura com o fetichismo importado da África (candomblé e macumba), como pela umbanda, kardecismo e diversas modalidades de protestantismo. Seguem o Brasil, nesse cadinho religioso, os ditos cultos locais em Angola, bem como o animismo (47,8%) e o islamismo (13%) em Moçambique conferindo-lhe somente 31,4% católicos.

Os colonizadores tiveram em Angola e Moçambique vastos espaços e negros escravos. Assim, a simbiose da terra/homem não se faria presente, pois as minas de ouro, prata e pradarias não se mostraram logo. Comparativamente, Angola teve mais fundas raízes portuguesas na estrutura do que Moçambique. É que Angola foi colônia de negreiros. Passou a se constituir no centro do fornecimento da mão-de-obra para a agricultura brasileira, levando o português a ter, em Angola, feitorias, não para viver, e sim para explorar. A fixação ficava para o Brasil.

Faltou em Angola o que Gilberto Freyre chamou de "civilização através da mulher". E isso já não faltou em Cabo Verde e, até mesmo, em S. Tomé.

Não resta dúvida de que o português colocou Portugal além de suas fronteiras, mas traçou diferenças entre os luso-descendentes. Os da Ásia e da África foram marcados sempre pela vontade de regressarem a Portugal; os de Portugal de singrarem os mares nas ribeiras da Ásia e da África, mas só se fixando, com bens de raiz, nas ilhas e no Brasil.

A CPLP tem, portanto, ainda muito que fazer para se tornar, de fato, uma comunidade cultural.

Tem ainda muita ação pela frente, para que, além do pé de igualdade em decisões, chegue, pelo menos em meados do século XXI, como bloco econômico coeso. A desproporcionalidade territorial para com o Brasil é registrada também em nosso Produto Interno Bruto (US\$ 456 bilhões), quando em Moçambique não chega a 1 bilhão de dólares e o de S. Tomé e Príncipe não ultrapassa os 200 milhões.

Por outro lado, Angola que ainda não conseguiu selar a unidade política na in-

dependência, com mais de 30 anos de guerra civil, é líder mundial de mutilados, mas tem riquezas no seu espaço territorial. Contrasta Moçambique ocupando o 1º lugar no índice de sofrimento humano e o último em riqueza, de acordo com o Comitê de Crise das Populações, sediado em Washington, mas possui a preciosa água marinha, além de três importantes corredores de exportações para o Índico: Beira, Nakala e Maputo.

E nesse jogo de contradições, Portugal integra a União Européia com os eurocentristas voltando as costas para a Comunidade, em oposição aos atlantistas – União Européia que mantém os PALOP presos a uma espécie de neocolonialismo, através dos Acordos de Lomé, e dá posições mais privilegiadas ao MERCOSUL, onde o Brasil é peça importante.

Conclui-se pois que, se concebermos a Comunidade como qualidade do que é comum, é comunhão, é identidade, é paridade, para que a CPLP chegue ao status de autêntica associação, tem que agir, sair do papel, para não repetir a frustrada dos anos 50, pois, no ano 2000 os habitantes

dos países de língua oficial portuguesa, no conjunto latino, serão mais numerosos que os francófonos.

Para sair do papel, uma nova cultura transnacional tem que ser marcada por um desejo, uma aspiração comum ainda longe de se definir. Por enquanto, ela se indefine na convergência de energias regionais e até nacionais, sobretudo quando se trata da procura de um todo transnacional.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Perry. *Portugal e o Fim do Ultracolonialismo* – Editora Civilização Brasileira: Rio, 1966.

CARVALHO, Virgílio de. *História Estratégica do Fim do Ultramar Português – Separata das Actas do IV Colóquio A História Militar de Portugal no Século XIX*: Lisboa, 1993.

CASTRO, Therezinha. *África: Geohistória Geopolítico e Relações Internacionais*. BIBLIEX.

DESCHAMPS, Hubert. *La Fin des Empires Coloniaux*. Presses Universitaires de France: Paris, 1950.

DAVIDSON, Basil. *Révolution in Afrique: Liberation de la Guiné Portugaise*: Paris, 1969.

FELGAS, Hélio. *África. A Evolução Política de 1956 a 1970* – Cadernos Militares – 20 – Estado-Maior do Exército.

FONTOURA, Luís. *O Novo Ciclo da Cooperação Luso-Africana*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Separata do Volume II ISCSP: Lisboa, 1995.

FRANCO NOGUEIRA. *As Nações Unidas e Portugal (Estudo)* – Publicações do Movimento dos Portugueses do Brasil: Rio, 1961.

FREYRE, Gilberto. *O Mundo que o Português Criou*. Livraria José Olympio Editora: Rio, 1940.

LUSOTOPIE (Enjeux Contemporains de les Espaces Lusophones) nº 1-2 (1994) L'Harmattan – Maison des Pays Ibériques – Centre d'Étude d'Afrique Noire.

MONTEIRO, Antonio. *A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Nação e Defesa*. Instituto da Defesa Nacional, nº 77 – Janeiro/Março de 1996: Lisboa.

NÉRA, Giles. *La Communauté*. Presses Universitaires de France: Paris, 1960.

RATZEL, Friedrich. *La Géographie Politique (Les Concepts Fondamentaux)* – Librairie Arthème Fayard: Paris, 1987.

SILVA CUNHA, J. M. *Problemas Atuais da África Negra*. Agência Geral do Ultramar: Lisboa, 1963;

Nova Rota Aproxima o Brasil do Pacífico

Marcos Ribeiro Dantas*

Citada no artigo "Saída para o Pacífico", publicada no nº 772 (2º Trimestre de 1996) da nossa Revista, a matéria foi-nos encaminhada, por seu autor, "visando a esclarecer os leitores sobre os demais aspectos não abordados no mencionado artigo".

O Brasil vem incrementando o seu comércio exterior com os países do Oriente e necessita de saídas rodoviárias para o Oceano Pacífico, em estradas pavimentadas e confiáveis, de molde a baratear os fretes globais. Além disso, essas saídas facilitariam o intercâmbio com os países das três Américas banhados por aquele oceano, em particular os integrantes do MERCOSUL e a região da costa oeste norte-americana.

Os mercados do Pacífico, em especial do Japão e dos Tigres Asiáticos (Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura), vêm crescen-

do a taxas que superam as dos mercados tradicionais do Atlântico. Sem uma adequada saída para o Pacífico, o Brasil perde uma valiosa rota para participar, de forma mais efetiva, desse comércio crescente.

Os produtos brasileiros oriundos do Acre, Rondônia, sul do Amazonas e norte de Mato Grosso, atualmente exportados via portos do Atlântico, estão com a sua competitividade ameaçada. Para se ter uma idéia, o percurso rodoviário de Porto Velho, RO, até o porto de Santos é de cerca de 3.200 km, subindo para 3.700 km, se de Rio Branco, AC.

Uma saída rodoviária para o porto de Callao, no Peru, permitiria economizar cerca de 1.300 km de percor-

so rodoviário, a partir de Porto Velho, e perto de 2.300 km, a partir de Rio Branco.

A fronteira Brasil/Peru, na alternativa via Santa Rosa do Purus e Termópilas, aqui selecionada, estará a apenas 850 km do porto de Callao e a 4.300 km do porto de Santos.

Por outro lado, as rotas regulares de navegação, a partir do porto de Santos para o porto de Yokohama no Japão, que é o principal porto de destino, alongam por demais os percursos, como mostrado a seguir: Rota Santos – Canal do Panamá – S. Francisco – Yokohama: 22.944 km; Rota Santos – Estreito de Magalhães – Valparaíso – Yokohama: 23.650 km; Rota Santos –

* Engenheiro.

África do Sul – Tigres Asiáticos – Yokohama: 22.420 km; e Rota Callao – Honolulu – Yokohama: 15.849 km.

Exportando-se pelo porto de Callao, os percursos para Yokohama ficam de 6.500 a 7.800 km mais curtos, dependendo das rotas e dos portos visitados, além da economia no tempo de viagem.

Uma saída rodoviária para o Pacífico vem sendo reclamada cada vez com maior insistência pelas diversas lideranças dos estados de Rondônia, Acre e Mato Grosso. Esses estados vêm sofrendo os efeitos desastrosos da falta de conservação das nossas estradas que se dirigem aos portos do Atlântico, verificada após a extinção do Fundo Rodoviário Nacional, em 1988.

A partir de abril de 95, o frete rodoviário de Rondonópolis, MT, para o porto de Santos aumentou de US\$ 38.00/t para US\$ 52.00/t, devido ao mau estado das estradas, desestimulando as atividades produtivas daquelas regiões. Uma rodovia para o Pacífico irá, inclusive, beneficiar outras regiões, já que contribuirá para desafogar o tráfego das rodovias que demandam o litoral, além de aliviar os por-

tos de Santos, Paranaguá e outros do Atlântico.

De acordo com projeções da FIERO (Federação das Indústrias de Rondônia), prevê-se uma economia de fretes rodoviários, a partir de Porto Velho até o porto oceânico, da ordem de US\$ 40.00 a US\$ 60.00/t, dependendo do tipo de carga. A economia global de fretes até o Japão, incluindo os marítimos, pode chegar até a cerca de US\$ 100.00/t, tornando os produtos daquelas regiões muito mais competitivos.

E, por que não uma ferrovia?

Vários fatores influíram para que não fosse recomendada a opção ferroviária nesse estudo. A ferrovia tem pouca maleabilidade em termos de raio mínimo de curvatura e rampa máxima de subida, em comparação com uma rodovia. De fato, enquanto uma rodovia Classe I pode galgar rampas de até 6%, uma ferrovia de grande capacidade de transporte pode subir, no máximo, uma rampa de 1% compensada nas curvas. Assim sendo, no trecho em questão, onde é necessário subir a cordilheira dos Andes a uma altitude de 4.800 m, a ferrovia tem que desenvolver, obrigatoriamente, um percurso de mais de 500 km em cada di-

reção, somente para atingir a planície.

No presente caso, como Lima está a somente 128 km por rodovia do ponto mais alto (Ticlio), a ferrovia tem que desenvolver um percurso de 500 km ou mais, somente nesse trecho. Parece-nos prudente fazer a primeira abertura em rodovia, que é necessária, de qualquer forma, para ser aferida com maior precisão a tonelagem anual a ser transportada, antes de serem recomendados altos investimentos numa ferrovia.

De acordo com estudos recentes, um corredor ferroviário que teria viabilidade técnica seria o que cruza os Andes no passo de Abra de Porculla, a 2.145 m de altitude. Esse passo, entretanto, situa-se muito ao norte do Peru, próximo à fronteira com o Equador, o que alongaria muito o percurso de uma rodovia. O local indicado para um porto que irá atender a esse corredor seria o de Bayóvar, situado no litoral norte.

CORREDORES RODOVIÁRIOS BRASIL-PACÍFICO

O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

(DNER) estudou vários corredores para o Pacífico que atendem a regiões de influência diversas no Brasil. Adiante, vamos analisar apenas os corredores principais, devido ao grande número de subcorredores e opções.

Corredor Brasil – Argentina – Valparaíso

O único corredor rodoviário para o Pacífico em operação atualmente, a partir do Brasil, é o que, saindo de Uruguaiana, RS, passa pela Argentina, em Mendoza, e pelo túnel Cristo Redentor, situado nos Andes, na fronteira da Argentina com o Chile. Após, dirige-se para o porto de Valparaíso e, também, para Santiago, através de uma ligação para o sul. Entretanto, esse corredor é insuficiente pois, por situar-se muito ao sul, não atende às Regiões Centro-Oeste e Norte.

Corredor Cuiabá – Bolívia – Pacífico

Esse corredor sai de Cuiabá e passa por Cáceres, em rodovia asfaltada (BR-070), antes de dirigir-se à fronteira com a Bolívia. Pode-se entrar na Bolívia por dois caminhos, ambos em rodovias já implantadas:

Via BR-070, de Cáceres até Marco San Matias, na fronteira, com 84 km, e via Porto Espiridião, na BR-070/174 (asfaltada) e depois por uma rodovia estadual (MT-265).

Recomendamos a pavimentação da parte brasileira desse corredor via Porto Espiridião (180 km), pois a Bolívia vem asfaltando, de forma paulatina, os trechos em seu território e, em breve, teremos o percurso todo pavimentado até o Pacífico.

Da fronteira até Montero, localizada próximo e ao norte de Santa Cruz, as estradas são de terra e ainda precárias. De Montero às proximidades de Oruro, passando por Cochabamba, a rodovia é asfaltada. Foi construída recentemente uma nova subida dos Andes. Esse corredor entronca com a rodovia Oruro-La Paz, em Caracollo, próximo e ao norte de Oruro. A partir de Caracollo, existem várias opções de percurso para os portos chilenos de Iquique e Arica, bem como para os portos de Matarani e Ilo, no sul do Peru.

As distâncias até o Pacífico, sendo a maior parte em asfalto, são: Cuiabá – Arica, 1.958 km, e Cuiabá – Ilo, 2.040 km.

Assim, além de asfaltar a parte brasileira, com 180 km como já vimos, resta-nos aguardar providências dos outros países envolvidos, Bolívia, Peru e Chile, para completar esse corredor, que atende prioritariamente a Mato Grosso do Sul, Mato Grosso (parte) e Goiás.

Corredores Porto Velho – Rio Branco – Pacífico

Outros corredores estudados pelo DNER saem de Porto Velho e, passando pelo Acre, dirigem-se para Lima e, conseqüentemente, para o porto de Callao, situado nas suas imediações. Callao é o principal porto do Peru em movimentação de navios.

Por outro lado, uma Comissão Interministerial brasileira recomendou um corredor que, passando pelo sul do Acre, dirige-se ao porto de Ilo, no sul do Peru.

Essas ligações pelo Acre têm a grande vantagem de somente envolver dois países (Brasil e Peru), ao invés de três ou, até, quatro países (alguns corredores passam pelo Paraguai), como as demais. Assim, além de evitar mais uma passagem pela alfândega, permitem que acordos bilaterais mais simples resolvam o problema.

Esses corredores atendem prioritariamente a Rondônia, Acre, Mato Grosso (parte) e sul do Amazonas. As alternativas desses corredores serão analisadas a partir de Rio Branco, já que o trecho Porto Velho-Rio Branco, já pavimentado, com 506 km até o início do contorno de Rio Branco, é comum a todas.

***Saída Norte
(Callao, via Cruzeiro
do Sul – Pucallpa)***

Uma saída rodoviária para o Oceano Pacífico a partir do Acre é uma antiga aspiração brasileira. Estudos realizados pelo DNER, na década de 60, indicaram, para essa importante ligação, um traçado que, saindo de Rio Branco, capital do Acre, dirige-se a oeste/noroeste, passando por Sena Madureira, Feijó, Tarauacá e Cruzeiro do Sul. A fronteira peruana é atingida num local denominado Boqueirão da Esperança.

Tais estudos partiram da premissa de que o traçado do lado brasileiro devia orientar-se visando a passar pela cidade peruana de Pucallpa, que é um porto fluvial no rio Ucayali. Isso porque já existia uma rodovia dali até a capital, Lima, e, por conse-

guinte, até o porto de Callao, situado nas suas proximidades.

Portanto, a menor extensão de rodovia a construir era o principal fator a ser atendido, além de servir a algumas cidades brasileiras.

Essa diretriz tomou a designação de BR-364, e o Exército Brasileiro foi encarregado da sua construção, no trecho entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul. Foi aberto um picadão em toda a extensão e feita a terraplenagem em alguns segmentos. Na época das chuvas, que equivale a 6 meses por ano ou mais, o tráfego fica interrompido. Entretanto, como a própria capital do Acre, Rio Branco, ainda carecia de uma rodovia de ligação à malha rodoviária nacional, a sonhada saída para o Pacífico ficava aguardando melhores dias.

Com o passar do tempo, o sonho foi ficando menos distante. Em 1985, o asfalto, saindo de Cuiabá, chegava a Porto Velho. Em 1988, já atingia Abunã e finalmente em 1992 a pavimentação era completada até Rio Branco.

No total, pela Saída Norte, desde o início do contorno de Rio Branco até o por-

to de Callao, são 1.734 km, ou 2.240, a partir de Porto Velho. Essa alternativa, entretanto, possui inúmeros problemas, que desaconselham a sua adoção e que alinhavamos abaixo:

– muito extensa (2.240 km), e atravessa zonas de baixios ao cruzar os principais rios do Acre, exigindo aterros altos e longos; atravessa o Parque Nacional da Serra do Divisor, que abrange uma extensa região brasileira na fronteira com o Peru, englobando Boqueirão da Esperança, na divisa peruana, e um trecho de 21 km do seu traçado, imediatamente anterior; atravessa extensos terrenos alagáveis na margem direita do rio Ucayali, em Pucallpa. Esses terrenos alagadiços, que se prolongam por dezenas de quilômetros na margem direita, exigirão aterros problemáticos. Para amenizar esses problemas, sem contudo eliminá-los totalmente, foi cogitada uma variante local, que alonga o traçado em cerca de 60 km e faz a travessia em Palmera, ao sul de Pucallpa; possui uma grande extensão de pontes, sendo que somente a do rio Ucayali tem cerca de 900 m; utiliza percurso da rodovia atual Lima – Pucallpa, sobre

os Andes, entre San Alejandro e La Oroya, com cerca de 527 km de extensão. A rodovia existente, segundo informações, possui geometria precária, com algumas subidas e descidas desnecessárias, aumentando o tempo de viagem e o consumo de combustível. Além disso, está em mau estado de conservação, exigindo portanto uma restauração, com eventuais correções de traçado; atravessa, segundo notícias, zona de plantio e refino de coca no Peru (Tingo Maria), tornando a travessia arriscada; percorre os Andes em sentido longitudinal, sendo 224 km acima de 3.000 m; e não permite explorar benefícios energéticos adicionais.

Saída Sul (Ilo, via Assis Brasil e Macusani)

A Saída Sul, via Assis Brasil e Macusani, tendo como destino final o porto de Ilo, vem sendo ultimamente preconizada, tendo em vista, inicialmente, o acordo de 1981, entre o Brasil e o Peru, que priorizava as cidades fronteiriças de Assis Brasil e Iñapari como ponto de interconexão rodoviária.

Assim, uma Comissão Interministerial brasileira

publicou um relatório, em 1991, sugerindo diversas ações conjuntas, abrangendo toda a Amazônia e sugerindo esse traçado Porto Velho-Rio Branco-Assis Brasil-Iñapari-Macusani-Juliaca-Ilo para a ligação com o Pacífico.

Devemos mencionar entretanto, que a preferência manifestada por esse traçado pela referida Comissão, se deu somente com relação à ligação do Acre ao Pacífico via BR-364, através de Cruzeiro do Sul e prosseguindo por Boqueirão da Esperança e Pucallpa (Saída Norte).

Essa Saída Sul aproveita o trecho Porto Velho-Rio Branco, atualmente já pavimentado, com 506 km de extensão, até o início do contorno de Rio Branco. Partindo-se desse ponto, segue-se para Brasília, que fica a 233 km após, pela BR-317, que é pavimentada somente em parte (149 km). Pode-se entrar na Bolívia por Cobija, cidade vizinha a Brasília, onde existe uma área de livre comércio.

De Brasília, segue-se para Assis Brasil, na fronteira peruana, que é atingida depois de 110 km, dos quais 64 estão implantados e 46 ainda em leito natural (sem terraplenagem).

No total, são 343 km do início do contorno de Rio Branco até a fronteira com o Peru, ou 849 km desde Porto Velho.

Atravessando-se o rio Acre em local onde não existe ponte atualmente, chega-se a Iñapari, no Peru. Daí, prossegue-se com rumo sul, passando por Iberia e Puerto Maldonado até Puente Iñambari. As estradas estão em péssimas condições. Quando chove, o tráfego é interrompido pelas autoridades.

Antes de cruzar essa ponte, o traçado prossegue com rumo sul, na direção de San Gaban, em rodovia planejada. Após, segue para Juliaca, já subindo os Andes, passando-se por Macusani. A subida dos Andes se dá em estrada carroçável, com rampas muito fortes, até atingir o ponto mais alto (5.000 m). Futuramente, uma rodovia para acomodar caminhões pesados e semi-reboques terá que ter um outro percurso, mais longo e com rampa mais suave. Estimamos que será necessário alongar o percurso atual em cerca de 26 km, para que a rampa fique compatível com a máxima admissível de 6%.

De Juliaca partem 2 subalternativas, na direção

dos portos de Matarani e Ilo. Analisaremos a seguir apenas a alternativa para Ilo, denominada de Saída Sul.

De Juliaca segue-se até Puno, pelo altiplano, em asfalto, num trecho de 44 km e, dali, prossegue-se até Moquegua, sendo somente asfaltado o subtrecho final, Torata-Moquegua, com 23 km.

De Moquegua ao porto de Ilo, são 103 km em asfalto.

As extensões totais via Macusani, considerando o alongamento de 26 km necessário à obtenção da rampa de 6%, são: Porto Velho – Rio Branco – Assis Brasil – Puerto Maldonado – Puente Iñambari – Macusani – Juliaca – Puno – Moquegua – Ilo: 2.116 km; e Rio Branco – Ilo: 1.610 km.

Essa Saída Sul apresenta inúmeros problemas que desaconselham, totalmente, a sua adoção:

- sua extensão é de 2.116 km e possui direção geral desfavorável, já que, para se ir de Lima para Rio Branco e Porto Velho, é necessário percorrer 1.200 km adicionais até Ilo, no sul do Peru, para só então tomar o rumo dessas cidades. Por esse motivo, não é recomendável para estimular o comércio regional e a inte-

gração sul-americana. Existe uma alternativa via Bolívia, a partir de Porto Velho, passando por Guajará-Mirim, Riberalta e La Paz, com destino ao mesmo porto de Ilo, que é mais curta. Assim sendo, a viabilidade dessa ligação, via Macusani, fica enfraquecida, já que o tráfego se dividiria entre 2 alternativas; a subida dos Andes, para quem vem do Brasil, é extremamente penosa, com probabilidade de obras caras, tais como muros de arrimo, viadutos e túneis; percorre 450 km acima de 3.000 m, o que causa mal-estar aos motoristas, e atravessa 2 cordilheiras: a Oriental, com um ponto mais alto a 5.000 m, e a Ocidental, com altitude máxima a 4.600 m, separadas por um altiplano onde está o lago Titicaca, situado a 3.800 m. Assim sendo, há uma perda de desnível de cerca de 800 m; possui apenas 343 km no Brasil, a partir de Rio Branco, e 1.267 km no Peru, o que torna mais difícil uma parceria para a construção da estrada, através de acordo bilateral; percorre estes 343 km no Acre, num corredor espremido entre a fronteira da Bolívia e a recém-criada reserva extrati-

vista “Chico Mendes”, tolhendo as suas possibilidades de desenvolvimento, e não permite explorar benefícios energéticos adicionais de porte.

Saída Centro

(Callao, via Santa Rosa do Purus e Termópilas)

Novos Enfoques propiciaram o estudo de novas alternativas de traçado.

Em virtude de gestões do governo estadual do Acre e do governo federal, o Japão passou a se interessar, no final da década de 80, em financiar, a longo prazo, a construção e pavimentação de uma rodovia saindo de Rio Branco em direção ao porto de Callao. A principal motivação era permitir que os produtos brasileiros produzidos na sua região de influência, chegassem ali a um preço mais acessível.

Ganhava, assim, um novo interesse a citada ligação e, aí, já com uma conotação distinta: era preciso diminuir-se os custos de transporte, para dar mais competitividade aos produtos a serem exportados.

Assim sendo, colocando-se a alternativa de traçado já estudada pelo DNER num mapa (Saída Norte) e traçan-

do-se a diretriz ideal (linha reta) de Rio Branco a Lima, vemos que essa alternativa situa-se muito afastada da mesma.

Surgiu assim a idéia de serem estudadas novas alternativas, que se aproximassem mais da diretriz ideal e, paralelamente, evitassem alguns problemas que os traçados já estudados apresentavam, visando a minimizar os custos de construção e transporte.

NOVAS ALTERNATIVAS VIA TERMÓPILAS

Esses estudos revelaram um novo percurso pelo centro do Acre, entre Rio Branco e o porto peruano de Callao, com apenas 1.418 km de extensão, passando por *Santa Rosa do Purus* e *Termópilas*, que apresenta vantagens significativas em relação aos traçados já conhecidos.

Essa nova alternativa de traçado, que está representada no mapa da página adiante, foi denominada de *Santa Rosa do Purus - Termópilas* ou *Saída Centro*. Possui extensão de 1.924 km a partir de Porto Velho, sendo portanto 316 km mais curta do que a Saída Norte. Com relação à

Saída Sul, possui 192 km a menos.

Essa nova alternativa também aproveita o trecho já pavimentado entre Porto Velho e Rio Branco, com 506 km de extensão até o início do contorno de Rio Branco.

Trecho Rio Branco - Termópilas

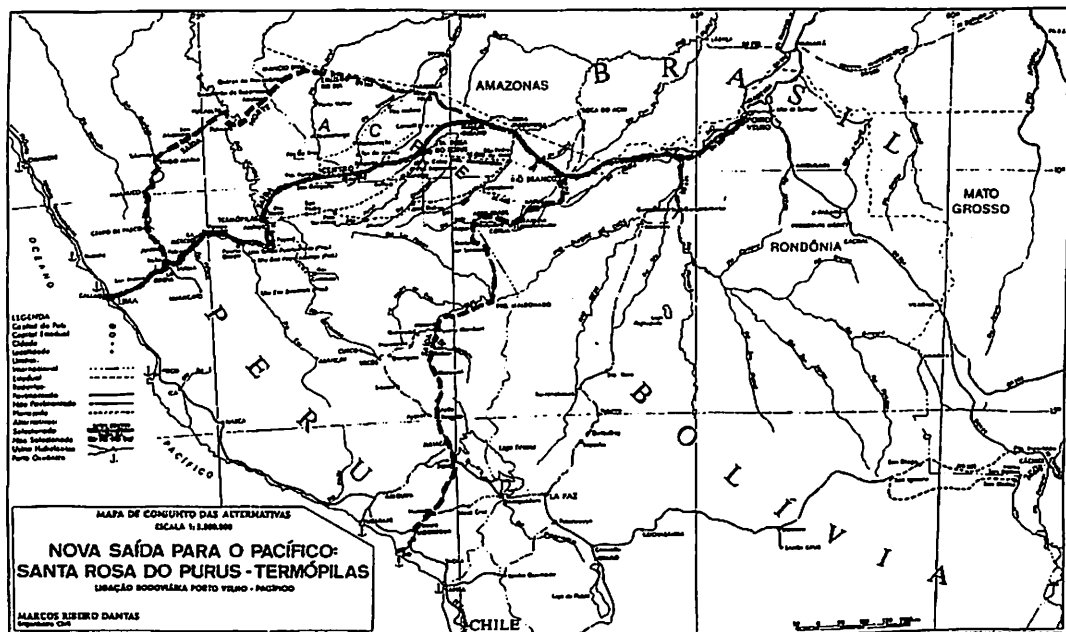
No trecho entre Rio Branco e Termópilas, o terreno é levemente ondulado, com cobertura vegetal e cortado por rios que correm no sentido SW-NE. Não existem maiores dificuldades do ponto de vista do relevo da região atravessada. Por esse motivo, surgiram sete alternativas de traçado nesse trecho, cujo estudo partiu de Rio Branco na direção de Termópilas.

No estudo dessas novas alternativas, procurou-se atender a alguns fatores condicionantes do traçado, como: evitar zonas de baixos onde são exigidos grandes volumes de terraplenagem; proporcionar pontos de apoio logístico em rios navegáveis para a construção e operação da rodovia; passar por portos fluviais de molde a proporcionar o transporte intermodal rodovia-hidrovia; proporcionar

acesso a zonas já colonizadas sem desvios indesejáveis do traçado, já que a finalidade principal é viabilizar o corredor para o Pacífico com a menor extensão possível; proporcionar acesso a regiões potencialmente promissoras e ainda não colonizadas, induzindo assim o seu desenvolvimento; e evitar áreas indígenas, na medida do possível.

A alternativa *Santa Rosa do Purus - Termópilas* (Saída Centro), que foi a preferida, saindo de Rio Branco, aproveita o leito da rodovia BR-364, até o divisor de águas entre o rio Purus e o Igarapé Macapá, situado a cerca de 14 km além de Manuel Urbano, passando portanto, por Sena Madureira. Essas duas cidades, Sena Madureira e Manuel Urbano, através dos seus portos fluviais, nos rios Iaco e Purus, respectivamente, proporcionam o transporte intermodal hidrovia-rodovia. Esse tipo de transporte é muito importante para estender-se a área de influência da rodovia e carrear cargas para a mesma.

A partir da BR-364, o traçado segue ao longo do divisor de águas entre os rios Purus e Igarapé Macapá e, posteriormente, pelo divisor



Purus – Envira, até a rodovia projetada BR-409, que ligará Feijó a Santa Rosa do Purus.

Nesse ponto, inflete para o sul, pela diretriz dessa federal por cerca de 16 km, até o local onde está previsto um acesso a Santa Rosa do Purus, localizada na região central do Acre.

Esse acesso, com 11 km de extensão, está incluído nas extensões a implantar e a pavimentar, devido ao apoio logístico que o porto fluvial de Santa Rosa do Purus e um campo de pouso existente irão proporcionar. Poderão, assim, serem abertas 2 frentes de trabalho para agilizar a obra,

uma na direção de Rio Branco e outra na direção de Lima, reduzindo os prazos de construção.

A partir do entroncamento com o acesso a Santa Rosa do Purus, a diretriz inflete na direção oeste/sudoeste, até as proximidades do Seringal Simpatia, às margens do rio Envira.

Dali, segue paralela a esse rio com direção SW e, após cruzá-lo, passa a 7 km ao norte de Dimpolis e prossegue até a divisa Brasil/Peru, num ponto favorável para dirigir-se a Puerto Portillo.

Em território peruano, passa pelas localidades de Puerto Portillo, no alto Juruá e San Gregorio, propician-

do assim, um melhor apoio na fase de construção, bem como aos viajantes, posteriormente.

De San Gregorio, o traçado segue na direção oeste, aproveitando uma garganta existente e, após, segue na direção de Termópilas, a sudoeste, que é o local escolhido para a travessia do rio Ucayali.

Em Termópilas, poderão ser igualmente abertas duas frentes de obras.

Trecho Termópilas – Callao

Nesse trecho, dadas as peculiaridades da região andina, foi estudado apenas um traçado, sem variantes.

Percorrendo-se o rio Ucayali, vemos que no local denominado Termópilas (o nome sugere um desfiladeiro), situa-se aparentemente o melhor local para a sua travessia, bastante próxima da diretriz ideal (linha reta) Rio Branco – Lima. Fica a apenas 18 km ao norte de Atalaya, situada na confluência entre os rios Urubamba e Tambo. Realmente, em Termópilas o Ucayali sofre um estrangulamento duplamente favorável para a construção de uma futura ponte. Primeiro, por exigir uma extensão bem mais modesta (cerca de 500 m) do que a obra prevista em Palmera, na Saída Norte. Segundo, pela provável presença de um embasamento rochoso, que facilitará a execução das fundações.

Além disso, tendo em vista que o rio Ucayali é transposto em Termópilas, muito mais próximo às suas cabeceiras do que em Palmera, apresenta uma declividade bem superior. Esse fato impede a presença de terrenos alagáveis nas margens e os problemas decorrentes, observados na travessia da Saída Norte.

De Termópilas a Atalaya são 18 km pela margem esquerda do rio Ucayali, em

terreno favorável. O traçado segue subindo pelos vales dos rios Tambo e Perené, até atingir Puerto Ocopa, que se situa na outra margem, na foz de um afluente.

De Puerto Ocopa segue-se pelo vale do rio Perené, com declividade moderada, até próximo a Pampa Hermosa. Dali, o traçado segue através de rodovia implantada, subindo pelos vales dos rios Perené e Chanchamayo, até La Merced, que é a principal cidade de uma rica zona agrícola peruana, onde predominam colonos descendentes de alemães e austríacos.

Dali, inflete-se para Palca, em rodovia implantada com revestimento primário. De Palca em diante, até o porto de Callao, o traçado segue por rodovia pavimentada, passando por Tarma, a 3.050 m de altitude e posteriormente por La Oroya, que é um importante entroncamento.

Dessa cidade a Lima, segue-se pela Carretera Central, tendo que vencer o ponto mais alto desse trecho, que se situa em Ticlio, a 4.883 m de altitude. Comparando-se com as demais alternativas, o trecho com altitude superior a 3.000 m é relativamente curto, entre San Mateo e Palca, com apenas 130 km,

aproximadamente. Ao mesmo tempo, consegue uma transposição tanto quanto possível no sentido transversal daquela cordilheira, com o objetivo de minimizar o percurso nessa região de orografia movimentada.

A chegada a Lima se dá em auto-estrada na região de planície. De Lima ao porto de Callao são 15 km de trajeto dentro da área metropolitana.

Entre as vantagens que determinaram a adoção dessa *Saída Centro* sobre as demais, alinhamos: menor extensão – tem apenas 1.924 km a partir de Porto Velho, ou 1.418 km a partir de Rio Branco; não atravessa zonas de baixios; permite o transporte intermodal nos rios Purus e Iaco; propicia o desenvolvimento da metade oeste do Acre; travessia do rio Ucayali num ponto privilegiado, em Termópilas; subida suave dos Andes, pelo vale do rio Perené; menor extensão em altitude: apenas 130 km acima de 3.000 m; aproveita o trecho pavimentado Palca – La Oroya – Lima, no trecho da cordilheira, ou seja o trecho de relevo mais difícil; não tem subidas e descidas intermediárias apreciáveis; possui extensões equilibradas

no Brasil e no Peru, facilitando acordos bilaterais; possui direção geral favorável; possui custos de construção, conservação e de transporte mais baixos; estimula o comércio bilateral ao dirigir-se à capital, Lima; permite explorar benefícios energéticos adicionais apreciáveis, como o potencial hidrelétrico dos rios formadores do Amazonas, descendo os Andes às margens da estrada, e o gigantesco campo de gás natural de Camisea, relativamente próximo.

PRODUÇÃO A SER EXPORTADA

Segundo estimativas do DNER, feitas no final da década de 80, a exportação anual de mercadorias pela nova estrada, no sentido Porto Velho – Pacífico, será de 4,5 milhões de toneladas de produtos. Desse total, estima-se que somente os cereais (soja e outros grãos) contribuam com 3 milhões de toneladas, restando 1,5 milhão de toneladas para os demais produtos relatados a seguir.

Como frete de retorno, os caminhões poderão transportar 3 milhões de toneladas do fosfato peruano de Bayovar e outros insumos necessários para o cultivo da

safrá global da área de influência da estrada, além de calcário dolomítico e cimento.

O Brasil poderá exportar, também, através da rodovia, uma variedade de produtos que saem hoje pelos portos de Manaus, Santos e Paraguaçu, como alimentos, frutas, borracha, castanha, polpa de celulose, veículos automotores, ferramentas, implementos agrícolas, partes e acessórios de veículos, máquinas, equipamentos, substâncias químicas e petroquímicas, eletrodomésticos, sapatos, material de construção, etc., fabricados no sudeste, ou na Zona Franca de Manaus. Esses produtos seriam destinados aos mercados da Costa do Pacífico da América e dos países Asiáticos.

A fruticultura é uma atividade que se afigura altamente promissora na região, não tendo se desenvolvido exclusivamente por falta de transporte. Em todas as regiões atravessadas, é favorável a cultura de: banana, mamão, melancia, melão, abacaxi, manga e frutas amazônicas diversas, além de outras frutas tropicais.

Segundo o Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica da BR-364, elaborado para o

Estado do Acre, em 1989 (Projeto Acre), a produção de madeira beneficiada, renovada por reflorestamentos, após a abertura da estrada, chegaria aos seguintes níveis, somente no Estado do Acre: no 1º ano, 240.000 t; no 6º ano, 370.000 t.

Desses totais, 50% correspondem à exportação pelo porto de Callao e 50% para consumo interno.

Além da madeira, destacamos a produção de borracha e castanha como atividades tradicionais da região.

Por outro lado, estão previstos projetos de agroindústrias, como as de beneficiamento da castanha e da borracha, envasamento de palmito, frutas processadas, pasta de celulose, extração e refinação de óleo de dendê e outras oleaginosas.

Cremos que a piscicultura é uma das atividades mais promissoras da região. Os seus inúmeros cursos de água são dotados de água abundante o ano inteiro e de inúmeras espécies de peixes, como o tambaqui e o pirarucu, que possuem capacidade comprovada de reprodução em cativeiro e boa aceitação da sua carne.

Para desenvolver a piscicultura, será necessária a construção, nos estados

abrangidos pela área de influência da rodovia, de estações de piscicultura.

O minério de estanho (cassiterita) é abundante em Rondônia, que possui a maior jazida do mundo, em Ariquemes. A produção anual do estado já chegou a 34.000 t anuais. Essa produção poderá ser aumentada, caso os novos mercados

abertos pela construção da nova estrada solicitem tal incremento. As possibilidades aumentam em função dos benefícios energéticos nas margens da rodovia, permitindo a sua refinação.

ANÁLISE COMPARATIVA

De acordo com a produção a ser exportada, que es-

timamos em 4,5 milhões de toneladas, a partir do 6º ano de implantação da estrada, foi calculado o tráfego previsto em cerca de 1.400 veículos/dia, nas duas direções. Isso permitiu calcular os custos de transporte.

Os custos por alternativa calculados previamente, são:

SAÍDA	KM	CUSTOS (US\$ 1.000,00)			
		CONSTRUÇÃO	EM 10 ANOS		TOTAL
			CONSERVAÇÃO	TRANSPORTE	
NORTE	2.240	484.906*	71.680	3.386.880	3.943.466
CENTRO	1.924	472.097	61.568	2.909.090	3.442.755
SUL	2.116	536.962	67.712	3.199.390	3.804.064

OBS.: - Custos válidos somente para efeito comparativo.

- *Custos sujeitos a variações.

Vemos, portanto, que mesmo sem considerar as variações que podem ocorrer nos custos de construção da Saída Norte, a alternativa *Santa Rosa do Purus* - *Termópilas* (Saída Centro) oferece custos totais bem mais baixos do que as demais alternativas, sendo bastante apreciáveis os totais para um horizonte de 10 anos.

ENERGIA

Na região de influência da rodovia Porto Velho - Pacífico, no lado brasileiro, além de pequenas usinas termoelétricas, só temos atualmente a Usina Hidrelétrica de Samuel, no Estado de Rondônia, situada a 50 km a leste de Porto Velho. Essa usina, já em operação, produz 230 MW, através de 5

turbinas de 46 MW cada uma.

Existem planos para uma interligação entre a usina de Samuel e Rio Branco. Entretanto, a potência gerada por Samuel já está comprometida com as necessidades do estado de Rondônia e prevê-se que pouca energia sobrá para o Acre. Por outro lado, os potenciais energéticos do Acre são mínimos.

Portanto, prevê-se uma escassez de energia num futuro próximo, nas regiões atravessadas pela nova rodovia, caso um novo projeto energético de maior porte não seja viabilizado.

No lado brasileiro, existe um potencial apreciável no médio Madeira, onde 19 cachoeiras, já estudadas no trecho Porto Velho – Guajará Mirim, fornecem um potencial de 3.000 MW.

Foram estudados, também, os potenciais energéticos do lado peruano, pois as diferenças de nível provocadas pela cordilheira dos Andes favorecem uma expectativa favorável.

Por outro lado, a frequência da energia gerada no Peru é de 60 cps, ou seja, igual à brasileira, ajudando portanto a viabilizar os empreendimentos energéticos binacionais.

De fato, ao longo da alternativa selecionada *Santa Rosa do Purus – Termópilas*, tendo em vista que a mesma segue por vales dos rios formadores do Amazo-

nas, com caudais apreciáveis, essa expectativa confirmou-se plenamente.

Nos rios Tambo e Ene, existem 3 aproveitamentos, que totalizam 3.073 MW. São eles: Tambo – Puerto Prado (620 MW); Ene – Paquitzapango (1.379 MW) e Ene – Sumabeni (1.074 MW).

A distância do aproveitamento Tambo-Puerto Prado, pela diretriz da estrada via Termópilas, é de 949 km até Rio Branco.

Por outro lado, na região de Camisea, província de La Convencion, no Departamento de Cuzco, existem reservas de gás natural que se acredita sejam as maiores da América, em local não muito distante da diretriz rodoviária selecionada. Os volumes disponíveis situam-se entre 10 a 15 trilhões de pés cúbicos.


A distância entre Camisea e a diretriz da rodovia em Poyeni é de apenas 148 km. De Camisea a Rio Branco, via Termópilas, são 1.046 km.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o exposto anteriormente, a *Saída Centro* (Santa Rosa do Purus – Termópilas) oferece inegáveis vantagens em relação à Saída Norte, sobretudo no que concerne aos custos de transporte, bem como em relação à Saída Sul, que demanda o porto de Ilo, cujos inconvenientes são notórios.

Para recorrer-se a financiamentos externos para a construção da rodovia, é necessário elaborar-se um Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica, acompanhado de um RIMA (Relatório de Impacto do Meio-Ambiente).

Os países do Oriente, em especial o Japão, que possui saldo comercial apreciável todos os anos com os países do Ocidente, têm especial interesse nessa rodovia para o Pacífico.

Esperamos que, enfim, essa antiga aspiração brasileira, que é a saída para o Pacífico a partir do Acre, venha a se concretizar logo. 

Um Navio Britânico na Guerra do Paraguai

Jean Michel Agnauer*

Matéria extraída de palestra proferida, pelo autor, dia 19/09/1995, no auditório do IGHMB, e publicada na Revista desse Instituto nº 81/95, apresenta curiosos aspectos ligados à Guerra do Paraguai.

Há alguns anos comprei, num velho sebo do Rio de Janeiro, um documento, um *Diário*, junto com sua tradução. A princípio pareceu-me ser uma falsificação muito bem feita e de época, mas, com o decorrer do tempo, provou ser um original *sui generis*, demonstrando ser a ponta de um *iceberg* do qual muito pouco se sabia e se estudara: a posição inglesa junto ao Paraguai e ao Brasil durante a Guerra do Paraguai.

Esse *Diário* dá asas à imaginação sobre várias “lendas” de tesouros, sobre as traições havidas no Paraguai e sobre as “mis-

sões” inglesas no Rio da Prata.

Nas boas e más causas, a Inglaterra sempre teve uma regra de conduta invariável. Bernard Shaw a definia e explicava da seguinte maneira: *“Os ingleses são uma raça muito especial. O último dos ingleses se crê governado pelos imperativos da consciência moral, e o inglês de categoria mais alta não se sente por isso livre da tirania desses imperativos. Todo inglês possui uma força admirável que o faz dono do Planeta. Quando deseja obter alguma coisa não dirá nunca que a deseja. Esperará com paciência até o momento de dar um bote — sem saber como lhe nasce uma ardente convicção de que tem o dever mo-*

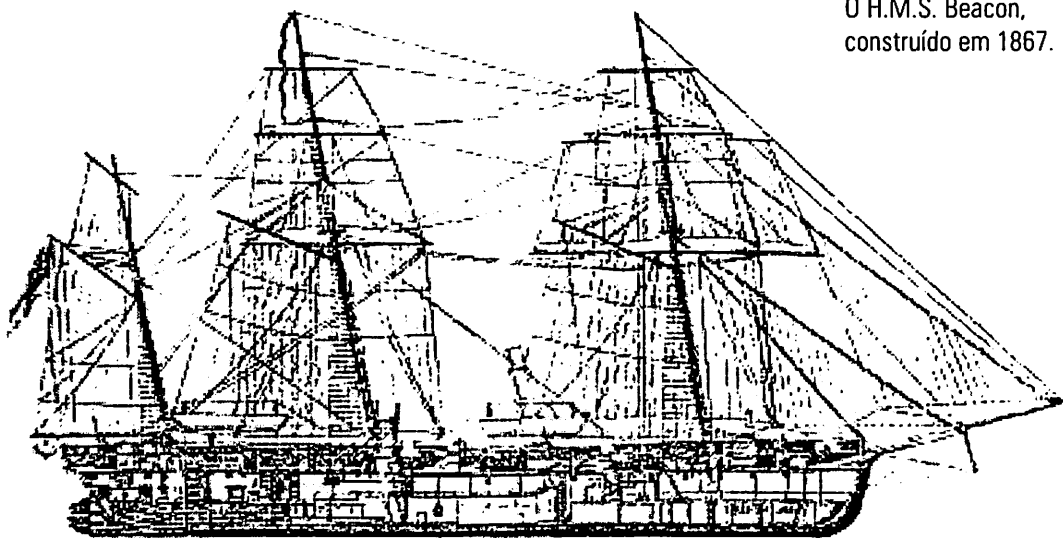
ral e religioso de fazer-se senhor daqueles que possuem o alvo de seu desejo. Aí, então, se tornam irresistíveis.”

Em 1867 e 1868, a opinião inglesa continuava a exasperar-se e a clamar pela cessação das hostilidades no Prata; os inimigos de nossa causa exploravam o estado financeiro para nos ferirem ao vivo. Dois jornais eram os veiculadores de tal coisa: o *Times* e o *Morning Post*.

O *Morning Post* publicava, na sua edição de 13 de outubro de 1868: *...“Lopez has still in reserve the Paraguayan women, and it is a known fact that women are being trained for war. The Monte Videan Minister, Lamas, told the Brazilian Government, more than a*

* Professor.

O H.M.S. Beacon,
construído em 1867.



year ago, that the allies would have to fight the women of Paraguay when the men were all destroyed, and them implored the Emperor of Brazil to conquer the feelings of misplaced pride which were leading him to reject all advice and all offers of mediation, with a fatal determination to pursue to the last the individual Lopez. The new Brazilian Ministry has adopted the Emperor's view of prosecuting the war; and the war, it seems, must go on until Lopez is dead or prisoner, or until the allies sustain (what is even yet not impossible) an irrecoverable blow, or until financial resources of Brazil are exhausted."

Negar dinheiro, nervo indispensável da guerra, era, no conceito dos capitalistas ingleses, o meio de matar a guerra. Feita a paz com o Paraguai, estariam dispostos a auxiliar-nos com empréstimo avultado; e essa crença de que o Império teria de negociar um empréstimo a longo prazo, depois de finda a guerra, foi sempre preocupação dos capitalistas ingleses, embaraçando o pe-

queno empréstimo que se projetava.¹

Assim, uma política diplomática naval, tão conhecida e posta em prática, foi usada pelos ingleses na Guerra do Paraguai: *Gunboat Diplomacy* ou a *Diplomacia del Marinero Herido*.

Não podemos esquecer que o Paraguai tinha fortes laços, de Francisco Solano Lopez, com a Inglaterra, por

¹ "...Lopez ainda tem, como reservas, as mulheres paraguaias, e ainda é um fato, conhecido por todos, que as mulheres estão sendo treinadas para a guerra. Lamas, o Ministro do Uruguai, avisou ao Governo Brasileiro, há mais de um ano atrás, que se deveria lutar contra as mulheres paraguaias quando todos os homens tivessem morrido, e depois implorou ao Imperador Brasileiro que deixasse de lado seu orgulho, que o impedia de aceitar qualquer conselho ou oferecimento de mediação, com um determinismo fatal de ir às últimas consequências contra Lopez. O novo Ministro Brasileiro adotou o ponto de vista do Imperador, prosseguindo a guerra; e a guerra parece que só terminará com a morte ou a prisão de Lopez, ou até que os aliados desfechem um golpe (o que não é ainda impossível) mortal, ou até que as finanças brasileiras estejam exauridas."

meio de John & Alfred Blyth — principal fornecedor de insumos industriais, armas, têxteis, maquinária pesada, e todos os recursos bélicos necessários. E que casas comerciais inglesas em Buenos Aires também participavam dessas trocas com o Paraguai. Com o correr dos anos, John & Alfred Blyth se transformaram nos Agentes do Paraguai na Europa, contratando, inclusive, todo o pessoal técnico para o desenvolvimento desse país.

Um outro ponto deve ser levado em consideração: Elisa Alicia Lynch era inglesa, da Irlanda.

É, pois, sob essas condições que o *Beacon* vem singrar as águas da América do Sul.

O "BEACON"

A palavra *Beacon* significa: farol, baliza, guia por meio de luz, marcas com baliza. Vem a ser um vapor de guerra de casco de madeira, construído em Laird, lançado ao mar em fevereiro de 1856 e rejeitado em 1864. Fora construído para servir na Criméia. Devido à urgência de se ter vapores em tempo recorde para servir na Criméia, *Beacon* e

outros navios de sua classe foram construídos com madeira imprópria, daí serem postos fora de serviço.

Em 1867, foi lançado ao mar de novo, completamente reformado, como citado no *Diário de J. T. Comerford*, "o primeiro navio de sua classe a ser construído". De 3 de fevereiro a 22 de março de 1868, são feitos pequenos testes com o navio. Movido a vapor e a vela, parecia ser uma escuna.

J. T. COMERFORD, AUTOR DO "DIÁRIO"

J. T. Comerford escreveu, na capa de seu *Diário*, a palavra *Private* (soldado ou marinheiro), mas logo na primeira página se vê que ele tem um posto mais elevado, pois leva para bordo parte de sua mobília, que não cabe na sua cabine. Seus passeios, suas visitas, suas conversas, seus almoços e jantares demonstram sua cultura e posição. Suas visitas a hospitais e o tratamento que dá a certos tripulantes indicam que seja um médico, um prático em medicina ou, talvez, um enfermeiro. É jovem. Em 25 de fevereiro, festeja seu vigésimo-quinto aniversário, e estamos no ano de 1869.

O "DIÁRIO"

O *Diário* começa no dia 2 de fevereiro de 1868, terminando em meados de abril de 1871. Mas a viagem só termina em 30 de dezembro de 1871.

É um caderno de 36,5 cm de comprimento por 24 cm de largura. Tem 18 páginas. Em sua capa encontra-se impresso um retângulo. Sobre este, também impresso, podemos ler: *Nº 11c — S.A.*²

Dentro do retângulo, impresso: *Journal of Her Majesty's Ship* (riscado a tinta); escrito a tinta, por baixo, *Private* e, mais abaixo, *J. T. Comerford*. Impresos ainda dentro do retângulo: *Asst. Surgeon; between* chave com *the* e *and* também riscados a caneta ou pena. Por baixo, a pena, mais uma vez, *Private*. Ainda dentro do retângulo, impresso: *Station*, também riscado a pena. Por baixo do retângulo, impresso: *Waterlow and Sons, Printers, Carpenter's Hall, London Wall*.

O *Diário* em si parece mais um relato da vida social de um viajante, contando suas passagens pelas diver-

² Posto fora de serviço.

sas grandes cidades da Região do Prata, falando de caçadas, festas e visitas. Entretanto, se prestarmos atenção, poderemos notar que muitas das pessoas visitadas e que os lugares visitados têm uma estranha coincidência com fatos ocorridos durante a Guerra do Paraguai. As conversas não são transcritas, mas as pessoas com quem essas conversas se passam deixam pressupor que uma “Missão” ou várias “Missões” foram executadas pela oficialidade do *Beacon*. Não há vestígios diretos de que a Inglaterra tenha enviado tal navio para cumprir alguma “Missão”. No entanto, ao fim do *Diário*, Comerford deixa perceber que receberam ordens diretas da Inglaterra, via uma nau capitânia, para cumprir uma “Missão” nova.

O “DIÁRIO” NO ANO DE 1868

A 2 de fevereiro de 1868, J. T. Comerford se apresenta ao Comandante E. T. Parsons, do *Beacon*, que se encontra no estaleiro. A 3, sobe a bordo e descobre que sua cabine é pequena e sua cômoda não entra. Há uma demora na partida pois é o

“primeiro navio de sua classe a ser construído” e são feitos vários testes com o navio. Conhece Smith, que diz ser bom companheiro, e vai levar um perdigueiro no vapor, o que será de valor inestimável na América do Sul.

A 22 de março, deixam a Inglaterra. A 1º de abril, chegam à Ilha da Madeira. A 2, partem com destino ao Rio de Janeiro, onde chegam a 7 de maio.

Já no dia 8 de maio, vai visitar a Santa Casa de Misericórdia. Passeia pelas ruas do Rio e fala da população de cor e dos odores desagradáveis das ruas. No dia 10 de maio, atravessa a baía, indo a uma cidade chamada Brijanga (?) e lá encontra um oficial brasileiro que falava um pouco de inglês. De 12 a 14 de maio, recarregam de carvão numa ilha. A 17 de maio, vê o Imperador e o Príncipe D’Eu no Teatro D. Pedro. Descreve o Imperador como um homem louro, corpulento e bonachão, parecendo-se mais com um abastado fazendeiro inglês do que com um Imperador. Dia 23 de maio, partem, chegando a Montevidéu a 30.

Ao chegar a Montevidéu encontram o *Oberve*. Há

grandes agitações populares por causa do “papel moeda”. É pedido aos navios estrangeiros (navios de guerra) homens de suas guarnições para proteger a Alfândega e os Bancos.

A 1º de junho, o *Silver* e o *Oberve* desembarcam 50 homens. A 2, Parsons e Comerford desembarcam e vão visitar o Cônsul Munro e alguns ingleses. A 13, vão a Buenos Aires, onde visitam o Cônsul Parish. Recebem ordens para seguir para a frente de batalha no rio Paraguai, a fim de proteger os interesses britânicos.

A 8 de julho, chegam a Curupaiti, onde encontram 40 mil brasileiros acampados. Já tinham cercado Humaitá, cuja queda era questão de tempo. Fazem grandes caçadas, inclusive matando um urubu que pensam ser um pato selvagem. A 16, zarpam para Buenos Aires, fazendo escala em Rosário. Lá conhece o Cônsul, Capitão Thomson.

A 2 de agosto, chegam a Montevidéu, onde recebem ordens de voltar ao Paraguai.

De 30 de agosto a 19 de setembro, ficam em Buenos Aires. Os brasileiros tinham tomado Humaitá e avançado até Palma.

A 1ª de outubro, um sá-bado, chega a Palma e faz o seguinte comentário: *“Os brasileiros eram completamente indiferentes a quaisquer medidas de ordem sanitária! Em seus acampamentos, viam-se por todas as partes corpos de cavalos e de gado apodrecendo, sem que ninguém se desse o trabalho de removê-los! Não era pois surpreendente saber que eles estavam sendo atacados horrivelmente de cólera, diarreia e disenteria... O rio estava quase bloqueado com os navios empregados no abastecimento do Exército.... Durante o dia o calor era intenso e à noite havia muitos mosquitos... Carne verde era tão escassa que os brasileiros só raramente podiam nos ceder alguma.”*

No começo de novembro, o cólera mata dois homens a bordo.

A 4 de novembro, o Comandante Parsons atravessa o bloqueio, na canhoneira Italiana, e vai ao acampamento paraguaio. Avista-se com Lopez e combina a retirada de súditos britânicos em dificuldades. A 8 de novembro, com permissão das autoridades brasileiras, o *Beacon* vai até posições paraguaias. A 9 de novem-

bro, recebe a bordo os súditos ingleses, em número de 17: um homem, Dr. Fox, e 16 mulheres e crianças. Zarpam dia 10. A 16 de novembro, chegam a Montevideú. Sob imposição de Lopez, os súditos não podiam desembarcar em qualquer parte do Rio da Prata ou do Brasil, devendo todos ir diretamente para bordo do navio que tivesse de conduzi-los para a Inglaterra. O Dr. Fox trazia consigo 2 mil libras e vários documentos importantes para o London & River Plate Bank, de Montevideú, de que Comerford teve que se ocupar pessoalmente. O Dr. Fox e os outros partiram para a Inglaterra, no dia 20, pelo *Newton*.

Em dezembro, o Comandante Parsons não se entende muito bem com o Almirante e este, para puni-lo, manda que cruze o rio, com ordens para que se aviste, uma vez por dia, com a nau capitânia *Narcissus*.

O “DIÁRIO” NO ANO DE 1869

A 1ª de janeiro, fazem uma viagem de trem (?) e, na estação Bellavista, encontram grande número de bandeiras, alguns soldados e muitos oficiais “quase todo

do Exército argentino — as fardas parecem uniformes de opereta”. O Presidente (Batlle — pois estão em Montevideú) e alguns oficiais chegam. O trem parte para Piedras. Na estação há um banquete, *“para o qual, no final, somos convidados. Um oficial com um uniforme bizarro e idade avançada, parecendo um general, se senta em cima da mesa e brande, numa das mãos, uma garrafa e, na outra, um copo. Alguns dos argentinos estão debaixo da mesa, bêbados”*. A 3, fala de um fornecedor da Marinha de Montevideú que se chama Wilson. No dia 20 de janeiro, à noite, o Comandante e o velho H. (?) discutem sobre o Paraguai. No dia 31, se encontra com o Comandante e o Dr. Stewart, que diz ter um irmão em Assunção.

A 2 de fevereiro, deixam Buenos Aires, com destino a Assunção. Dia 7, são rebocados por um navio argentino, pois, na noite anterior, colidiram com embarcações carvoeiras do *Wett*. No dia 9, deixam Rosário, devido a uma praga de gafanhotos. No dia 10, a praga de gafanhotos aumenta. No dia 11, *“quando ancoramos longe dos pântanos, a pra-*

ga não incomoda mais". No dia 13 de fevereiro, um novo pedido para conversar é feito a Lopez. De 15 a 17, em Corrientes. No dia 20, "chegamos a Assunção, onde se encontra o Cracker. Sua tripulação aparenta estar doente. O capitão do Cracker está em terra, entregue à bebida. No dia 21, recebemos para jantar o major Fitzmaurice (do Exército argentino), um irlandês. O Cracker zarpa dia 22 e visita Stewart. No dia 25, encontro o Kirkland do Wasp. Hoje é meu aniversário, 25^a. Dia 26 de fevereiro escalo um Mangrullo".

A 1^a de março, foi a Lambaré. No dia 10, falam que Lopez fez vários ataques às forças brasileiras. Dia 12, vai a bordo do Isis. Stewart pede para que vá ver um cliente seu, o capitão Mackenzie. A 15, o capitão Mackenzie morre a bordo do Komed.

De 3 a 10 de abril, em Villeta, o 3^o Exército avança para Luque. A 18 de abril, o Conde D'Eu chega para assumir o Comando do Exército. No dia 27, o Greyhound e o Observer são mandados de volta à Inglaterra. O Conde D'Eu convida Parsons e Comerford para jantar dia 29. "No dia

29 fomos obrigados a recusar o convite, pois houve um caso de febre tifóide a bordo. No dia 30, V. J. V. voltou de Luque elogiando muito o Conde, falando confidencialmente em liquidar o assunto numa semana ou duas. Jantar com o capitão Burton (o explorador). Burton é sarcástico e egoísta. Fala objetivamente de assuntos gerais, mas com respeito às suas aventuras — parece o Barão de Munchausen! O físico o favorece — robusto e cheio de auto-suficiência."

A 6 de maio, Comerford e o Parsons vão a Luque. Os brasileiros ocupam a cidade. O acampamento é limpo e bem disposto em contraste com os anteriores que visitara. "O Comandante foi visitar o Príncipe, e depois fomos ao acampamento argentino, que não era tão limpo nem tão conservado como o brasileiro. Tivemos uma entrevista com Mitre. O Comandante falou em francês com ele e o general não entendeu nada. A conversa ficou a meu cargo em espanhol. No dia 8, o Comandante entregou o despacho La Caronde à guarda avançada paraguaia e foi escoltado por 100 lanceiros. Dia 15 de maio, o Coman-

dante voltou do acampamento de Lopez. Voltou muito impressionado com os paraguaios. O Comandante recebeu ordens das autoridades inglesas de Buenos Aires para não tomar mais providências a respeito dos paraguaios. Aumentam os casos de febre a bordo. No dia 28, os brasileiros ocupam, sem resistência, Paraguay. A carreira de Lopez parece chegar ao fim."

A 1^a de junho, "falam que Lopez estabeleceu-se na Cordilheira e que o fim está tão longe quanto antes. Dia 5, recebemos ordens para ir para Montevideu. A 13, chegamos a Rosário, onde somos informados que o Cracker está em Buenos Aires. No dia 15, chegamos a Buenos Aires, só o Comandante desembarcou. O Cracker veio a bordo e diz que o Almirante e o Ministro acham que o Comandante está maluco". Em 26 de junho, está de novo em Buenos Aires onde é apresentado às Senhoritas MacMahon, que estão esperando o irmão voltar do Paraguai. A 27 de junho, volta a Montevideu, "onde recebemos ordem de ancorar longe de terra". O Speedwell chega sob o co-

mando do capitão Snasby.

A 3 de setembro, chegou a esquadra *Capitânia*. A 9, o *Nacoon* parte para as Índias Ocidentais. A 22 de setembro, partem para as Falklands, onde ficam até 7 de dezembro, quando partem de volta para Montevidéu.

A 16 de dezembro, em Montevidéu. A 18, “partimos para o Rio de Janeiro onde há febre amarela. No Egmont há cinco casos fatais”.

O “DIÁRIO” NO ANO DE 1870

“A 10 de janeiro, o navio foi para o estaleiro, na Ilha das Cobras, fazer consertos. Devido a estupidez e a falta de direção, ficamos detidos lá até dia 18. A 30, zarpamos para Santa Catarina.”

“A 4 de fevereiro, ancoramos a cerca de 10 milhas da cidade, à frente da fortaleza brasileira. A 6, encontro com o Vice-Cônsul inglês Watson. O *Pyladis* chegou. A 9, partimos para Maldonado. A 14, chegamos a Maldonado onde encontramos, já ancorado, o *Pyladis* e o *Speedwell*.

“A 14 de março, partimos para Montevidéu, o

Pyladis já havia chegado. Esperávamos ser rendidos pelo *Cracker*, mas este tinha ido para Rosário, e assim devíamos ficar em Montevidéu. Dia 24, quando já íamos saindo rebocados, o *Speedwell* chegou repentinamente de Colônia. Soube-mos que o *Speedwell* ia ficar em Montevidéu e nós devíamos ir para Buenos Aires. Chegou notícia de que havia um surto de febre amarela, cancelando-se assim nossa partida.

“A 1^a de abril, recebemos ordens de ir a Colônia, a vela. Dia 4, devido aos fortes ventos, ancoramos perto do barco farol. Dia 5, os ventos continuam, continuamos ancorados. As ordens recebidas do *Speedwell* ao partir eram para não nos comunicarmos com Buenos Aires, e irmos ao encontro do pacote de mala fora do porto, no dia 10, ou por aí, e fazer baldeação da carga que ele tinha para a Esquadra, ir a Colônia antes de receber a carga e para lá voltar e aguardar ordens. Todo o cruzeiro deveria ser feito a vela. Só a 14 recebemos a carga. Com ordem de regressar imediatamente a Montevidéu e reabastecer o *Cracker*. No dia 18, recebemos cartas com notícias do

novo plano, que adotamos. Num dos passeios, fomos tomados por desertores. No dia 30, partida para Buenos Aires.”

A 19 de maio, assiste à “Grande Missa na Catedral”, por motivo da morte do Urquiza. A 26 de junho, o *Pyladis* parte para o Rio de Janeiro. O Uruguai se acha em estado deplorável no momento. Lutas intestinas entre blancos e colorados. A 21, de volta a Montevidéu. O *Cracker* recebe ordens de ficar em Concórdia retido, devido à vazante do rio. A 27, o *Pyladis* recebe ordens para seguir para a América do Norte, com base nas Índias Ocidentais. Deverá ser substituído pelo *Gladiator*, que vem do cabo da Boa Esperança.

“A 9 de setembro, saímos para exercícios e voltamos à noite. A 13, zarpamos para Buenos Aires. A 22, partimos para Rosário, parece estar em estado de sítio. A 3 de novembro, em Buenos Aires. A 10 de novembro, estamos em Montevidéu, a cidade está em estado de sítio. A 17, atravessamos as linhas inimigas e visitamos seu acampamento. Havia fogo cruzado. A 23, fui visitar o Hospital de Caridade.

Dia 24 de novembro, saímos para exercícios ao alvo. Na volta tivemos notícias trazidas pelo paquete da Pacific.” Em novembro volta várias vezes ao Hospital de Caridade e observa que não admira suas técnicas.

No mês de dezembro, os blancos apertaram o cerco à cidade, impedindo-os de sair. A 20, chegou o *Gladiator*. Observa, em 27 de dezembro, que, pela primeira vez, a luta parece de verdade. Há mais de 200 feridos.

O “DIÁRIO” NO ANO DE 1871

A 2 de janeiro, Comerford janta com o Barão de Mauá, a quem achou muito agradável, um dos homens mais ricos do Prata e com grande influência política. A 9, recebem ordens de se fazer ao mar, a fim de procurar um rochedo que um navio mercante diz ter avistado a 600 milhas ao norte do Rio e, depois, seguir para esse porto e aguardar ordens.

A 17 de fevereiro, o rochedo não foi encontrado. Passaram uma semana cruzando pelos lugares indica-

dos, nada encontrando. Pescam uma baleia, que foi calorosamente recebida pelos marinheiros e liquidada por eles.

A 1ª de março, chegada ao Rio de Janeiro.

A 15 de abril, volta a Santa Catarina e ancora no mesmo local da vez passada. A 22, partida para São Francisco.

.....
A partir deste momento, o *Diário* pára de ser escrito, mas sabemos que a viagem continuou: Paranaguá, Santos, Rio de Janeiro, Montevideú, Colônia, Buenos Aires, Montevideú, Rio de Janeiro... até 30 de dezembro de 1871.

CONCLUSÃO

Fica patente que, durante todo período da Guerra do Paraguai, uma Esquadra Britânica navegou pelas costas do Brasil e na região do Prata, com intuito diplomático, comercial, militar, assegurando, aos súditos ingleses, seus interesses em todas as escalas. Que tal esquadra estava em contato permanente com o *Foreign Office*, bem como outras es-

quadras que pela área navegavam, como a americana, a francesa e a italiana. Que provavelmente houve tentativas de mediações na guerra para que a paz fosse restabelecida, bem como a retirada de grandes somas levadas para fora do Paraguai, com destino à Inglaterra, à América do Norte e, provavelmente, à Itália.

A política do *Gumboat Diplomacy* ou do “Marinheiro Ferido” foi ostensivamente usada, sem que nenhuma das partes dela reclamasse, servindo apenas para que futuros empréstimos fossem feitos, a fim de sanear os problemas deixados pela “Guerra Grande”.

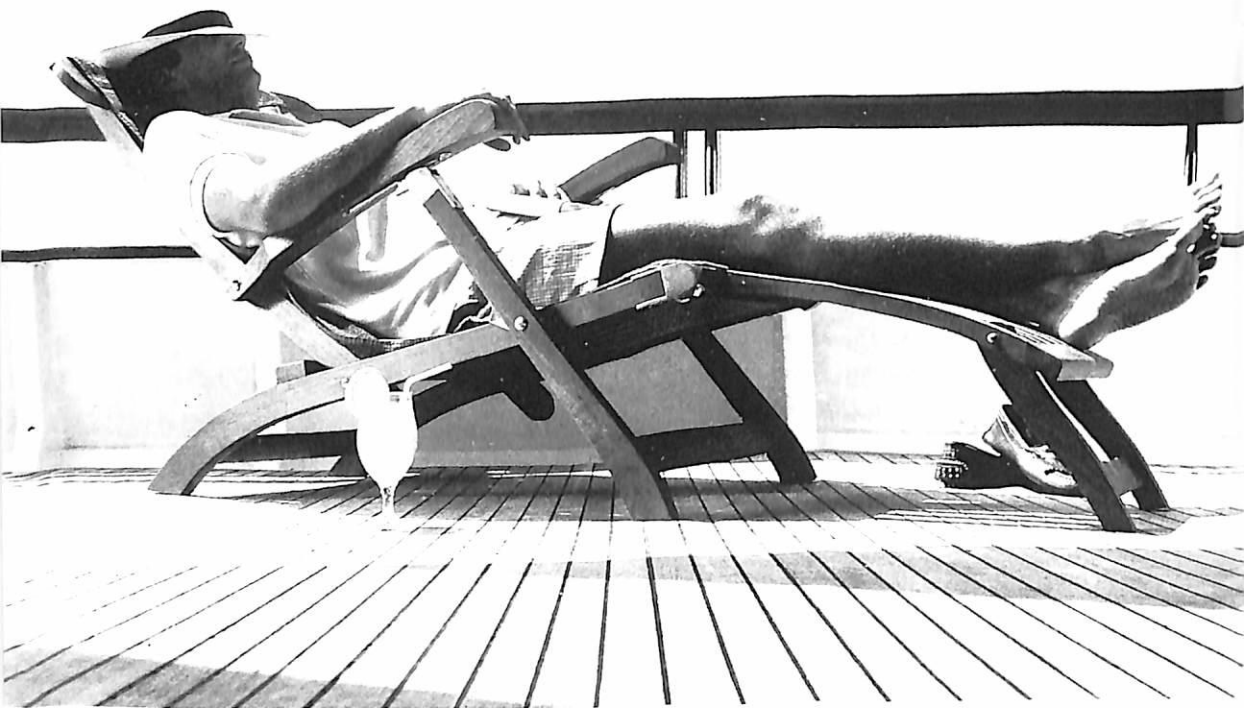
Talvez agora possamos entender a conspiração contra Lopez, e o que seu irmão, Benigno Lopez, teria dito a Washburn: “...o Brasil já assumiu tal dívida na Europa, que seus credores não poderiam deixá-los serem derrotados, e que, se não fossem bem-sucedidos, seus exércitos conquistados e expulsos do Paraguay, a nação brasileira provavelmente repudiaria seu débito, o qual já haviam contratado...”



BIBLIOGRAFIA

- Journal of Her Majesty's Beacon* — 1868/1871. Private John T. Comerfor, original.
- HERKEN, Frauer Juan Carlos e HERKEN, Maria Isabel. *Gran Bretaña y la Guerra de la Triple Alianza*. Edit. Arte Nuevo, 1983.
- GONZALEZ, J. Natalicio. *La Guerra al Paraguay*. Edit. Sudestada, 1968.
- PLA JOSEFINA. *Los Britanicos en el Paraguay — 1850-1870*. Edit. Arte Nuevo, 1984.
- PEREIRA, Carlos. *Solano Lopez y su Drama*. Edit. de la Patria Grande, 1962.
- ROSA, José Maria. *La Guerra del Paraguay y las Motoneras Argentinas*. Edit. Huemul, 1965.
- TORRES, Manoel Antonio Rodrigues (Dr.). *A Administração Conservadora e o Manifesto de 16 de abril de 1878*. Impr. Industrial, 1878.
- MELLO, Atilio Garcia. *Proceso a los Falsificadores de la Historia del Paraguay*. Ediciones Theoria, vols. I e II, 1964.
- WASHBURN, Charles A. *The History of Paraguay with Notes of Personal Observations and Reminiscences of Diplomacy under Difficulties*. Lee and Shepard Publishers, 1871.
- BENITEZ, Luís G. *Historia Diplomatica del Paraguay*, Assuncion, 1972.
- BOX PELHAM, Horton. *Los Origenes de la Guerra del Paraguay contra la Triple Alianza*, La Colmena, 1936.
- BURTON, Richard. *Letters from the Battle-Fields of Paraguay*, Tinsley Brothers, 1870.
- THOMPSON, Jorge. *Guerra do Paraguai — Conquista — 1968* (consultadas a edição inglesa, argentina) (3).
- DAVIS, Arthur H. Martin T. *McMahon Diplomático en el estridor de las armas*. Edit. Litocolor, 1985.
- ALMEIDA, Antonio da Rocha (Dr.). *Efemérides dos principais fatos relacionados com a Campanha do Paraguai*, PUC do Rio Grande do Sul, 1965.
- BARROS, J. A. Victorino de. *O Almirante Visconde de Inhaúma*. Typ. do Imperial Instituto Artístico, 1870.
- MONTENEGRO, J. Arthur. *Guerra do Paraguay*. Memória de Mme. Dorothea Duprat de Lassere (Versão e Notas). Liv. Americana.
- MULHALL, M. G. and E. T. *Handbook of the River Plate Republics*. Edward Stanford, 1875.
- REBAUDI, A. *Un Tirano de Sudamerica Francisco Solano Lopez*. Serantes Hnos, 1925.
- *Guerra del Paraguay*. La Conspiracion contra S. E. el Presidente de la Republica, Mariscal Don Francisco Solano Lopes. Imp. Constancia, 1917.
- GARCIA, Benigno Riquelme. *El Ejercito de la Epopeya*. Vol. I e II. Ed. Cuadernos Republicanos, 1977.
- HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO. Ed. Estado-Maior do Exército. Vol. II.
- H. D. *Ensayo de História Pátria*. Casa A. Barreiro Y Ramos S.A. Vol. II.
- DIÁRIO DO EXÉRCITO. *Campanha do Paraguay Commando em Chefe de S.A. o Sr. Marechal de Exército Conde D'Eu*. Typ. Nacional, 1870.

Invista em você.



E transforme seus sonhos em realidade.

Para você realizar todos os seus sonhos, o Banco do Brasil coloca à sua disposição uma linha de investimentos com a maior rentabilidade e segurança.

Assim você pode fazer aquela bela viagem com a família, comprar um carro novo, um escritório maior ou mesmo uma casa mais bonita e confortável.

Faça logo seus projetos. No Banco do Brasil, você

tem Poupança, RDB e CDB, Ouro e Fundos de Investimento.

E ainda pode contar com todas as facilidades no atendimento.

Fale hoje mesmo com o gerente Banco do Brasil. Você vai descobrir que seus sonhos podem se tornar realidade.

Investimentos BB. Você quer, você tem.

<http://www.bancobrasil.com.br>



BANCO DO BRASIL

A Reaproximação do Brasil com Angola no Contexto da Nova Ordem Mundial

Humberto Francisco Madeira Mascarenhas*

Resumo de monografia elaborada, pelo autor, como exigência curricular para a obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos Militares, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

As relações entre o Brasil e Angola remontam à época em que ambos pertenciam ao sistema colonial português. Essas relações, com ênfase no comércio, foram significativas para as duas colônias naquele período, mas desapareceram com a independência do Brasil, por deixarem de ser do interesse da metrópole portuguesa.

Em 11 de novembro de 1975 – Data Nacional de Angola – o governo brasileiro reativou suas relações com esse país, destacando-se por ter sido o primeiro Estado a reconhecer-lhe a independência; porém a intensidade das relações Brasil-Angola, em termos prá-

ticos, jamais chegou a corresponder à relevância conferida às afinidades, interesses e aspirações mútuas.

No início da década de 90, a projeção do Brasil no

concerto das nações e sua maior inserção no processo decisório internacional passaram a constituir-se em importante objetivo de governo. Assim, com o fim da



* Major de Infantaria e Estado-Maior

Guerra Fria e o surgimento de expressivas modificações no quadro conjuntural angolano, o Brasil passou a implementar ações no sentido da reaproximação diplomática com Angola.

ANGOLA – UMA VISÃO GERAL DO PAÍS

Ocupando uma área de 1.246.700 km², comparável à do estado do Pará, a República de Angola situa-se na costa ocidental da África Austral, limitando-se ao norte com o Zaire, a leste, com o Zaire e a Zâmbia e, ao sul, com a Namíbia. A oeste, defronta-se com seis estados do Nordeste brasileiro, pelo oceano Atlântico, a uma distância aproximada de 5.400 km de Recife.

Embora afastada das áreas mais desenvolvidas do mundo, sua posição relativa é valorizada pela proximidade da maior rota marítima comercial entre os países asiáticos, a Europa e a costa oriental das Américas.

Angola está dividida em dezoito províncias, sendo que a de Cabinda, onde se concentram as suas maiores reservas de petróleo, é um enclave separado do país entre o Congo e o Zaire, trazendo

graves ameaças à sua integridade territorial.

O Estado angolano tem seus poderes organizados de forma clássica, com o Executivo, o Legislativo, e o Judiciário, e possui um sistema de governo parlamentarista, com um Executivo forte, na pessoa de seu presidente, José Eduardo dos Santos, no cargo desde 1979.

A população de Angola é de cerca de 10.500.000 habitantes, sendo constituída por várias etnias, e está concentrada, atualmente, nas maiores cidades, em decorrência da guerra. Para se ter uma idéia, Luanda – a capital – abriga, hoje, quase três milhões de pessoas.

Apesar da diversidade de idiomas existentes em Angola, a língua portuguesa – idioma oficial – vem unindo os diversos grupos lingüísticos falados pela população, favorecendo a reaproximação com o Brasil, pela possibilidade de assimilação da cultura brasileira, através da língua comum entre os dois países.

O extrativismo mineral é a base da economia angolana, sendo o petróleo e o diamante, nesta prioridade, suas maiores riquezas. Angola compartilha com outros

países da África Austral a posse de grandes reservas de minerais necessários e carentes no Brasil, com destaque para o petróleo e o cobre.

Com um litoral de 1.640 km, assim como o Brasil, Angola é um país com grande maritimidade, destacando-se entre seus portos os de Luanda e Lobito. A proximidade geográfica entre os dois países, assim como a vocação marítima comum fazem do oceano Atlântico, antes que um obstáculo, um meio de aproximação física entre ambos.

ANGOLA NO CONTEXTO DA NOVA ORDEM MUNDIAL

Os Protagonistas da Guerra Fria – Antecedentes Históricos

Na década de 60, ocorreu na África uma onda de movimentos de libertação que levou quase vinte países a se tornarem independentes. Nessa mesma época, ocorriam, também, divergências sino-soviéticas quanto à forma de condução do Movimento Comunista Internacional (MCI). China e URSS passaram, assim, a disputar a primazia do apoio

aos movimentos africanos. Os soviéticos saíram em vantagem nessa disputa, apoiando o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), de Agostinho Neto, e comprometendo-se com o mesmo de forma nunca vista até então.

Os Estados Unidos, por terem como tradicionais aliadas as potências colonizadoras, abstiveram-se de intervir num primeiro instante.

Nesse contexto, além do MPLA, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), de Holden Roberto, dentre outras facções de menor importância, atuava contra as forças coloniais portuguesas.

Em 1966, Jonas Savimbi, dissidente da FNLA, fundou a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA), passando a ser apoiado pela China e acirrando a disputa sino-soviética pela liderança e hegemonia do Movimento.

Em 1975, obtida a Independência, o conflito tomou outro rumo, deixando de ser uma “Guerra de independência” e tornando-se uma guerra civil pela tomada do Poder entre o MPLA, a UNITA, e a FNLA. O MPLA, então, assumiu o governo e firmou um “Tra-

tado de Cooperação e Amizade” com a URSS. No ano seguinte, após a morte de Mao Tsé Tung, a China retirou-se do conflito, fazendo com que os Estados Unidos passassem a apoiar ostensivamente a UNITA, visando a manter o equilíbrio na região.

Em 1977, concluindo a sua socialização, o MPLA declarou-se oficialmente marxista-leninista, passando a circular definitivamente na órbita dos países orientados pela União Soviética.

A guerra civil prosseguiu até 1988, a essa altura, já com a intervenção de tropas cubanas e sul-africanas, respectivamente, a favor do MPLA e da UNITA, e endossadas pela URSS e pelos Estados Unidos.

Influências da Nova Ordem nas Relações Brasil-Angola

Pode-se dizer que o fato histórico que marcou o surgimento de uma nova organização e relacionamento entre as nações, conhecido por Nova Ordem Mundial

(NOM), foi a “queda do Muro de Berlim”, em 1989, assinalando o fim da Guerra Fria. As consequências da NOM sobre Angola não podem ser vistas de maneira isolada; deve-se verificar, também, os seus efeitos sobre a Namíbia e a África do Sul, devido à influência direta que esses países, ainda hoje, exercem sobre Angola.

A situação da África Austral¹ modificou-se radicalmente no período de 1988 a 1989, antes mesmo da unificação da Alemanha. Do ponto de vista diplomático, o marco histórico dessas transformações foram o Protocolo de Brazzaville e os Acordos de Nova York, assinados em dezembro de 1988. Em virtude desses entendimentos, a África do Sul retirou suas tropas de Angola. Cuba começou a retirada de seus contingentes, seguindo um cronograma definido, e a Namíbia viu iniciar-se a implementação do processo de sua independência, obtida a 21 de março de 1990.

O desdobramento desses acordos fez surgir três as-

¹ África Austral: espaço geográfico quase tão extenso quanto o do Brasil, que engloba os dois mais importantes países de língua portuguesa da África — Angola e Moçambique. Dela também fazem parte os seguintes países: Zâmbia, Zimbábue, Malaui, Botsuana, Lesoto, Suazilândia, Tanzânia, África do Sul e Namíbia.

pectos decisivos e de importância fundamental para a África Austral: o início do processo de paz em Angola; a independência da Namíbia e a unificação regional de esforços contra o regime de segregação racial (apartheid) da África do Sul.

A evolução desses aspectos levou, por conseguinte, às seguintes consequências em Angola:

- fim do apoio externo ostensivo às facções que, posteriormente, continuariam em luta – MPLA e UNITA;

- condução de Angola a um socialismo democrático, a partir do rompimento dos laços privilegiados do MPLA, partido governante, com a ex-URSS, entre 1990 e 1992;

- início do pluripartidarismo em Angola, com a transformação da UNITA em partido político e com a realização de eleições populares pela primeira vez no país, em consequência do Acordo de Paz de Bicesse, em maio de 1991;

- surgimento da possibilidade de obter-se a estabilidade em Angola, em virtude da profunda modificação da política externa da África do Sul, que antes se fazia no sentido de desestabilizar

a região, tomando novo rumo a partir da eleição do Presidente De Klerk;

- gradual reforma econômica de tendências liberais, passando a atrair o investimento de países do antigo bloco capitalista;

- abertura militar para o Ocidente, com a formação de novas Forças Armadas, receptivas a outras doutrinas e equipamentos;

- ressurgimento do interesse das antigas metrópoles colonizadoras que, através de suas multinacionais, passaram a intensificar seus investimentos em Angola e, simultaneamente, pelas ações das diversas Organizações Não Governamentais (ONGs), com apreciável influência nas decisões do governo angolano;

- maior integração regional, incluindo-se a África do Sul, após o fim do “apartheid” e a partir das eleições plurirraciais ocorridas em 1994.

Certamente, essas mudanças deverão refletir-se de maneira positiva nas relações Brasil-Angola, favorecendo-as pelas razões a seguir:

- o estabelecimento da paz permitirá a retomada de obras e de empreendimentos

brasileiros, ainda paralisados;

- as transformações do modelo econômico angolano, segundo os padrões capitalistas, possibilitarão a Angola o acesso a financiamentos de organismos internacionais, criando oportunidades para que novas empresas brasileiras, carentes de recursos financeiros, participem da concorrência para a reconstrução daquele país;

- deverá ocorrer uma revitalização econômica da África Austral, pela ação dos organismos regionais africanos e pela recuperação da infra-estrutura necessária, a exemplo do corredor de exportação de Lobito, que liga Angola ao Zaire e, a partir daí, a vários outros países da África Austral, chegando ao oceano Índico;

- o rompimento dos laços privilegiados com a ex-URSS, que permitirá a Angola uma política externa independente, sem interferências e isenta do componente ideológico, simplificando o seu relacionamento com o Brasil; e

- a visível tendência de democratização de Angola, que passará a identificar-se melhor com os princípios da política externa brasileira.

Dessa forma, fica evidente que, por efeito dos reflexos positivos nas relações entre o Brasil e Angola, estão-se reduzindo os óbices ao adensamento das relações diplomáticas entre os dois países e surgindo um novo quadro, francamente favorável à reaproximação dos dois governos.

AS RELAÇÕES POLÍTICAS BRASIL-ANGOLA

A África atlântica, pela sua proximidade geográfica e pelos seus laços étnico-culturais e históricos, sempre foi uma prioridade para o Brasil, cuja política em relação à África dá relevância aos países de expressão portuguesa, com especial destaque para Angola, *“a mais rica das colônias portuguesas e hoje país com maior potencial de desenvolvimento da África”*.²

Somente no período compreendido entre 1974 e 1979, entretanto, é que o Itamaraty logrou romper com a longa tradição de apoio ao colonialismo português. O marco dessa nova

política em relação a Angola ficou muito bem caracterizado por ocasião do reconhecimento de sua independência, em 1975, mesmo antes da ex-URSS, admitindo o MPLA como o partido do Governo e legítimo representante do povo angolano.

Durante os anos 80, até à paz assinada em Bicesse, o Brasil adotou sempre posições de inequívoca condenação aos ataques sul-africanos contra Angola, incentivando a promoção de uma solução pacífica para o conflito.

O apoio brasileiro a Angola, até a assinatura do Protocolo de Lusaka, traduziu-se por insistentes gestões junto à ONU, para que fossem respeitados os resultados das últimas eleições de 1992, consideradas “livres e justas” por aquela Organização, e para que se imputasse à UNITA a responsabilidade pelo prosseguimento da guerra.

Após a assinatura do Acordo de Lusaka, em novembro de 1994, o Brasil tem acompanhado de perto o seu efetivo cumprimento, defendendo a grande necessidade da permanência da ONU em Angola e fazendo questão da participação bra-

sileira na Força de Paz que auxiliará a implementação do processo de paz em andamento.

O Presidente José Eduardo dos Santos, que esteve em visita oficial ao Brasil em 1995, retratou a relevância que Angola atribui à intensificação das relações diplomáticas com o Brasil, tendo manifestado na ocasião a preocupação de seu governo em promover maior autonomia, particularmente, econômica e comercial em relação a Portugal – ex-metrópole – e à África do Sul – potência regional.

Naquela ocasião foi firmado entre os dois países um Memorando de Entendimentos que ratificou o interesse comum em aprofundar a cooperação bilateral e o relacionamento econômico mútuo.

A atual política brasileira com relação a Angola prossegue, observando os princípios de respeito à soberania, de autodeterminação dos povos, de aproximação regional e de preservação de paz, os quais, dentre outros, estão em absoluta conformidade com o artigo 4º da Constituição Brasileira de 1988.

Acredita-se, dessa forma, serem perfeitamente possí-

² Resek, José Francisco. Ministro das Relações Exteriores. Palestra realizada na Universidade de São Paulo em 9 de outubro de 1990.

veis avanços significativos nos espaços a serem ocupados pelo Poder Nacional Brasileiro em Angola, processados sem interesses hegemônicos e com vantagens recíprocas.

ASSUNTOS DE INTERESSE COMUM ENTRE OS DOIS PAÍSES

Campo Político

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CLPL)

Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe compõem o grupo de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e que, juntamente com o Brasil e Portugal, formam a CLPL – instituição com objetivos práticos visando à articulação política, à cooperação econômica, técnica e tecnológica e ao estímulo do intercâmbio comercial e empresarial entre os países membros.

Para o Brasil, estrategicamente, a consolidação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa visa à criação de um espaço lusófono na África, tendo

por base Angola, por tratar-se do país africano de língua portuguesa de maior potencial econômico, estar localizado na África Atlântica Austral e ser o país mais adequado à projeção do Poder Nacional Brasileiro fora do continente americano.

Uma constatação que deve ser levada em alta con-

Para o Brasil, estrategicamente, a consolidação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa visa à criação de um espaço lusófono na África, tendo por base Angola, por tratar-se do país africano de língua portuguesa de maior potencial econômico, estar localizado na África Atlântica Austral e ser o país mais adequado à projeção do Poder Nacional Brasileiro fora do continente americano.

ta na perspectiva de consolidação dos projetos da CPLP e da reaproximação do Brasil com Angola é a de

que ao final de 1994 todos os PALOP já haviam realizado suas primeiras eleições presidenciais, demonstrando uma grande evolução democrática e de pacificação.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU)

O Brasil busca apoio internacional através de uma política externa mais participativa nos problemas atinentes à ONU e vê em Angola, por integrar vários organismos regionais africanos – OUA³, SADC⁴ e Países da Linha de Frente⁵ – e, portanto, com considerável peso específico no continente, um aglutinador de grande número de países da África Negra a favor da pretensão brasileira. O presidente angolano declarou apoiar a iniciativa brasileira, por considerar que Brasil e Angola têm muitas aspirações comuns junto à comunidade internacional.

³ OUA, Organização da Unidade Africana, possuindo cinquenta países-membros.

⁴ SADC, Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, com onze países-membros e pertencendo a Angola o Secretariado Geral da Organização.

⁵ Países da Linha de Frente, organismo destinado a integrar a economia da África Austral, protegendo os seus membros contra a influência econômica da República da África do Sul (RAS).

A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS)

Em 1984, por idéia originária do Brasil, foi aprovada a Resolução da ONU que declarou o Atlântico Sul como Zona de Paz e Cooperação.

Em 1994, o Presidente José Eduardo dos Santos transmitiu ao governo brasileiro que espera, dentro das relações bilaterais com o Brasil e por intermédio da cooperação no Atlântico Sul, um maior equilíbrio na África Austral, a fim de contrabalançar a força de atração ainda exercida por Pretória sobre aquela região.

Esse pedido também expressa o desejo de outros países da Linha de Frente, organismo regional que contém no bojo de seu estatuto a preocupação diante da asfixia causada pela pujante economia sul-africana.

Campo Militar

A cooperação militar

Haja vista o período de paz que se aproxima, o Comando das FAA deu a mais alta prioridade ao aperfeiçoamento de seus recursos humanos e pretende complementar a formação de seu

pessoal em escolas militares clássicas, uma vez que a maior parte destes foi formada em combate. Assim, desde 1995, dezenas de militares angolanos passaram a frequentar os mais diversos cursos em estabelecimentos de ensino do Exército Brasileiro.

Outra iniciativa de grande significado do governo brasileiro no setor da cooperação militar foi a abertura de uma aditância das Forças Armadas em Luanda, a qual foi instalada em 1^a de fevereiro de 1995.

É fundamental, portanto, que o Brasil mantenha o apoio à formação dos quadros militares angolanos, apesar do ônus adicional que tem recaído sobre o Exército, a fim de que se possa dar o respaldo do segmento militar à consecução dos objetivos da política externa brasileira.

A presença de nossas Forças Armadas em Angola, através de sua aditância, seguramente deverá reforçar e facilitar os aspectos políticos e econômicos da reaproximação entre os dois países.

O contingente brasileiro para a UNAVEM III (COBRAVEM)

O contingente brasileiro é constituído por representantes das três forças singulares e possui um efetivo de 1.040 militares.

A excelência de seu desempenho operacional tem causado muito boa impressão nos demais países representados naquela Missão⁶. Assim, o profissionalismo de nosso Exército, retratado pela eficiente atuação do COBRAVEM, além da ótima qualidade dos equipamentos com que está dotado, transmite aos outros países uma imagem de respeito, configurando, a rigor, um exemplo de ação estratégica da projeção de poder, contida na estratégia de segurança do Exército Brasileiro⁷.

O material de emprego militar (MEM)

A África constitui-se em um mercado em potencial para armas convencionais, uma vez que ainda ocorre ali grande número de conflitos regionais. O Brasil tem sido

⁶ Fonte: Bhering, Márcio Cardoso. Brigadeiro do Ar, 3^a Subchefia do EMFA

⁷ estratégia de segurança do Exército, Conceito de. — ECEME, C-124-1, (Estratégia-anteprojeto) pág. 2-19 e 2-20.

um dos exportadores de MEM para Angola mas, presentemente, não o está mais fazendo devido à cláusula "Triplo Zero" do Protocolo de Lusaka, que proíbe a aquisição desse tipo de material pelas partes.

O bom desempenho do nosso MEM deverá proporcionar acesso ao grande mercado potencial africano que, por suas características, se apresenta como uma alternativa para a venda de armamentos de menor nível de sofisticação, abrindo outras perspectivas para a indústria nacional de armas, hoje em grande dificuldade financeira.

Campo Econômico

A dívida externa angolana para com o Brasil

A dívida angolana para com o Brasil é de aproximadamente US\$ 950 milhões, e vinha sendo amortizada com pagamento em petróleo. A partir de 1993, o governo angolano, que vinha se esforçando para manter o cronograma de entrega de petróleo, apesar dos percalços da guerra, deixou de fazê-lo, levando o Brasil a

solicitar a renegociação da dívida já vencida de US\$ 436 milhões⁸.

A recente visita do presidente angolano ao Brasil, no entanto, conferiu respaldo político à solução do problema, encerrando um impasse que durou quase dois anos.

O comércio entre os dois países

A fim de estimular o comércio entre os dois países, pelo recente Memorando para o reescalonamento do pagamento da dívida angolana, o Brasil comprometeu-se a destinar 45% dos pagamentos a serem recebidos como amortização da dívida para financiar novas exportações brasileiras de bens e serviços priorizados pelo governo de Angola.

Além do exposto, no atinente à melhoria do comércio, pode-se fazer conjecturas bastante otimistas em decorrência do estabelecimento da paz em Angola pelas razões a seguir:

- instituições financeiras como o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Banco Africano de

Desenvolvimento, que até então recusavam-se a aprovar empréstimos devido à inexistência de condições para que Angola cumprisse qualquer plano econômico, deverão passar a fazê-lo;

- o governo angolano deverá aumentar a sua capacidade de gerar recursos ao reassumir as áreas produtoras de diamantes, que se encontravam, na sua quase totalidade, de posse da UNITA desde 1993; e

- os recursos orçamentários, antes voltados para a aquisição de materiais de defesa, deverão ser destinados à importação de alimentos e de produtos industriais para garantir o abastecimento do mercado interno.

Vislumbra-se, também, num cenário melhor e a médio prazo, em que os custos dos fretes marítimos para Angola deverão baratear, a partir da recuperação e restabelecimento do corredor de exportação do porto de Lobito, o qual permitirá a rearticulação dos sistemas de transportes dos países mais importantes da África Austral, propiciando ao Brasil melhores condições para a intensificação de seu comércio com os demais países daquela parte do continente africano.

⁸ Acordo Para Renegociação de Dívida da República Federativa do Brasil com a República de Angola, Art. 1, pág. 2.

Campo Social

A influência cultural brasileira

A influência cultural brasileira em Angola está concentrada nas grandes cidades, sendo resultado da música e do grande número de programas brasileiros de televisão⁹ que têm a incontável preferência do público angolano.

Brasil e Angola mantêm, também, em execução um projeto de apoio a estudantes universitários angolanos – cerca de cento e cinquenta por ano – que freqüentam universidades brasileiras e são custeados por bolsas de estudo dos dois governos. Além disso, o presidente das Organizações Globo colocou à disposição da TV estatal de Angola os programas didáticos – telecursos – da Fundação Roberto Marinho, que poderão constituir-se em valioso instrumento para a melhoria da educação do povo angolano.

Diante do exposto, pode-se inferir que o projeto dos bolsistas angolanos, bem como as outras iniciativas afins, almejam a formação da futura elite da sociedade angolana, o fortalecimento dos laços culturais e a intensificação do relacionamen-

to entre os dois países, dando-lhe um aspecto mais duradouro.

PERSPECTIVAS ECONÔMICAS BRASIL-ANGOLA

A partir de 1991, Angola criou a Lei de Mineração, incluindo medidas como o fim do monopólio estatal, concessões às companhias estrangeiras, além de incentivos fiscais. A referida lei tem procurado inserir Angola no modelo do novo ordenamento econômico mundial, e isso, certamente, criará excelentes condições para novos investimentos nesse setor, no qual o Brasil detém vasto “know-how”. Além disso, a reconstrução do país constituir-se-á em vasto mercado de trabalho, pelo qual muitos países e empresas disputarão acirradamente.

As Empresas Brasileiras em Angola. Projetos e Perspectivas

O setor de mineração

Em 1986, Angola reorganizou sua indústria de dia-

manentes, passando a contratar serviços de várias empresas estrangeiras especializadas. Dessa forma, a partir de 1991, a companhia brasileira Norberto Odebrecht, que iniciou como prestadora de serviços ao governo angolano, tornou-se acionista de um dos maiores projetos de exploração de diamantes do país, denominado Projeto Luzamba¹⁰. O referido empreendimento localiza-se no vale do rio Cuango, na província da Lunda Norte, onde se concentram 77% da produção angolana. Entretanto, desde o fim de 1992, as atividades da Odebrecht encontram-se paralisadas pelas interferências da UNITA.

Recentemente, foi descoberta outra grande região diamantífera, na localidade de Catoca, Lunda Sul, e a companhia brasileira associou-se a duas outras mineradoras estrangeiras para a exploração da nova jazida.

Da mesma forma, a construtora Andrade Gutierrez deverá iniciar, em breve, a exploração de duas minas de ouro em M'Popo, província de Huíla, e empenha-se na obtenção de novas conces-

⁹ Fonte: Ribeiro, Ubiratan. Gerente Comercial da Rede Globo de Televisão

¹⁰ Fonte: Angola Contry Profile. The Economist Intelligence Unit – 1994 e 1995.

sões para a exploração do setor mineral.

O setor petrolífero

As multinacionais do petróleo, dentre elas a BRASPETRO, são atraídas para Angola, pela sua geologia promissora, bons índices de produção, baixos custos de operação e incentivos fiscais. A estatal brasileira hoje faz a prospecção e a exploração de petróleo na plataforma continental da província do Zaire, contando com seis campos em atividade e uma produção de aproximadamente 63.000 barris/dia. Para o segundo semestre de 96, em consequência da reativação de outros seis campos, parados por causa da guerra, prevê-se o aumento para 100.000 barris/dia.

As perspectivas de ampliação dos negócios da BRASPETRO direcionam-se para o aproveitamento de gás natural, conforme negociações já em andamento com a SONANGOL – a estatal angolana de petróleo.

A aquisição do direito de exploração de novas áreas junto às outras multinacionais, por sua vez, possibilitaria à BRASPETRO aumentar sua produção em Angola, podendo, também, cons-

tituir-se em uma solução para a manutenção de reservas de petróleo fora do território brasileiro, a fim de enfrentar eventuais desabastecimentos internos, provocados por paralisações no setor.

O setor hidrelétrico e Furnas Centrais Elétricas

Desde 1983, o Brasil, através da ELETROBRÁS, mantém um Acordo de Co-operação com o governo angolano para assessorá-lo no tocante ao gerenciamento da construção da usina hidrelétrica de Capanda. Para isso, foi designada Furnas Centrais Elétricas¹¹, a qual, a partir de 1992, suspendeu seus trabalhos, após a invasão da hidrelétrica de Capanda pelas tropas da UNITA.

Face à construção, por Furnas, do enorme potencial hidrelétrico existente no rio Kwanza, entre a represa de Capanda e a sua foz, o governo de Angola encontra-se avaliando uma proposta brasileira para a construção de várias pequenas centrais hidrelétricas (PCH) nesse trecho do rio, princi-

palmente por tratar-se de um projeto de magnitude ajustável à disponibilidade financeira do país. Além disso, também são grandes as chances de a empresa brasileira assumir um outro projeto, o de operação e manutenção do sistema de energia elétrica angolano, para o qual já existem verbas do Banco Mundial alocadas.

Por outro lado, o presidente Samuel Nujoma, da Namíbia, também manifestou interesse na contratação de empresas brasileiras para a construção de uma hidrelétrica de grande porte no rio Cunene, na fronteira daquele país com Angola. Para a execução de tal empreendimento, avulta a importância da participação angolana, por tratar-se de um rio limítrofe, implicando no aval dos dois governos. As excelentes relações do presidente Dos Santos com o presidente Nujoma e de ambos com o Brasil ensejam a efetivação de mais essa obra.

O setor de construção civil

O complexo hidrelétrico de Capanda é a maior obra

¹¹ Fonte: Oliveira, Paulo Roberto C. C. de. Assessor de Comercialização de Serviços de Furnas — entrevista realizada em setembro de 1995.

civil no setor de infra-estrutura em Angola.

A Construtora Norberto Odebrecht¹² (CNO), responsável pela construção da barragem, já investiu mais de US\$ 900 milhões na execução do projeto, e se mobiliza para reiniciar a obra em 1996, uma vez que a mesma se encontra paralisada, por efeito da guerra.

A Construtora Andrade Gutierrez, por sua vez, ganhou uma licitação internacional, para a construção do porto comercial de Cabinda, e aguarda a ratificação do contrato pelo Conselho de Ministros de Angola para o início das obras.

Constituem, também, importantes empreendimentos brasileiros em Angola: a recuperação do sistema de tratamento de água na capital do país; a urbanização de um bairro de classe média em Luanda; o apoio logístico à UNAVEM III, além da criação de empresas angolanas com capital da iniciativa privada brasileira, visando a facilitar futuras concorrências para a execução de obras em Angola.

Acresça-se a tudo isso que várias empresas brasi-

leiras aguardam a consolidação da paz para incrementar outras obras para a reconstrução do país.

Percebe-se, portanto, que a participação do empresário brasileiro em Angola é cada vez mais expressivo, consolidando-se, dessa forma, a reputação internacional das empresas brasileiras, particularmente, pela sua versatilidade e ótimo desempenho.

CONCLUSÃO

À medida que cresce a dimensão estratégica do Brasil, amplia-se, também, a importância dos fatores externos na identificação e no estabelecimento de seus objetivos nacionais.

As relações internacionais revestem-se hoje de grande complexidade, com um novo ordenamento mundial ainda difuso quanto à configuração final. A avaliação dessa conjuntura leva o Brasil a identificar áreas estratégicas no exterior, atuais ou potenciais, com capacidade de influir sobre a Política Nacional. É nesse contexto que se insere Angola.

Do estudo do “espaço” angolano, depreende-se que a sua relevância geopolítica e estratégica para o Brasil fica sobremaneira salientada. Aspectos como a posição relativa no Atlântico Sul, a possibilidade de articular-se com toda a África Austral – chegando-se até ao oceano Índico – e a sua proximidade geográfica com o Brasil fazem de Angola o foco central da projeção do Poder Nacional Brasileiro no continente africano.

Evidencia-se, portanto, o grande significado de Angola para o Brasil, por sintetizar, ao mesmo tempo, os interesses brasileiros pela África atlântica, pela África austral e por ser o PALOP de maior perspectiva de crescimento econômico, em razão de seu vultoso potencial em recursos naturais.

Sob um enfoque mais ambicioso, pode-se inferir que Angola não constitui apenas o objetivo final da política brasileira para o continente africano, mas é, antes de tudo, a base fundamental que possibilitará a integração do Brasil com toda a África Austral.

Em relação ao Atlântico Sul, o Brasil – maior potência regional – ao aceitar o desafio angolano de assumir

¹² Fonte: Sant'Anna, Jarbas Miranda. Gerente comercial da CNO para a África Austral.

uma posição como pólo de atração para o equilíbrio daquela região africana, terá a oportunidade de aumentar a sua projeção e o prestígio internacional, por demonstrar ao mundo a sua capacidade de empreender tal ação.

A importância política de uma cultura portuguesa comum parece, também, estar sendo finalmente reconhecida e explorada pelo Brasil, uma vez que se observa o esforço na melhoria dos laços culturais com Angola por intermédio da CPLP. Essa importância, já há muito reconhecida e utilizada pelas grandes potências, deve-se à possibilidade de concretização da solidariedade política dos países de língua portuguesa, diante de eventuais antagonismos com outras nações.

As relações diplomáticas do Brasil com Angola fundamentavam-se, predominantemente, no apoio político internacional às questões angolanas e, em menor escala, no apoio econômico, militar e psicossocial. Essa conduta, excessivamente prudente em função das cir-

cunstâncias da guerra, caracterizava-se pelo seu baixo custo financeiro e forte impacto político, mas com a chegada da paz deverá ser modificada pela grande valorização dos aspectos econômicos, técnicos e sociais necessários à reconstrução daquele país.

As limitações econômicas brasileiras impõem condicionantes desfavoráveis a sua política estratégica no sentido da reaproximação com Angola. Torna-se, assim, mais um desafio ao País em conceber ações que minimizem essa adversidade, a fim de que se conquiste aquele objetivo.

A velocidade com que se modifica o cenário angolano exige do Brasil um constante acompanhamento, a manutenção de atitudes coerentes e pragmatismo diplomático, a fim de implementar-se, no momento adequado, uma política dinâmica e eficaz que promova vantagens econômicas e comerciais aos dois países, atraindo, cada vez mais, a participação da iniciativa privada.

Essa alteração de cenário parece estar se configurando, através da evolução do regime político-econômico de Angola, da assinatura do Protocolo de Lusaka, do envio de “capacetes azuis” – passo que nos acordos anteriores não havia sido concretizado – e da progressiva estabilidade que vem sendo implantada na África austral.

As atitudes recentemente adotadas pelo governo brasileiro, tais como o refinanciamento da dívida vencida, a proposta de mecanismos para gerar novos créditos, a cooperação militar e a retomada da participação da iniciativa privada demonstram o firme propósito do Brasil em participar da reconstrução de Angola.

O Brasil não pode deixar de participar desse momento crítico e histórico vivido por Angola, sob pena de perder o lugar privilegiado junto àquele país, que se afirma em busca do soerguimento econômico, da consolidação de sua independência e da soberania plena.

Polemologia – 5WH¹

Gil Cordeiro Dias Ferreira*

O artigo se propõe a “trazer alguma contribuição ao estudo da guerra como fenômeno social”, como revela o autor na sua introdução — *Polemologia* deriva do grego *polemos* (guerra) e *logos* (estudo); 5WH refere-se às iniciais de what, who, when, where, why e how, correspondente inglês ao que, quem, quando, onde, por que e como, do raciocínio militar tradicional.

“Para que serve um recém-nascido?”

(Resposta de Alessandro Volta, inventor da pilha elétrica, quando lhe perguntaram ‘para que serviria a eletricidade’)

Em 1989, quando servíamos na hoje extinta *SADEN – Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional*², tomamos conhecimento da realização de um concurso público, promovido pelo Congresso Nacional, para provimento de cargos de *Assessor de Defesa Nacional*. Vários colegas, então já na Reserva Remunerada, identificaram aquele órgão como o ideal para a obtenção da bibliografia indicada

para o evento – e recorreram a nós, remetendo-nos o edital. Ao procurarmos ajudá-los, deparamo-nos, naquele documento, com o termo “*Polemologia*”, até então desconhecido para nós. E, movidos pela curiosidade, passamos a buscar o entendimento do que seria essa nova (?) ciência. Hoje, passados sete anos, acreditamos ser capazes de discorrer um pouco sobre ela. Não custa, pois, tentar transmitir o que aprendemos, sem as-

sumirmos a postura de “*magister dixit*”, mas abrindo o debate. É o propósito deste artigo, com o qual esperamos trazer alguma contribuição ao “*estudo da guerra como fenômeno social*” – definição “*Aureliana*” de “*Polemologia*” – do grego “*polemos*” (guerra) e “*logos*” (estudo).

“HISTÓRIA MAGISTRA VITAE”³

Durante o *feudalismo* (do século V ao XIV/XV AD aproximadamente), os reis não detinham tanto poder quanto se possa imaginar. Na realidade, a idéia de *poder* estava associada à *posse de terras*, privilégio dos *senhores feudais*, que geralmente as obtinham pela

* Capitão-de-Mar e Guerra, Fuzileiro Naval.

¹ Iniciais, em inglês, das “indagações fundamentais” – “*What*”, “*Who*”, “*When*”, “*Where*”, “*Why*” e “*How*” (“*Quê*”, “*Quem*”, “*Quando*”, “*Onde*”, “*Por que*” e “*Como*”). Selecionado pelo PADECEME.

² Sucessora da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG-CSN), extinta pela Constituição de 1988. A SADEN existiu de 05/10/88 a 15/03/90, quando o Presidente Collor a extinguiu junto com o Serviço Nacional de Informações (SNI), e incorporou os acervos de ambos à nascente Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE).

³ “A História é a mestra da vida” (Marcus Tullius Cícero).

força, isto é, travando *guerras*. Os monarcas, a rigor, eram mais “coordenadores” de uma estrutura um tanto descentralizada de poder, do que propriamente “reis”. Não desenvolviam, portanto, um *pensamento estratégico* uniforme, voltado para a *defesa do Estado*, conquanto as milícias dos senhores feudais, até por uma questão de sobrevivência, se exercitassem na *tática*.

Complementarmente, as *atividades econômicas* eram predominantemente *agrárias*, as *relações trabalhistas*, do tipo *servil* e, no plano *cultural*, a *Igreja Católica* era a grande detentora dos conhecimentos científicos, cuja divulgação controlava, rigidamente, com o propósito de preservar seu poder.

Por volta do século XI, as coisas começam a mudar. Em 1054, ocorre o “*Cisma do Oriente*”, ou seja, a porção da Igreja Católica sediada no antigo *Império Romano do Oriente* (ou *Império Bizantino*, ou *Otomano*, cuja capital era *Bizâncio*, depois *Constantinopla*, hoje *Istambul*) rompe com a Igreja Católica do Ocidente, ou de Roma. Esse enfraquecimento inicial da Igreja –que se agravaria mais tarde, com a *Reforma*

Protestante – foi um dos fatores da quebra do “monopólio científico” eclesiástico, e, conseqüentemente, contribuiu para o início do florescimento do pensamento humano, em todas as áreas do conhecimento, inclusive na *Arte da Guerra*.

As invasões bárbaras no *Império Bizantino*, que culminaram com a conquista de *Jerusalém* pelos *Seldjúcidas*, em 1071, provocaram o surgimento das *Cruzadas* – a primeira delas entre 1095 e 1099 – promovidas pelos reis católicos do Ocidente, com o fito de *libertar a Terra Santa*. Agora, portanto, já não se tratava mais de conflitos entre senhores feudais pela posse de terras, mas de *coalizões internacionais* com fins bélicos e *objetivos políticos* bem definidos; já não eram mais, portanto, apenas as milícias a estarem envolvidas nos conflitos – os reinos patrocinadores das *Cruzadas*, como um todo, se engajavam nessas expedições, delineando os primórdios do que hoje chamaríamos de *mobilização nacional*, o que possivelmente conduziu ao estabelecimento, ainda que rudimentar, de um *pensamento estratégico*.

As *Cruzadas* reaquereram o comércio no Mediter-

râneo, pois os navios que conduziam as tropas católicas voltavam abarrotados de mercadorias orientais (tapestarias, especiarias etc.), de preços elevados. Esse fato provocou o surgimento de uma atividade comercial intensa, principalmente por parte dos mercadores de *Veneza* e *Gênova*, com o *Império Bizantino*, de tal sorte que, a partir da *IV Cruzada* (*Inocência III*, 1202-1204), essas expedições perderam sensivelmente seu propósito *ideológico*, que passou a ser *mercadorológico*.

Esse aquecimento comercial desembocou no surgimento de uma nova classe social, além das até então existentes (o *clero*, a *nobreza* e o *povo*). Tratava-se da *burguesia urbana*, que, se transferindo progressivamente do campo para a cidade, e acumulando primitivamente capitais (predominantemente metais preciosos), passou a constituir o *poder econômico*, e a se aliar aos reis, “financiando” seu poder, em troca de “favores” (cargos públicos e títulos nobiliárquicos, por exemplo). Essa nova conjuntura sócio-político-econômica liquidou com o *feudalismo*, por volta dos séculos XIV/XV, e deu início ao

mercantilismo, ou *capitalismo mercantil*, que se caracterizava, em boa parte, por uma espécie de “aliança” entre a *burguesia* e a *nobreza* contra as demais classes sociais, com vistas, precisamente, a reforçar cada vez mais o então nascente *poder econômico*. E, com efeito, ele se expandiu. Foi a época das grandes navegações, em busca de novos territórios (colônias) que fossem tanto fontes de matérias-primas quanto novos mercados para os produtos metropolitanos, de sorte a incrementar a acumulação de riquezas, destinadas a manter elevado o nível de comércio com o Oriente.

Esse conjunto de circunstâncias fez despontar uma nova estrutura política – o *absolutismo*⁴. Agora, ao contrário do que ocorrera no *feudalismo*, os monarcas realmente detinham o poder. Para mantê-lo, em época marcada por fortes disputas, tanto em terra (preservação do próprio território e das colônias) quanto no mar (o chamado “domínio do mar”), as nações não apenas passaram a estruturar melhor suas forças armadas, como a desenvolver ainda mais o pensamento estratégico, enriquecido por, no

mínimo, de quatro a cinco séculos – desde as Cruzadas – de conflitos internacionais. Dentro dessa ordem de idéias, pode-se considerar, à luz da História, que, no período *absolutista*, centravam-se nas mãos dos monarcas três atividades distintas, pouco ou nada desenvolvidas durante o *feudalismo*: a *Política*, que seria a *arte de traçar objetivos* e orientar suas conquistas e manutenção, ou, ainda, a “arte de governar”; a *Estratégia*, que consistiria nas *maneiras* (“*latu sensu*”) de se aplicar o *poder disponível* (econômico, político, social, militar), de forma a se atingir os *objetivos* delineados; e a *Tática*, que mostrava a *maneira concreta* ou prática (“*stricto sensu*”) de se chegar a um objetivo específico.

Alguns historiadores indicam, como o momento em que essas três vertentes se “divorciaram”, a batalha de *Muhlberg*, em 1547, travada entre *Carlos I de Espanha* (e V da Alema-

nha), herdeiro de vasto império na Europa, e os príncipes alemães da *Liga Protestante de Smakalda*. Nessa ocasião, a *Política* indicaria, como *objetivo*, submeter os príncipes alemães, que haviam se rebelado contra o domínio de Carlos I; a *Estratégia* consistiria em dissolver a *Liga Protestante de Smakalda*, fonte dos ideais separatistas; e a *Tática* conduziu à *Batalha de Muhlberg*, em que Carlos I foi vitorioso.

A partir daí, Carlos I, até sua abdicação, em 1556⁵, quando transmitiu o trono a seu filho Felipe II, reservou a si apenas a *Política*, deixando a cargo dos militares a *Tática*. Foi, pois, quando se abriu uma grande “brecha”, uma “*terra de ninguém*”, entre a *Política* e a *Tática*, que, até hoje, não está claramente definida, tendo recebido um grande número de denominações: “*Estratégia* (do grego *strategia*, por sua vez derivado de *strategós* – general), que seria a “arte do general”,

⁴ Curiosamente, três a quatro séculos depois, essa mesma burguesia, fortalecida e “iluminada” pelo desabrochar do conhecimento científico, une-se ao povo, contra o absolutismo (denominado “Ancient Régime”) e o derruba, por meio das chamadas “Revoluções Democrático-Burguesas”, como a inglesa, a norte-americana, a francesa e, naturalmente, a industrial.

⁵ Carlos I viria a falecer em 1558.

ou a “arte de aplicar meios”; “Geopolítica” (aplicação da política aos espaços geográficos); “Geoestratégia” (*Estratégia* aplicada a áreas críticas, em face de objetivos da *Política*); ou adjetivações da *Estratégia*, como “Total”, “Geral”, “Grande” etc.

É ao longo dessa “terra de ninguém” que pretendemos caminhar, nos tópicos seguintes.

DOUTRINA, OBJETIVOS, PODER, POLÍTICA E ESTRATÉGIA

No Brasil, o estudo desses conceitos tem sido desenvolvido pela *Escola Superior de Guerra (ESG)*, que os apresenta em seu *Manual Básico*, periodicamente atualizado, à luz da realidade nacional. Procuraremos resumi-los neste tópico.

Doutrina

Trata-se de um “conjunto de tópicos” – ou um “corpo coordenado de idéias” – que, “sem desconhecer os aspectos subjetivos da decisão e sem desvalorizar a força da criatividade, busca orientar a ação” (SIC).

A *Doutrina* se fundamenta na *Teoria* e se reali-

menta na *Realidade*. Sua origem semântica é o termo latino *docere*, que significa ensinar ou conduzir. Portanto, a Doutrina pode ser entendida como “o que se transmite pelo ensino”, ou, ainda, aquilo que conduz alguém a determinado objetivo.

A *Teoria* busca explicar racionalmente os fenômenos, indagando suas causas, e envolve a *Filosofia* – reflexão crítica sobre o ho-

mem e sua função no Universo – e a *Ciência* – conhecimento ordenado dos fenômenos do Universo.

O conhecimento humano abrange, além da *Teoria*, também a *Prática*, que tem um duplo aspecto: a *Técnica* – conjunto organizado de processos para se atingir um fim específico, com o máximo rendimento possível, e a *Arte* – atividade que busca a criação de sensações ou estados de espírito, geral-

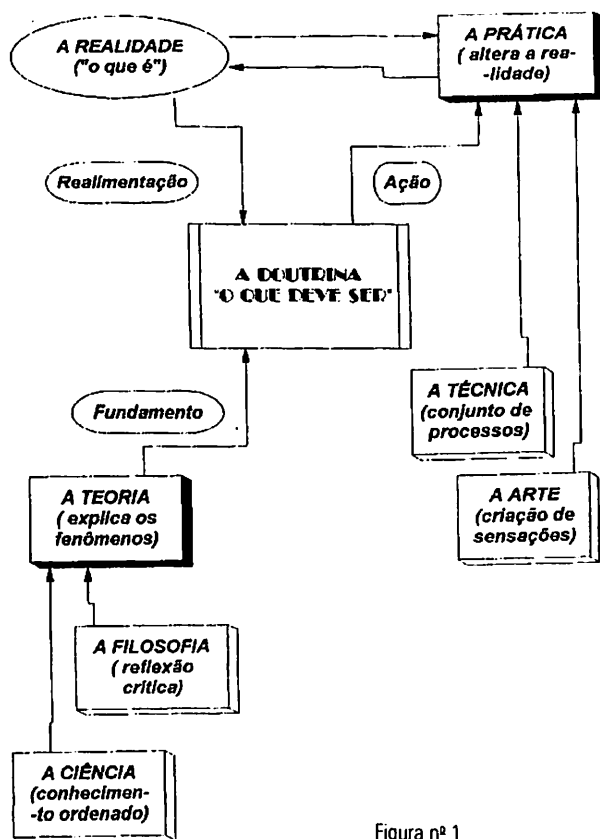


Figura nº 1

mente de caráter estético.

A *Realidade* é o elemento concreto, de existência efetiva. A *Teoria* a explica, a *Prática* a altera, e a *Doutrina* nela se realimenta. Ao fazê-lo, serve-se da *Teoria*, que exprime “o que é”, para definir “o que deve ser”, e, pela *Prática*, fazer com que “o que é” se transforme “no que deve ser”.

A Figura nº 1 ilustra essas considerações.

Objetivos e Poder

Ao longo de sua existência, o ser humano busca a satisfação de suas necessidades, interesses e aspirações. Essa busca rege a convivência social e afeta as atividades individuais, estimulando-as ou restringindo-as.

Essa mesma convivência social promove o surgimento de outros interesses, além dos individuais – os dos agrupamentos humanos, ou seja, os que são *comuns* aos integrantes de um grupo. Esse despontar de *interesses comuns* provoca o estabelecimento de *vínculos* entre as pessoas, bem como lhes aduz a percepção de que sua ação *solidária* será mais eficaz, para a consecução desses interesses, do que a individual. Daí advém a no-

ção de *objetivos de grupo*, vale dizer, os referenciais para sua ação coletiva, geralmente buscando, dentre outros interesses, a *sobrevivência* (existência e vitalidade do grupo), a *expansão* (ampliação e fortalecimento), a *coesão* (harmonia interna e identidade), a *proteção* (segurança), a *influência* (exercício de liderança em relação a outros grupos) e a *integração* (equilíbrio entre os integrantes, redução de conflitos internos).

À medida que os grupos se multiplicam, fazem surgir a dimensão integradora – a *Nação*, geralmente constituída por uma *população*, um *território* e *instituições*, e que, ao se *organizar*, passando a dispor de *governo* e *soberania*, passa a constituir um *Estado*.

Assim, os *objetivos*, antes grupais, passam a ser *nacionais*, representando a cristalização de interesses e aspirações a serem satisfeitos em uma determinada fase da evolução histórico-cultural de um povo. Alguns podem ser considerados permanentes: os que subsistem por longo tempo, por dizerem respeito a interesses e aspirações vitais – *democracia*, *integração nacional*, *soberania*, *progresso*, *paz*

social e *integridade territorial*, por exemplo. Outros podem ser conhecidos como *atuais*: os que expressam, em determinado momento, uma etapa a ser vencida, na busca da conquista e da manutenção dos *objetivos nacionais permanentes*.

Para essa conquista, impõe-se que a *Nação* (*Estado*) disponha de um *Poder*: “*capacidade de que a Nação, decidida, dispõe para conquistar e manter seus Objetivos.*”

O *Poder Nacional* geralmente se manifesta segundo cinco *expressões*, materializadas, cada uma delas, pelos *recursos humanos* (*população*) e *econômicos* (que somados ao *ambiente* traduzem o *território*) e *instituições* *nelas atuantes*, estas mencionadas entre parênteses, a seguir: a *Política* (os Poderes Executivos, Legislativos e Judiciários das três esferas administrativas, e os Partidos Políticos); a *Econômica* (os setores primário, secundário e terciário da economia); a *Psicossocial* (a sociedade e suas instituições); a *Militar* (o Poder Naval, o Poder Militar Terrestre e o Poder Aeroespacial); e a *Científico-Tecnológica* (o ambiente de C&T e suas instituições específicas).

Esse *Poder Nacional* tem um sentido de *ação harmônica*, refletindo as possibilidades e as limitações dos meios que o constituem, nas suas características globais e nos efeitos de seu emprego.

O *Poder*, portanto, é o meio empregado na conquista dos *Objetivos*. Entretanto, é preciso, antes: *definir os Objetivos*, o que é feito pela *Política*; e selecionar a melhor *forma de aplicar* esse *Poder* – papel da *Estratégia*; são os conceitos que nos falta recordar.

Política e Estratégia

Segundo a ESG, *Política Nacional* é “a arte de identificar os *Objetivos Nacionais Permanentes*, mediante a interpretação dos interesses e aspirações nacionais, e de orientar e conduzir o processo global que visa à conquista e à manutenção daqueles *Objetivos*”.

Já a *Estratégia Nacional* seria “a arte de preparar e aplicar o *Poder Nacional* para, superando os óbices, conquistar e manter os *Objetivos Nacionais permanentes*, de acordo com a orientação estabelecida pela *Política Nacional*”.

Óbices são os obstáculos (fatos ou atos) que se inter-

põem à conquista dos *Objetivos Nacionais*, podendo classificar-se em *antagonismos* ou *fatores adversos*, caso sejam, respectivamente, providos ou não de *intencionalidade*. Podem ser ainda *internos* ou *externos*, e, quanto aos *antagonismos*, na hipótese de disporem de capacidade de obter efeitos, por quaisquer meios (força, ameaça, logro etc.), passam a denominar-se *pressões*. Essas, se significativas a ponto de poderem impedir a conquista e a manutenção dos *Objetivos Nacionais*, são chamadas de *dominantes*.

RESUMO

No tópico alusivo à *História*, propusemo-nos a caminhar pela “*terra de ninguém*” situada entre a *Política* e a *Tática*, que geralmente se denomina *Estratégia* e, para que se chegasse a ela, foi necessário, neste segundo tópico: mostrar em que consiste uma *Doutrina*; apresentar, de maneira bastante resumida, o cerne da *Doutrina da ESG*, que, no Brasil, tem enfeixado os temas que nos propusemos a comentar; e, por fim, dar uma idéia, ainda que pálida, de como os interesses e as-

pirações de grupos humanos se transformam em *objetivos*; de como os mesmos passam a ser *nacionais*, à medida que os grupos se constituem em *Nações e Estados*; e de como esses *objetivos nacionais*, para serem conquistados e mantidos, exigem a existência de uma *Política Nacional* que os defina, de um *Poder Nacional* que exprima os meios disponíveis pela Nação para aquele fim, e de uma *Estratégia Nacional*, que indique a melhor forma de se aplicar esses meios, com eficácia.

Seria simples aplicar esses princípios na conduta de uma Nação (Estado), se, interna e externamente, fosse possível obter unidade de pensamento na definição dos objetivos, na obtenção dos meios para conquistá-los e mantê-los e nas diferentes maneiras de se aplicar esses últimos eficazmente. Todavia, os interesses humanos são altamente variáveis, o que inevitavelmente aduz divergências de toda natureza, geradoras, por sua vez, de *conflitos*, internos e externos, que podem se limitar a simples discussões no plano das idéias, ou gerar *crises*. Essas, a seu turno, podem evoluir desde

simples desentendimentos, solucionáveis por diferentes formas de negociação, até a guerra, perpassando o estágio intermediário, bastante em voga atualmente, dos chamados *Conflitos de Baixa Intensidade* (CBI).

A *Polemologia* não pretende estudar os aspectos bélicos dos conflitos, mas, sim, compreender a guerra como fenômeno social, o que exige o conhecimento do comportamento dos agrupamentos humanos, ou do homem como “animal social”. As “ferramentas” aqui apresentadas possivelmente facilitarão esse entendimento.

ONDE SE POSICIONA A POLEMOLOGIA?

Uma esquematização clássica dos principais conceitos enfocados neste trabalho é a que os escalona sob a seguinte forma⁶: um nível inferior, ou *tático*; um nível superior, ou *político*; e um nível intermediário, ou *estratégico*, subdividido em

três faixas: uma *alta*, alusiva à *estratégia nacional*, ou “total”, ou “grande estratégia”; uma *mediana*, referente às *estratégias setoriais* (por exemplo, as voltadas para regiões ou Unidades da Federação, no plano geográfico, e para cada um dos Poderes, considerados individualmente, no plano funcional); e uma *baixa*, envolvendo as *estratégias operacionais*, isto é, as que dizem respeito aos componentes de cada um dos grandes “setores” exemplificados no item anterior.

A cada vez que a *Política* define um *objetivo*, os diferentes níveis estratégicos devem se adequar para a sua consecução: se ele for de natureza *concreta*, relacionando uma Nação (Estado) com suas efetivas possibilidades e limitações, pode-se dizer que as ações a empreender se situarão no domínio da *Geopolítica*; mas se aquilo que se almeja atingir é de natureza *abstrata*, sutil, de contornos não bem definidos, ou se encontra “distante”, em termos de espaço e tempo, então estar-se-á caminhando no terreno da *Geoestratégia*.

Em cada um dos casos, a atuação dos três níveis estratégicos será diferente. No

primeiro, basicamente se deverá mobilizar meios e orçar recursos, de forma a atingir o fim delineado. No segundo, trabalhar-se-á mais no campo da diplomacia, do convencimento e/ou persuasão, das influências e das pressões políticas, econômicas, sociais e militares, cuja intensidade variará caso a caso. Em suma, o plano *geopolítico* é aquele em que “se está”; já o *geoestratégico* poderia ser “o limite até o qual se pode chegar”.

Reportando-nos agora ao esquema da Figura nº 1, poderíamos considerar que a *Geopolítica* se situa no terreno da *Realidade* (“o que é”), e, para alterá-la, servimo-nos da *Prática*, com as “ferramentas” da *Técnica* e da *Arte*. Já a *Geoestratégia* se posiciona no campo da *Doutrina* (“o que acreditamos que deva ser”, ou “o ponto até onde podemos chegar”), que se fundamenta na *Teoria*, cujos instrumentos são a *Filosofia* e a *Ciência*. Em outras palavras, para atuarmos em termos *concretos*, impõe-se, antes, que ordenemos o pensamento, isto é, usemos de *abstração*.

A *Polemologia* procura atuar, precisamente, como um “interface” entre a

⁶ Não confundir com os tradicionais “níveis da guerra” – estratégico, tático e operacional –, aplicáveis à expressão militar do Poder Nacional, o que constitui uma abordagem “setorial”; aqui o enfoque é holístico.

Geopolítica e a Geoestratégia, provendo-nos de um certo grau de reflexão crítica (*Filosofia*) e de conhecimento ordenado (*Ciência*) sobre o comportamento de agrupamentos humanos, ou do homem como “animal social”, no contexto dos conflitos, cuja condução, efetivamente, é bastante prática e concreta, mas para cujo entendimento, sem dúvida, se faz necessário um considerável grau de abstração.

E, de uma forma um tanto análoga à realimentação da Realidade na Doutrina (Figura nº 1), observaremos que o processo *Geoestratégico*, apoiado pelas reflexões providas pela *Polemologia*, proverá uma realimentação de todo o *Sistema Político*.

A Figura nº 2 ilustra essa esquematização.

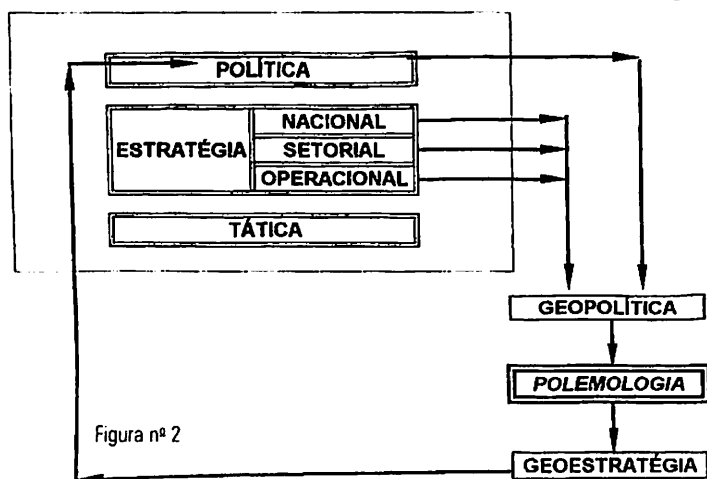
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já disse alguém que “...toda guerra significa o fracasso da Geoestratégia na tentativa de solucionar um problema Geopolítico, ou a convicção de que só pela força se chegaria à solução; e toda paz é o triunfo obtido pela aplicação correta dos vetores adequados, capazes de fazer abortar um problema em gestação...”

Os métodos desenvolvidos ao longo dos séculos para a solução de problemas dessa natureza⁷ impõem, para sua aplicação, a preexistência de bancos de informações estratégicas, para cuja análise tradicionalmente se utilizam, como “ferramentas” auxiliares, determinadas ciências — História, Geografia, Sociologia, Economia, Psicologia

e outras. Adicionalmente, baseiam-se, quase sempre, nos princípios estatuidos por René Descartes em seu “Discurso do Método” (*evidência, análise, síntese e enumeração*) e trazem, em seu bojo, inevitavelmente, valores subjetivos típicos do “primeiro mundo”, ou “do Ocidente”, a eles agregados progressivamente, no decurso de muitas guerras.

Uma breve recordação de alguns tipos de conflitos em voga na atualidade, todavia, nos leva a questionar se podem eles ser entendidos adequadamente por via desse tipo tradicional de raciocínio (“cartesiano”): caudilhismo terceiromundista, caracterizado pelo desvirtuamento da gestão da coisa pública, pelo nepotismo, pela intolerância às práticas democráticas, e tantos outros aspectos; fundamentalismos religiosos; questionamento, por países descolonizados recentemente, das fronteiras estipuladas por seus antigos colonizadores; lutas tribais ou de origem racista; narcotráfico



⁷ Na Marinha do Brasil, para a solução de problemas militares com oposição utiliza-se o *Processo de Planejamento Militar (PPM)*. Para problemas de natureza mais administrativa, ou sem oposição, utiliza-se o *Estudo de Estado Maior (EEM)*.

e sua associação com organizações revolucionárias; intervenções de cunho “ecológico”; em países menos desenvolvidos, o aumento progressivo do número de pessoas incapazes de ascender socialmente, por motivos de ordem econômica, social ou mesmo política, concorrendo cada vez mais para, dentre outros, a violência urbana e rural, a superpopulação, a fome, as doenças, a saturação dos serviços públicos, a degradação do meio ambiente e o congestionamento das cidades.

Para *atuar sobre algo*, mister é *conhecer a estrutura desse algo*. No caso, a estrutura dos conflitos, num sentido mais restrito, e, em outro mais amplo, a da própria guerra. Para tanto, a Geoestratégia e a Geopolítica parecem necessitar dessa nova ciência, ainda no nascedouro, a *Polemologia*, que procura enfocar o processo conflituoso sob uma ótica holística e antropocêntrica, enfatizando, primordialmente: o homem e suas condicionantes mais profundas; suas motivações; seu comportamento individual e coletivo; as normas e valores que regem o agrupamento humano observado; as personalidades dos líde-

res e os métodos de liderança adotados; a influência da religiosidade (mitos, “tabus”, crenças); as razões que motivam um povo a lutar; enfim, todos os aspectos *humanos, et pour cause, subjetivos* – que permeiam o conflito.

A Polemologia, entretanto, não se preocupa apenas em enumerar essas características e apreciá-las individual e estaticamente, mas, sim, observá-las dinamicamente, interagindo consigo mesmas, na qualidade de *origens sociais* do conflito. Naturalmente, o que se busca, ao se aplicar a Polemologia, não é uma discussão acadêmica, mas a compreensão de um fenômeno sobre o qual se pretende atuar posteriormente, por meio da Geoestratégia e da Geopolítica, tendo-se em mente um *objetivo*.

Muito mais se poderia dizer sobre essa jovem ciência, como, por exemplo, que ela pretende proporcionar a *eficácia* na aplicação de um *poder nacional*, à luz dos ditames da *estratégia* e com vistas a alcançar um *objetivo* definido pela *política*, no contexto de um conflito. Por outro lado, as tradicionais *Geopolítica* e *Geoestratégia*, ao menos para os inu-

sitados comportamentos bélicos ou simplesmente ilícitos listados linhas atrás, seriam tão-somente instrumentos de *eficiência* e, como é sabido, *eficiência* pode ser entendida como “*jogar com técnica e elegância*”; mas *eficácia* significa “*vencer o jogo*”.

E assim falamos de Polemologia, à qual chegamos, transitando na “terra de ninguém” da Estratégia, depois de nos termos munido de conceitos políticos e de sumas históricas. Lamentamos ter, talvez, decepcionado os que ansiavam pela apresentação de fundamentos e princípios “polemológicos”. Na realidade, eles devem ser buscados na consciência de cada um de nós, e aplicados de maneira diferenciada, em cada situação.

Encerramos recordando as palavras de Richard Buckminster Fuller, filósofo norte-americano, sobre *eficiência* e *eficácia*:

“...se quisermos alcançá-las, devemos raciocinar ao mesmo tempo da maneira mais minuciosamente incisiva, permitida pela inteligência e pelas informações que ganhamos até aqui, através da experiência”

TOQUE DE ALVORADA.



Antes do toque de alvorada, a Petrobras já está acordada. Ela está sempre alerta, marchando junto com as Forças Armadas, dando sua contribuição para o Brasil. Como fornecedora exclusiva da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, a Petrobras vai aonde for preciso. Até mesmo às regiões mais distantes do Amazonas, onde ela faz o abastecimento por meio de barcas. Seja no mar, na terra ou no ar, estamos sempre a postos.



PETROBRAS

Ministério
de Minas
e Energia



Brasil
EM AÇÃO

Operações da Aviação do Exército em Resende, na Revolução de 1932

Cláudio Moreira Bento*

Matéria extraída de comunicação proferida no XIII Simpósio de História do Vale do Paraíba.

A Revolução de 1932 durou noventa e cinco dias – de 9 de julho a 3 de outubro. Resende, na maior parte desse movimento revolucionário, o de maior expressão até hoje, foi o centro de gravidade das operações terrestres e aéreas que contra ele se desenvolveram em todo o Brasil. Sediou, então, o quartel-general (QG) do Destacamento Exército do Leste, na Estação Ferroviária, em um comboio ferroviário, ao comando do General Pedro Aurélio Goes Montei-

ro, que havia sido, também, o comandante militar da Revolução de 1930. Agora dirigia as operações na principal frente, a do Vale do Paraíba, apoiado pelo grosso do Grupo de Aviação do Exército, o único existente, comandado pelo Major Eduardo Gomes, herói dos 18 de julho de 1922), quando ainda era tenente de Artilharia.

De 28 de julho a 6 de outubro, o atual Campo de Parada da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) foi o campo de aviação base do Destacamento Resende do Grupo de Aviação¹ que aí instalou seu QG, transferindo-o, a seguir, para Resende.

Eduardo Gomes atuou como observador em vôos

de ligação das tropas do Vale do Paraíba com as de Minas Gerais, da 4ª Divisão de Infantaria (4ª DI). Inclusive, tomou parte no bombardeio do campo de pouso de Guará em 23 de agosto, e de um pouso noturno em campo iluminado, façanha digna de registro na época, durante a noite de 14 de agosto, tendo como piloto o legendário Tenente Mello.

A mudança do Grupo para Resende em reforço ao Destacamento foi motivada por terem ficado provadas as inconveniências de atuar a partir dos Afonsos, no Rio, devido a enorme distância dos objetivos e por ter, na ida e na volta, de enfrentar a travessia da Serra do Mar, com problemas de condições meteorológicas adver-

* Coronel de Engenharia e Estado-Maior, Sócio Benemérito do IGHMB.

¹ A pista se desenvolvia do lado esquerdo do portão principal (atual) na direção do estádio (atual) da Academia.

sas que abortavam operações, além de grande desgaste dos motores.

O Destacamento Resende instalou-se em Resende no 18º dia da Revolução, iniciando a ampliação e melhoria da pista, derrubando mangueiras do Horto Florestal, então administrado pela ferrovia Central do Brasil.

Atuaram, com base em Resende, como comandantes do Destacamento os seguintes oficiais da Arma Aviação do Exército, que havia sido criada em 1927: 1^{os} tenentes Joelmir C. Araripe de Macedo, José Cândido da Silva Muricy Filho², e Capitão Henrique Dyott Fontenele, que ampliou o campo de pouso ao custo de árvores importantes do Horto. Alertado por um resendense de que eram essências raras, assim consolou o reclamante, segundo nos contou e mais tarde Brigadeiro Lavenère-Wanderley (àquele tempo citado como Vanderlei): *"Fique tranqüilo, se estas árvores eram raras, ficarão mais raras ainda"*.

Foram pioneiros do Destacamento, além do Tenente Araripe, os tenentes Nelson Lavenère-Wanderley³, e Júlio Américo dos Reis. Também atuaram em Resende os tenentes José Sampaio Macedo, João Adil de Oliveira, Waldemiro A. Montezuma, Benjamin Manuel Amarante, Homero Souto de Oliveira, Joaquim Tavares Libânio, Antônio Lemos Cunha, José Vicente Faria Lima, Anizio Botelho e Geraldo Aquino que, destacado no Campo de Marte, em São Paulo, conseguiu escapar de ser preso, evadindo-se. Atingindo o Rio em 15 de julho, foi enviado para Resende, não tendo a mesma sorte sua os outros oficiais lá destacados, inclusive o tenente Montenegro.

Estiveram eventualmente operando em Resende os gaúchos Rui Presser Bello, Nero Moura e outros, na fase final, como França, Capitão Alves Seco, etc.

Durante os 70 dias em que o Destacamento atuou a partir de Resende, foi a fração governista mais atuante

na primeira e única Batalha Aérea travada no Brasil, realizando operações aéreas pioneiras, como se verá. Nesse período, executou 665 missões de combate, em 1.043 horas, além de 255 vôos de treinamento. Consumiu 85.200 litros de gasolina, lançou 2.476 bombas, tirou 847 fotos aéreas, e consumiu 21.900 cartuchos de metralhadoras.

Seu esforço operacional concentrou-se, em agosto, sobre formações revolucionárias em São José do Barreiro, Morro Frio, Areias, Silveiras, Cachoeira Paulista, Vila Queimada e Pedreiras, e sobre o trem blindado revolucionário.

Em 13 de agosto, o Destacamento Resende recebeu o primeiro caça Niuport Delage, pilotado pelo "Melo Maluco".

E foi nesse dia 13, pela madrugada, entre 01h30 e 03h00, que um audaz e ousado avião revolucionário, partindo de Lorena, depois de sobrevoar o Campo de Pouso de Resende e o QG do Destacamento do Exército do Leste, lançou 3 bombas em campos da orla resendense, só para efeito psicológico sobre a tropa e o povo. Constituindo-se no 1ª bombardeio noturno na

² O Tenente Muricy ficou gravado na memória popular por sua audácia e intrepidez, junto com o tenente A. C. Mello, apelidado, com respeito e admiração, ao seu sangue-frio, de "Melo Maluco".

³ Pioneiro também do primeiro vôo do Correio Aéreo Nacional (CAN), junto com o tenente Casemiro Montenegro.

América do Sul, causou enorme temor e sensação entre os resendenses que, no dia seguinte, fizeram romaria aos locais de impactos.

Em resposta, ao amanhecer, partiu de Resende uma esquadrilha que bombardeou o campo de pouso em Lorena, mas não impediu que aviões revolucionários o evacuassem, ilesos, e fossem para São Paulo, contando com o ousado feito do dia anterior.

Na noite de 14 de agosto, a população de Resende passou por outro susto, ao divisar, à noite, aviões iluminados sobrevoando a cidade. Acreditavam ser um bombardeio mais efetivo que o da madrugada anterior, até que souberam, no outro dia, do que se tratava. Eram aviões Moth governistas testando o equipamento de iluminação de campanha do campo de pouso (farol e grupo eletrogêneo). O primeiro voo-teste foi pilotado pelo Ten Mello ("Mello Maluco") tendo como observador o Major Eduardo Gomes, comandante do Grupo de Aviação e, o segundo, o capitão Fontenele, então comandante do Destacamento. A crônica e a memória local registram o susto que levaram os resendenses pensando

do tratar-se de outro bombardeio aéreo, mas, agora para valer!

Pouco depois o campo de Resende passou a ter cobertura antiaérea com metralhadoras recebidas.

Em 22 de agosto, o espaço aéreo entre Resende e Queluz teria testemunhado o primeiro combate aéreo registrado no Brasil, entre dois aviões governistas, pilotados pelos tenentes Lavenère-Wanderley e Muricy, contra dois aviões revolucionários. Depois de se enfrentarem com metralhadoras, os revolucionários tomaram a iniciativa de romper o contato, por distantes de sua base. Os governistas eram um Potez de observação e bombardeio, e um Waco com metralhadora, pilotado pelo Tenente Lavenère, que socorreu o Tenente Muricy atacado por um caça Niuport Delage e um Waco. Consideramos este, salvo melhor juízo, o primeiro combate aéreo no Brasil, pois houve reação recíproca, ao contrário do ataque sofrido pelo Potez 25 TOE A-117 na tarde de 8 de agosto, na região de Buri, por três aviões governistas. Sem reação, atingido seu radiador, conseguiu aterrar em território sob controle governista sem danos

pessoais, mas com perda total do equipamento. É considerado o primeiro avião abatido na América do Sul em operação aérea. Foi uma perseguição sem reação, face a superioridade revolucionária liderada pelo mais tarde Brigadeiro Lysias Rodrigues, nosso primeiro mestre em Geopolítica do Brasil, com a obra Geopolítica do Brasil para Iniciantes, uma legenda na aviação dos Gaviões de Penacho, apelido dos pilotos revolucionários.

No dia 23 de setembro, o Pelotão de Bombardeio, com 5 aviões, do Destacamento Resende bombardeou, pela manhã e pela tarde, o campo de Guaratinguetá (no Hipódromo) sendo que, no último, foi atingido e destruído no solo o Potez TOE, dos revolucionários. Foram pilotos os Tenentes Macedo, Lavenère-Wanderley, Muricy, Melo e Araripe. O último, à tarde, conduziu, como observador, o Major Eduardo Gomes, comandante do Grupo Misto de Aviação, com quartel-general em Resende. Esse pelotão bombardeou, pela terceira vez, o campo de Guará, no Hipódromo, em 24 de agosto.

Em 25 de agosto, o Destacamento Resende recebeu 4 Waco CSO (que se popu-

larizam como “vermelhinhos”) adquiridos nos EUA, sendo um deles pilotado pelo Tenente Nero Moura, 12 anos mais tarde comandante do 1º Grupo de Caça (o Senta Pua), na Itália, ministro da Aeronáutica e atual *patrono da Aviação de Caça da FAB*. Vinham equipados com metralhadoras e porta-bombas, com capacidade de bombardeio picado. Com esse avião ele tomou parte no bombardeio de Lavrinhas, em 29 de agosto. Em 30 de agosto, foi constituído o Destacamento de Aviação de Pouso Alegre-MG subordinado ao Grupo Misto de Aviação, sendo destacados, de Resende para lá, os tenentes Araripe (chefe), Júlio e Nero Moura.

No início de setembro, o Major Eduardo Gomes fez ligações Resende-Pouso Alegre de coordenação dos destacamentos Resende e Pouso Alegre que apoiava a 4ª DI de Juiz de Fora, no Vale do Paraíba mineiro. Foi piloto o Tenente Lavenère-Wanderley. Hoje são patronos da Força Aérea Brasileira (FAB) e do Correio Aéreo Nacional (CAN) e ambos foram ministros da Aeronáutica. O último, historiador da FAB, tem obra pre-

faciada pelo primeiro, a qual mencionamos nas fontes consultadas.

Privamos com o Brigadeiro Lavenère nos IGHMB e IGHB, do qual guardamos excelente recordação. Lembro que em tom de brincadeira o convidamos para uma palestra no Arquivo Histórico do Exército, que dirigíamos, dizendo-lhe: “*Confrade, o Arquivo Histórico do Exército está necessitando de apoio aéreo*”. E ele prometeu comparecer, pois tinha grande orgulho de sua origem como artilheiro do Exército. Nesse ínterim, ocorreu sua internação urgente em São Paulo, onde veio a falecer. Não esqueceu-se ele de, nesse momento, encarregar um familiar de telefonar-me desculpando-se de não poder comparecer. Deixou muita saudade entre seus confrades historiadores, que lembram o carinho e devoção pela História da Aeronáutica, que ajudara a fazer, com modéstia incrível, encobrendo sua participação destacada.

Em 8 de setembro, mais três Waco CSO reforçaram o *Destacamento Resende* e tomaram parte no apoio aéreo às conquistas de Silveiras e das de Pinheiros e Cruzeiro, em 13 de setembro, e

da de Cachoeira Paulista, em 14 do mesmo mês.

Em 16 de setembro, o Destacamento Resende recebeu mais três Waco CSO de reconhecimento, equipados com dispositivos fotográficos e rádio. Em 17 de setembro, recebeu mais três e passou a usar Cruzeiro como campo de pouso avançado. Em 20 de setembro, o campo de pouso de Lorena passou a ser usado como campo avançado do de Resende. Em 20 de setembro, dois do Destacamento de Pouso Alegre foram queimados no solo por bombardeio da aviação revolucionária, sendo seus pilotos os Tenentes França e Guilherme. Em 21 de setembro, aviões do Destacamento de Aviação de Resende bombardearam os campos de pouso revolucionários de Guará e Taubaté, hoje sede do Comando de Aviação do Exército. No dia 23, o piloto Capitão Alves Seco, Tendo como observador o tenente Amarante, bombardearam o campo de Guará, com o Waco CSO 18.

De 23 a 26 de setembro, têm lugar diversos vôos de ligação do campo de Resende com seu campo avançado em Lorena, sendo que, em 25 desse mês, o tenente

Mello, partindo de Lorena, realizou um reconhecimento aéreo noturno das posições revolucionárias em Guará. Em 26 de setembro, ocorrendo o bombardeio de Aparecida, a partir do campo avançado de Lorena, em avião Waco 19 pilotado pelo tenente Lampert, tendo como observador o Tenente Montezuma e ataques a Guará – Aparecida, a bomba e com reconhecimento, pelos Waco 14 e 19, dos tenentes Loiola e Amarante, em horários diferentes e reconhecimento fotográfico pelo Tenente Araripe (futuro Ministro da Aeronáutica) com o Waco 21, tendo como observador o Tenente Baloussier. O Waco 18, pilotado pelo Tenente Lampert executou uma missão de regulação de tiro de Artilharia. O dia 27 foi movimentado. Aviões partem de Resende e executam missões de reconhecimento armado sobre Guaratinguetá e Aparecida e aterram nos campos avançados de Cruzeiro e Lorena. São cerca de 14 missões de reconhecimento e bombardeio.

Nesse dia caiu na decolagem, por perda de força, um Moth pilotado pelo Tenente Rui Presser Belo, tendo como observador o Coronel Alzir.

O avião ficou inutilizado. O Coronel Alzir, pilotando outro Moth, decolou de Resende com destino ao Campo dos Afonsos, tendo como observador o Capitão Aroldo. Em virtude do mau tempo, o Moth se chocou com a Serra de Itaguaí, com perda total do equipamento, perecendo o observador, Tenente Aroldo, e ficando gravemente ferido o Coronel Alzir.

No dia seguinte, decolaram de Resende 6 Waco e 1 Moth para localizar o Moth sinistrado, do qual não se possuíam informações em Resende.

Ainda nesse dia, decolaram, do campo avançado de Lorena, 6 aviões para reconhecimento com ataques a bomba sobre alvos em Guará-Aparecida, consumindo-se 30 bombas de 25 libras, segundo Diário de Campanha.

Em 29, correu a notícia do início das negociações para a cessação das hostilidades. Nesse dia, tem lugar quatro missões de reconhecimento, inclusive foto, e 11 vôos de treinamento. Dia 30, intensificam-se reconhecimento com ataques a bomba sobre alvos em Aparecida e Guará. Foram realizadas 31 missões. O Major Eduardo Gomes, no Waco

19, pilotado pelo tenente Lavenère-Wanderley, coordenou as atividades dos destacamentos Resende e Pouso Alegre, fazendo o vôo de ligação Pouso Alegre-Cachambu-Cruzeiro-Resende. Em 1º de setembro, desenvolvem-se negociações de paz. Intensificam-se vôos de reconhecimento sobre a concentração revolucionária em Guará. No dia 2 de setembro, conhecida a cessação das hostilidades, o Destacamento de Aviação de Resende acompanha o movimento de evacuação das forças revolucionárias, sendo realizadas 8 missões nessa tarefa.

Dia 3 de setembro, foram suspensas as hostilidades e só houve um vôo de reconhecimento sobre os eixos de retirada para prevenir congestionamentos.

No dia 6 de setembro, os aviões do Destacamento Resende começaram a se retirar para o Campo dos Afonsos só permanecendo três, para uma emergência.

No dia 11 de setembro, pousaram no campo de Resende dois aviões Curtiss Falcon apreendidos dos revolucionários, o que causou sensação entre curiosos civis e militares de Resende, que fizeram romaria ao campo de pouso.

Um acidente antecedeu a chegada do Destacamento em Resende. O Potez TOE A 216 pilotado pelo Tenente Faria Lima, ao aterrar com os tenentes Anízio e Aquino, quebrou o trem de pouso ao entrar numa vala, tendo de ser levado, para o Rio de trem. Foi em 27 de julho. Em 5 de julho um Waco, pilotado pelo Tenente Botelho, tendo como observador o Tenente Balloussier, ao aterrar, capotou. Chegava de um reconhecimento de Areias, Queluz e Morro Frio. Ficou indisponível.

Em 9 de agosto, um Potez, pilotado pelo Tenente Araripe, tendo como observador o Tenente Montezuma, foi atingido por balas revolucionárias, em Silveiras.

Em 19 de agosto, um Moth pilotado pelo Tenente Amarante, tendo como observador o Tenente Muricy quebrou o trem de pouso contra um barranco ao aterrar.

O Diário de Campanha do Destacamento Resende do Grupo de Aviação do Exército, da Diretoria de Aviação, assinalou: “A organização da Aviação Militar (do Exército) era a mais precária que se possa imaginar ao estourar a Revolução de 32”. E, prossegue: “falta de recursos pessoais e materiais e de organização principalmente”.

Ao final da revolução, foi reconhecida a ação da Aviação Militar, que manteve a superioridade aérea na

Frente do Vale do Paraíba, sem nenhuma perda humana ou material em combate, nos seguintes termos, em documento oficial:

“...A Aviação Militar se lançou galhardamente para a frente e, com verdadeira elegância, soube sofrer, lutar e vencer...” Para esta útil atuação não prendeu-se à teoria, idealizada para recursos que não logrou reunir. Aceitou as situações como elas se apresentaram, resolveu-as com os recursos existentes e dentro das circunstâncias ambientais em que se desenvolveram. Assim, terminou a campanha gozando a confiança das armas irmãs. E o resultado obtido não foi sem sacrifícios...”

FONTES CONSULTADAS

BENTO, Claudio Moreira, Cel., Uma História Militar do Vale do Paraíba. V. Redonda, 1996. (Conferência XIII Simpósio História do Vale do Paraíba).

IDEM. Resende: Cenário do único combate aéreo no Brasil. O Ponte Velha. Resende, jun/1996.

IDEM, Resende: alvo do 1º bombardeio aéreo noturno na América do Sul. O Ponte Velha. Resende, ago/1996. (Focaliza bombardeio de Resende na madrugada de 13 de agosto de 1932 por um avião revolucionário.)

BOPP, Itamar. Resende 1848-1948. São Paulo, 1975, pp. 248-256 (Revolução 1932).

INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA. História Geral da Aeronáutica Brasileira. (Revolução 1932). Rio, INCAER, 1990. pp. 339-363.

Diário de Campanha do Destacamento de Aviação de Resende do Grupo de Aviação da Diretoria de Aviação do Exército em 1932. (Arquivo INCAER).

LAVERNÈRE-WANDERLEY, Nelson Freire. Ten-Brig Ar. História da Força Aérea Brasileira. Rio, MA, 1975. 2ª ed. (Revolução de 1932).



MÉDICI - O GENERAL E O PRESIDENTE

Ney Salles*

Não é fácil, mesmo para estudiosos do assunto, estabelecer um paralelo entre um chefe militar e seu desempenho político em particular no caso do General Médici, que assumiu a presidência da República no decurso de grave crise política, com sérios riscos para a segurança nacional.

A tarefa de trazer a público um pouco de suas qualidades foi bastante facilitada por várias razões. A primeira, em virtude de ter sido, por duas vezes, seu

comandado na Academia Militar. A outra, pela leitura do livro "Médici - o depoimento" de autoria de seu filho engenheiro Roberto Nogueira Médici. E poderia enumerar ainda muitas outras relacionadas ao surto de desenvolvimento alcançado pelo País, à época em que exerceu o cargo de Presidente da República.

Como ponto de partida para traçar o perfil do Presidente Médici, procuro ressaltar, à luz dos princípios de chefia e liderança, atos e fatos ocorridos durante o seu governo.

Essa foi a maneira que encontrei de resgatar a dívida dos brasileiros para com

um homem público, quando muitos, nos dias atuais, procuram diminuir-lhe os méritos.

Nos próximos tópicos, comentaremos os atributos mais característicos do perfil de chefia e liderança de Emilio Garrastazú Médici, oficial-general de nosso Exército, Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Adido Militar nos EUA, Chefe do SNI, Comandante do III Exército e que, como Presidente da República, fez por nosso País e nosso povo muito mais do que outros o fizeram.

Conhecer sua posição

À época do movimento de 64, Médici comandava a Academia Militar das Agulhas Negras. A situação exigia uma tomada de posição. Havia um clima de grande pregação anticonstitucional, visando ao fechamento do Congresso, caso não fossem aprovadas as "reformas de base" propostas pelo Presidente João Goulart.

A atitude de Médici não podia ser outra. Se fazia parte de suas tarefas tomar uma posição frente aos futuros oficiais que comandava, não

* Coronel de Infantaria e Estado-Maior.

vacilou. E a Academia, como um todo, respaldou-lhe a posição. Sobretudo os cadetes. Não ocorreram dissensões, o que demonstra o acerto da posição assumida.

Conhecer-se a si próprio e procurar aperfeiçoar-se

Ao deixar o comando da Academia Militar, foi nomeado Adido Militar em Washington. Seu fraco domínio do inglês era, para ele, um constrangimento. Apesar de se haver desincumbido galhardamente desse encargo, não via a hora de regressar ao Brasil. Sabedor dessa pretensão, Costa e Silva, ao assumir o poder, ofereceu-lhe a presidência da Petrobrás, cargo que recusou sob a alegação de que não entendia nada de petróleo. Face a sua recusa, o presidente o convidou para chefiar o SNI. A maior prova de que procurava aperfeiçoar-se e ao sistema que chefiara nos legos Médici, quando presidente, criando a EsNI – Escola Nacional de Informações.

Conhecer seu povo e interessar-se pelo seu bem-estar

Médici, nascido em Bajé, desde pequeno habi-

tuou-se ao convívio do povo simples e rude da fronteira. Já no início da carreira, numa clara identificação com os anseios desse povo, aderiu à Revolução de 30, embalado pelas idéias de reformas sociais pugnadas pelos chefes revoltosos.

Quanto a interessar-se pelo seu bem-estar, comprovam-no a menor taxa de desemprego, o menor índice de inflação e a menor desvalorização dos salários durante seu governo.

Manter seus auxiliares sempre a par de suas decisões

A observância desse princípio deu-nos Médici, no episódio de sua indicação para substituir o Presidente Costa e Silva.

Ao final da reunião e depois de ouvir todos os que o indicaram, perguntou, a um por um, se acatariam suas decisões.

Como a resposta fosse afirmativa, disse: *“Está certo. Aceito ser o chefe e minha primeira ordem é indicar o almirante Rademaker como Vice-presidente.”*

Foi de imediato contestado por um dos presentes à reunião, que alegou o impedimento de qualquer mem-

bro do Alto Comando aceitar cargo político.

Declarou Médici no ato: *“Meus senhores minha primeira decisão está sendo contestada. Não sirvo para isso. Escolham outro.”*

Imediatamente retirou-se para Porto Alegre. Uma semana depois o assunto estava resolvido. O Almirante seria seu vice e o país ganhava um presidente.

Dar o exemplo

Em um regime institucional, mais do que em qualquer outro, o presidente tem que ser um verdadeiro líder. E Médici foi esse líder, pelos exemplos que nos deixou de patriotismo, honradez e dignidade.

Em que pese ter exercido a presidência durante um período de exceção, a oposição construtiva sempre teve seu espaço, apesar da censura existente. O Congresso nunca foi ameaçado e nenhum de seus membros cassado. Havia apenas da parte de Médici o entendimento de que a guerrilha era uma ameaça às instituições democráticas. Por isso lutou com todas as forças legais contra essa ameaça. Aliás a própria sociedade o apoiou nessa cruzada anti-subver-

são. Só que hoje esse feito é negado.

E Médici sozinho deu o exemplo do muito que pode ser feito, mesmo quando a maior parte dos beneficiados procuram se omitir, esquecendo a realidade de então.

Verificar como suas diretrizes são executadas

Preocupavam-no sobremaneira a repercussão das diretrizes através das quais buscava estabelecer os rumos de sua ação de governo.

As reuniões de seu ministério eram, por isso, importantes. Essa a razão por que Médici confiava em sua assessoria. Não havia homens-chave ou superministros, todos eram de sua confiança. Importava-se com todos.

Eram os ministros que levavam ao presidente os dados que o permitiam ver como suas diretrizes para os diferentes setores estavam interagindo nos campos político, econômico, social e militar.

Essa era a fórmula encontrada para verificar como suas diretrizes vinham sendo executadas.

Fazer sua assessoria funcionar como uma equipe

Médici era homem que delegava poderes a seus assessores. Enquanto isso fosse respeitado, quem recebia delegação de competência tinha crédito absoluto. Qualquer ministro assumia o cargo com total independência para nomear seus subordinados. Não havia qualquer ingerência do Presidente.

Para se ter uma idéia do quanto isso era levado em conta, basta dizer que Médici não patrocinou a promoção de nenhum general, não indicou nenhum embaixador, nem nomeou nenhum parente para cargo público. O nome que o ministro trazia era o que recebia seu aval. Isso mostra claramente a confiança que depositava em sua assessoria, prestigiando o trabalho de equipe.

Decidir com acerto e oportunidade

Com relação aos aspectos envolvendo questões militares, era sua preocupação conter os excessos, sem quebrar a harmonia das Forças Armadas. Prova disso foi sua determinação para o

afastamento de um oficial acusado de maus tratos a presos políticos. O não cumprimento dessa ordem obrigou Médici a demitir um de seus ministros militares.

E, para que não pairassem dúvidas sobre o fato, em reunião ministerial, convocada especialmente devido a essa ocorrência, e na presença de todos os ministros, disse o presidente que se era lícito matar e morrer em luta franca e na defesa dos valores democráticos, era inadmissível maus tratos a prisioneiros.

Essa era a sua diretriz e sempre que era informado de que não estava sendo cumprida, agia de imediato.

Amar a responsabilidade e desenvolver esse sentimento nos auxiliares

Médici nunca fugiu à responsabilidade. Assumiu o cargo indicado por seus companheiros de farda em momento crítico da vida nacional e para cumprir a missão que lhe havia sido confiada.

Desde os primeiros dias de seu governo, dizia abertamente: *"Minha intenção é pacificar o país e, ao final de meu governo, devolver o poder aos civis."*

Essa seria a tônica de sua ação de governo e que procurou transmitir a seus auxiliares. Não admitia a perpetuação no poder. Gostava de estar sempre à frente dos assuntos que considerava importantes para o governo e o país. Não fugia à responsabilidade nem permitia que sua assessoria tivesse outro comportamento. Amava a responsabilidade e inculcava em seus auxiliares esse estado de espírito.

Empregar os recursos conforme as disponibilidades

Era sua permanente preocupação nunca dar um passo maior do que os recursos o permitiam. Uma prova disso está na conclusão da ponte Rio-Niterói. Os recursos escasseavam, mas era preciso cumprir os contratos e compromissos assumidos interna e internacionalmente.

Outro fato relativo a esse princípio diz respeito à energia nuclear. Já em seu governo havia estudos sobre o assunto. Qual a nação que não se preparava para ingressar na era nuclear? E o Brasil não era exceção à regra.

Só que, entre assinar um protocolo que compromete-

tesse a economia nacional abalada pela crise do petróleo e preservar nossa balança de pagamento e reservas cambiais, Médici decidiu-se pela preservação de nossa estabilidade econômica.

Assumir a responsabilidade por seus atos

A credibilidade com que Médici chegou ao final de seu mandato era fruto da responsabilidade com que se houve na condução dos negócios do governo.

Alguns acontecimentos exigiram que empenhasse sua responsabilidade mais do que outros. Os referentes aos religiosos era dentre eles. A solução desses casos era prerrogativa exclusiva do Presidente. Havia padres participando ativamente de atividades subversivas. Médici tratava disso diretamente com os mais altos dignitários da Igreja.

Assim é que, certa vez, foi procurado por D. Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo.

Como fazia com todos, foi recebê-lo na porta de seu gabinete. Tão logo adentrou, o arcebispo foi dizendo: "*Presidente, não sou o arcebispo de São Paulo, sou*

um padre boa praça. Que é que eu posso fazer pelo senhor?"

Achando ser essa uma desconsideração, pois fora o arcebispo que pedira o encontro, respondeu-lhe Médici de imediato: "*Que o senhor cuide de sua Igreja e que eu cuide de meu governo.*"

Essa noção de responsabilidade é que melhor caracterizava a personalidade de Médici como homem, militar e presidente.

Conheci Médici em 1960 quando ele era Subcomandante da Academia Militar. Desde logo aprendi a admirar-lhe a simplicidade, firmeza e honestidade no trato dos assuntos do cotidiano. E essa admiração tornou-se ainda maior quando ele exerceu a Presidência da República.

Médici tinha a consciência tranqüila do dever a cumprir. Enfrentou com destemor os seqüestros de embaixadores, os assaltos, o terrorismo e a guerrilha urbana e rural. Ao sair-se vencedor do confronto, podemos dizer que estabeleceu as bases para o retorno do país ao regime democrático.

No campo econômico baixou a inflação ao nível de

12% ao ano. Entregou o país ao seu sucessor com uma dívida de 12 bilhões de dólares e reservas no valor de 7 bilhões de dólares. O país crescia a taxas de 11% ao ano.

Mesmo assim, achava que muito ainda precisava ser feito no campo social. Comprova-nos sua declaração: *"A economia vai bem mas o povo ainda vai mal."*

Sua visão do futuro era inequívoca. Lembremos sua política de integração da Amazônia. Contestados por muitos durante muito tempo, os dois projetos de seu governo visando a consolidar nossa fronteira norte hoje são objeto de preocupação do governo e autoridades brasileiras, face às ameaças externas à nossa soberania na área.

Mas está claro que nem tudo foi tão simples como parece. Ao final de seu governo ainda havia muitos problemas a resolver. Médici conseguiu implantar um modelo econômico; faltava, contudo, restabelecer a normalidade constitucional.

Apesar de, desde o início de seu governo, pensar em devolver o poder aos políticos, viu com pesar, ao final de seu mandato, que não era ainda chegado o momento.

A nosso ver foi seu único erro. Não intencional, apenas de avaliação. Por isso digo, a respeito: Médici foi um grande Presidente, e seu governo, quiçá, o melhor do período revolucionário de 64.

GEOPOLÍTICA E GLOBALIZAÇÃO

Carlos de Meira Mattos*

A Geopolítica, que embriagou os alemães (Ratzel, Haushofer e Hitler), seduziu os ingleses (Mackinder e Lord Curzon), impôs-se aos norte-americanos (Mahan e Spykman), está submetida ao juízo mudancista que hoje varre o planeta. Os mais fanatizados pela globalização chegam a proclamar a sua extinção.

Entre os adeptos apaixonados da globalização da sociedade mundial salientam-se aqueles que defendem a tese de que o impacto da modernização torna obsoletos os valores fundamentais da política nacional e internacional — soberania e autodeterminação dos povos. Essa obsolescência se apóia

* General-de-Divisão. Geopolítico de renome internacional.

no que consideram a inevitabilidade do desaparecimento da soberania nacional e na incontornável trans-territorialidade das fronteiras.

Uma coisa é se aceitar a incidência da globalização na economia e a invasão quase instantânea das notícias e das mensagens através dos meios eletrônicos, de informática e de comunicações, outra coisa é se admitir que, por isso, o Estado nacional deve abrir mão de seus valores fundamentais.

A harmonia da sociedade mundial, a desejada paz universal dentro dos padrões democráticos, só será alcançada, respeitando-se o direito soberano de cada povo e sua prerrogativa de autodeterminar o seu destino. O Direito Internacional se assenta no respeito a esses valores e na busca da igualdade de tratamento entre as nações.

Os fanáticos da Globalização Total já sepultaram até a História — veja-se o livro "O Fim da História" do escritor norte-americano Francis Fukuyama. Sustentam que a Geopolítica é reminiscência do passado. Isso, porque, dizem, o espaço geográfico ficou reduzido a "uma aldeia", em face

da penetração da comunicação via INTERNET e do encurtamento das distâncias. Mas, vejamos até que ponto a tecnologia moderna atinge a existência da Geopolítica como ramo de conhecimento que estuda e avalia a importância da Geografia no processo político.

A História é, essencialmente, a história dos acontecimentos políticos. O Fato Histórico está sempre relacionado com as condições de espaço e tempo.

Esses fatores – tempo e espaço – foram atingidos com intensidades desiguais pelo impacto da tecnologia moderna.

A quase instantaneidade da comunicação da imagem e do som a qualquer quadrante da terra, assim como o encurtamento drástico das distâncias pelos novos meios de transporte, volatilizam o fator tempo.

A transitoriedade, a fugacidade do tempo foi uma questão que já preocupou Santo Agostinho (as três divisões do tempo, do livro “Confissões”) e, mais recentemente, o filósofo Einstein considerou o tempo relativo.

Quanto ao espaço, figurou sempre como o fator mais estável do binômio.

Para Descartes, “o espaço é concreto, o tempo não”. Comparemos o grau de avanço da tecnologia a serviço da política, no final dos dois últimos séculos — durante os últimos 100 anos.

A sociedade humana cruzou a passagem do século XIX para o XX sem conhecer a aviação, os satélites, o rádio, a televisão, e eletrônica, o fax, a informática, a energia nuclear e outras novas formas de energia. A viagem à lua seria considerada um sonho absurdo pelos melhores sábios do fim do século passado. Entretanto, tudo isso se incorporou ao patrimônio do conhecimento e da práxis do homem de hoje.

A incidência da mudança sobre a sociedade, provocada por esses extraordinários avanços tecnológicos, atingiu muito mais o fator tempo do que o fator espaço.

O espaço geopolítico, em si, pouco mudou. A França, os Estados Unidos, a China, o Japão e o Brasil conservam quase o mesmo território que possuíam no final do século XIX. Sobre esses territórios, o homem tecnocrônico adquiriu novos e extraordinários instrumentos de ação para domi-

nar a natureza e colocá-la a seu serviço. Através dos modernos meios de comunicação ele invade o espaço de todos os quadrantes do planeta, com suas mensagens faladas e escritas. Os meios de transporte modernos aproximaram todos os países.

Ao mesmo tempo em que reconhecemos a nova e surpreendente operacionalidade do homem na exploração de sua base espacial, constatamos que essa mesma base geográfica pouco mudou, no decorrer deste último século, e que, portanto, suas características de extensão, forma e posição continuam válidas como expressões políticas. Assim sendo, a Geopolítica continua sua missão inspiradora de soluções políticas.

O contexto físico do espaço permanece inalterado; sua extensão, forma e posição, inamovíveis; apenas, agora, pode ser operacionalizado por instrumentos mais eficazes.

O Homem, autor da História, animal político (Aristóteles), passou a operar o seu espaço geográfico munido de instrumental revolucionário, mas a Geografia Física não mudou e a Geopolítica continua viva.

O SISTEMA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO (SINAMOB)

Pedro Carlos Neto*

O homem, no mundo atual, sente, de forma marcante, forte carência de segurança, liberdade, oportunidades para progredir, integração e objetivos, valores que, em síntese, representam a dignidade humana.

As nações mais ricas e poderosas, através do discurso de seus líderes, advogam a melhor distribuição de renda, o combate mais eficaz à pobreza e à violência como solução, entre outras, para os problemas da sociedade contemporânea. Entretanto, quando partem para a prática, suas ações são sempre direcionadas no sentido de manter o atual "status quo", negando muitas vezes aos demais países, até mesmo o direito de soberania. Assim, a indagação, que passa a predominar entre as pessoas, nos países considerados pobres ou emergentes, envolvidos pela globalização financeira, é no

sentido de saber qual o nível de aspirações que podem almejar para viverem dentro de um padrão de dignidade aceitável.

A resposta para essa interrogação é complexa e certamente fugirá, em parte, ao objetivo deste comentário mas, de uma forma bem genérica, pode-se afirmar que o equacionamento do problema passará, com real certeza, pela realidade econômica, política e social de cada país e por profundas incursões nos seus sistemas de segurança.

No Brasil, por exemplo, a conquista de um certo padrão de cidadania, pelos membros da sociedade, implica, obrigatoriamente, o combate ao analfabetismo e à corrupção, um melhor preparo de parte da classe dirigente, maior desenvolvimento econômico e, até mesmo, mudança de mentalidade com relação aos problemas de segurança. Encarar com mais seriedade os problemas inerentes à mobilização nacional, representa, em essência, a segurança de todos nós. Nenhum país, na atualidade, pode desfrutar de uma soberania sem adjetivos, se, ao idealizar o planejamento de sua defesa, não considerar, com muita

atenção, a necessidade de ter institucionalizado o seu Sistema de Mobilização. Essa evidência, apesar de elementar, no Brasil ainda não é uma realidade.

Com base na Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1981, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) tomou, em dezembro de 1992, a iniciativa de elaborar um Projeto de Lei, que permitisse dotar o País de uma Lei Básica que desse espaço para o desenvolvimento de um conjunto de outros instrumentos legais, que iriam servir de suporte aos diversos setores da mobilização em todo território nacional, além de possibilitar a implementação do seu preparo, a organização e a estruturação física do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB), bem como viabilizar a sua execução de maneira ordenada, quando necessário.

A iniciativa da SAE foi muito oportuna. A não existência de tal diploma legal coloca na ilegalidade toda e qualquer ação tomada nos campos do poder público e privado, que tenham a finalidade de atender a uma demanda na área da mobilização.

* Coronel de Infantaria e Estado-Maior.

Entretanto, mesmo reconhecendo a oportunidade da iniciativa, a Secretaria levantou as dificuldades que possivelmente seriam enfrentadas pelo Executivo, ao tentar aprovar, no Congresso Nacional, o citado Projeto de Lei, porque, talvez por influência cultural, ou mesmo devido a reações ao regime de 1964, nossos políticos não encaram com simpatia Projeto de Lei dessa natureza. Imaginam que, além de não produzir dividendos políticos, em forma de votos, traz atrelado, erroneamente, o estigma de que o mesmo tem cunho belicista.

A atividade de mobilização, ao contrário do que pensa a comunidade de leigos no assunto, não visa à guerra, nem tampouco é uma atividade privativa da área militar. Sua existência está mais fundamentada no seu valor político, ao funcionar como elemento fundamental numa estratégia de dissuasão, servindo de apoio para se evitar um possível conflito. Quanto aos seus interesses, eles estão mais ligados ao meio civil, pois, quando decretada, é esse extrato da população que mais sentirá seus impactos.

Essa atividade, para atingir os seus objetivos, exige uma adequada organização e não admite improvisações. Por essa e outras razões, deve funcionar em forma de um sistema, bem estruturado e ser de âmbito nacional.

O Sistema Nacional de Mobilização, que é conceituado como sendo um *“conjunto de órgãos que, atuando de modo ordenado e integrado, objetiva planejar e realizar todas as fases da mobilização e da desmobilização nacionais”* tem, entre outros, os seguintes objetivos: integrar as atividades de mobilização nas esferas federal, estadual e municipal e, também, nos setores privados, fazendo com que todos funcionem em harmonia; e manter suas atividades em funcionamento permanente e aptas a alimentar um fluxo de informações de modo constante, atendendo, assim, ao dinamismo natural do próprio sistema.

Por outro lado, sua estrutura, para funcionar de forma satisfatória, necessita que sejam preenchidos os seguintes requisitos básicos: permanência, flexibilidade, alto nível, âmbito nacional e unidade de direção.

Permanência consiste no seu funcionamento mesmo

em tempo de paz, dando possibilidade de a nação passar, da estrutura militar de paz, para a de guerra, sem provocar grandes transtornos, ou mesmo apoiar ações no campo diplomático, como elemento de escudo político, na estratégia de dissuasão.

Flexibilidade é a qualidade que permite ao sistema funcionar de acordo com a conjuntura interna e externa e se adaptar à realidade dominante.

Alto Nível é consequência natural do fato de a atividade de mobilização envolver, em suas fases, praticamente toda a sociedade, e o seu planejamento e suas decisões estarem diretamente vinculadas com a mais alta cúpula da estratificação governamental.

Âmbito Nacional significa que a mobilização, devido à sua amplitude, absorve uma vasta gama de recursos, mobilizáveis em todas as expressões do Poder Nacional. Assim, quer na fase do preparo quer na de execução, a mobilização exige o envolvimento da nação como um todo, apesar de que, quando decretada a sua execução, esta possa ser direcionada para determinados setores ou áreas do país.

Unidade de Direção implica em que o planejamento das atividades de mobilização, em face das suas complexidades e abrangências, exige que o sistema possua um órgão central, com a finalidade de ordenar, de forma integrada, os seus objetivos, assegurando a convergência de esforços na capacitação do Poder Nacional.

A estrutura idealizada, para atingir esses objetivos e atender aos seus requisitos básicos, apresenta a seguinte composição: um órgão central e seis sistemas setoriais de mobilização, que seriam: política interna, política externa, econômico-social, psicológica e militar, sendo este último subdividido em três subsistemas de mobilização: do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. O econômico-social também é subdividido em subsistema de mobilização econômica e subsistema de mobilização social.

Segundo o Projeto de Lei, a estrutura apresentada, bem como a sua subordinação e funcionamento irão depender de uma lei complementar do Executivo.

O grande anseio de todos aqueles que lidam ou se pre-

ocupam com a problemática da mobilização é ver aprovado, pelo Congresso Nacional, o Projeto de Lei que institucionaliza a Lei de Mobilização Nacional e, conseqüentemente, o SINAMOB.

As Forças Singulares já têm os seus Sistemas de Mobilização, que funcionam de fato, mas não de direito. Eles são bem estruturados e atendem às necessidades das Forças.

Entretanto, para os órgãos públicos civis das esferas federal, estadual e municipal, o SINAMOB é um grande desconhecido. Para contornar tal situação, a Comissão de Segurança da Câmara dos Deputados, em 1994, promoveu um Seminário sobre a Mobilização Nacional. O objetivo desse evento foi sensibilizar a área civil sobre a importância da atividade de mobilização para a segurança do país.

O Brasil, apesar de alguns indicadores econômicos acenarem com um quadro bem favorável, é um país emergente com graves problemas sociais, principalmente nas áreas de saúde, educação e fundiária, entre outras, cujas soluções não podem mais esperar pelo amanhã. Tais problemas es-

tão a exigir uma solução imediata e grandes somas de recursos que, obviamente, estão sendo retiradas do setor segurança.

Querer, em tal cenário, vivificar com recursos financeiros um Sistema Nacional de Mobilização é utopia. Entretanto é oportuno lembrar que segurança e desenvolvimento econômico se apoiam mutuamente e, entre ambos, existe uma ponte chamada Mobilização Nacional, que forma com eles um sistema praticamente fechado. O funcionamento desse sistema tem, como base, a evidência de que, quanto maior for a capacidade de mobilização do país, maior é a sua segurança, em face do seu poder de dissuasão disponível; quanto maior a segurança, maior é a soberania nacional, que deixa de ser adjetivada e, quanto maior a soberania, maior é o desenvolvimento, com a população produzindo e desfrutando da verdadeira cidadania, não a explicitada pela mídia, mas aquela em que o cidadão sabe o que quer, e é capaz de defender seus direitos.

Então, essa realidade nos leva a concluir que o Sistema Nacional de Mobiliza-

ção é, para o Brasil, uma oportuna opção de segurança, em virtude do seu custo relativamente baixo, além de abrir possibilidades para que as Forças Armadas mantenham o seu nível de operacionalidade e profissionalismo, com efetivos compatíveis com o padrão de desenvolvimento econômico do país.



TASSO FRAGOSO E A HISTÓRIA MILITAR

Sebastião J. R. de Castro*

O estudo dos acontecimentos que conformam a História Militar do Brasil deveria se constituir em preocupação permanente dos Estabelecimentos de Ensino Militar de nosso Exército. Somos detentores de um glorioso passado de lutas em defesa da soberania nacional

e da integridade territorial, para assegurar a manutenção da ordem e da lei e para repelir as tentativas de adeptos de ideologias totalitárias destinadas a destruir a democracia.

Vemos, com preocupação, a intencional distorção que é feita por elementos derrotados em passado ainda recente, os quais pretendem se apresentar à sociedade como ardorosos defensores da democracia que eles mesmos planejavam suprimir. Os velhos soldados continuam, porém, a defender os princípios que os levaram, com determinação, a participar das lutas passadas.

E as novas gerações de militares, o que pensam?

Foi então que relendo a obra do General Tasso Fragoso, "A Batalha do Passo do Rosário", encontramos, na sua Advertência Preliminar, considerações que nos pareceram muito oportunas.

O ilustre militar e historiador apresentou a seguinte indagação: – "E por que seria a História Militar do Brasil tão descurada na antiga Escola da Praia Vermelha, quando aí estanciei durante a melhor quadra da minha vida? Nessa Escola, que era um foco memorável

de trabalho e civismo e em que espíritos de escol, como Benjamin Constant, para citar apenas o nome de um morto, doutrinavam com sedutora maestria e grande elevação moral?"

É o próprio Tasso Fragoso que responde de maneira contundente e de forma clara e objetiva. Disse ele:

"Talvez se possa explicar tão surpreendente antinomia refletindo que, nos últimos anos anteriores ao advento da República, se havia arraigado no espírito de muitos, sobretudo de republicanos, a falsa idéia de que a verdadeira democracia e a fraternidade real entre os povos deveriam assentar preliminarmente no esquecimento e até na maldição de certos fatos do passado, os quais na verdade só deveríamos julgar, transportando-nos à época em que se realizaram, isto é, repondo-os no respectivo ambiente social. Daí o estado de alma da geração militar a que pertenci e do meio que a preparava, onde, conforme de uma feita já o revelei, havia como um temor de falar em guerras em presença de moços que não tinham para com os velhos guerreiros do Paraguai, que desfilavam diante deles alquebrados pela velhice e

* General-de-Exército.

com as fardas rebrilhantes de condecorações, o respeito e a estima que, sem dúvida, mereciam como dignos e leais servidores da Pátria comum."

Somente esse trecho já merece uma profunda reflexão por parte das atuais gerações de militares e, sobre ele faremos, posteriormente, algumas considerações.

Mas voltemos a Tasso Fragoso, que assim se expressou: — *"Filiávamos todos os acontecimentos sociais direta e exclusivamente aos governos dominantes e lhes atribuíamos todos os males e, por conseguinte, todas as guerras. Passá-las em silêncio, ou melhor, ignorá-las era, pois, castigar esses governos com a punição merecida e, ao mesmo tempo, dar testemunho de republicanismo inquebrantável e modelar."*

Pensamos haver muita semelhança entre o que foi analisado pelo General Tasso Fragoso e o momento atual. Assim como, na época, se julgava que a democracia e a fraternidade real impunham o esquecimento e até a maldição de certos fatos do passado, notadamente as guerras da época do Brasil reinado e império, também com o advento da Nova Re-

pública, após o período que os menos agressivos classificam como "de governos militares", parece ocorrer algo semelhante. E então nos surgem as seguintes indagações sobre o que estarão pensando as novas gerações de militares:

1ª — Julgarão que devemos relegar ao esquecimento as lutas contra a guerrilha urbana e rural desencadeada por extremistas ideológicos e que as mesmas ocorreram como resultado da ação dos governos dominantes?

2ª — Pensarão que dar testemunho de amor à democracia é ignorar as lutas em que seus antecessores se empenharam, tanto no campo interno como no externo, justamente para preservar a democracia?

3ª — Terão pelos velhos soldados que se empenharam em lutas, hoje alcinhados por seus antigos adversários como integrantes de um "parque jurássico", a mesma atitude que no passado tinham os moços com relação aos velhos guerreiros do Paraguai?

4ª — Serão capazes de bem avaliar os sacrifícios daqueles poucos que são possuidores de uma Cruz de Combate, de uma Medalha de Sangue ou de Campanha

ou de uma Medalha do Pacificador com Palma e que não foram obtidas graciosamente?

5ª — Por que não viveriam os acontecimentos passados, estarão em condições de bem avaliar e julgar as razões que levaram as gerações passadas à luta?

Para responder a tais indagações recorreremos à preciosa lição que nos legou Tasso Fragoso, e assim expressada:

"Fui vendo por mim mesmo a veracidade de que a História é mestra da vida, fonte perene de patriotismo e que, portanto, não deve ser desconhecida, notadamente pelos militares. Pouco a pouco me convenci de que o estudo de episódios guerreiros das gerações que nos precederam, feito com serenidade e reflexão, é salutar aos moços que vestem farda, pois lhes fortalece o espírito, retempera o caráter e proporciona sólidos elementos para julgarem questões imprevistas e por vezes incandescentes, em que as paixões dominantes, sem as luzes da verdadeira História, acarretariam os maiores desatinos."

A lição de Tasso Fragoso não pode e nem deve ser esquecida.

Pertencer a um Exército de firme convicção democrática não pode, como aconteceu após a proclamação da República, ignorar as lutas que tiveram que ser levadas a termo, com o fim precípua de defender a democracia.

Esse é o dever das atuais e futuras gerações dos soldados brasileiros.

E por já constituir fato histórico, é que aqueles que viveram os conturbados dias de um passado não muito distante, com emoção, relembram as palavras do General-de-Exército Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, que agora transcrevemos:

– “*Estaremos sempre solidários com aqueles que, na hora da agressão e da adversidade, cumpriram o duro dever de se oporem a agitadores e terroristas, de armas na mão, para que a Nação não fosse levada à anarquia.*”

132

REPENSANDO O JUDICIÁRIO

Reis Friede*

C Como já tivemos oportunidade de registrar, em várias outras ocasiões, os serviços afetos ao Poder Judiciário – e mais apropriadamente dito

à Justiça de modo especial – necessitam, de forma urgente e imperativa, de ampla reestruturação qualitativa quanto ao seu atual nível de operacionalidade, objetivando forjar, em última análise, uma autêntica estrutura de excelência, absolutamente confiável e dotada de plena eficiência no desempenho de sua finalidade precípua – a prestação da tutela jurisdicional para todos os brasileiros –, para a completa e necessária satisfação dos anseios de seus atuais e potenciais jurisdicionados, bem assim de toda a Sociedade Brasileira. Para tanto, em nosso entender, se faz urgente e absolutamente necessária a imediata e sensível melhoria do nível profissional e técnico, não só dos servidores cartorários, – afetos diretamente à infraestrutura do Poder Judiciário –, como também, de todos os demais e imprescindíveis componentes da denominada superestrutura da Justiça, ou seja, os senhores magistrados, membros do Ministério Público e, principalmente, advogados.

Tendo em vista que nenhum dos integrantes dessa verdadeira tríade basilar da

Justiça Nacional, individualmente considerados, possui maior ou menor importância específica para o desempenho final da missão derradeira da instituição em questão – e todos, sem exceção, possuem idêntica origem qualificativa (Bacharel em Ciências Jurídicas) –, é por todas as razões, evidente que os mecanismos de superação das dificuldades objetivas, as responsabilidades, os direitos e deveres, o grau de preparo e, especialmente, a forma de ingresso e a organização hierárquica, entre outras, devem ser, – guardadas apenas as diferenças quanto ao específico exercício de cada uma das distintas atividades de objetivo comum –, igualmente distribuídas por cada um dos representantes dos três vértices fundamentais da figura geométrica representativa do sustentáculo estrutural da Justiça.

Representando cada qual uma das pontas do tripé em que se assenta a própria Justiça, como instituição fundamental para a sobrevivência do próprio Estado de Direito, é importante frisar a indispensabilidade da manutenção do tênue e difícil equilíbrio estrutural da Instituição da Justiça, nesse particu-

* Mestre e Doutor em Direito.

lar, através, principalmente, da divisão equânime dos mais diversos ônus entre seus partícipes, que muito embora possuam uma indiscutível diversidade em sua origem, possuem igualmente, uma verdadeira unidade em sua missão derradeira de construir e, sobretudo, de dar concreção ao regime político democrático.


Por efeito conclusivo, se é fato de que a sociedade brasileira, há tempos, não mais aceita, de forma passiva, a transformação, pura e simples, de Bacharéis em Direito, – através do expediente simplório (e sob certa ótica, antidemocrático) da nomeação – em Juízes e Promotores de Justiça (na qualidade de representantes últimos do órgão Ministerial), – impondo, por consequência, o concurso público, de provas e títulos, da Magistratura Nacional (Estadual e Federal) e do Ministério Público –, não mais deve permitir, pelos mesmos motivos, que esses mesmos acadêmicos de Direito, recém-formados e ainda sem a efetiva comprovação do devido preparo para o exercício da profissão (de importância social inadjetivável) possam, simplesmente, após singelo estágio forense (ou

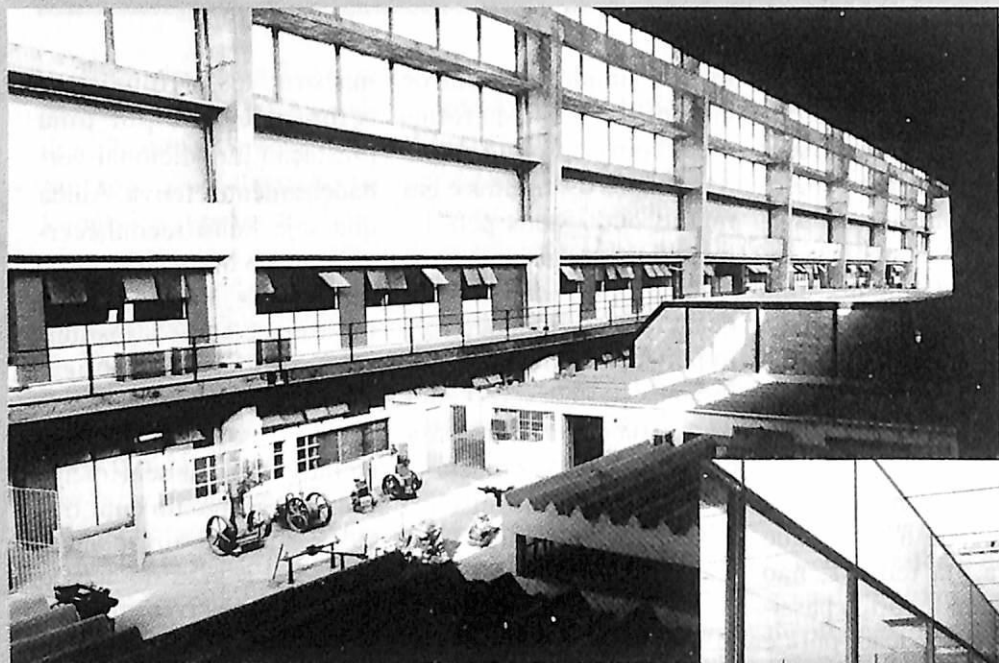
mesmo simplório exame de ordem), exercê-la de forma plena com o absoluto amparo de todos os direitos e garantias outorgados pela legislação em vigor.

A própria ausência de qualquer tipo de hierarquia e importância entre as três diferentes posições vertentes para o funcionamento básico da Justiça, – ou seja, a Magistratura, o Ministério Público e a Advocacia –, recomendam, em nosso entender, a aplicação do tratamento isonômico entre as mesmas, criando uma necessária distinção entre o simples Bacharel em Direito (cidadão formado em uma Faculdade de Ciências Jurídicas e, portanto, dotado apenas dos conhecimentos teóricos básicos), por um lado, e o Magistrado, o Membro do Ministério Público e o Advogado, na qualidade de profissionais indispensáveis ao pleno funcionamento da Justiça, por outro.

Nesse contexto, muito embora possa parecer que a sociedade esteja a clamar, de forma unânime, por um novo Judiciário, o que ela realmente deseja é uma nova Justiça (como instituição permanente e indispensável à sociedade organizada), capaz de responder com

maestria aos legítimos anseios coletivos por uma prestação jurisdicional verdadeiramente efetiva. Ainda que seja lícito reconhecermos que o Judiciário é, de fato eficaz, não podemos nos esquecer que a Instituição da Justiça tem a obrigação de ser eficiente, e isto somente ocorrerá quando, de fato, todos os seus membros forem igualmente tratados e possuírem idêntica formação e grau de acesso e, portanto, estiverem organizados em autênticas (ainda que diferenciadas) carreiras.

Certamente, não é razoável que um simples bacharel em Direito, recém-formado e sem nenhum preparo, possa exercer, de imediato, o importante Magistério da Advocacia junto ao Supremo Tribunal Federal, enquanto que o Juiz ou o Promotor, precise de dezenas de anos de formação em carreira e talvez nunca tenha a mesma oportunidade. É uma questão inexorável de valorização imperativa da própria carreira de advogado, como autêntico *start* para se pensar e repensar um novo Judiciário e uma nova Justiça, independente de outros desafios que estão a merecer idêntica atenção. 



Com toda excelência,

a COPPE / UFRJ abre novos
laboratórios e a pesquisa
tecnológica ganha força no país



PETROBRAS

MEC

Ministério da
Educação
e Cultura

FINEP



FAPERJ



Prefeitura da Cidade
do Rio de Janeiro

ANIVERSÁRIO DA BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

“É *com a instalação da Corte portuguesa no Brasil que se inicia propriamente a história de nossa cultura*”, assinala Fernando de Azevedo.

Fazendo parte dessa cultura e do processo de aprimoramento nacional, as escolas militares, em especial, como outras organizações militares, buscam, desde os primórdios de nossa colonização, ensinar ao homem brasileiro, não apenas o aprendizado das armas mas, também, os mais elementares processos da boa educação e disciplina, visando a colocá-lo, e, muitas vezes, iniciá-lo na aspiração de uma melhor cidadania, no seio de nossa sociedade.

Em verdade, as bibliotecas no país, e, em particular, as bibliotecas militares, para nós – soldados –, exerceram e exercem papel preponderante nesse processo educacional, como fontes inesgotáveis do conhecimento e da pesquisa.

As origens de nossa Biblioteca remontam a 1773, na oportunidade em que o

Conde de Lippe sugeria a criação de bibliotecas em todas as guarnições, mas somente em 1803 pudemos ter uma biblioteca, trazida pelo Conde dos Arcos, para o uso dos alunos da Escola de Artilharia.

O Decreto Ministerial nº 8.336, de 17 de dezembro de 1880, quando era Ministro e Secretário de Estado de Negócios da Guerra e Internos dos Estrangeiros o Barão de Loreto, Conselheiro Franklin Américo de Menezes Dória, cria, finalmente, a Biblioteca do Exército, inaugurada solenemente em 4 de janeiro de 1881, com a presença de suas Majestades e Altezas Imperiais, acompanhadas das mais altas autoridades da época, vindo a ocupar o 2º pavimento da ala direita do antigo Quartel do Campo da Aclamação.

Seu acervo inicial contava com 3 mil obras, vindas da Europa, chegando a 15.040, em 1922, e, atualmente, a mais de 65.000 volumes.

Em 1925, em razão de problemas administrativos, é a Biblioteca do Exército desativada e seu acervo distribuído entre as Organizações Militares da guarni-

ção, por determinação do Ministro da Guerra, General Setembrino de Carvalho, pelo Aviso Ministerial de 6 de maio de 1925, quando era, então, a quinta biblioteca militar do mundo em valor bibliográfico. Em 1937, foi novamente reorganizada por proposta do General-de-Divisão Valentim Benício da Silva ao Ministro da Guerra General-de-Divisão Eurico Gaspar Dutra, sob inspiração do Capitão de Infantaria Severino Sombra de Albuquerque.

Sobre esse fato, assim se expressou Umberto Peregrino, na sua obra “História da Biblioteca do Exército”:

“Assim como a criação da Biblioteca do Exército, em 1881, foi devida a um Ministro da Guerra que era um escritor – Franklin de Menezes Dória, nome inscrito com relevo na nossa história literária – a Biblioteca restaurada em 1937 veio de um militar intelectual, homem que freqüentava as letras e as manejava com desembaraço, espírito cultivado e aberto.

“O conhecimento da personalidade do General Valentim Benício da Silva e da sua formação intelec-

tual explica a Biblioteca do Exército recriada. De fato, o que ocorreu em 1937 não foi apenas a restauração da instituição de 1881, mas a sua volta reformulada com poderes editoriais."

Observa-se, por conseguinte, que por mais de meio século, após a sua reativação, a Biblioteca do Exército ainda mantém acesa a essência de sua finalidade, estabelecida no art. 1º do Decreto de sua criação, robustecida, hoje, com as tarefas de editoração, levando aos mais distantes pontos do território nacional obras de imenso valor, tão necessárias ao desenvolvimento e aperfeiçoamento da cultura profissional-militar e da nossa sociedade.

Serve, também hoje, como elo de ligação entre o Exército e a nossa população civil, projetando positivamente a imagem da nossa Força no cenário nacional, contando para isso, com duas bibliotecas de consulta – General Lobo Viana, instalada no Edifício da Praia Vermelha, inaugurada em 11 de dezembro de 1958, e a Biblioteca Coronel Neomil Portella, inaugurada recentemente a 28 de setembro de 1996, no Forte Copacabana.

Nesses cento e quinze anos comemorados, por essa histórica casa de saber, incontáveis e inquestionáveis tem sido os serviços prestados à nossa sociedade. Somente nos seus primeiros 43 anos de existência, passaram pelas suas dependências 97.714 leitores, sendo, 32.316 civis.

Nos dias atuais, podemos orgulhosamente vislumbrar a Biblioteca do Exército fulgurando no cenário internacional como a mais antiga biblioteca militar do mundo, e, como editora militar, a que possui o maior número de títulos publicados, chegando com facilidade ao meio milhão de leitores.

Buscando, ferrenha e tenazmente, sua modernização, vêmo-la hoje informatizada, procurando ser o "soft" elucidativo e a ferramenta do maior significado, dentro do banco de dados nacional que reproduzirá e contribuirá, no futuro, para o levantamento da memória militar e, em particular, da nossa Força Terrestre. Os projetos CALCO, Thesaurus, História do Exército Brasileiro, Pesquisa-Histórica e Memória da Força Expedicionária Brasileira não deixam dúvidas da

materialização dessa idéia.

Ainda, dentro do processo de sua modernização, e a fim de estimular a cultura nacional e atrair para o seu programa editorial obras de real valor, tem a Biblioteca do Exército oferecido, anualmente, ao seu público, vários concursos, premiando e incentivando o aparecimento de novos autores, por intermédio dos prêmios culturais: Tasso Fragoso, Franklin Dória e Pandiá Calógeras.

Enseja-se, também, para breve, o desejável intercâmbio com outras bibliotecas nacionais e estrangeiras, por intermédio da INTERNET, bem como o lançamento, em 1997, da obra "O Exército Brasileiro na História do Brasil", em três volumes, editado em português e inglês, que vem substituir, totalmente revisada e atualizada, a antiga "História do Exército Brasileiro".

Já coroado de êxito o lançamento da Coleção Marechal Trompowsky, de livros didáticos para os estabelecimentos de ensino militar, projeto esse de finalidade educacional e social, encontra-se em pleno desenvolvimento com várias obras distribuídas aos Co-

légios Militares e à Fundação Osório.

Finalmente, com muito orgulho, materializando desejo antigo de recuperação das obras de seu acervo histórico, recebe, hoje, esta Casa, o original da sua ata de inauguração, cedida pelo Museu Histórico Nacional, fato esse que, sem dúvida, configurar-se-á dos mais relevantes na transcrição de seu registro histórico no futuro.

Para concluir, cumprenos lembrar, mais uma vez, Umberto Peregrino, em sua obra já aqui ressaltada, quando diz: *"A Biblioteca do Exército, depois de ingressar na respeitável idade centenária, como o fez em janeiro de 1982, há de colocar-se cada vez mais a serviço dos ideais, dos valores e das necessidades da cultura brasileira entendida como expressão da inteligência e da criatividade do nosso povo, de que o Exército, por sua vez, tem sido, historicamente, uma projeção no plano da sua composição humana."*

Matéria extraída do Boletim Alusivo ao 115º aniversário de fundação da Biblioteca do Exército, de 17 de dezembro de 1996.

A "FÁBRICA PRESIDENTE VARGAS" EM PIQUETE

Piquete

As Origens

A História beneficia muitas cidades do Vale do Paraíba. Piquete é beneficiada pelo mistério. Da sua origem as cidades valeparaibanas possuem documentos; portanto, sua história é oficial. Documentada.

Piquete, como surgiu?

Observando o cenário no qual ela está incluída, os seus vales, morros e colinas de topos convexos, os aglomerados que se formaram distintamente, nos sopés de serras, nos fundos de vales e à margem de caminhos oficializados, permitem-nos aventar hipóteses, deduzir ideais e aquilatar motivos.

Um núcleo populacional se organizava com retornados desiludidos das buscas de ouro, quilombos escravos, produtores de roças de subsistência nos caminhos do comércio das tropas, e controladores do fisco nos registros.

Incorporada como bairro da 7ª Companhia de Ordenanças da Vila de Lorena, na

margem esquerda do Paraíba, foi com outros bairros, através do café, no século XIX, tributária das riquezas da célula-mãe e dos cofres do Império e, depois, da República. Mas, o café migrou para terras novas e mais ricas. O sobejo da riqueza deixou os morros pelados, o ânimo arrefecido e as vontades subjugadas ao destino e às benesses de outra dimensão.

A Emancipação

O ano de 1891 trouxe a emancipação da Vila Vieira do Piquete que, com essa denominação, começa sua história individualizada. O dia 15 de junho de 1891 assistia à instalação da Intendência e respectivo Conselho. O ato da emancipação datava de 7 de maio de 1891.

Para atender aos dispositivos legais, a Vila, denominação oficial do que depois designou-se município, deveria ter Casa da Câmara e Cadeia e recolhimentos de rendas que pudessem sustentar as necessidades das obras públicas, o pagamento dos salários da burocracia, e serviços sanitários.

Já em 25 de abril de 1892, reunido em sessão extraordinária, o Conselho de Intendência discute a

ocorrência de varíola, a necessidade de pagar visita médica e a indicação de que o Congresso do Estado “revogue o decreto que elevou esta localidade a categoria de Villa”. Aprovada pelos presentes significava a penúria para enfrentar tempos de epidemia e necessidades do erário sem recursos suficientes. As outras atas aparecem registrando penúrias, necessidades de conservação de caminhos, de pontes, de arruamentos e de modernização das construções, pela substituição das taipas por alvenaria, da palha por telhas de cerâmica, etc.

Nos dizeres de Teodoro Sampaio:¹ *Piquete estava “localizado em sítio cujo relevo não é dos mais favorecidos, não se distingue senão pelo aspecto da paisagem que o rodeia. Modestas casas ao longo de ruas tortuosas e desniveladas, que a pequena Igre-*

ja domina do alto de uma colina, algumas fazendas de risonha aparência com pastagens que vêm morrer à entrada do povoado, eis o que é o Piquete”. (visita realizada em 1893).

Emancipada, entra no século XX com suas dificuldades e pobreza. A Villa contava com aproximadamente 600 pessoas, distribuídas por 120 casas, das quais apenas 40 possuíam cobertura de telhas, e cujos 6 contos de réis anuais mal davam para pagar os empregados públicos indispensáveis, nada restando para as necessidades públicas.

Uma questão geopolítica e outra política

A pólvora era uma necessidade para a estabilidade do poder. A República se implantava enquanto a vila se emancipava. As questões de fronteira, principalmente no sul do País impunham a necessidade de forças armadas bem equipadas e preparadas. As guerras se sucediam e a auto-afirmação nacional requeria estratégias próprias e material bélico eficiente.

A questão política trazia, no seu bojo, a necessidade de implantação de partidos que pudessem dar, à novel

república, foros de liberalismo, aceitação internacional, força e equilíbrio interno e instituições basilares de alicerces sólidos.

No governo Campos Sales (1898-1902) articula-se, através do Ministro da Guerra, Marechal Mallet (João Nepomuceno Medeiros Mallet) a instalação de uma fábrica de pólvoras. A Diretoria Geral de Engenharia do Exército iniciou o projeto e saiu à busca de local apropriado. Direção: Vale do Paraíba, já evidenciado por localização geográfica favorável.

Os estudos tiveram seu trabalho concluído em 17 de dezembro de 1901, a partir de uma comissão que fora instalada em 16 de janeiro do mesmo ano. O Aviso nº 15, de 4 de fevereiro de 1902, dava conta da aprovação para construir a obra desejada.

A Fábrica

A Escolha do Local

O Barão da Bocaina, então no Rio de Janeiro, por articulações políticas, procurou pessoalmente o Ministro da Guerra e cedeu terrenos para a construção de um Sanatório Militar na área de São Francisco dos Campos, onde era proprietário. O

¹ Barão da Bocaina, promotor da viagem. Dela fizeram parte seu irmão, o Dr. José Vicente de Azevedo, e outros, como o Dr. J. V. Marcondes Romeiro, Dr. Braúlio Gomes (médico), o engenheiro Axel Frick e o artista Jules Martin. A viagem foi feita de trem a Lorena e daí, por troles, à fazenda do Campo, de onde partiu a caravana em animais de montaria, com destino a Piquete, continuando serra acima até São Francisco dos Campos, já em território mineiro (Os troles eram puxados por muare).

caminho estava se abrindo. Daí nasceu a possibilidade de a fábrica se instalar na direção dessas paragens.

A 11 de fevereiro de 1902, o Marechal Mallet, recepcionado em Lorena, veio em comitiva escolher o local apropriado para as instalações do Sanatório e da Fábrica.

Aí entrou em contato com os políticos locais, entre os quais se sobressaía o Tenente José Mariano Ribeiro da Silva, que o guiou em direção à Vila Vieira do Piquete, onde o recepcionou no Hotel Santa Cruz, de sua propriedade. Dali, rumaram para Lavrinhas, onde se determinou a construção do Sanatório e se escolheu a "Fazenda Benfica", em terras piquetenses para a instalação da Fábrica de Pólvoras.

As condições saudáveis, a riqueza das matas e das águas, e a natureza do relevo satisfaziam os ideais do projeto. Acompanhava esse plano a proposição de construção de um ramal férreo que, partindo de Lorena atingisse a região do Benfica, na raiz da serra, para os transportes necessários à obra.

Pequeno histórico

Construída a Fábrica, que incluía as aquisições

das fazendas "Sertão", "Estrella do Norte", e "Limeira" e acertadas as condições técnicas para seu funcionamento, a Fábrica de Pólvora sem Fumaça foi inaugurada a 15 de março de 1909. Estavam presentes ao ato o Presidente da República Dr. Afonso Augusto Moreira Pena, o Presidente do estado de São Paulo, Dr. Albuquerque Lins, o Ministro da Guerra, Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, o Ministro da Viação, Dr. Miguel Calmon, o Diretor da Engenharia, General Modestino Martins e o Almirante Alves da Câmara, além de representantes da Imprensa, oficiais e operários já contratados em serviços da Fábrica.

Contando inicialmente com os técnicos norte-americanos, da Cia. E. I. Dupont-Nemours, a fabricação da pólvora foi iniciada e, já no mês de setembro do ano da inauguração, o exército recebia o primeiro fornecimento.

Assim, inaugurada a 15 de março de 1909, a fábrica era a primeira do gênero, no Brasil e na América do Sul. A 3 de junho de 1936, passou a denominar-se Fábrica de Pólvoras e Explosivos de Piquete. Depois, na data de

25 de abril de 1939, o nome foi simplificado para Fábrica de Piquete e, em 8 de dezembro de 1942, seu nome foi mudado para Fábrica Presidente Vargas. Essa é a denominação que conserva até hoje.

Encontra-se incorporada atualmente ao Centro Industrial Bélico, constituído pela IMBEL (Indústria de Material Bélico do Brasil), cuja sede nacional se encontra na cidade de Piquete.²

A entrada da Fábrica de Pólvoras representou uma influência marcante na vida da pequena cidade. A presença militar foi de primordial importância nos destinos do município carente de todos os recursos.

À falta de serviços adequados de água e de luz, a Fábrica lhe cede as folgas de seus usos. De acordo

² O aviso de nº 200 expedido a 20 de novembro de 1974 pelo Ministro do Exército e enviado ao Presidente da República sugeria uma reformulação da política de produção de material bélico no Brasil. A sugestão estava baseada na necessidade de se criar uma empresa capaz de instalar, impulsionar e racionalizar um moderno parque fabril para articular a produção bélica já existente no país e, assim, modernizá-la tecnologicamente. O Presidente da República sancionou a Lei nº 6.227, de 14.07.1975 que criou a IMBEL. Esta, em 1976, pelo Decreto nº 77.066, de 21.01, incorporou os estabelecimentos fabris do Exército.

com a política governamental, particularmente nas gestões Vargas (1930/1945 e 1950/1954) ela recebe, através de militares conscientizados de suas necessidades, atendimentos básicos de infra-estrutura, moradias para os operários e funcionários burocráticos, além da Vila Militar, escolas primárias acadêmicas e profissionais, hospital, centro de saúde, farmácia, estádio de futebol e clubes recreativos.

A organização das escolas e seu funcionamento era um dos maiores orgulhos da cidade, e sua manutenção era garantida pelo DAE.³

O trabalho oferecido pela Fábrica atraiu mão-de-obra não só das cidades adjacentes, mas também das de origem mais afastada geograficamente seja de âmbito nacional como internacional. Vários imigrantes de procedência européia foram atraídos pela Fábrica, e entre eles, poloneses, húngaros, italianos e alemães, en-

quanto outros artesãos ou comerciantes encontravam, na dinâmica da produção fabril, mercado para suas atividades.

A cidade passou a crescer e dotar-se de infra-estrutura social e econômica e, desde então, sua história passou a ter como referência básica e fundamental a presença da fábrica e dos militares que a dirigiam, mantinham e faziam funcionar. Dessa forma, mesmo os atos públicos, civis e religiosos contavam com a chancela de suas presenças e apoio de suas benesses.

Fontes

CHAVES, Antonio Carlos M. – “A presença militar na Vila Vieira do Piquete – Fator de Crescimento e Desenvolvimento” – Arquivo Memória de Piquete – Piquete (SP) – 1996 – nº 17.

SAMPAIO, Teodoro – “Viagem à Serra da Mantiqueira, Campos do Jordão e São Francisco dos Campos” – Editora Brasiliense – São Paulo, 1978.

*Dóli de Castro Ferreira
Da Academia de
História Militar
Terrestre do Brasil.*

REGISTRO REGIONAL DE ARMAS

A Instrução Regional nº 2 (IR-2), de 25 de março de 1982, que regula a execução da Portaria Ministerial nº 1.261, de 17 de outubro de 1980, nas áreas sob a jurisdição das Regiões Militares, estabelece a atuação de comerciantes, órgãos de fiscalização e organizações policiais, na execução do controle da venda e posse de armas legalmente comercializadas. Ao Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados, regional, (SFPC/RM) cabe o controle quantitativo de armas adquiridas, depositadas e comercializadas; as Secretarias de Segurança Pública das unidades da Federação (SSP/UF) são responsáveis pelo registro das armas legalmente vendidas; e a Polícia Federal é a encarregada da implantação, em computador, do registro de todas as armas vendidas.

O controle é feito, basicamente, pela utilização de um instrumento relativamente simples: os Mapas Demonstrativos Mensais de Venda de Armas (MDMVA), confeccionados em 2 (duas) vias pelos co-

³ Departamento de Assistência Educacional, visitado e aplaudido pelo eminente pedagogo Lourenço Filho, um dos criadores da Escola Nova, cuja base de ação era a educação integral, e da qual a Fábrica valorizava e empreendia os métodos e as virtudes.

merciantes, conferidos pelo SFPC/RM e, posteriormente, remetidos às SSP/UF e à Polícia Federal, 1 (uma) para cada um.

A IR-2 foi elaborada dentro do espírito da descentralização da fiscalização, sem admitir a superposição de incumbências análogas, que norteia o Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105), aprovado pelo Decreto nº 55.649, de 28 de janeiro de 1965, redigido em pleno acordo com a realidade da época em que foi concebido.

Alguns fatos, entretanto, mostram a necessidade de se aperfeiçoar o mecanismo de controle atualmente em vigor. Entre eles, as frequentes consultas das SSP/UF e da própria DPF aos Comandos Regionais (Cmdo RM), solicitando informações quanto à propriedade de armas envolvidas em crimes ou contravenções; a falta de intercâmbio entre as organizações policiais em relação ao registro de armas nas UF; as irregularidades cometidas na aquisição de armas por civis, militares e pessoas jurídicas; e o aperfeiçoamento da microinformática, possibilitando a implementação de sistemas de controle mais

eficientes, descentralizados e de menor custo inicial.

Dentro de suas atribuições no controle e fiscalização, o SFPC/7, do Comando da 7ª Região Militar (7ª RM)/7ª Divisão de Exército (7ª DE) criou o "Registro Regional de Armas", arquivo computadorizado em que foram implantadas informações pertinentes a cada venda de arma no comércio legal, com a finalidade principal de dotar as SSP/UF de informações relativas a todos os registros de armas efetuados nos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, de modo a permitir o cumprimento do disposto na Portaria Ministerial 1.261.

O Registro Regional de Armas vem sendo executado no SFPC/7 desde dezembro de 1995, adotando-se as seguintes etapas:

1ª Etapa: O comerciante, após o encerramento do mês (por exemplo, fevereiro de 1996), elabora o MDMVA, entregando 2 (duas) vias e os formulários do registro das armas vendidas ao SFPC/7, até o dia 10 do mês posterior (no caso, 10 de março de 1996).

2ª Etapa: O SFPC/7 confere as informações do MDMVA com os formulários e, em seguida, implanta em microcomputador os seguintes dados, relativos a cada arma vendida pela firma: nome e identidade do adquirente; características da arma (espécie, marca, calibre e número); número do registro da arma no órgão policial competente; número do Certificado de Registro da firma vendadora; mês e ano da venda.

3ª Etapa: O SFPC/7 consolida, mensalmente, todas as armas constantes dos MDMVA em um único arquivo, que é remetido, então, às SSP/UF, as quais passarão a dispor das informações pertinentes a todas as armas vendidas nos quatro estados que compõem a área territorial da 7ª RM/7ª DE.

Pode-se imaginar uma 4ª Etapa, posterior, em que o SFPC/7, assim como todos os SFPC/RM, remeteria, também mensalmente, os dados para a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC), onde seriam consolidados num arquivo, e remetidos, a seguir, a todas as RM, encarregadas de repassar os dados para as SSP/UF. Assim, as

Polícias Cíveis Estaduais estariam de posse, em curto espaço de tempo, de informações referentes a todas as armas vendidas no país.

Nessa execução vêm-se empregando arquivos do tipo dbf, de fácil consulta, lidos em programas como DBASE e EXCEL, que ocupam pouco espaço de memória.

O custo na implantação desse registro para o SFPC/7 tem sido mínimo, basicamente 1 (um) homem e 1 (um) microcomputador a 4 (quatro) horas por dia útil, para um mercado de cerca de 1.000 (mil) armas vendidas por mês. Esse movimento, pequeno para os padrões de mercado dos estados das regiões Sul e Sudeste, é comparável ao verificado ao restante do País.

As firmas onde houver maior volume de vendas deverão necessariamente implantar as informações pertinentes a seu movimento em computador, a partir de modelos de arquivos previamente padronizados, entregando aos SFPC/RM os disquetes, o que simplifica-

rá a conferência das informações lançadas.

O Registro Regional de Armas tem uma concepção simples. Entretanto, vem trazendo vários benefícios desde sua implantação, como, por exemplo: o rápido acesso a informações relativas a adquirentes de armas; a melhoria no controle do comércio de armas, permitindo verificar irregularidades cometidas pelas firmas; a identificação de áreas de maior concentração de venda de armas; a quantificação da venda de armas por tipo, calibre e arma, o que permite verificar, por exemplo, o predomínio, no mercado da área da 7ª RM/7ª DE, da venda de armas de uma determinada fábrica e a baixa penetração de sua concorrente; o estreitamento do relacionamento dos órgãos policiais com o Ministério do Exército, etc.

Deste modo, com custo bastante reduzido para a Instituição, pode-se obter um controle mais efetivo na fiscalização do comércio de armas, provendo órgãos po-

liciais de informações necessárias à execução de atividades contra o contrabando de armas e a violência urbana, dotando o Departamento de Material Bélico (DMB) do Exército, ainda, de informações pertinentes ao estabelecimento de uma política nacional de controle de armas.

Evidentemente, não se trata de uma solução definitiva para os problemas relativos ao controle de armas. Sua execução demanda o estabelecimento de normas rígidas quanto a prazos de implantação e remessa de dados. Entre-tanto, sua simplicidade e economia de meios viabilizam sua execução, pelo menos até que todos os órgãos de fiscalização e organizações policiais estejam interligadas numa rede de computadores, algo semelhante ao concebido para o RENAVAM (Registro Nacional de Veículos Automotores).

Clóvis Eduardo Godoy Ilha
Capitão do Quadro de
Material Bélico.



GUERRILHA ANOS 90

Há no mínimo indícios, segundo a *Latin American News letter*, de que a insurgência armada não acabou na América Latina. A quase convicção parte da erupção de novo grupo guerrilheiro no México, em condições de atacar em várias frentes e de derrubar as bolsas mexicanas. Descontadas suspeitas pouco prováveis de participação de duros do próprio partido no poder desde 1929, para bloquear promessas de “abertura”, as ações executadas em seis pontos diferentes, perto da capital e junto a balneários turísticos que faturam seis bilhões de dólares por ano, são consideradas ameaças mais sérias do que o levante zapatista de janeiro de 1994.

O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) tem reduzido poder militar e luta contra o continuado aumento da pobreza, ou “contra o neoliberalismo”, como proclama, alicerçado sobretudo numa mobilização indígena sem precedentes, numa “consciência social”, e não em armas. Já o

Exército Popular Revolucionário (EPR) se dispõe a retomar a guerrilha urbana, tendo cumprido o ritual de retirar-se, depois de golpear, para refúgios nas cidades e arredores. “Não se sabe por quanto tempo”, escreveu um jornal mexicano, assumindo a sensação de que o país está sentado num barril de pólvora e dizendo que, em última instância, EPR e zapatistas se juntam num “quadro insurrecional”.

Um ex-alto funcionário do Departamento de Estado, John Irwin, acreditou ter decifrado um enigma que intrigava Washington. Por que no passado jovens das cidades subiram montanhas e se tornaram guerrilheiros? No começo da década de 60 os países latino-americanos cresciam e imaginavam chegar aos 80 com níveis europeus de desenvolvimento dos anos 60. A classe média invadiu as universidades e a massificação do conhecimento colocou na ordem do dia mazelas e injustiças. Essa “tomada de consciência”, convenceu-se Irwin, deflagrou a guerrilha em suas várias formas e cipoais ideológicos.

Como havia Guerra Fria, ela foi codificada como ins-

trumento soviético e não reação a injustiças. “A reforma agrária em Cuba é algo que se ajusta ao sentimento latino-americano”, alertava Chester Bowles, assessor de Kennedy, insatisfeito com ambiente “impregnado de contra-insurgência”, o fato de os Estados Unidos se intimidarem com reivindicações de mudanças “reais” e tratá-las como “ameaça comunista”. Bowles durou pouco no cargo e logo surgiram as doutrinas de segurança nacional, o Pentágono montou centros de treinamento de tropas de elite, para que enfrentassem “revolucionários criminosos”, e a guerrilha foi derrotada militarmente.

Não em definitivo, suspeita a *Latin American Newsletter*. A ampla presença do ERP na mídia americana (capa da *Newsweek*) mostra preocupações sérias. Como reagir, sem as equações da Guerra Fria? O *Washington Post* fala da “disseminada disparidade entre os ricos e pobres do México”, o que lembra Bowles e seus alertas dos anos 60, quando se instalaram guerrilhas ainda hoje com vitalidade na Colômbia e Guatemala, onde novo acordo de

paz depende da submissão dos militares ao poder civil. No Peru, o Sendero Luminoso, embora dado como moribundo, desloca unidades agora em operações, diz ele, para conquistar “mentes e corações” e não mais ganhar terreno aterrorizando.

Na Colômbia e Peru, as guerrilhas se mesclaram com narcotráfico. No México, aparentemente, não. Autoritarismo e desigualdades sociais seriam as razões de fundo, e por isso o caso do México, ao lado dos Estados Unidos, é o que mais preocupa. As democracias na América Latina darão respostas melhores do que as doutrinas de segurança nacional? É o que se pergunta.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 30.09.96, e assinada pelo jornalista Newton Carlos)

144

MERCOSUL MÁXIMO E MERCOSUL MÍNIMO

Desde a precursora Declaração de Iguazu, de 30 de novembro de 85, assinada pelos presidentes Alfonsín e Sarney, e a assinatura do

Tratado de Assunção, em 26 de março de 91, muita água passou pelo moinho. O *Pré-Mercosul de Dois* (Argentina-Brasil/1985-1990) transformou-se no Mercosul de Quatro (1991-1996) que, a partir da Cúpula de Fortaleza (27 de dezembro de 96) se constituirá de quatro membros plenos e dois associados (Chile e Bolívia).

Durante 1997, certamente, avançarão as negociações com os países integrantes do Pacto Andino (Peru, Equador, Colômbia e Venezuela) e é possível prever que, nesta mesma data do próximo ano, todos os países sul-americanos integrarão uma zona de livre comércio.

Antigas e novas perguntas começarão a sobrepor-se: quais são os limites da integração regional? É somente comercial? Inclui aspectos políticos, sociais e/ou culturais? Estende-se ao âmbito da segurança e da defesa? Requer instituições permanentes – com ou sem sede fixa? Precisa uma Corte de Justiça? É conveniente um Parlamento Regional pelo voto direto dos cidadãos? Há um “direito comunitário” que está acima das legislações nacionais? Este “direito comunitário” pode ser exercido de forma direta

pelos cidadãos? Em síntese, a que estamos nos referindo quando falamos em “integração” e quais são suas quotas máximas e mínimas para caracterizar este fenômeno com suas visões e nuances diferentes? É conveniente criar uma “supranacionalidade” superadora ou diferente do tradicional conceito de soberania nacional?

Para responder a estas perguntas básicas poderíamos começar recorrendo a um dicionário português-português e a outro espanhol-espanhol, para olharmos como explicam a palavra “integração” e o verbo “integrar”:

Integração: incorporação.

Integrar: tornar inteiro; tornar-se parte integrante; incorporar-se.

O significado é claro: só podem ser sujeitos ativos desta ação unidades diversas que, juntas, formam uma entidade nova. Quer dizer, quando falamos em integração estamos nos referindo à identidade diferente do todo e das partes (exemplo: o sistema solar e cada um dos planetas; a federação e/ou confederação e cada um dos seus estados membros; a União Européia e as nações

européias individualmente consideradas).

É interessante observar que, durante os 10 anos que precederam o Tratado de Roma (1948-1958), delinearam-se duas visões da futura tarefa da construção européia: a visão do francês Schumann que, já em 1948, convocava a construir os “Estados Unidos da Europa” (Europa máxima) e a do alemão Erhard que acreditava numa liberalização comercial regional só como um passo intermediário para a liberalização universal (Europa mínima).

Ambas as visões constituíram-se nas colunas que sustentaram o edifício da construção européia.

Um dado importante é que ambas as visões coincidiram em fundar uma “Comunidade” (Comunidade Econômica Européia), criar instituições permanentes (Conselho Europeu, Comissão Européia com sede permanente, Parlamento Europeu e Corte de Justiça) e propuseram-se a construir uma “União” (artigo 4º do Tratado de Roma).

As duas visões (máxima e mínima) têm coincidido durante 40 anos discutindo as funções, delegações de poder, especificidade comu-

nitária, sistemas de decisão, etc., mas, até o Reino Unido (maior porta-bandeira da Europa mínima) registra o nível máximo de interiorização e cumprimento da normativa comunitária aprovada pelos órgãos da União.

Saber rumo aonde marchamos não é uma abstração intelectual nem uma curiosidade mórbida, é uma responsabilidade de nossas classes políticas nacionais que não podem delegar e que devem conduzir o debate e dar-lhe a devida participação a cada uma de nossas cidadanias. O processo de integração já está influenciando e mudando nossa vida cotidiana, sem que muitos cidadãos percebam este fenômeno.

Para aqueles que pensam que o processo europeu e suas instituições não são aplicáveis a nossa região, a melhor resposta é que provavelmente tenham razão, e que a mais importante lição que temos que tirar da Europa para não cometer seu mais grave erro é não restringir a temática integradora a “elites lúcidas”, mas socializar o debate e fazer participar desde o início a maior parte de atores sociais possíveis.

O extraordinário do nosso processo é que, enquanto

presidentes, ministros e embaixadores nos reunimos em Fortaleza, organizações intermediárias de todo tipo, os povos de fronteira, homens e mulheres da cultura, políticos e sindicalistas, industriais, comerciantes e agricultores, juízes e advogados reúnem-se por conta própria, constituem-se em milhares de “Associações Mercosul”, protestam e comemoram suas coincidências e diferenças sem que ninguém lhes ordene, aprove ou lhes autorize esses encontros.

Sem que exista nenhuma decisão oficial, o risco de burocratização do Mercosul tem sido superado pela sociedade civil que, de forma crescente, exige-nos avançar na construção de um destino comum.

A meu ver, a pergunta “qual é o Mercosul mínimo e qual é o máximo?” já foi respondida: o mínimo é a zona de livre comércio sul-americana com sua agenda de liberalização progressiva de todo o comércio. O máximo, uma agenda sem teto que desenvolverão os países que assumam o desafio de tornarem-se membros plenos cuja profundidade e organização será ditada pela vontade soberana de cada

um dos povos que o integram e expressa por seus dirigentes democraticamente eleitos.

Essa nova “Soberania Ampliada” ou “Soberania Compartilhada” ou, finalmente, “Nação de Nações” será o resultado de nossa livre vontade comum. Para os que acreditamos em Deus, obrigado, Senhor, por termos dado a possibilidade de sermos atores de tamanha aventura.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 18.12.96, e assinada pelo Embaixador Argentino, Diego R. Guelar).

O MUNDO VISTO DE CINGAPURA

Quando eu tinha pouco mais de 20 anos, o primeiro astronauta russo, Gagárin, deu-nos a todos um instante de encantamento ao revelar que, vista de muito alto, a Terra era azul.

Foi como se o prosaico incolor de nossa vida de agitação e ansiedade, enegrecida e envenenada pela fuligem e poluição, de repente se transfigurasse em tudo aquilo que essa cor evoca: a pureza das estrelas, a bele-

za fria dos “montes e a paz que há neles, pois são longe”, a serenidade do profundo mar azul e o silêncio dos espaços infinitos.

Penso nisso ao mirar do 33º andar de um hotel desta cidade de plexiglass e aço inoxidável a torrente equatorial que se derrama sobre o porto de Cingapura.

Qual é a cor da Terra, vista deste país singular? Seguramente, não é o azul da meditação e da tranquilidade interior. Será, talvez, o cinza sujo do silicone, a cor da areia desta era de computadores e eletrônica, setor que representa 70% do valor das exportações locais.

É, quem sabe, a cor característica do mundo dos negócios e do comércio – ou melhor, a ausência de cor que compulsoriamente uniformiza o exército de executivos de roupa e pasta igual.

Faz dez anos mais ou menos, o professor Richard Rosecrance, da Universidade de Cornell, publicou um livro profético, “A Ascensão do Estado-Comerciante”. Nele se dizia que coexistiram, um ao lado do outro, dois sistemas internacionais. O primeiro era o dos países fiéis ao esquema tradicional dos Estados nacionais, empenhados no uso de meios

políticos e militares para se realizar por meio de uma base territorial e frequentemente em conflito por causa das fronteiras desse território. Os exemplares mais acabados desse tipo eram, na época, EUA e URSS.

Paralelamente, porém, vinha se criando um novo paradigma, encarnado no êxito da Alemanha e do Japão. Derrotadas na arena do sistema do passado, essas duas nações tinham criado um espaço novo para alcançar prosperidade para seus povos, por meio do sucesso comercial e do crescimento econômico.

Caso a URSS e seus seguidores se voltassem para a disputa econômica e não mais de ideologia e armas, o sistema internacional tenderia a se unificar. A competição não desapareceria entre os Estados, mas assumiria a forma menos destrutiva da concorrência comercial.

Uma década mais tarde, é interessante ver como muito da previsão se converteu em realidade.

Sem disparar um foguete, os EUA saíram vencedores do confronto no âmbito tradicional, em grande parte por terem sido, desde o início, os vitoriosos na cor-

rida econômica. Tornaram-se, assim, os mestres do jogo, tanto na arena político-estratégica como na econômico-comercial.

O outro lado jogou todas as fichas no poder dos armamentos nucleares e não podendo usá-los, sob pena de suicídio, acabou derrotado nos dois tabuleiros. Confirmou-se, uma vez mais, o que dizia Napoleão dos meios militares: "Pode-se fazer tudo com as baionetas, menos sentar-se em cima delas".

A China, mais perceptiva, já havia optado pelo caminho do comércio e se poupou, desse modo, do desastre humilhante do colapso e desagregação do seu vizinho e ex-correligionário.

O momento é, portanto, de nítido predomínio do sistema mercantil. Este não elimina por completo o outro – basta olhar para a Bósnia, o Zaire, as tensões asiáticas, China-Taiwan, Índia-Paquistão etc. –, mas o mantém, até agora, sob relativo controle e restrito a distante periferia, de onde os ecos das lutas não chegam a perturbar a euforia dos mercados internacionais.

A melhor encarnação do modelo de Rosecrance é esta cidade onde, apropriada-

mente, se celebram os ritos consagratórios da primeira reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), instituição-símbolo da globalização.

Ao separar-se traumatizadamente da antiga federação com a Malásia, em 1965, Cingapura viu-se em situação precária, da qual saiu graças à eficiência com que pôs em prática conselhos da missão da ONU chefiada pelo economista holandês que se tornou o principal assessor do governo até seu falecimento recente.

Tendo sido abruptamente amputada do seu "hinterland" natural, a nova entidade não teve outro recurso senão o de fazer do mundo o seu quintal.

Abriu-se sem restrições aos investimentos das transnacionais quando estas eram olhadas com desconfiança pela maioria dos países em desenvolvimento. Mais que opção, foi necessidade imposta pelas circunstâncias e caminho pouco seguido por economias de sucesso da Ásia.

Mais do que Hong Kong, em vias de reabsorção pela mãe China, Cingapura é a quintessência da organização estatal tornada possível pelo sistema mercantil da

globalização. Quase não tem território e muito pouco dos atributos ligados ao sistema dos Estados territoriais, como as Forças Armadas, por exemplo.

Mais do que o Japão, é como se fosse uma grande transnacional de 3 milhões de funcionários. Sua economia doméstica e seu comércio exterior são praticamente a mesma coisa. Sua visão nacional se confunde com os horizontes do planeta. É, de fato, o primeiro e talvez único exemplo de país inteiramente globalizado, que realizou, melhor do que os americanos, o programa do presidente Calvin Coolidge: "The business of the United States is business".

É natural, assim, que aqui se comece a discussão de um problema central do nosso tempo: o das fronteiras naturais do comércio. Num sistema de predomínio mercantil, no qual os bloqueios navais e desembarques de fuzileiros tendem a se tornar raros, é a grande tentação de utilizar o sistema de sanções comerciais da OMC para promover objetivos extracomerciais.

É o que se está vendo na tentativa de aplicar esse único sistema efetivo de sanções a temas como os padrões tra-

balhistas, os direitos humanos, o meio ambiente.

Caso não se defina quais são as fronteiras naturais e legítimas do sistema comercial, corre-se o risco de transformar a OMC em poderoso instrumento de governança global, em meio privilegiado de exercer, como diria o finado Michel Foucault, as funções de vigiar e punir em escala planetária.

É possível que para uma cidade-Estado mercantil como Cingapura o comércio não deva ter fronteira. Será, porém, que essa visão do mundo é desejável ou aceitável para países como a China, a Índia, a Rússia ou o Brasil?

(Reprodução de matéria publicada na Folha de São Paulo, edição de 14.12.1996, e assinada pelo diplomata Rubens Ricúpero, Secretário Geral da UNCTAD).

148

NOVO MODELO PARA O SETOR ELÉTRICO

O setor elétrico brasileiro instalou-se pela iniciativa de empresários privados nacionais, produzindo energia para suas fábricas, enquan-

to a iluminação pública era a gás. Desde o fim do século passado, passou por processo de desnacionalização, transferindo-se as concessões para grupos estrangeiros, sobretudo ingleses. Com o Código de Águas, na década de 30, limitaram-se os lucros e o sistema entrou em decadência, terminando por sua estatização, a partir da Hidrelétrica de São Francisco, a Cemig e Furnas. Tanto com os estrangeiros, como durante o período estatal, a eletricidade no Brasil foi fornecida eficazmente e é o serviço público com maior grau de atendimento domiciliar.

Essa eficácia talvez explique-se pelo fato de predominarem as hidrelétricas, com prazo de construção da ordem de cinco anos ou mais, o que exige cuidadoso planejamento setorial. Mas houve crises como, por exemplo, na década de 60, com o racionamento de energia, renunciando-se então a decadência das empresas de capital estrangeiro. E agora antevêm-se problemas sérios para o fim de século, pois as estatais reduziram drasticamente seus investimentos e a economia voltou a crescer. Também do lado da produtividade e da eficiência, há repa-

ros a fazer, pois a qualidade do serviço é hoje aquém do que se demanda nas grandes cidades e os custos além do razoável.

Qualquer setor precisa oxigenar-se e o elétrico não é exceção. O setor privado estrangeiro exauriu-se e deu-se a estatização. Agora, esse modelo também foi ultrapassado e cabe reformulá-lo. Em busca de soluções modernas, deve-se cotejar o que foi realizado em outros países, como a Inglaterra, o Chile e a Argentina, para citar os três mais evidentes. Mas nunca sem esquecer que as características brasileiras são especiais, a se destacar a predominância da hidreletricidade e o crescimento do consumo a taxas muito elevadas. Juntando-se isso tudo, é possível esboçar propostas inteligentes e o Ministério das Minas e Energia abraçou a tarefa, com a colaboração de consórcio de consultores estrangeiros e nacionais, misturando as culturas.

Cabe assinalar que o setor elétrico é heterogêneo em sua morfologia, pois a geração assemelha-se a uma atividade industrial e funciona muito bem dentro do modelo competitivo, enquanto a distribuição é típico serviço

público, com todas as características do monopólio natural. Esta deve – e assim prevê a Constituição – estar submetida ao Poder Público que a transfere para o setor privado, através do regime de concessão. No meio, entre elas, existe o sistema de transmissão que interliga a geração com a distribuição, mas também é vital para a racionalização e conseqüente economicidade. Esse sistema, no Brasil, é de particular relevância, a se considerar a predominância da hidreletricidade e a relevância em se otimizar a operação dos reservatórios de água.

Considerando-se essa prevalência das usinas hidrelétricas, os investimentos em geração são muito maiores e o prazo de maturação mais elevado. Por outro lado, as distâncias estão aumentando, quando se busca energia na Amazônia, ao lado de que se revelam os demais usos para a água e os aspectos ambientais. Um sistema hidrelétrico é bem mais completo que seu concorrente térmico, o qual serviu de base na montagem de modelos da maioria dos países que reformularam seu setor elétrico. Embora haja algumas semelhanças com o Canadá e a Noruega, ainda

assim o sistema brasileiro é *sui generis*, o que reforça a idéia de se associarem consultores estrangeiros e nacionais na sua reformulação.

O estudo em realização pelo governo está em fase adiantada e busca estabelecer o “marco regulatório” do setor elétrico brasileiro, sem o que, na medida em que o modelo em vigor está superado, cria-se grave risco de racionamento nos próximos cinco anos. Mas, dada a complexidade do problema, deve-se atrair a participação dos diversos agentes interessados, como empresas de engenharia e de construção civil, indústria de equipamentos, grandes consumidores, representantes de classe e de comunidades, investidores e entidades financeiras, além dos atuais concessionários. O novo modelo deve ser definitivo, pelo menos por algumas décadas, contemplando as necessidades da sociedade civil, dentro de autêntico processo democrático.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 06.12.96 e assinada por Luiz Oswaldo Norris Aranha, Presidente da Associação Brasileira de Engenheiros Eletricistas, ex-presidente da Light)

CHAVE DO SUCESSO

Não mereceu a devida atenção a entrada em vigor, dia 1º de outubro, do Acordo de Associação do Chile ao Mercosul, vinculando ao Tratado de Assunção a mais dinâmica economia da região do ponto de vista do comércio exterior. Trata-se de marco decisivo no processo de integração econômica e de estabilização política da América do Sul.

Do ponto de vista estritamente econômico, as exportações chilenas de manufaturas para o Mercosul vivem um autêntico *boom*: se o bloco absorvia 27% delas em 1990, três anos depois atingia os 41%. O mercado chileno também é significativo. Em 1995, chegava perto dos US\$4,5 bilhões, o equivalente a cerca de um terço do intercâmbio total dos quatro países-membros originais.

Do ponto de vista geoestratégico, o posicionamento diplomático e comercial do Chile em relação à Bacia do Pacífico é decisivo para a projeção dos países do Mercosul em direção às economias da mais dinâmica região do mundo. Do ângu-

lo político, acelera-se a integração supranacional no continente, visando à maximização das vantagens comparativas em escala regional e à inserção nos mercados internacionais.

A aproximação entre Brasil e Argentina, que passaram de inimigos a rivais, de rivais a aliados e de aliados a sócios, reproduz a reconciliação histórica entre a França e a Alemanha, depois de duas guerras mundiais. A reconciliação serviu de ponto de partida para o Mercado Comum Europeu que é hoje a União Européia com 15 países-membros.

De grande alcance é o reforço do poder estabilizador do Mercosul na política regional, já patenteado por ocasião da crise paraguaia de abril, que levou à inclusão, no Tratado de Assunção, de cláusula declarando a democracia ingrediente essencial à adesão ao bloco. A associação de Santiago ao pacto antigolpe só pode revigorar a democracia no hemisfério. As candidaturas da Bolívia e da Venezuela, já formalizadas, ampliam sobremaneira o alcance desse compromisso.

Por ter taxas aduaneiras comparativamente mais baixas e uniformes que as dos

integrantes iniciais do Mercosul, o Chile preferiu não se candidatar a sócio pleno, escolhendo associar-se na base de um "regionalismo aberto". A opção é reveladora do caráter pragmático do Mercosul. Há mais. Em consequência das reformas necessárias à implementação plena do Mercosul, como a aprovação de leis sobre propriedade industrial, rebaixamento de tarifas externas, privatizações, harmonização das legislações nacionais, um dos principais resultados será tornar irreversíveis as reformas estruturais nos países da região.

Ou seja, com o aperfeiçoamento do Mercosul, torna-se menos provável a recaída em modelos de distributivismo populista, eivado de protecionismo e corporativismo. Desfaz-se o fantasma da economia autárquica, esvai-se a superstição de que a abertura econômica é nociva aos interesses nacionais. No Brasil, entre 1986 e 1990, a produtividade industrial cresceu 1,4% ao ano, enquanto nos anos da abertura, de 1990 a 1995, o índice foi de 7,6% ao ano.

O Mercosul é uma das chaves da sustentabilidade

do crescimento econômico e da estabilidade política do continente.

(Reprodução de editorial do Jornal do Brasil, edição de 06.10.96)

A REINVENÇÃO DO ESTADO

Nos anos 50, o grande desafio brasileiro era o desenvolvimento. Encurtar a distância que nos separava dos países industrializados. As atuais gerações mal podem fazer uma idéia do que isso queria dizer. A República Velha mantivera o país "essencialmente agrícola", repartido entre oligarquias locais, enquanto as elites achavam que, com quinino para a maleita, formicida para a saúva, e alguma instrução, o Jeca Tatu viraria civilizado, e o gigante adormecido acordaria, impávido colosso, do seu berço esplêndido.

Getúlio Vargas, chegando com a Revolução de 1930, não foi além da sua época. Autoritário, via no Estado o regulador de todas as faces da vida social e o adjudicador último dos conflitos de interesses. Influenciado pelo fascismo, promulgou uma legis-

lação trabalhista e sindical corporativista, e alimentou um nacionalismo próximo da xenofobia e da idéia de autarquia econômica. Foi, a seu modo, um modernizador. Deixou um bom serviço público (que o clientelismo político depois mutilaria). Com a cooperação americana, fez os primeiros inventários realísticos das carências e recursos do país, e procurou criar indústrias de base, das quais a siderúrgica se tornou um símbolo popular.

Mas a concepção getuliana já trazia embutida a obsolescência predefinida pela concepção do Estado. Claro que o mundo era então muito diferente de hoje. De 1914 a 1946, gerações inteiras foram sacrificadas por duas guerras terríveis, pela proliferação do fenômeno novo do totalitarismo e pela instabilidade econômica que degeneraria, em 1930, na Grande Depressão. Esta destruiu um século de ordem internacional e pareceu preannunciar o fim da economia de mercado. Nesse tempo, os regimes políticos, aqui e alhures, estavam estalando nos seus pontos mais fracos. O totalitarismo soviético e o fascista haviam imposto a supremacia absoluta do Estado, e nesse ambiente de to-

dos inimigos de todos, não se achava mais lugar para o indivíduo, para as franquias políticas e para as liberdades civis.

Mal saídos da Era Vargas, nossos políticos optaram por uma extensa, mas superficial democratização, e voltaram às suas querelas de sempre, sem uma revisão séria da herança do Estado Novo. Começávamos a nova vida sem novas idéias. Mas dos debates de um grupo de rapazes, que se reuniam no "Grupo de Itatiaia", no Ibesp e no Iseb para pensar sobre o Brasil, surgiria uma provocante tomada de consciência, que viria a ser a principal fonte teórica do "desenvolvimentismo" de Juscelino Kubitschek. A fórmula desenvolvimentista vinha na hora certa, e seu sucesso a prolongaria muito além do seu limite de validade. Era (e ainda é) o sonho de todo político com grandes ambições. Mas, contaminada por um corporativismo estatizante pseudo-esquerdista tardio – quando o mundo há muito já estava jogando no lixo os seus "socialismos" – e desatualizado pelo processo de "globalização" da economia mundial, que se iniciara na década de 70, tem hoje o ingrato destino das idéias desnecessárias.

Quando o país voltou à plenitude democrática, em 1985, viu-se outra vez, como em 1945, diante de um monte de problemas e de um vácuo de idéias, engasgado com noções obsoletas. Era como se voltássemos ao flogístico, na física, ou à teoria dos miasmas, na medicina. Aplicamos os gabaritos mentais da máquina a vapor e telégrafo Morse ao avião a jato, à eletrônica e à energia nuclear. A Constituinte de 1988, à maneira de uma velha prostituta que tenta enganar a idade rebocando-se toda com batom, fez o Estado brasileiro ressurgir já velho e caduco, mesmo por comparação com 1946, e menos competente do que o regime de Getúlio. O Estado é o estado a que chegamos, como dizia o Aporelli.

Fernando Henrique teve uma dessas raras oportunidades históricas em que tudo se conjuga: o momento, o contexto, as possibilidades materiais, e a biografia do protagonista. Sua plataforma eleitoral constituiu um projeto racional, que as urnas endossariam. Era um ponto de partida para o necessário reequacionamento do Estado brasileiro. E o Congresso, nem sempre amável com presidentes que

chegam com uma base partidária fraca (como foi o caso dos três eleitos diretamente nos últimos 30 anos – Jânio, Collor e o próprio Fernando Henrique), mostrou-se bastante bem disposto.

O governo revelou porém uma surpreendente capacidade de perder tempo e de tropeçar nas próprias pernas. Boniteza de discurso e pouca clareza de ação. Salvo pela continuidade do esforço antiinflacionário – sem dúvida uma prioridade correta –, não se avançou muito além de um “bandeide” fiscal (em que FHC incompreensivelmente vetou dispositivos destinados a defender o cidadão contribuinte contra violências exatórias).

Fala-se, nos subterrâneos corporativos, em acabar com o sigilo bancário. Isso, neste país de “grampos” impunes, é o mais poderoso instrumento de intimidação política que se poderia pôr nas mãos de qualquer governo. Da reforma da Previdência, estamos mais longe do que há um ano – e mais perto da crise. FHC perdeu autoridade para disciplinar gastos públicos de estatais, Estados e municípios, ao conceder ao colega tucano, Mário Covas, o pri-

vilégio de pagar dívidas com ativos não rentáveis. É estranho que o Estado mais rico do país seja um grande protagonista da “cultura do calote”.

É certo que a estabilidade da moeda se firmou como vontade popular, e nenhum político arriscaria provocar uma recaída. Acabou a demagogia anti-FMI e todo o velho besteirol. Sem assunto, o PT sobrevive de alcaçuetismo. Mas o grande desafio contemporâneo é repensar o Estado e as formas políticas que o ligam à sociedade.

O mal-estar que se observa hoje nas grandes democracias não é coincidência. As pessoas passaram a se perguntar se o que lhes custa o Estado é compensado pelos benefícios que traz. Ninguém mais aceita submeter-se passivamente a uma intransitiva “volonté générale” ... Rousseau. O próprio papel do Estado nacional está sendo reexaminado, e em alguns países foi inevitável a fragmentação.

O Estado, no Brasil, está à beira de uma falência geral dos órgãos. Para o público, tudo o que a ele se liga parece suspeito ou arbitrário. A principal franquia democrática – o controle dos

gastos públicos – tornou-se pura ficção. E porque não há mais de onde tirar, este grande país está preso no círculo vicioso das taxas de juros punitivos, do câmbio sobrevalorizado (não compensado por medidas estruturais de redução do “custo Brasil”). Isso inviabiliza surtos de desenvolvimento como o do “milagre brasileiro” do da década dos 60 e o do “milagre asiático” de hoje.

A esperança que nos resta é um choque de liberalismo, através de desregulamentação, de privatização. Governo pequeno, impostos baixos, liberdade empresarial, respeito ao direito de propriedade, fidelidade aos contratos, abertura aos capitais estrangeiros, prioridade para a educação básica – eis as características do Estado desejável: o Estado jardineiro. Este cria ambiente para que as plantas floresçam, ao invés de amarfanhar os canteiros com falsas carícias do Estado Bab, os agressivos andaimes do Estado empregado...

(Reprodução de matéria publicada na

Folha de São Paulo,
edição de 18.08.96,

e assinada pelo Deputado
Roberto Campos)

BIODIVERSIDADE: INTERESSE NACIONAL

Praticamente nula há 20 anos, já existe hoje no Brasil alguma consciência ecológica, por ora restrita aos aspectos de maior evidência e impacto sobre a vida econômica, a segurança ambiental e o lazer, como o desmatamento, a poluição, a desertificação e a mudança de clima. Pouco se fala da diversidade biológica; talvez porque se trata de assunto complexo, menos compreensível para a sociedade em geral.

Pouco se fala e pouco se faz para conhecê-la, controlá-la e protegê-la. Limitamos a umas tantas medidas como algumas restrições à caça, ao cativeiro, ao corte de certas espécies de árvores e ao uso do solo, tudo rotineiramente violado, mas a maior parte da biodiversidade é quase desconhecida e órfã de cuidados. Mesmo no trato do desmatamento, da desertificação e da poluição, nos restringimos às consequências mais sensíveis; pouca atenção é dada ao destino das espécies atingidas mas pouco conhecidas e às relações críticas entre recursos genéticos,

equilíbrio dos ecossistemas e o meio ambiente vulnerável à ruptura daquelas relações que conhecemos mal.

Em suma: quase nada sabemos sobre os aspectos menos evidentes da biodiversidade brasileira e, consequência natural do desconhecimento, pouco fazemos para protegê-la e para aproveitar seu potencial de utilidade, promissor na medicina (área vez por outra objeto de atenção), na agricultura (idem) e na preservação de acidentes ambientais. Ressalvados (mais ou menos...) os países mais desenvolvidos, onde a biodiversidade já foi muito comprometida. O resto do mundo não está melhor, só que nosso problema (conhecer, controlar/proteger e usar racionalmente) é grave em razão da grandeza da biodiversidade brasileira; nosso problema e nossa responsabilidade porque o mundo, beneficiário ou vítima do que acontecer com ela, não lhe é indiferente.

A biodiversidade e seu complemento tecnológico, a biotecnologia, constituirão importantes fatores estratégicos do século 21, acima dos geopolíticos e geoecônômicos do passado. É curioso: há quem receie que a

privatização da Vale prejudique nosso controle sobre minérios que já não controlamos porque, abundantes e em oferta, dependem do mercado globalizado. Mas, despreocupados na apatia da ignorância e da ausência de apelo político, aparentemente não receamos as consequências negativas do descaso com a biodiversidade, a biotecnologia e a destruição de recursos genéticos que causam menos sensação do que o mogno e o mico-leão-dourado, que *ouriçam* ambientalistas indiferentes às milhares de espécies menos conhecidas.

Conhecer, controlar/proteger a biodiversidade e desenvolver a biotecnologia serão, daqui para a frente, assuntos de interesse estratégico e até mesmo de segurança nacional, na medida em que o conceito de segurança se estenda à alimentação, à saúde, à segurança ambiental e ao resguardo das vantagens proporcionadas por nossos recursos genéticos. Vantagens já ameaçadas pela fragilidade de nossa capacidade legal e prática para proteger os recursos, tanto da destruição como da biopirataria (parece que não nos bastou o exemplo da borracha...). Se-

rão mais do que alguns recursos clássicos, dia-a-dia menos estratégicos, instrumentos críticos na inserção do Brasil na globalização em curso.

Precisamos evitar que o Brasil venha a ser um mero usuário pagante da inteligência desenvolvida a partir de recursos genéticos que a história adjudicou à jurisdição brasileira – não apenas vegetais e animais: já existem notícias de interesse (será ele ético?) pelos gens de alguns povos indígenas! E para isto pouco vale a retórica ufanista do tipo “a Amazônia é nossa”, que se esvaíra no tempo se não for desenvolvido o conhecimento, o controle/proteção (contra a destruição e a evasão) e a tecnologia pertinentes aos recursos genéticos. Nesse contexto, é triste observar que os bombardeios sofridos pelo SIVAM, projetado para ser instrumento de controle/proteção abrangente da Amazônia, prejudicaram a defesa de nossa biodiversidade.

O tema é capaz de produzir tensões internacionais em questões sobre meio ambiente e recursos naturais, principalmente genéticos, crescentemente globalizadas e parâmetros da or-

dem mundial em gestação. A biodiversidade brasileira é simultaneamente um importante interesse estratégico nacional e uma responsabilidade brasileira perante o mundo. Precisamos conhecê-la, controlá-la, protegê-la e usá-la com racionalidade, engajando nela as organizações públicas e privadas adequadas, pois, do contrário, mais dia, menos dia, teremos que aceitar a atuação externa, em nome do direito da humanidade.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 12.12.96, e assinada pelo Almirante-de-Esquadra Mário Cesar Flores).

A PAZ NA AMÉRICA DO SUL

Em 1985, há apenas 10 anos, o panorama sul-americano era verdadeiramente sombrio. Todos os países da região tinham “hipóteses de guerra” ativas entre si ou, pelo menos, graves tensões.

A Argentina com o Brasil; Argentina com o Chile; Bolívia com Paraguai; Bolívia com o Chile; Bolívia com o Peru; Peru com o Equador; Equador com a

Colômbia; Colômbia com a Venezuela; Venezuela com o Brasil... Uma “balcanização” quase perfeita.

Naquele momento, em 1985, a decisão histórica dos presidentes José Sarney, do Brasil, e Raúl Alfonsín, da Argentina, mudaram o rumo da história. Com a Declaração de Iguazu, assinada em 30 de novembro de 1985, na cidade de Foz do Iguazu, entre a Argentina e o Brasil, abandonou-se o caminho do conflito para transitar o caminho da associação. Daí, chegou-se, aceleradamente, ao Tratado de Assunção, assinado em 26 de março de 1991, onde se criara o Mercosul, junto com o Uruguai e o Paraguai.

Como uma avalanche, foram se sucedendo (com raras exceções) acordos que distenderam toda a América do Sul, levando-a rumo a uma situação de paz e estabilidade, tanto política quanto econômica; assim como a um crescimento estável de, aproximadamente, 3% ao ano.

Em 1991, chegou-lhes o turno aos presidentes Fernando Collor, do Brasil, e Carlos Menem, da Argentina, os quais, com o Acordo de Cooperação Nuclear Bilateral, além do Acordo

Quadripartito, subscrito entre os dois países junto com a Abacc (Agência Brasileiro-Argentina de Controle e Contabilidade) e a OIEA (Organização Internacional de Energia Atômica), em 3 de dezembro de 1991, garantiram a absoluta desnuclearização militar da região.

Por último, em 1996, os presidentes Fernando Henrique Cardoso e Carlos Menem dão um passo de extraordinária projeção: a institucionalização do diálogo no campo da Defesa.

O que isso significa?

Durante os últimos 10 anos, as três Forças Armadas (Exército, Aeronáutica e Marinha) de cada país vinham desenvolvendo uma crescente “cooperação horizontal”: exercícios conjuntos; intercâmbio de estudantes e professores das Escolas de Guerra; transparência em matéria de inteligência etc.

Nesse contexto devem-se emoldurar os exercícios militares conjuntos Operação Cruzeiro do Sul, realizados em Monte Caseros, na província argentina de Corrientes, entre 12 e 18 de outubro último; os exercícios navais Fraterno, de 14 a 24 de novembro; as operações de superfície e aéreas, entre

as Armadas do Brasil e da Argentina, e o operativo anual Araex IV (de 8 a 14 de novembro), que se vem realizando desde 1993, e durante o qual, no porta-aviões *Minas Gerais*, da Marinha do Brasil, operam aviões Superetandard da Armada Argentina, produzindo-se um fato inédito de cooperação bilateral nessa área, pelo segundo ano consecutivo.

A conclusão a que se chegou este ano é de que a Fase I da integração no campo da Defesa estava concluída: a cooperação entre as Forças é ótima e a confiança entre elas, absoluta. Em uma palavra, não há “hipóteses de conflito”. O presidente Fernando Henrique Cardoso oficializou essa situação ao anunciar a nova Política de Defesa Nacional brasileira, em seu discurso do dia 26 de novembro passado.

Podemos, então, entrar na Fase II, ou seja, o “pensamento conjunto de defesa” e a complementação das nossas Forças Armadas.

Cabe destacar que a Fase III desse processo – hoje ainda prematura – é a conformação de um Comando Militar Conjunto.

A consolidação de um acordo estratégico de paz

entre a Argentina e o Brasil não é somente uma garantia de paz para os povos das nossas duas nações, e sim uma poderosa arma dissuasória perante qualquer possibilidade de aventura bélica ou desestabilizadora na região.

Um elemento importante a se ter em conta é a mais absoluta renúncia a jogar qualquer papel intervencionista; pelo contrário, tem-se ratificado a vocação de cooperação e a integração nesse campo com todos e com cada um dos nossos vizinhos, podendo verificar-se o notável avanço produzido nas relações hemisféricas durante a última II Conferência dos Ministros de Defesa do Continente Americano, que se realizou na cidade argentina de San Carlos de Bariloche entre os dias 7 e 9 de outubro de 1996.

O destacar desses avanços serve para revalorizar a projeção futura do Mercosul como uma Zona de Paz e de Integração e não somente como uma Zona de Livre Comércio. Os êxitos comerciais alcançados na América do Sul e, particularmente, os do Mercosul (que cada vez mais se transforma num produto sul-americano) são

um instrumento que mostra a viabilidade e a conveniência de trabalharmos juntos para alcançar, uma vez alcançadas a paz e a estabilidade econômica e política, o objetivo central dos nossos governos: o bem-estar da nossa gente e a necessária justiça social, sem os quais nossas nascentes democracias estariam condenadas à fragilidade perpétua.

(Reprodução de artigo publicado no Jornal do Brasil, edição de 04.12.96, e assinado pelo Embaixador da Argentina no Brasil, Diego Ramiro Guelar)

RUMO AO PÓS-CAPITALISMO

O mundo inteiro registrou a queda do Muro de Berlim e o fim do socialismo de Estado, mas poucos perceberam que também o capitalismo está com os dias contados e vem sofrendo de maneira silenciosa profundas mutações. O fato insofismável é que os padrões de produção e consumo que marcaram a sociedade industrial estão em colapso, e por uma razão: esses padrões são ética e ambientalmente insustentáveis. Se tentarmos genera-

lizar para todo o planeta as formas de sobrevivência diminuirão a tal ponto que caminharemos para a catástrofe.

A racionalidade econômica do capitalismo calcado no consumo cada vez mais veloz, menos durável e mais supérfluo, e ameaçando o meio ambiente em que vivemos, é a espada de Dâmocles que pende sobre a civilização industrial neste final de século. Fabricamos carros futuristas que atingem velocidades mirabolantes mas que, na prática, ficam presos a 10 quilômetros por hora no trânsito caótico das grandes cidades. Inventamos novos computadores, e novas gerações de *software* se sucedem de tal forma que comprometem a própria memória pessoal e pública. Nosso tempo é marcado por legiões que vagam por um continente inteiro sem alimento e água, enquanto em outro jazem montanhas de *laptops* sofisticados, porém ultrapassados, em cemitérios tecnológicos.

As mesmas nações ricas que produzem os automóveis possantes e futuristas buscam mercados consumidores, especialmente os da China. Ao mesmo tempo,

morrem de medo de que cada chinês adquira o seu carro, pois a ciência já decretou que o aquecimento da atmosfera terrestre em decorrência do aumento de emissões de gases poluentes terá consequências desastrosas em escala global.

Em nome de quem ou de quê, pois, existe a racionalidade econômica? A quem serve o progresso? Essas perguntas ressurgem no limiar do milênio, quando se proclama a morte do marxismo e o fim da História. Em benefício de quem é procurada a eficácia tecnológica? Do lucro? Da satisfação individual? Ou da vantagem coletiva?

O desenvolvimento das relações de mercado tornou necessária a procura de um ganho máximo e da otimização tecnológica, mas na realidade o seu resultado é a obsolescência programada. Como lidar com tantos dejetos? O consumo é o objetivo supremo do capitalismo, e o cálculo utilitário, econômico e racional parece ter-se tornado o modelo dominante das relações sociais, ou totalmente individualistas e atomizadas ou padronizadas ao extremo, destruindo as identidades. A economia

tende a confundir quantidade de utilidade e quantidade de objetos de consumo. A satisfação máxima é obtida pela quantidade máxima de bens e de serviços. O bem-estar e a felicidade se reduzem ao "possuir" e ao "consumir".

No entanto, mais do que nunca, o problema da racionalidade econômica, em seu nível mais complexo, extrapola a ciência econômica. Se quisermos que este seja o *turning point* rumo a uma nova revolução, a revolução ambiental, teremos de efetivamente buscar novos valores de conduta, valores éticos e verdadeiros, e novos

critérios que pautem produção e consumo.

O capítulo quarto da Agenda 21 é o mais desafiante e difícil, pois aborda as mudanças inadiáveis a serem introduzidas. Encontros internacionais vêm sendo realizados para discutir o tema: Cambridge, Oslo, Zeist (Holanda) e Seul. País-anfitrião da Rio-92 e da Rio+5, que em março avaliará os avanços e retrocessos nos cinco anos desde a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, o Brasil se candidata também a liderar essa discussão vital para o futuro das relações Norte-Sul. O *workshop* Bra-

sil-Noruega sobre produção e consumo que se realiza no decorrer desta semana em Brasília, iniciativa dos ministérios do Meio Ambiente dos dois países, oferece uma oportunidade para aprofundar a discussão e apontar soluções com a parceria de organizações não-governamentais, da comunidade científica e do empresariado.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 25.11.96, e assinada pela Secretária-Executiva do Ministério do Meio-Ambiente, Aspásia Camargo)



Na primeira edição de cada ano, estaremos publicando, a partir de agora, o Índice Remissivo, por títulos e por autores, do ano editorial anterior. Concomitantemente, para publicação em separata, começamos a preparar igual Índice desde Ano I, com o objetivo de facilitar a integração de A Defesa Nacional ao Sistema Bibliex (SISIBLI) e posterior acesso à Rede INTERNET.

ANO LXXXII (OUT 1995 a SET 1996)

TÍTULOS

- ÁLCOOL COMBUSTÍVEL E MEIO AMBIENTE – Cavalcanti, Sandra, nº 771, p. 153 e 154
- ALDEIA GLOBAL OU CLUBE DOS RICOS? – Ricúpero, Rubens, nº 772, p. 153 e 154
- ALEMÃES PRISIONEIRO DE GUERRA NO BRASIL DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL – Bento, Cláudio Moreira, nº 770, p. 151 a 160
- ANISTIA, AS FORÇAS ARMADAS, O REVANCHISMO, A – Castro, Sebastião José Ramos de, nº 772, p. 126 a 128
- ANTECEDENTES DA QUESTÃO DO CHACO, A GUERRA E O DIREITO DE NEUTRALIDADE DO BRASIL, OS – Barros, Jayme de, nº 770, p. 119 a 136
- APLICAÇÃO DO SISTEMA DE INSTRUÇÃO MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO (SIMEB), ESTÍMULO À MENTALIDADE PRÁTICA, A – Gomes, Carlos Alberto da Costa, nº 773, p. 85 a 98
- APROPRIAÇÃO DA INOCÊNCIA, A – Utzeri, Fritz, nº 772, p. 158
- ASSASSINATO DA ALMA RUSSA – Ramos, José Saulo Ferreira, nº 771, p. 155 a 157
- AVENTURA DE ALTO RISCO – Flores, Mário Cesar, nº 773, p. 136 e 137
- BATALHA DE MOSCOU – Neuzorov, Bóris, nº 770, p. 178 a 180
- BATALHÃO ANGOLA: PREPARAÇÃO E EMBARQUE – Filho, Racine Bezerra Lima; Neto, Manuel Lopes de Lima e Neto, Fernando Augusto Pereira, nº 773, p. 57 a 66
- BIOMASSA, A OPÇÃO ESTRATÉGICA – Santos, Jorge Calvário dos, nº 771, p. 129 a 132
- BOLÍVIA: PREDESTINAÇÃO GEOPOLÍTICA – Castro, Therezinha de, nº 772, p. 31 a 45
- BRASIL E AS OPERAÇÕES DE PAZ, O – Carvalho, Luiz Paulo Macedo, nº 771, p. 33 a 43
- BRASIL E O CONFLITO PERUANO-EQUATORIANO, O – Mariz, Vasco, nº 770, p. 165 a 170
- BRASILEIRO EM AYACUCHO, UM – Leal, Joaquim Ponce, nº 772, p. 95 a 102
- BRIGADEIRO RAFAEL PINTO BANDEIRA (1740-1793) – Bento, Claudio Moreira, nº 773, p. 107 a 115
- BURACO NEGRO NO MERCOSUL – Jorge, Miguel, nº 772, p. 148
- CANABARRO, FILHO ADOTIVO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO – Bento, Claudio Moreira, nº 772, p. 133 e 134
- CARÁTER E A FIGURA DE TIRADENTES, O – Reis, Taunay Drummond Coelho dos, nº 772, p. 125 e 126
- CENÁRIO ESG – Rotberg, Mário, nº 773, p. 47 a 55
- COMUNICAÇÃO SOCIAL NO EXÉRCITO, A – Carmo, Leandro Acácio Esvael do, nº 770, p. 35 a 42
- CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO E A REPRESENTAÇÃO PARA DECLARAÇÃO DE INDIGNIDADE, O – Reis, Everaldo de Oliveira, nº 773, p. 37 a 45
- CONSELHOS DE D. PEDRO II À PRINCESA ISABEL, OS – Castro, Sebastião José Ramos de – nº 773, p. 120 a 122

- CONTRADIÇÕES DA IMPRENSA – Franco, Carlos Roberto Di, nº 770, p. 191 e 192
- CORDA BAMBA, A – (*), nº 770, p. 186 e 187
- CRISES: PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA GESTÃO – Burnier, João Paulo, e Nascimento, Luiz Cláudio Del Nero Chagas do, nº 772, p. 103 a 124
- CURIOSIDADE HISTÓRICA DA GUERRA DO PARAGUAI, UMA – Fernandes, Paulo Mendes, nº 773, p. 124 e 125
- DA AÇÃO MONITÓRIA – Friede, R. Reis, nº 772, p. 134 a 137
- DEFESA NACIONAL – Silva, Roberto Pereira da, nº 770, p. 162 a 165
- DEMOCRACIA DIRETA – Rotberg, Mário, nº 771, p. 75 a 94
- DESAFIOS COMUNS – Costa, Maurício E. Cortes, nº 772, p. 155 e 156
- DE VILÃO A HERÓI – Passarinho, Jarbas, nº 773, p. 148 e 149
- DIREITO ALTERNATIVO SOB AS ÓTICAS FILOSÓFICA E JURÍDICA – Friede, R. Reis, nº 771, p. 132 a 135
- DISCIPLINA VERSUS OBEDIÊNCIA – Almeida, Nelson do Ó de, nº 773, p. 118
- DOM JOÃO II, CONSTRUTOR DO IMPÉRIO LUSÍADA E ARQUITETO DO BRASIL – Cozza, Dino Willy, nº 772, p. 131 a 133
- EDITORIAL (Duas Efemérides por pouco Esquecidas) – (*), nº 770, p. 01
- EDITORIAL (ONU 50 ANOS) – (*), nº 771, p. 01 e 02
- EDITORIAL (A Primeira Missa) – (*), nº 772, p. 01 e 02
- EDITORIAL (O Hábito da Leitura) – (*), nº 773, p. 01 e 02
- EMPREGO DE GRUPAMENTOS OPERATIVOS DE FUZILEIROS NAVAIS EM CONFLITOS DE BAIXA INTENSIDADE, O – Ferreira, Gil Cordeiro Dias, nº 770, p. 43 a 50
- ESAO E OS SEUS CAPITÃES NOS PRIMEIROS 75 ANOS, A – Correia Neto, Jonas de Moraes, nº 770, p. 143 a 150
- ESCOLHA ESTRATÉGICA – (*), nº 771, p. 149 e 150
- ESTRATÉGIA: SEU DESDOBRAMENTO NO ESPAÇO E NO TEMPO, A – Mattos, Carlos de Meira, nº 770, p. 137 a 142
- EXÉRCITO BRASILEIRO E OS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: UM RELACIONAMENTO A SER OTIMIZADO, O – Silva, Wanderley Ribeiro da, nº 772, p. 19 a 30
- EUROPA DAS REGIÕES, A – Mariz, Vasco, nº 773, p. 67 a 84
- FANTASMA DO PÓS-COMUNISMO, O – Ricúpero, Rubens, nº 773, p. 137 e 138
- FOGUETES NO EXÉRCITO BRASILEIRO, OS – Primo, Samuel de Tarso Teixeira, nº 770, p. 81 a 91
- FOLHETIM BUROCRÁTICO – Grünewald, José Lino, nº 772, p. 149 e 150
- FUTURO PARA A HISTÓRIA MILITAR, UM – Costa, Sergio Paulo Muniz, nº 773, p. 05 a 16
- GASODUTO BRASIL-BOLÍVIA: SIVAM DA PETROBRAS? – Boucinhas, José Fernando, nº 772, p. 150 e 151
- GASTOS COM SERVIDOR É ARMA RETÓRICA – Schwartz, Gilson, nº 773, p. 131 e 132
- GERGELIM E FILHO ÚNICO – Carrilho, Arnaldo, nº 770, p. 190 e 191
- GLOBALIZAÇÃO, ESTADO E SOBERANIA – Cardoso, Alberto, nº 773, p. 132 a 134
- GRANDE HERÓI DA LAPA POUCO CONHECIDO E VENERADO, UM – Bento, Claudio Moreira, nº 770, p. 171 a 175
- GUERRA COMERCIAL – (*), nº 771, p. 154 e 155
- GUERRA DA INDOCHINA (1945-1954), A – Paiva, Paulo Ricardo da Rocha, nº 772, p. 79 a 94
- GUERRA DO POVO BRASILEIRO, A – Falcão, João, nº 770, p. 180 a 182
- GUERRAS SEM FIM – Carlos, Newton, nº 773, p. 139 e 140

- GUERRILHA RURAL MARXISTA-LENINISTA NO BRASIL, UMA SÍNTESE (1965-1974), A – Castro, Sebastião José Ramos de, nº 771, p. 139 a 142
- HISTÓRIA DA GUERRA, UMA – Costa, Sérgio Paulo Muniz, nº 773, p. 127 e 128
- HISTÓRIA MILITAR AINDA TEM UTILIDADE?, A – Luvaas, Jay, nº 771, p. 57 a 73
- HONG KONG, 1977 – Silva, Geraldo Eulálio do Nascimento e, nº 770, p. 184 a 186
- HORA E A VEZ DOS SUBDESENVOLVIDOS, A – Ricúpero, Rubens, nº 771, p. 150 e 151
- ÍNDIOS PRÉ-COLOMBIANOS DESTRUÍAM MEIO AMBIENTE – Jobim, Nelson Franco, nº 771, p. 143 e 144
- JARDIM SEM MUROS, UM TESOURO RICO E MALSEGURO, O – Costa, Sergio Paulo Muniz, nº 771, p. 121 a 125
- LEI DE REQUISIÇÕES, A MOBILIZAÇÃO E A SEGURANÇA NACIONAL, A – Silva, Roberto Pereira da, nº 771, p. 105 a 110
- LEIS NOVAS – (*), nº 773, p. 142 e 143
- LIÇÕES QUE A MARINHA NOS DÁ – (*), nº 773, p. 123 e 124
- LIVRO DIDÁTICO E MERENDA ESCOLAR – (*), nº 772, p. 140 e 141
- LUCRATIVAS E ECOLÓGICAS – Filho, Milton Xavier de Carvalho, nº 773, p. 145 e 146
- MARCAS DE PORTUGAL EM CINCO CONTINENTES NUMA EXPOSIÇÃO – Matta, Gláucia da, nº 773, p. 125 e 126
- MARECHAL FLORIANO PEIXOTO – Bento, Cláudio Moreira, nº 771, p. 111 a 119
- MÉXICO E A EXCLUSÃO: DA CONQUISTA A CHIAPAS, UM TEMA RECORRENTE, O – Maretti, Weslei Antonio, nº 773, p. 17 a 35
- MÉXICO UMA VEZ MAIS – Sarney, José, nº 770, p. 177 e 178
- MILAGRE DO PACOVÁ, O – Fiuza, Guilherme, nº 772, p. 156 e 157
- MUDANÇAS NO ENSINO TÉCNICO – (*), nº 772, p. 139
- MURO INVISÍVEL DA ALEMANHA UNIFICADA, O – Mariz, Vasco, nº 772, p. 05 a 18
- NA PALMA DA MÃO – (*), nº 771, p. 151 e 152
- NOSTALGIA DAS OSSADAS – Campos, Roberto, nº 773, p. 146 a 148
- OBSESSÃO PELA SEGURANÇA – Cerqueira, Newton de Albuquerque, nº 773, p. 140 e 141
- NA TERCEIRA ONDA – (*), nº 771, p. 142 e 143
- OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU, AS – Lemos, Renato Índio da Costa, nº 770, p. 65 a 79
- OPERAÇÕES NA AMAZÔNIA, A CHAVE DO CENÁRIO – Rosa, Maynard Marques de Santa, nº 772, p. 55 a 61
- OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS – Almeida, Nelson do Ó de, nº 771, p. 127 a 129
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES AMIGAS (1945-1995) – Castro, Therezinha de, nº 771, p. 17 a 32
- OURO MODERNO – Ludwig, Waldez Luiz, nº 773, p. 138 e 139
- PARADOXOS – Campos, Roberto, nº 772, p. 159 e 160
- PENSANDO O IMPENSÁVEL: UM MUNDO SEM ARMAS NUCLEARES – Amorim, Celso Luiz Nunes, nº 772, p. 152 e 153
- PENTÁGONO E NÓS, O – Carlos, Newton, nº 770, p. 189 e 190
- PIOR SEM ELA – (*), nº 771, p. 147 e 148
- PODER NACIONAL E AS FORÇAS ARMADAS, O – Rotberg, Mário, nº 772, p. 128 a 130
- POPULAÇÃO EXCEDENTE – Maia, Cesar, nº 770, p. 183 e 184
- POR UM PODER JUDICIÁRIO EFICIENTE – Friede, R. Reis, nº 773, p. 118 a 120
- PRESENÇA MILITAR NA AMAZÔNIA COMO FATOR DE DISSUAÇÃO, A – Garrido, Luiz Fernando Azevedo, nº 770, p. 93 a 117

- PROFISSÃO MILITAR, A – (*), nº 771, p. 05 a 16
- QUEREM AFUNDAR O SUBMARINO – Camargo, Guilherme, nº 773, p. 134 e 135
- QUESTÃO POLÍTICA – (*), nº 770, p. 188 e 189
- RAZÕES HISTÓRICAS – (*), nº 773, p. 143 a 145
- REFORMA POLÍTICA – Campos, Roberto, nº 773, p. 129 a 131
- REPASSE DE RECURSOS DIRETO PARA AS ESCOLAS – (*), nº 772, p. 140
- REVANCHISMO – Dias, Erasmo, nº 771, p. 148 e 149
- REVOLUÇÃO DE 1930, A – Silva, João Ribeiro da, nº 770, p. 161 e 162
- ROMMEL VERSUS PATTON, O DUELO QUE NÃO ACONTECEU – Santos, Almir, nº 771, p. 95 a 104
- RÚSSIA E A COMUNIDADE DE ESTADOS INDEPENDENTES, A – Grieco, Francisco de Assis, nº 771, p. 45 a 56
- SAÍDA PARA O PACÍFICO – Medeiros, Benjamin, nº 772, p. 67 a 78
- SAUDOSISTAS DA “GUERRA SUJA”, OS – Dias, Erasmo, nº 770, p. 182
- SECA E O PROBLEMA DA ÁGUA NO CEARÁ, A – Botelho, Caio Lóssio, nº 771, p. 137 a 139
- SÉCULO 21 SERÁ AMERICANO, O – Silva, Celso de Souza e, nº 771, p. 157 e 158
- SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO NO BRASIL DEVERIA SER EXTINTO?, O – Pereira, Rômulo Bini, nº 772, p. 143 e 144
- SOBRE A REPÚBLICA SOCIALISTA IANOMÂMI – Paim, Roberto, nº 772, p. 47 a 54
- SOBRE AS RESERVAS INDÍGENAS – Reis, Taunay Drummond Coelho dos, nº 773, p. 117
- SOCIOLOGIA INDULGENTE – (*), nº 773, p. 141 e 142
- SOLDADINHOS DE CHUMBO – (*), nº 772, p. 145 e 146
- SUDESTE DA ÁSIA, UM CASO CLÁSSICO DE LASSIDÃO – Pedrosa, Fernando Velôzo Gomes, nº 770, p. 05 a 33
- SUIÇA: CANTONALISMO GEOPOLÍTICO – Castro, Therezinha de, nº 773, p. 99 a 106
- TRÁFICO DE DROGAS NO MUNDO E NO BRASIL, O – Ribeiro, Osmar José de Barros, nº 770, p. 51 a 64
- VIA-CRÚCIS COLOMBIANA – Carlos, Newton, nº 772, p. 144 e 145
- VOLTA ATRÁS – (*), nº 772, p. 146 e 147

AUTORES

- ALMEIDA, Nelson do Ó de – “Disciplina versus Obediência” (nº 773, p.118) e “Operações Psicológicas” (nº 771, p. 127 a 129)
- AMORIM, Celso Luiz Nunes – “Pensando o Impensável: um Mundo sem Armas Nucleares” (nº 772, p. 152 e 153)
- BARROS, Jaime de – “Os Antecedentes da Questão do Chaco, a Guerra e o Direito de Neutralidade do Brasil” (nº 770, p. 119 a 136)
- BENTO, Cláudio Moreira – “Alemães Prisioneiros de Guerra no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial” (nº 770, p. 151 a 160); “Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira (1740-1795)” (nº 773, p. 107 a 115); “Canabarro, Filho Adotivo de Sant’Ana do Livramento” (nº 772, p. 133 e 134); “Um Grande Herói da Lapa pouco Conhecido e Venerado” (nº 770, p. 171 a 175) e “Marechal Floriano Peixoto” (nº 771, p. 111 a 119)
- BOTELHO, Caio Lóssio – “A Seca e o Problema da Água no Ceará” (nº 771, p. 137 a 139)

- BOUCINHAS, José Fernando – “Gasoduto Brasil-Bolívia: SIVAM da Petrobrás?” (nº 772, p. 150 e 151)
- BURNIER, João Paulo – “Crises: Proposta de Metodologia para Gestão” (nº 772, p. 103 a 124)
- CAMARGO, Guilherme – “Querem Afundar o Submarino” (nº 773, p. 134 e 135)
- CAMPOS, Roberto – “Nostalgia das Ossadas” (nº 773, p. 146 a 148); “Paradoxos” (nº 772, p. 159 e 160) e “Reforma Política” (nº 773, p. 129 a 131)
- CARDOSO, Alberto – “Globalização, Estado e Soberania” (nº 773, p. 132 a 134)
- CARLOS, Newton – “Guerras Sem Fim” (nº 773, p. 139 e 140); “O Pentágono e Nós” (nº 770, p. 189 e 190)
- CARMO, Leandro Acácio Esvael do – “A Comunicação Social no Exército” (nº 770, p. 35 a 42)
- CARRILHO, Arnaldo – “Gergelim e Filho Único” (nº 770, p. 190 e 191)
- CARVALHO, Luiz Paulo Macedo – “O Brasil e as Operações de Paz” (nº 771, p. 33 a 43)
- CASTRO, Sebastião José Ramos de – “A Anistia, as Forças Armadas e o Revanchismo” (nº 772, p. 126 a 128); “Os Conselhos de D. Pedro II à Princesa Isabel” (nº 773, p. 120 a 122) e “A Guerrilha Rural Marxista-Leninista no Brasil: uma Síntese (1965-1974)” (nº 771, p. 139 a 142)
- CASTRO, Therezinha de – “Bolívia: Predestinação Geopolítica” (nº 772, p. 31 a 45); “Organização das Nações Amigas (1945-1995)” (nº 771, p. 17 a 32) e “Suíça: Cantonalismo Geopolítico” (nº 773, p. 99 a 106)
- CAVALCANTI, Sandra – “Álcool Combustível e Meio Ambiente” (nº 771, p. 153 e 154)
- CERQUEIRA, Newton de Albuquerque – “Obsessão pela Segurança” (nº 773, p. 140 e 141)
- CORREIA NETO, Jonas de Moraes – “A EsAO e Seus Capitães nos Primeiros 75 Anos” (nº 773, p. 56 a 66)
- COSTA, Maurício E. Cortes – “Desafios Comuns” (nº 772, p. 155 e 156)
- COSTA, Sérgio Paulo Muniz – “Um Futuro para a História Militar” (nº 773, p. 05 a 10); “Uma História da Guerra” (nº 773, p. 127 e 128) e “O Jardim Sem Muros, um Tesouro Rico e Malseguro” (nº 771, p. 121 a 125)
- COZZA, Dino Willy – “Dom João II, Construtor do Império Lusíada e Arquiteto do Brasil” (nº 772, p. 131 a 133)
- DIAS, Erasmo – “Revanchismo” (nº 771, p. 148 e 149) e “Os Saudosistas da Guerra Suja” (nº 770, p. 182)
- FALCÃO, João – “A Guerra do Povo Brasileiro” (nº 770, p. 180 a 182)
- FERNANDES, Paulo Mendes – “Uma Curiosidade Histórica da Guerra do Paraguai” (nº 773, p. 124 e 125)
- FERREIRA, Gil Cordeiro Dias – “O Emprego de Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais em Conflitos de Baixa Intensidade” (nº 770, p. 43 a 50)
- FILHO, Milton Xavier de Carvalho – “Lucrativas e Ecológicas” (nº 773, p. 145 e 146)
- FILHO, Racine Bezerra Lima – “Batalhão Angola: Preparação e Embarque” (nº 773, p. 57 a 66)
- FIUZA, Guilherme – “O Milagre do Pacová” (nº 772, p. 156 e 157)
- FLORES, Mário Cesar – “Aventura de Alto Risco” (nº 773, p. 136 e 137)
- FRANCO, Carlos Alberto Di – “Contradições da Imprensa” (nº 770, p. 191 e 192)
- FRIEDE, R. Reis – “Direito Alternativo sob as Óticas Filosófica e Jurídica” (nº 771, p. 132 a 135); “Da Ação Monitoria” (nº 772, p. 134 a 137) e “Por um Poder Judiciário Eficiente” (nº 773, p. 118 a 120)
- GARRIDO, Luiz Fernando Azevedo – “A Presença Militar Brasileira na Amazônia como Fator de Dissuasão” (nº 770, p. 93 a 117)
- GOMES, Carlos Alberto da Costa – “A Aplicação do Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB), Estímulo à Mentalidade Prática” (nº 773, p. 85 a 98)

- GRIECO, Francisco de Assis – “A Rússia e a Comunidade de Estados Independentes” (nº 771, p. 45 a 56)
- GRÜNEWALD, José Lino – “Folhetim Burocrático” (nº 772, p. 149 e 150)
- JOBIM, Nelson Franco – “Índios Pré-Colombianos Destruíam Meio Ambiente” (nº 771, p. 143 e 144)
- JORGE, Miguel – “Buraco Negro no Mercosul” (nº 772, p. 148)
- LEAL, Joaquim Ponce – “Um Brasileiro em Ayacucho” (nº 772, p. 95 a 102)
- LEMOS, Renato Índio da Costa – “As Operações de Paz da ONU” (nº 770, p. 65 a 79)
- LIMA NETO, Manoel Lopes de – “Batalhão Angola: Preparação e Embarque” (nº 773, p. 57 a 66)
- LUDWIG, Waldez Luiz – “Ouro Moderno” (nº 773, p. 138 e 139)
- LUVAAS, Jay – “A História Militar ainda tem Utilidade?” (nº 771, p. 57 a 73)
- MAIA, Cesar – “População Excedente” (nº 770, p. 183 e 184)
- MARETTI, Weslei Antônio – “O México e a Exclusão: da Conquista a Chiapas, um Tema Recorrente” (nº 773, p. 17 a 35)
- MARIZ, Vasco – “O Brasil e o Conflito Peruano-Equatoriano” (nº 770, p. 165 a 170); “A Europa das Regiões” (nº 773, p. 67 a 84) e “O Muro Invisível da Alemanha Unificada” (nº 772, p. 05 a 18).
- MATTA, Glaucia da – “Marcas de Portugal em Cinco Continentes numa Exposição” (nº 773, p. 125 e 126)
- MATTOS, Carlos de Meira – “A Estratégia: seu Desdobramento no Espaço e no Tempo” (nº 770, p. 137 a 142)
- MEDEIROS, Benjamin – “Saída para o Pacífico” (nº 772, p. 67 a 78)
- NASCIMENTO, Luiz Cláudio Del Nero Chagas do – “Crises: Proposta de Metodologia para Gestão” (nº 772, p. 103 a 124)
- NEUROZOV, Boris – “Batalha de Moscou” (nº 770, p. 178 a 180)
- PAIM, Roberto – “Sobre a República Socialista Ianomâmi” (nº 772, p. 47 a 54)
- PAIVA, Paulo Ricardo da Rocha – “A Guerra da Indochina (1945-1954)” (nº 772, p. 79 a 94)
- PASSARINHO, Jarbas – “De Vilão a Herói” (nº 773, p. 148 e 149)
- PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes – “Sudeste da Ásia, um Caso Clássico de Lassidão” (nº 770, p. 05 a 33)
- PEREIRA, Rômulo Bini – “O Serviço Militar Obrigatório no Brasil Deveria ser Extinto?” (nº 772, p. 143 e 144)
- PEREIRA NETO, – “Batalhão Angola: Preparação e Embarque” (nº 773, p. 57 a 66)
- PRIMO, Samuel de Tarso Teixeira – “Os Foguetes no Exército Brasileiro” (nº 770, p. 81 a 91)
- RAMOS, José Saulo Ferreira – “Assassinato da Alma Russa” (nº 771, p. 155 a 157)
- REIS, Everaldo de Oliveira – “O Conselho de Justificação e a Representação para Declaração de Indignidade” (nº 773, p. 37 a 45)
- REIS, Taunay Drummond Coelho dos – “O Caráter e a Figura de Tiradentes” (nº 772, p. 125 e 126) e “Sobre as Reservas Indígenas” (nº 773, p. 117)
- ROSA, Maynar Marques de Santa – “Operações na Amazônia, a Chave do Cenário” (nº 772, p. 55 a 61)
- RIBEIRO, Osmar José de Barros – “O Tráfico de Drogas no Mundo e no Brasil” (nº 770, p. 51 a 64)
- RICÚPERO, Rubens – “Aldeia Global ou Clube dos Ricos” (nº 772, p. 153 e 154); “O Fantasma do Pós-Comunismo” (nº 773, p. 137 e 138) e “A Hora e a Vez dos Subdesenvolvidos” (nº 771, p. 150 e 151)
- ROTBURG, Mário – “Cenário ESG” (nº 773, p. 47 a 55); “Democracia Direta” (nº 771, p. 75 a 94) e “O Poder Nacional e as Forças Armadas” (nº 772, p. 128 a 130)

- SANTOS, Almir – “Rommel versus Patton, o Duelo que não Aconteceu” (nº 771, p. 95 a 104)
- SANTOS, José Calvário dos – “Biomassa, a Opção Estratégica” (nº 771, p. 129 a 132)
- SARNEY, José – “México uma vez mais” (nº 770, p. 177 e 178)
- SCHWARTZ, Gilson – “Gastos com Servidor é Arma Retórica” (nº 773, p. 131 e 132)
- SILVA, Celso de Souza e – “O Século 21 será Americano” (nº 771, p. 157 e 158)
- SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento – “Via-Crucis Colombiana” (nº 772, p. 144 e 145) e “Hong Kong, 1997” (nº 770, p. 184 a 186)
- SILVA, João Ribeiro da – “A Revolução de 1930” (nº 770, p. 161 e 162)
- SILVA, Roberto Pereira da – “Defesa Nacional” (nº 770, p. 162 a 165) e “A Lei de Requisições a Mobilização e a Segurança Nacional” (nº 771, p. 105 a 110)
- SILVA, Wanderley Ribeiro da – “O Exército Brasileiro e os Órgãos de Comunicação Social: um Relacionamento a ser Otimizado” (nº 772, p. 19 a 30)
- UTZERI, Fritz – “A Apropriação da Inocência” (nº 772, p. 158)

ATUALIZE SEU CADASTRO

A BIBLIX quer levar suas publicações até você em qualquer parte do Brasil ou do exterior. Se você mudou de endereço, ou deseja fazer alguma alteração junto ao nosso cadastro, preencha por favor o formulário abaixo

NOME

ENDEREÇO para correspondência

CIDADE

UF

PAÍS

CEP

DATA DE NASCIMENTO

SEXO

Masc ☐

Fem ☐

IDENTIDADE e órgão emissor

CPF

ORGANIZAÇÃO ONDE TRABALHA

ENDEREÇO PROFISSIONAL

MILITAR ☐

POSTO / GRAD (se militar)

☐ Ativa

PROFISSÃO (se civil)

CIVIL ☐

☐ Reserva

REVISTA QUE ASSINA:

☐ A DEFESA NACIONAL

☐ REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO

☐ REVISTA MILITAR DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

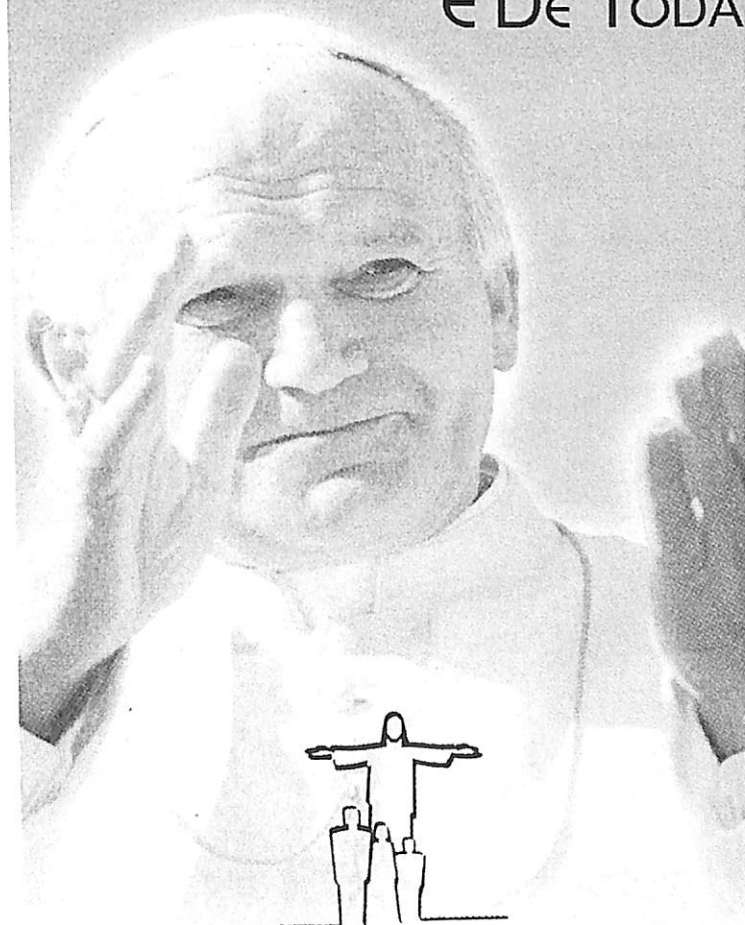
Palácio Duque de Caxias - Praça Duque de Caxias, 25 - Ala Marcllio Dias - 3º andar - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20221-260

Ligação Gratuita de todo o Brasil: (0800) 23.8365

Telefax: (021) 519.5569 - E-mail: biblix@ism.com.br

(*) Matéria não assinada.

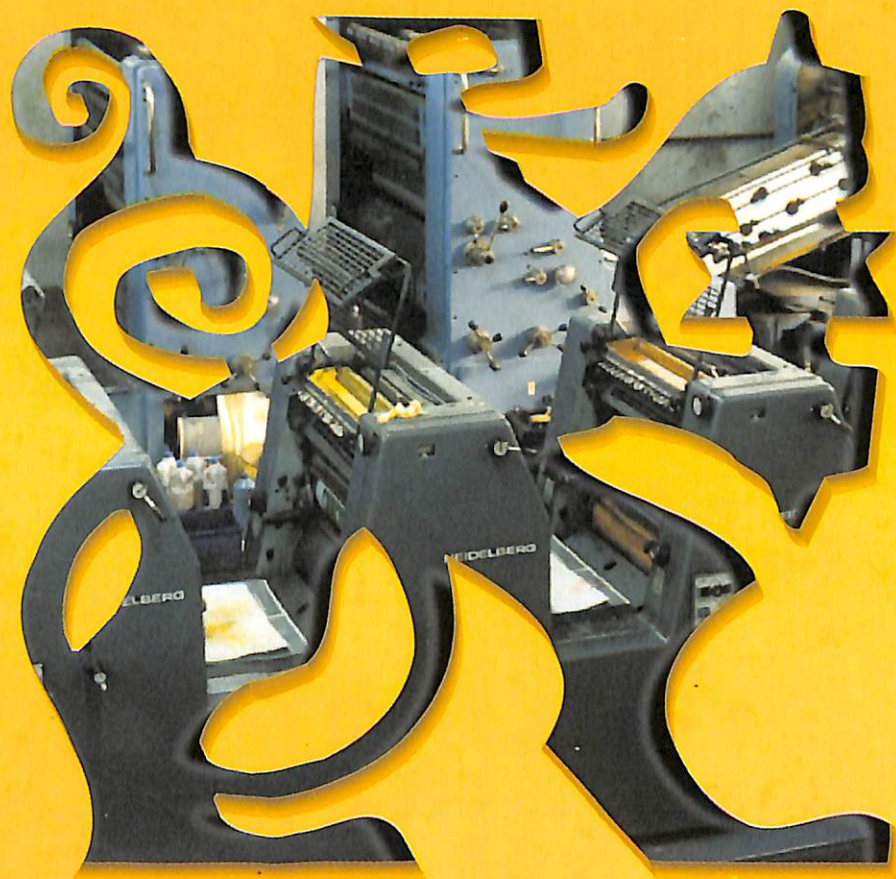
O PAPA VEM AO RIO.
EM NOME DO PAI, DO FILHO
E DE TODA A FAMÍLIA.



II ENCONTRO MUNDIAL DO PAPA COM AS FAMÍLIAS
4 E 5 DE OUTUBRO DE 1997

O PAPA JOÃO PAULO II CONVIDA PARA O II ENCONTRO MUNDIAL DO PAPA COM AS FAMÍLIAS, NO RIO DE JANEIRO, DIAS 4 E 5 DE OUTUBRO DE 1997. VAI SER UMA BELA OPORTUNIDADE PARA CELEBRAR, APROFUNDAR E FORTALECER OS VALORES QUE CONSTITUEM A FAMÍLIA, CÉLULA BÁSICA DA SOCIEDADE. PORQUE É NO EXEMPLO DOS LAÇOS FAMILIARES QUE DEVEMOS INICIAR A CONSTRUÇÃO DE UM

Marques Saraiva.



Desde 1932 estabelecendo parcerias de sucesso.

Marques Saraiva Gráficos e Editores Ltda.
Rua Santos Rodrigues, 240 - Estácio - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20250-430
Tel.: (021) 502.9498 / Fax: 502.0635